

Os meios de comunicação social e a política externa:

um estudo de caso sobre a agência Lusa e o seu papel e contributo a nível da política externa portuguesa na questão de Timor Leste

Edna Joana Alves Baptista

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais**

Novembro, 2020

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialização de Relações Internacionais,
realizada sob a orientação científica dos Professores Doutor Daniel Marcos e Doutor João
Pissarra Esteves

Novembro 2020

Agradecimentos

A escrita desta tese foi uma aventura particularmente desafiante, em tempos extraordinários, que não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de diversas pessoas.

Começo por agradecer aos meus orientadores, ao professor Doutor Daniel Marcos e ao professor Doutor João Pissarra Esteves, por todo o apoio e orientação excepcional que me deram ao longo do último ano. Com as suas recomendações e elevado rigor, desafiaram-me a cada passo, contribuindo de forma crucial para a execução desta dissertação.

Agradeço aos jornalistas Paulo Nogueira e João Pedro Fonseca, da agência Lusa, que, ao partilharem as suas aventuras enquanto estiveram em Timor Leste, me incentivaram e inspiraram a mergulhar a fundo nesta temática.

Um agradecimento especial também aos que generosamente aceitaram participar nesta investigação, à Doutora Ana Gomes, ao professor Alberto Arons de Carvalho, ao coronel Manuel Marques Pedroso e ao jornalista Jorge Wemans, que com a partilha das suas memórias e conhecimentos acerca de Timor Leste, da política externa portuguesa e da atuação da agência Lusa na década de 90 enriqueceram imensamente este trabalho.

Agradeço igualmente a ajuda preciosa do Centro de Documentação da agência Lusa, que prontamente disponibilizou todos os documentos solicitados.

Aos meus amigos, em particular ao Miguel, Catarina P., Isabel, Rufina, Rita, Paulo, Helena e à Catarina S., a minha profunda gratidão pela amizade, apoio incondicional e palavras de ânimo e conforto ao longo do último ano. Sem vocês esta caminhada não teria sido possível.

Aos meus pais e ao meu irmão, o meu eterno porto de abrigo e a minha força em todos os momentos, um obrigado não chega. A eles tudo devo. Aos meus avós, a quem dedico a esta tese, a minha sincera gratidão pelo exemplo de humildade, perseverança e amor. As saudades são eternas. À minha restante família, obrigada pelo apoio e pelas palavras de motivação constantes.

A todos a minha profunda gratidão.

Resumo e palavras-chave

Resumo português:

Face ao ambiente internacional cada vez mais complexo e altamente ancorado nos fluxos de informação, ao longo dos tempos, os meios de comunicação foram-se assumindo como uma importante forma de estar e atuar na arena internacional e na política externa. No entanto, embora esta complexa relação entre os media e o poder político tenha sido muito abordada nos Estudos da Comunicação, no campo das Relações Internacionais, diversas dimensões continuam por explorar. Uma das questões que se impõe é acerca do modo como os media, e em particular as agências de notícias, podem intervir na política externa quer como participantes ativos e com poder de influência, quer como um instrumento/canal para a concretização das estratégias dos Estados ou de outros agentes políticos. A presente investigação trata de tal relacionamento, atentando em particular na situação de Portugal, tendo como caso de estudo a agência de notícias de serviço público, Lusa, e a sua relação com a política externa portuguesa a propósito de um acontecimento específico da sua história – o processo de independência de Timor Leste. Assim, o contributo que se pretende trazer à discussão desta temática parte da seguinte pergunta de investigação: “Qual o contributo e o papel desempenhado pela agência noticiosa Lusa, enquanto entidade prestadora de um serviço público de informação, a nível da política externa (portuguesa) no processo de Timor Leste?”. A tese defendida é a de que, se, por um lado, a Lusa procurou atuar com independência e de acordo com os cânones do jornalismo, afigurando-se como um ator relevante e participativo no processo timorense, por outro, não deixou de ser considerada no plano estratégico da PEP como um importante canal de veiculação das posições do Estado português, ponte e possibilitadora da mobilização da opinião pública e como uma fonte de informação primordial, sendo um exemplo de como a relação da política externa com os media é ambígua, diversa e marcada por dinâmicas de influência e interdependência com repercussões relevantes sobre a atividade e outros aspetos de PE. Esta é uma investigação exploratória-descritiva, cujo objetivo mais geral consiste no lançamento do debate e das primeiras pistas acerca do papel das agências noticiosas no âmbito da PE – temática ainda pouco explorada pela literatura –, ou seja, sobre a complexidade das interações entre as esferas política e mediática no seio do sistema internacional. Para tal, foi seguida uma abordagem que compatibilizou perspetivas de diversas áreas, nomeadamente abordagens da *Foreign Policy Analysis*, do Realismo Neoclássico e do Construtivismo (das RI e da PE), a perspetiva da influência mútua entre media-política (do campo da Comunicação) e os recursos conceptuais propostos pela Análise Crítica do Discurso.

Palavras-Chave: Política Externa; Media; Portugal; Timor Leste; Agência Lusa

Abstract:

Due to the increasingly complex international environment, highly anchored in the information flows, over the years, the media have assumed themselves as an important way of being and acting in the international arena and in the foreign policy. However, although this complex relationship between the media and political power has been extensively addressed in Communication Studies, several dimensions are yet to be explored in the field of International Relations. One of the questions that needs attention is about how the media, and in particular news agencies, can intervene in foreign policy, either as active and influential participants, or as an instrument/channel to execute States or other political actors' strategies. The present investigation focuses in such relationship, paying particular attention to the Portugal's situation, considering a case study about the public service news agency, Lusa, and its relationship with the portuguese foreign policy regarding a specific event in its history – the East Timor independence process. The contribution that we intend to bring to the discussion of this theme lies in the following research question: “What was the contribution and role played by the Lusa news agency, as an entity providing a public information service, in terms of (the portuguese) foreign policy in the East Timor process?”. In this thesis it's argued that, on the one hand, Lusa sought to act independently and in accordance with the canons of journalism, acting as a relevant and participative actor in the timorese process, on the other hand, it was considered in the strategic plan of the portuguese foreign policy as an important channel for the dissemination of the positions of the portuguese State, as a bridge and enabling the mobilization of public opinion and as a source of primary information, being an example of how the relationship between foreign policy and the media is ambiguous, diverse and marked by dynamics of influence and interdependence with relevant repercussions on the activity and other aspects of foreign policy. This is an exploratory-descriptive investigation, with the general goal of launching the debate and the first clues about the role of news agencies within the scope of the foreign policy – a theme that is yet to be explored further in the literature –, that is, about the complexity of interactions between political and media spheres within the international system. In order to do so, the approach followed brought together perspectives from different areas, namely approaches from Foreign Policy Analysis, Neoclassical Realism and Constructivism (from IR and FP), the perspective of mutual influence between media-politics (from the field of Communication) and the conceptual resources proposed by Critical Discourse Analysis.

Keywords: Foreign Policy; Media; Portugal; East Timor; Lusa; News agency.

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	5
1.1. A relação entre a política externa e os media.....	5
1.1.1. A política externa e as teorias das Relações Internacionais	5
A fase da implementação e os instrumentos de política externa..	15
1.1.2. A política externa e os meios de comunicação	17
Os media e a diplomacia	23
A importância do estudo da relação entre os media e a política externa e as lacunas na literatura	25
As agências de notícias	29
O processo de independência de Timor Leste	31
1.2. Metodologia	34
1.2.1. Estratégia de recolha e tratamento da informação	34
Análise Crítica do Discurso	35
CAPÍTULO 2. A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA, O SISTEMA MEDIÁTICO PORTUGUÊS E A LUSA NO CASO DE TIMOR LESTE	40
2.1. A Política Externa Portuguesa e o processo de independência de Timor Leste	40
Antes da invasão	41
1ª fase (1975-1982)	49
2ª fase (1982-1986)	53

3ª fase (1986-1999/2002)	56
2.2. O sistema mediático português, a Lusa e o Estado.....	66
O pós-revolução e a década de 80	66
A década de 90	69
A agência Lusa e a política externa	72
CAPÍTULO 3. O CONTRIBUTO E PAPEL DA AGÊNCIA LUSA A NÍVEL DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA NA QUESTÃO DE TIMOR LESTE.....	76
3.1. O papel do jornalismo em Timor Leste	76
3.2. Análise da cobertura noticiosa da Lusa acerca do processo de Timor	80
Análise de linguagem	82
Intertextualidade/prática discursiva	88
Análise contextual (prática discursiva e contextos sociopolítico e institucional)	96
3.3. Considerações finais sobre o papel e o contributo da agência Lusa na questão de Timor Leste ao nível da política externa portuguesa	98
CONCLUSÃO	120
FONTES E BIBLIOGRAFIA	128
ANEXOS	147

Lista de abreviaturas

- ACD** – Análise Crítica do Discurso
- AGNU** – Assembleia Geral das Nações Unidas
- AI** – Amnistia Internacional
- APEC** – Asian Pacific Economic Cooperation
- APODETI** – Associação Popular Democrática Timorense
- ASEAN** – Associação das Nações do Sudeste Asiático
- ASEM** – Asia-Europe Meeting
- CEE** – Comunidade Económica Europeia/**UE**- União Europeia (designação a partir de 1992, com o Tratado de Masstricht/Tratado da União Europeia).
- CDH** – Comissão dos Direitos do Homem
- CDPM** - Comissão dos Direitos do Povo Maubere
- CNRT** – Congresso Nacional da Reconstrução Timorense
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FRETILIN** – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
- FPA – Foreign Policy Analysis*
- INTERFET** – *International Force East Timor*
- MFA** – Movimento das Forças Armadas
- MNE** – Ministro dos Negócios Estrangeiros
- NATO** - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- ONG** – Organizações não-governamentais
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PE** – Política Externa
- PEP** – Política Externa Portuguesa
- PM** – Primeiro ministro
- RI** – Relações Internacionais
- RNC** – Realismo Neoclássico
- SGNU** - Secretário Geral das Nações Unidas
- UDT** – União Democrática Timorense

UEO – União da Europa Ocidental

UNAMET – *United Nations Mission in East Timor*

UNTAET – *United Nations Transitional Administration in East Timor*

Introdução

Num mundo altamente globalizado e marcado pela rápida evolução das tecnologias de informação e comunicação, não é surpreendente o importante papel que os media assumiram na política internacional e nas relações interestatais, tendo-se assistido ao longo das últimas décadas ao desenvolvimento de relações cada vez mais complexas entre a esfera mediática e os atores políticos, que se desdobraram em teias de poder e influência mútua com repercussões relevantes para o sistema internacional.

Contudo, ainda que esta complexa relação entre o poder político e os media seja muito abordada nos Estudos da Comunicação e do Jornalismo, no campo das Relações Internacionais (RI), área de especialização na qual se insere a presente investigação, várias dimensões continuam por explorar, entre as quais se destaca nomeadamente a atuação dos meios de comunicação no domínio da política externa (PE). De facto, embora tal atuação já tenha sido analisada por diversos autores e a literatura existente seja útil e um ponto de partida consistente, este campo de estudo carece ainda de investigações que explorem mais detalhadamente outros ângulos do relacionamento entre os media e a PE, apostando numa abordagem interdisciplinar, de modo a descodificar o efetivo peso e papel destas organizações nas interações entre os atores do sistema internacional e na prossecução dos seus objetivos e interesses além-fronteiras. Tais lacunas tornam-se ainda mais evidentes se tivermos em conta particularidades como o cumprimento de um serviço público por parte de um órgão de comunicação, sob alçada ou contrato com o Estado, ou a atividade singular das agências noticiosas, que raramente são tidas em conta pelos trabalhos da área. No entanto, face ao ambiente internacional cada vez mais complexo e altamente ancorado nos fluxos de informação, fluxos esses em parte controlados e mediados por estas organizações, impõe-se cada vez mais a necessidade de desmistificar e refletir sobre o modo como os media, e em particular as agências de notícias, podem intervir na política externa quer, por um lado, como participantes ativos e influentes neste campo político, quer, por outro, como um instrumento/canal para a concretização das estratégias dos Estados ou de outros agentes. Além do mais, realidades de países como Portugal são poucas vezes investigadas. Note-se que o modo como a agência de notícias e os meios de comunicação social portugueses, em especial os de serviço público, se têm relacionado com o governo de Portugal em termos de política externa, sobretudo no que concerne à sua interação em situações de conflito internacional, tem sido muito pouco explorado até ao momento pela literatura nacional.

Perante tal constatação, a presente investigação trata o relacionamento entre a política externa e os meios de comunicação, atentando em particular no caso português, tendo como caso de estudo a agência de notícias de serviço público portuguesa, a Lusa, e a sua relação com a política externa portuguesa (PEP) a propósito de um acontecimento específico da sua história – a independência de Timor Leste –, procurando contribuir, assim, para a discussão desta temática. A investigação proposta tem, assim, como grande objetivo compreender o papel e/ou o contributo que a Lusa, enquanto prestadora de um serviço público e elemento de projeção da informação entre Portugal e outros países, teve para a concretização das estratégias e objetivos da PEP no processo timorense. Para tal, optou-se por atentar no intervalo entre 1991-1999, anos durante os quais decorreram alguns dos momentos mais decisivos para a resolução da situação de Timor Leste, não descurando, contudo, a conjuntura do pós-1974, os episódios-chave ao longo da ocupação indonésia e as alterações de prioridades da PEP no decorrer de todo este processo.

Já em termos teórico-metodológicos, serão mobilizadas diferentes perspetivas e ferramentas de trabalho das áreas da Comunicação e das RI. Mais precisamente, para análise dos diferentes ângulos da questão em estudo servir-nos-emos das abordagens da *Foreign Policy Analysis (FPA)*, do Realismo Neoclássico e do Construtivismo (das RI e da PE), ao mesmo tempo que se terá em conta a perspetiva da influência mútua entre media-política (do campo da Comunicação) e os recursos conceptuais propostos pela Análise Crítica do Discurso (ACD). A presente investigação é, portanto, uma investigação do tipo exploratório-descritivo, que utiliza uma abordagem qualitativa.

No primeiro capítulo, começar-se-á por fazer um enquadramento teórico-metodológico da temática sob investigação. Num momento inicial, iremos problematizar a esfera da política externa, desconstruindo a sua definição conceptual e explicitando como esta atividade é entendida e estudada pelas diferentes escolas das Relações Internacionais. Neste ponto, atentaremos, em especial, na fase de implementação da PE e nos instrumentos através dos quais as autoridades exercem poder e procuram concretizar os seus propósitos neste domínio político, recorrendo à noção de *soft power*, que nos ajuda a compreender de que modo os meios de comunicação entram no complexo mundo da PE. De seguida, procurar-se-á elucidar a relevância do papel desempenhado pelos media no seio do sistema internacional e na interface entre o mundo da política e a opinião pública, nomeadamente em contextos democráticos, apresentando as diferentes perspetivas teóricas acerca do relacionamento entre as esferas política e mediática e explicitando, em especial, a atuação destes meios no campo da PE e na diplomacia.

Apresentada esta revisão da literatura e identificadas as lacunas nela existente, prosseguimos com uma explanação da função e das particularidades das agências noticiosas e com a apresentação geral do caso em estudo, fornecendo um breve sumário dos principais acontecimentos dos 24 anos da ocupação indonésia de Timor. O capítulo termina com a explicitação da abordagem metodológica concebida.

Já no capítulo seguinte, proceder-se-á à análise propriamente dita do caso em estudo. Começaremos por analisar as estratégias, objetivos e opções da política externa portuguesa no concernente ao contencioso timorense desde o 25 de Abril até à constituição deste território enquanto Estado independente, em 2002. Serão considerados os diversos ciclos de atenção (e desatenção), as frentes de atuação do governo português e os determinantes nacionais e internacionais que contribuiram e/ou condicionaram o destino deste território no sudeste asiático e a concretização dos planos estratégicos de Portugal, socorrendo-nos das perspetivas realista neoclássica, construtivista e da *FPA*. Num segundo momento, será traçado um retrato do sistema mediático português desde 1974 até ao fim dos anos 90, de acordo com os critérios desenhados por Hallin e Mancini (2004), com o intuito de assinalar as principais mudanças e evoluções ocorridas no último quarto do século XX e esclarecer o papel do Estado português neste setor de atividade e, assim, compreender os contornos da atuação, de liberdade e de autonomia dos media portugueses face ao poder político. Em simultâneo, será apresentada, em termos gerais, a agência Lusa, a sua estrutura e atuação no plano nacional e internacional, destacando em especial os seus direitos e deveres enquanto entidade prestadora de um serviço público, conforme acordado com o Estado, o seu acionista principal, procurando, assim, identificar as sinergias entre estas entidades. Tais considerações permitirão clarificar o contexto de atuação desta agência noticiosa ao longo dos marcos temporais sob escrutínio e estabelecer paralelismos entre a sua atuação e a PEP relativamente ao assunto em questão.

Por fim, compreendidas as estratégias e objetivos da PEP em relação ao processo timorense e traçado o quadro do sistema mediático português, da Lusa em particular e da sua relação com o Estado, no último capítulo procurar-se-á desconstruir e explanar detalhadamente o efetivo papel e contributo da agência Lusa para a política externa portuguesa no processo de independência de Timor ao longo da década de 90. O primeiro tópico trata do papel do jornalismo no desenrolar da questão timorense, enquanto uma das mais importantes janelas pelas quais o mundo tomou conhecimento do que se passava neste território no sudeste asiático, seguindo-se uma análise da cobertura noticiosa da Lusa nos anos 1991, 1992 (até maio de 1993) e 1999, de acordo com as ferramentas

oferecidas pela ACD. Através da análise da produção jornalística desta agência portuguesa sobre Timor Leste compreender-se-á de que forma é que o drama timorense e os seus atores foram representados simbolicamente, nomeadamente tendo em consideração o tipo e o tom de cobertura feita, o destaque concedido a esta matéria, os recursos mobilizados, o tipo de fontes consultadas e privilegiadas, os ângulos e acontecimentos mais abordados, entre outros elementos. Posteriormente, esta análise será cruzada com a informação recolhida acerca das opções estratégicas dos vários governos portugueses para Timor no período em análise, com a literatura existente sobre o caso (que nos pareceu de maior relevo) e, ainda, com as entrevistas realizadas a Ana Gomes, diplomata e chefe da Secção de Interesses portuguesa, na Embaixada da Holanda, em Jacarta em 1999-2000, a Alberto Arons de Carvalho, ex-secretário de Estado da Comunicação Social (1995-2002), a Paulo Nogueira, correspondente da Lusa em Jacarta em 1999, a Jorge Wemans, diretor de informação da Lusa (1998-2000), e a Manuel Pedroso Marques, presidente do Conselho de Administração da Lusa (1996-2003). Através da conjugação desta multiplicidade de dados e fontes, será possível formular uma conclusão acerca das repercussões do trabalho da Lusa e implicações do seu discurso para a política externa portuguesa e para a resolução do próprio diferendo timorense.

Com esta investigação, pretende-se sobretudo refletir e lançar o debate acerca da relação PE-agências noticiosas, através da realização de um estudo de caso acerca da agência Lusa, da política externa portuguesa e do processo de independência de Timor Leste, procurando, assim, ser um contributo relevante para a compreensão da complexidade das interações entre a esfera política e mediática no seio do sistema internacional.

Capítulo 1. Enquadramento teórico-metodológico

1.1. A relação entre a política externa e os media

1.1.1. A política externa e as teorias das Relações Internacionais

A conceptualização e o estudo da política externa (PE) há já várias décadas que estão entre as grandes preocupações das Relações Internacionais, sendo muitos os académicos que, ao longo dos tempos, se dedicaram à sua teorização e análise. Efetivamente, a produção literária acerca desta problemática constitutiva da dinâmica do sistema internacional é diversa nos ângulos e nas perspetivas teóricas adotadas, apresentando-se como um palco de controvérsia e debate.

A controvérsia começa, desde logo, com o facto de, apesar de ser um objeto de estudo muito trabalho, a política externa é mais uma das expressões das RI cujo conceito ainda não se cristalizou, não possuindo ainda uma definição unívoca e consensual. O leitor depara-se, assim, com uma grande diversidade de conceptualizações, que olham para os diferentes aspetos e atores da PE¹. Tal deve-se, em primeiro lugar, ao facto de a política externa dizer respeito a um grande espectro de atividades e acontecimentos, não podendo ser reduzida a uma simples categoria ou somente associada a uma embaixada ou ministério (Hill, 2016, p.5). Por outro lado, a variedade de abordagens teóricas que nela atentam também justifica a multiplicidade de conceptualizações, já que o conceito de PE “pode conter vários elementos, actores ou objectivos tendo em conta a perspectiva que se adopta” (Fonseca, 2008, p.12). Ademais, perante uma sociedade globalizada, é cada vez mais difícil traçar as fronteiras do que é realmente política externa e o que deve ser estudado neste subcampo (Morin e Paquin, 2017, pp.2-4)². Ainda assim, apesar de tal variabilidade, existem atributos e pressupostos semelhantes nas diferentes definições, com destaque para “o papel dos governos estatais como actores privilegiados na formulação da política externa e a dimensão intencional da acção política” (Freire e Vinha, 2011, p.16).

¹ Cf., por exemplo, Freire e Vinha (2011, pp.16-18) e Beach (2012, p.2) – para conhecer diferentes definições de política externa apresentadas por alguns académicos da área.

² Morin e Paquin (2017, p.2) constataram que este conceito está em constante mutação, em resultado das próprias mudanças que ocorrem ao nível prático e teórico, pelo que seria ilusório considerar a possibilidade de “congelar” uma definição de PE. Efetivamente, “o estudo da política externa é uma história em constante mudança de como os Estados, instituições e povos se envolvem dentro de um sistema internacional dinâmico” (Alden e Aron, 2017, p.2), verificando-se variações na sua definição consoante a época e o contexto (Morin e Paquin, 2017, pp.2-3).

Considerando os objetivos do trabalho a desenvolver, a presente investigação guiar-se-á pelo seguinte conceito de política externa apresentado por D. Beach (2012):

“A política externa compreende simultaneamente as grandes tendências de comportamento e as ações específicas tomadas por um Estado ou outro ator coletivo, direcionadas a outros atores coletivos dentro do sistema internacional. As ações de política externa podem ser realizadas mediante o uso de uma variedade de instrumentos diferentes, tais como a adoção de declarações, discursos, negociação de tratados, assistência económica a outros Estados, participação em atividades diplomáticas como conferências e o uso de força militar” (p.3)³.

A política externa é, então, entendida como uma área abrangente, que toca em diversas questões (como a segurança, economia, ambiente e a cultura) e que recorre a uma multiplicidade de instrumentos (desde a diplomacia, a sanções económicas e até aos media), albergando uma pluralidade de atores, para além do Estado, que podem influenciar e intervir na PE (Alden e Aron, 2017, p.1)⁴. Compreende-se, assim, a grande complexidade que caracteriza esta área, ao dizer respeito a diversos atores e dinâmicas, aos quais se juntam ainda a incerteza e mutabilidade do ambiente internacional.

Complexidades e divergências à parte, a verdade é que a generalidade dos autores entende a PE como “uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional” (Freire e Vinha, 2011, p.13), na qual “assenta o relacionamento de um estado com os restantes atores” externos (Semedo, 2015, p.7), nos diferentes campos de atividade e que permite às sociedades perseguirem os seus interesses e objetivos na arena internacional, daí a importância do estudo desta atividade política no seio das RI.

Para tal estudo, uma parte substancial da literatura serve-se das grandes correntes de pensamento das Relações Internacionais, mais especificamente do Realismo, do Liberalismo e do Construtivismo Social.

³ Este conceito dialogará com a definição apresentada por Freire e Vinha (2011), a qual acrescenta considerações sobre a dimensão não intencional deste processo e sublinha o papel da liderança, ao entender a PE como “o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções” (p.18).

⁴ Efetivamente, como aponta Hill (2016, p.4), hoje não existem razões para restringir as matérias e o estudo da PE apenas aos Estados, dado que estes organismos e os seus gabinetes e ministérios já não monopolizam as atividades, decisões e os destinos da política externa. “Outros atores, como regiões, cidades, igrejas e grupos de interesse mais cosmopolitas, têm assumido um papel cada vez mais direto nas relações internacionais. (...) mesmo quando um ator não é totalmente independente dos Estados, não possui um círculo eleitoral claro ou tem uma gama de preocupações bem definida, ainda é capaz de empreender uma ação de política externa” (Hill, 2016, p.34).

No respeitante à perspectiva realista⁵, esta olha para os Estados como “agentes unitários e monolíticos na formulação e execução das suas políticas externas” e sublinha a “dicotomia entre a política externa e a política interna”, entendidas como duas esferas distintas e independentes (Freire e Vinha, 2011, p.21). Para esta escola, o principal problema dos Estados prende-se com a necessidade de garantir a sua autonomia e integridade perante os atores externos e as possíveis agressões que destes possam surgir e os fatores externos são os determinantes do seu comportamento. Ademais, segundo o Realismo, “a política externa é formulada de forma homogénea e unitária, em conformidade com os elementos de poder e com base na definição do interesse nacional” (Freire e Vinha, 2011, p.21). De salientar, no entanto, que no seio desta escola existem diversas divisões e correntes teóricas, que olham para o sistema internacional e para a PE a partir de diferentes elementos e níveis de análise, como se explicitará mais adiante.

O Liberalismo⁶ é marcado por divisões ainda mais significativas, o que resultou em diversas variantes que oferecem explicações distintas acerca dos fenómenos na arena internacional, incluindo os concernentes à política externa⁷. Porém, as diferentes variantes partilham alguns princípios teóricos, tais como: a primazia dos atores societários, ao considerarem os indivíduos e os grupos privados como os atores fundamentais nas relações internacionais (Mendes, 2019, p.102); a ideia de que os Estados representam determinados segmentos da sociedade com certos interesses, na base dos quais os governos definem as preferências e opções das políticas públicas⁸, daí que, para esta perspectiva teórica (e contrariamente ao Realismo), não é suficiente estudar o Estado como um ator unitário, já que considera que “não há um interesse nacional, mas sim uma disputa

⁵ No entender realista, a natureza do sistema internacional é fundamentalmente anárquica, sendo esta o elemento-chave para a interpretação da política externa. Na arena internacional, os Estados procuram a garantir a sua segurança e empreendem esforços para aprimorar a sua riqueza material, colocando-os, assim, em competição com outros Estados. Neste cenário, o poder militar é visto como o “principal determinante da capacidade de um Estado sustentar uma política externa bem-sucedida”, ao qual se juntam ainda a posição geográfica, os recursos materiais e a demografia. Para esta corrente teórica, a PE é formulada em conformidade com estes elementos, sendo, por isso, imperativo investigar as influências da estrutura do sistema internacional e o poder relativo dos Estados para entender as ações e os resultados das decisões de PE (Alden e Aran, 2017, pp.5-6).

⁶ “O liberalismo tem origem na teoria política idealista-liberal e esteve ligado a várias ilhas teóricas das RI que em determinados momentos se afirmaram contra a teoria dominante do realismo” (Mendes, 2019 p.101), considerando-a incapaz de explicar satisfatoriamente a realidade do sistema internacional.

⁷ Como sublinhou Joaquim (2011) “não só esta escola é multifacetada, como mesmo na qualificação de cada uma das suas faces se está longe de alcançar um consenso absoluto” (pp.26-27). Para mais informações sobre as diferentes correntes liberais, cf., por exemplo, Fonseca (2008, p.13); Joaquim (2011, pp.26-27); Beach (2012, p.21); Diverio, Silva e Netto (2016, pp.237-238); e Mendes (2019, p.102).

⁸ Para os teóricos liberais, o Estado “não é mais do que o intermediário para a execução dos interesses definidos pelos indivíduos, e só existe em relação a estes” e a política externa “depende dos interesses expressos pela parte da sociedade” (Fonseca, 2008, p.15).

interna de grupos diversos, que usam de sua influência para que os seus interesses sejam defendidos pelas autoridades do Estado no âmbito externo” (Cardoso, 2010, pp.25-26)⁹; e a convicção de que a interdependência entre as nações, ligadas pelo comércio, pelas transações financeiras e pelo sistema de comunicação, é uma característica essencial do sistema internacional, daí que “as decisões de um Estado interferem em outro” (Cardoso, 2010, p.25), sendo fundamental perceber a influência dessa interdependência internacional “na formatação das preferências nacionais e na determinação do comportamento dos estados e de outros atores não estatais” (Mendes, 2019, p.102).

Tendo por base estas premissas, o Liberalismo debruçou-se essencialmente sobre as características particulares (ideacionais, societárias e institucionais; e a sua influência sobre a PE) dos Estados para compreender e explicar o seu comportamento, as interações entre os diferentes atores e os fenómenos na arena internacional (Mendes, 2019, p.101)¹⁰, embora não descure os fatores estruturais/sistémicos¹¹. Além disso, a escola liberal, embora tenda a concordar com o Realismo quanto à natureza anárquica do sistema internacional, afasta-se desta corrente ao reconhecer a possibilidade de paz e cooperação entre os atores estatais, em resultado de um benefício mútuo para os atores (Doyle, 2012, p.65)¹². Na sequência deste entendimento, a escola liberal também concedeu uma grande ênfase às instituições dentro do sistema internacional, sobretudo o Neoliberalismo de Keohane, apontando que “uma instituição (...) pode moderar as preferências de um Estado ou restringir as suas ações” (Mowle, 2003, p.566)¹³.

Posto tudo isto, compreende-se como o contributo do Liberalismo para o estudo da política externa prende-se sobretudo com a atenção que dedica aos “indivíduos e às ideias

⁹ Como aponta Beach (2012), para muitos liberais, “as preferências de política externa do Estado são (...) um produto das preferências racionais e egoístas dos atores sociais, que foram agregadas por meio do sistema político doméstico” (p.22).

¹⁰ Como explicita Mendes (2019), “o que o liberalismo enfatiza é que a cultura política e institucional interna dos estados influencia decisivamente as suas preferências e interesses” (p.101). Posto isto, “os liberais prestam mais atenção às estruturas domésticas e às diferenças individuais do que os realistas, e acreditam que o sistema internacional (...) tem uma influência menos dominante (Doyle, 2012, p.66).

¹¹ Alguns autores do Liberalismo preocuparam-se igualmente com os fatores estruturais da ordem internacional, como foi o caso de Ikenberry (Mendes, 2019, pp.102-103).

¹² No entender de diversos liberais, “a política internacional pode ser transformada de uma anarquia conflituosa num mundo mais maduro de cooperação e civilidade por meio do aumento da interdependência, democracia e institucionalização” (Beach, 2012, p.21). A título de exemplo, Robert Axelrod e Robert Keohane defendiam que “o mundo não vive em um estado de guerra contínuo e homogêneo. (...) Por mais que houvesse desconfiança entre nações, elas realizavam trocas comerciais e cooperavam em benefício de interesses próprios” (Cardoso, 2010, p.25).

¹³ Segundo a vaga liberal que se debruça sobre estas organizações, “as instituições internacionais são um factor que contribui para que os estados adoptem um comportamento menos egoísta, sobretudo, pelo encorajamento da troca de ganhos imediatos por ganhos maiores e de mais longo prazo, resultantes da cooperação” (Joaquim, 2011, p.27).

e ideais que defendem (como direitos humanos, liberdade e democracia), [às] forças sociais (capitalismo, mercados) e [às] instituições políticas (democracia, representação)” (Doyle, 2012, p.54), procurando desmistificar os efeitos que estes podem ter na PE.

Já com o surgimento da *Foreign Policy Analysis* (*FPA* ou Análise de Política Externa)¹⁴, uma subárea das RI que se distingue pelo seu foco estrito nas questões de PE, novas abordagens teóricas emergiram, reconhecendo outros atores, processos e dinâmicas na formulação e decisão da PE, desconsiderados pelas correntes sistémicas (Freire e Vinha, 2011, p.18). De facto, perante a insatisfação com as explicações tradicionais, a *FPA* ofereceu a oportunidade “de integrar análises em diferentes níveis. Na encruzilhada entre as teorias das RI e a análise de políticas públicas, a *FPA* não se limita ao estudo do sistema internacional que falha na consideração das suas partes componentes, nem ao estudo de processos pontuais de tomada de decisão no contexto internacional” (Morin e Paquin, 2018, p.1), compreendendo antes a necessidade de investigar a influência/peso mútuo das dimensões interna e externa, ao atentar mais pormenorizadamente na agência e nos processos da decisão, os dois enfoques desta corrente.

Efetivamente, para a *FPA*, “a fonte de toda política internacional e da sua mudança são os seres humanos que usam a sua agência e atuam individualmente ou em grupos” (Hudson, 2014, p.7), daí que esta corrente se debruce sobretudo sobre a agência e os processos de decisão, atentando em especial no papel dos decisores políticos e na natureza das escolhas no campo da PE (Alden e Aran, 2017, p.4). Tal representa um abrir da “caixa negra” que são os Estados aos olhos das perspetivas tradicionais, já que passaram a ser considerados os elementos do nível da unidade e os atributos dos agentes (Kubálková, 2001, p.15). Para estes analistas, “[o] conhecimento sobre as particularidades das pessoas que tomam decisões de política externa é fundamental para entender a natureza dessas escolhas” (Hudson e Vore, 1995, p.214)¹⁵.

¹⁴ A *FPA* deu os seus primeiros passos no pós-II Guerra Mundial, mas foi apenas no fim da Guerra Fria que recebeu uma grande alavancagem face à incapacidade de as perspetivas tradicionais explicarem este momento histórico. Na génese desta nova abordagem estão três importantes trabalhos das décadas de 50 e 60 que estabeleceram as principais linhas de investigação deste campo. São eles a obra *Foreign Policy Decision-Making* (1954) de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin, focada no processo de *decision-making*, na situação envolvente e no papel dos *players* envolvidos na formulação da PE; o livro *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics* (1956) de Harold e Margaret Sprout, que catalisou a criação de uma linha de investigação dedicada ao contexto da PE e à dimensão cognitiva dos decisores; e a investigação de James Rosenau, *Pre-theories and Theories of Foreign Policy* (1966), que desenvolve uma perspetiva de interdisciplinaridade e consolida os trabalhos da PE comparada (Hudson e Vore, 1995, pp.212-214; Freire e Vinha, 2011, pp.14-16; Hudson, 2014, p.18).

¹⁵ Assim, “enquanto a que a teoria das RI fornece muito mais *insights* sobre a estrutura do que agência, a teoria da *FPA* abre-se para contingência e escolha, tornando a teoria mais *agent-oriented* e *actor-specific*” (Beach, 2012, p.26).

Já quanto ao processo de *decision-making*, a *Foreign Policy Analysis* entende que o seu estudo é tão ou mais importante do que o dos resultados da PE (Hudson e Vore, 1995, p.214), dedicando-se, assim, à análise do aparato formal dos processos decisórios do Estado, dos seus agentes, das fronteiras entre o ambiente doméstico e externo e das fontes de influência subnacionais sobre a política externa (Alden e Aran, 2017, p.3).

No entanto, segundo diversos autores, não é suficiente atentar no processo de *decision-making* para compreender a PE. É também crucial analisar outros fatores sociais, culturais, psicológicos e provenientes dos ambientes internacional e doméstico¹⁶, igualmente capazes de impactar e moldar a PE de um Estado e sobre os quais se desenvolveram diferentes teorias e modelos no seio da *FPA*. Neste sentido, compreende-se como a explicação da *FPA* para o processo de decisão é multifatorial e multinível, ao examinar diversas variáveis que afetam a PE a partir de mais do que um nível de análise.

Contudo, embora a *FPA* tenha surgido, em parte, como uma reação ao Realismo, esta não subscreve nenhuma escola em específico, podendo, assim, servir-se das múltiplas ferramentas teóricas das RI para o estudo da PE (Alden e Aran, 2017, p.4; Morin e Paquin, 2018, p.8)¹⁷. Tal resultou numa variedade de teorias e abordagens metodológicas, as quais, embora se encontrem “sob o teto” da *FPA*, diferem nas suas assunções sobre o processo de decisão e o nível de análise, com alguns autores a focarem-se nos grandes grupos organizacionais e nas burocracias, enquanto outros atentam no papel dos líderes individuais ou na dinâmica dos pequenos grupos, seguindo tanto abordagens racionalistas, behavioristas/cognitivistas ou fazendo um esforço de combinação de ambas. No entanto, como apontaram Freire e Vinha (2011), “estes modelos não são necessariamente excludentes, havendo consenso na bibliografia relativamente à interação destas diferentes abordagens numa explicação compreensiva dos processos” de PE (p.20).

¹⁶ Entre os fatores internacionais constam aspetos como os períodos de corrida ao armamento ou de crise e a formação de alianças, por exemplo. Já no domínio doméstico, estão determinantes como as características da sociedade, o regime político, os arranjos organizacionais e institucionais, as condições e os interesses económicos, as demandas da sociedade, os atributos materiais do país e o papel dos atores domésticos (como a opinião pública, grupos de interesse, os meios de comunicação, as organizações não-governamentais, etc.). Entre os fatores psicológicos e cognitivos, destacam-se as emoções, as percepções individuais, as imagens, os preconceitos, as crenças, a personalidade e as experiências passadas dos líderes, a cognição humana, entre outros. Por fim, entre os determinantes culturais constam as normas, as identidades nacionais e as práticas culturais, por exemplo. (Mintz and DeRouen, 2010, p.121-133; Freire e Vinha, 2011, pp.37-40; Alden e Aran, 2017, pp.8-9; Morin e Paquin, 2018, p.167).

¹⁷ Como afirma Beach (2012), “o estudo da política externa não requer uma caixa de ferramentas teórica exclusiva da *FPA* e, embora existam muitas teorias distintas na *FPA* (...), as teorias das RI também podem ser utilizadas produtivamente para explicar aspetos do comportamento da política externa dos Estados ou de outros atores coletivos” (p.6).

Em reação à *FPA*, mas ao mesmo tempo bebendo dos seus contributos, outros quadros teóricos acrescentaram-se à discussão. O Realismo Neoclássico (RNC)¹⁸, uma das mais recentes variantes da escola realista, foi uma das abordagens teóricas que procurou dar uma roupagem revigorada ao estudo da PE pela lente do Realismo. Representando um revivalismo do Realismo Clássico¹⁹ e uma crítica ao Neorealismo²⁰, numa tentativa de conjugar estas perspetivas e ultrapassar as suas críticas, o RNC acrescentou-lhes ainda alguns pressupostos da *FPA* para compreender a dinâmica do sistema internacional, incluindo as questões relacionadas com a política externa. De facto, de modo a ultrapassar as limitações das correntes realistas anteriores e a construir uma teoria realmente compreensiva da PE, o Realismo Neoclássico reiterou a primazia do sistema internacional e dos seus estímulos na definição das estratégias de PE, como

¹⁸ Esta corrente foi cunhada por Gideon Rose (1998) para descrever uma série de novos trabalhos no seio da escola realista, como os de Thomas Christensen, Randall Schweller, William Wohlforth e Fareed Zakari, que partilhavam os mesmos pressupostos, variáveis de análise e perspetiva metodológica (Taliaferro, Lobell e Ripsman, 2009, pp.5-7). Recorde-se que, ao pertencer à escola realista, o RNC rege-se por diversas das suas assunções de base, tais como a crença na natureza anárquica do sistema internacional e subsequente competição entre Estados para garantir a sua sobrevivência e autonomia. Este estado anárquico não é entendido no sentido hobbesiano de guerra de todos contra todos, mas como uma “ausência de governo” no sistema internacional, o que origina incerteza e é um fator de pressão sobre as unidades estatais, levando-as a agir de forma “egoísta” e com desconfiança em relação aos outros (Beach, 2012, pp.17-18).

¹⁹ O Realismo Clássico, contrariamente ao Neorealismo, considera que são as potências que determinam a política internacional, preocupando-se, em primeiro lugar, “com as fontes e usos do poder nacional na política internacional e com os problemas que os líderes encontram na condução da política externa” (Taliaferro, Lobell e Ripsman, 2009, p.16). Esta corrente dedica exclusivamente a sua atenção às características dos Estados, à sua complexa relação com a sociedade e às variáveis do nível da unidade, procurando compreender a influência destas sobre a PE. Assim, entre as críticas dirigidas a esta linha de pensamento consta, nomeadamente, a desatenção à globalidade do sistema internacional e aos estímulos e restrições que deste advêm e que afetam as decisões estatais quanto à sua atuação externa.

²⁰ No entender do RNC, o Neorealismo é uma simplificação excessiva do estudo da PE, ao atentar apenas no nível sistémico, nas pressões que deste advêm e na posição relativa de um Estado no sistema internacional para compreender a PE e o comportamento dos Estados (Beach, 2012, p.19). Tal primazia do sistema internacional levou a que os neorealistas desconsiderassem os fatores internos dos Estados (como a política doméstica, o regime político, a história, as ideologias ou as perceções), não considerando a sua participação ou influência nas decisões de PE (Ripsman, 2011, p.3). Os Estados seriam, assim, uma espécie de “caixa negra” e, por isso, unidades semelhantes que operam num meio anárquico, diferenciando-se somente em termos das suas capacidades materiais (como a população, o nível de coesão política, a capacidade económica e militar, etc.) (Beach, 2012, pp.19-20; Firoozabadi e Ashkurazari, 2016, p.96). Ademais, segundo esta corrente, as decisões estatais são tomadas de forma racional, no sentido de assegurar a maximização da capacidade de sobrevivência de um Estado, daí a previsibilidade do seu comportamento (Beach, 2012, p.19). Para o RNC, estas assunções apresentam diversas limitações, pois os Estados nem sempre percebem corretamente os estímulos do sistema e os líderes nem sempre respondem racionalmente aos incentivos sistemáticos ou conseguem mobilizar os recursos internos para responder aos requerimentos do sistema internacional, mesmo que os compreendam corretamente. Além do mais, os sinais sobre as ameaças e as oportunidades no sistema internacional são, muitas vezes, ambíguos e podem não ser suficientemente fortes para determinar os o comportamento dos Estados. Cf., por exemplo, Rose (1998, p.147) e Ripsman (2011, pp.3-5) – para uma explicação mais detalhada das críticas do RNC ao Neorealismo. De salientar ainda que o RNC recusa a ideia neorealista de que a segurança no sistema internacional anárquico é o único objetivo dos Estados e de que a racionalidade das unidades estatais é uma constante no comportamento de PE, ao reconhecer a intervenção de variáveis internas na PE (Schweller, 1994, p.100; Rose, 1998, p.97; Rynning e Rigsmose, 2009, p.22; Taliaferro, Lobell e Ripsman, 2009, p.22).

defendido pelo Neorrealismo, ao mesmo tempo que sublinhou a relevância das variáveis do nível estatal²¹, como alegado pelo Realismo Clássico. Isto é, enquanto o RNC não deixou de concordar com os neorrealistas que a PE de um Estado é condicionada pelo ambiente internacional e pelos fatores sistémicos, sendo este o seu primeiro determinante, não esqueceu também que a política externa não escapa à influência de fatores internos, que podem facilitar, constranger e/ou desviar a capacidade de os Estados responderem aos estímulos sistémicos (Ripsman, 2011, pp.8-9; Foulon, 2015, p.637; Więclawski, 2017, pp.200-201); daí que uma análise puramente estrutural não é capaz de dar conta da complexidade destes processos (Rose, 1998, p.146)²².

Posto tudo isto, compreende-se como o Realismo Neoclássico trata-se de uma teoria de dois níveis, que tem como principal objetivo “descobrir como a distribuição de poder no sistema internacional, as motivações e as estruturas subjetivas dos Estados em relação ao sistema internacional moldam a política externa” (Firoozabadi e Ashkurazari, 2016, p.96), procurando explicar, assim, as variações na PE de um Estado ao longo do tempo (Taliaferro, Lobell e Ripsman, 2009, p.21)²³.

A juntar a este debate, está ainda o Construtivismo²⁴, outra escola teórica das RI, que, a par da perspectiva realista neoclássica, atenta em outros elementos para lá da distribuição do poder material no sistema internacional para compreender a política externa de um Estado, ao debruçar-se sobre as dimensões ideacionais, intersubjetivas e contextuais (em termos sociais, históricos, culturais e políticos) dos processos de formulação e implementação da PE, ao nível internacional e doméstico.

²¹ Por fatores internos entendem-se as perceções, ideologias, atitudes e a personalidade dos *decision-makers*, as características dos Estados (a sua estrutura, cultura estratégica, a coesão das elites e o regime político), os atores domésticos (a opinião pública, os media, os partidos políticos, grupos de interesse político e económico), a relação entre o Estado e a sociedade, etc. (Rose, 1998, p.167; Ripsman, 2009).

²² Como explicita Rose (1998), “a distribuição internacional do poder apenas pode afetar o comportamento dos países se influenciar as decisões dos funcionários de carne e osso” (p.157), daí que os estudiosos da PE não possam ignorar os detalhes ao nível dos formuladores de políticas para compreender a PE de um país. Por um lado, os decisores de PE reagem e procuram responder aos estímulos advindos do ambiente internacional e, por outro, são responsáveis pela mobilização dos recursos nacionais para operacionalizar tais respostas de acordo com o interesse nacional, sendo nesse processo afetados pelas circunstâncias e atores domésticos (Taliaferro, Lobell e Ripsman, 2009, p.7 e 26; Firoozabadi e Ashkurazari, 2016, p.98).

²³ De salientar, no entanto, que “não existe uma única teoria realista neoclássica da política externa, mas antes uma diversidade de teorias realistas neoclássicas” (Taliaferro, Lobell e Ripsman, 2009, p.10).

²⁴ Esta perspetiva teórica surgiu no fim dos anos 80/início dos anos 90, afigurando-se um desafio e uma alternativa ao Liberalismo, ao Realismo e ao racionalismo que dominava as teorizações neoliberais e neorrealistas (Flockhart, 2012, p.81). Contudo, contrariamente a estas escolas, a abordagem construtivista “não é uma teoria política *per se*”, mas antes “uma teoria social na qual se baseiam as teorias construtivistas da política internacional” (Adler, 1997, p.323).

Contudo, antes de compreender o entendimento construtivista acerca da PE, importa considerar as assunções-base desta corrente²⁵. São elas, a crença de que o mundo e os seus agentes são socialmente construídos, enquanto produto das interações sociais, ideias e dos conhecimentos partilhados coletivamente e não um facto pré-existente; a ideia que os “fatores ideacionais (...) importam” (Beach, 2012, p.24) e não somente as forças materiais²⁶; o foco na identidade dos agentes, uma construção social intersubjetiva, formulada historicamente e produto das interações e influência de diferentes contextos, sendo a base sobre a qual se constroem os interesses e preferências de PE; a distinção entre duas lógicas de comportamento, a ‘*logic of expected consequences*’ e a ‘*logic of appropriateness*’²⁷; e a ideia de que os agentes e a estrutura são mutuamente constitutivos.

Tendo estas assunções por base, compreende-se como, para estes teóricos, “a política externa é o que os Estados fazem dela” (Smith, 2001, p.38) e não uma mera derivação das pressões externas ou fatores internos. A PE é antes o resultado da interação complexa entre a sociedade nacional e internacional e das ideias, normas e identidades que constituem estes âmbitos, as quais também têm influência na formulação dos interesses, preferências e decisões neste ramo político (Mendes, 2018, p.474).

Assim, o Construtivismo advoga que para uma análise mais completa da PE de um Estado ter-se-á de olhar para os fatores ideacionais e normativos, em especial para a sua identidade e os efeitos constitutivos das ideias, normas e práticas na definição dos interesses e preferências estatais, para além dos aspetos materiais (Mendes, 2018, pp.460-461). Para estes teóricos, a PE é uma “política pública que expressa de forma mais completa a identidade política do Estado”, a qual, por sua vez, “é a base constitutiva da

²⁵ Para um desenvolvimento mais aprofundado destas assunções, cf., por exemplo, Onuf (1998); Kubáľková (2001); Adler (2002); Flockhart (2012) e Mendes (2018). Ressalte-se, no entanto, que existem divisões profundas no Construtivismo, normalmente dividido em duas escolas: a construtivista e a pós-estruturalista (cf. Beach, 2012, pp.22-24 – para uma explicação mais detalhada sobre as diferenças entre estas correntes).

²⁶ Para esta perspetiva, os fatores ideacionais (tais como as ideias, as identidades dos agentes, as normas, as práticas e os contextos destes elementos) desempenham diversos papéis e têm influência sobre os Estados e a sua conduta no âmbito doméstico e internacional, afetando, por conseguinte, os processos e decisões na PE (Mendes, 2018, p.465). No entanto, o Construtivismo não é uma negação radical dos fatores materiais, nem um puro idealismo (Wendt e Fearon, 2002, p.75; p.77). Segundo Mendes (2018), “em política externa existem importantes decisões de imposição de poder ligadas a um cálculo geoestratégico de fatores materiais. Mas não parece ser menos óbvio que os seus processos de formulação, e os seus efeitos, estão envolvidos em ambientes ideacionais intersubjetivos (...). Os interesses materiais não existem independentemente da interpretação dos atores” (p.464).

²⁷ Para o Construtivismo, os comportamentos dos Estados nem sempre são motivados pelo determinismo do cálculo dos custos e benefícios em prol da maximização utilitária, podendo antes ser determinados por coerência com a sua identidade e pelo que é considerado legítimo segundo os princípios normativos que subscrevem (Wendt e Fearon, 2002, p.80; Mendes, 2018, p.471).

sua cultura política e do estilo nacional da sua política externa” (Mendes, 2018, p.458)²⁸. Ademais, são os valores culturais, as imagens e as ideias que os Estados têm sobre quem são e como se situam no mundo que moldam e fundamentam a forma como os atores de PE percebem as relações internacionais e guiam o processo de formulação e implementação da sua PE (Mendes, 2018, p.458). Além disso, sendo a PE uma construção social, dever-se-á avaliar os contextos político, social, cultural e histórico, internacionais e domésticos, dada a sua influência nas escolhas e processos da PE. A tudo isto junta-se ainda a necessidade de atentar na estrutura social e normativa nacional e da ordem internacional (que inclui as organizações internacionais e as suas regras), de modo a compreender o que querem os Estados (interesses) e a sua atuação em termos de PE²⁹.

Face a tudo isto, entende-se como de acordo com esta perspetiva, “para contarmos melhores histórias sobre a política externa é importante complementar as perspetivas tradicionais, mais racionalistas, com perspetivas mais compreensivas e sociológicas” (Mendes, 2018, p.483). A análise construtivista da PE trata-se, portanto, de uma abordagem que conjuga a análise da identidade nacional numa perspetiva sociocultural holística da PE, integrando os aspetos ideacionais individuais, a cultura, os contextos políticos e as estruturas normativas (nacional e internacional).

Percebe-se, assim, como têm sido diversas as perspetivas teóricas e autores que se debruçaram sobre o estudo da PE. Contudo, embora cada uma destas abordagens se apresente como alternativa às outras, diversos autores têm chamado à atenção para a possibilidade e a vantagem de conjugá-las num estudo mais compreensivo da política externa. De facto, como apontou Beach (2012), “as teorias de RI fornecem boas ferramentas para analisar a política externa, a par da *FPA* tradicional” (p.6). Hill (2016) defendeu o mesmo, apontando que “todas as abordagens (...) têm algo a oferecer ao

²⁸ Isto é, as identidades antecedem e influenciam os interesses de PE, os quais, conseqüentemente, refletem tal dimensão identitária política e ideológica (Mendes, 2018, p.465). De salientar que, para esta escola, embora exista um interesse nacional universal mínimo, a PE de um Estado exprime, essencialmente, um conjunto de “interesses nacionais particulares face aos outros Estados”, formulados de acordo as “percepções e construções identitárias particulares e históricas de cada Estado”. Ou seja, ainda que seja possível identificar interesses nacionais relativamente estáveis, a verdade é que “todos os interesses dos Estados são construídos socialmente e resultado de um processo histórico e contingencial, em que o ambiente cultural, institucional e ideacional dos decisores políticos são decisivos” (Mendes, 2018, p.463).

²⁹ Nas interações no ambiente internacional e doméstico, as elites decisoras vão adquirindo conhecimentos sobre as normas que caracterizam estes âmbitos e as políticas, preferências e práticas de outros agentes internacionais, o que poderá influenciar as suas ideias, preferências e percepções de PE, no sentido em que os Estados poderão formular as suas PE em conformidade (ou não) com as dos restantes atores do sistema internacional (Mendes, 2018, p.468). Posto isto, para o Construtivismo, os decisores de PE estão inseridos em dois processos de socialização simultâneos, ao estar na interface de dois sistemas sociais – a sociedade internacional e a doméstica –, cada um com as suas normas e valores que definem objetivos coletivos e especificam os modos de comportamento apropriado (Boekle, Rittberger e Wagner, 2001, pp.110-111).

estudante de política externa - [e] não precisam ser vistas como incompatíveis em todos os aspetos” (p .12). Como se explicitará mais adiante, este será o esforço da presente investigação, que conjugará diversas perspetivas teóricas das RI, de forma a oferecer uma explicação mais compreensiva da política externa portuguesa no processo timorense.

A fase da implementação e os instrumentos de política externa

Tendo em conta os propósitos da presente investigação, importa atentar também na decisão e na implementação de PE, duas importantes fases deste processo. Segundo diversos autores, embora esta seja uma dimensão estudada de forma mais consistente na área da *public policy*, o estágio da implementação tem sido relegado para segundo plano nas investigações de PE, uma das lacunas na produção literária, que se debruça quase exclusivamente sobre o *decision-making*³⁰, que tem sido em especial o grande enfoque da *FPA* (Clarke, 1979, p.113; Morin e Paquin, 2018, pp.43-44). No entanto, a implementação é uma fase-chave para a compreensão do processo de política externa, e não um mero tecnicismo, sendo, por isso, essencial perceber os modos da execução das decisões e a discrepância entre estas e a sua concretização na prática (Hill, 2016, p.127)³¹.

Relacionada com estas duas fases, está a questão dos instrumentos de PE, entendidos como uma “miríade de técnicas à disposição dos governos [mas não só] para implementar os seus objetivos de política pública” (Howlett, 1991, p.2) e que permitem aos atores de PE projetar o seu poder no exterior (Hill, 2016, p.148). De um modo geral, a literatura diferencia estas ferramentas entre pacíficas ou violentas, distinguindo-as ainda em instrumentos diplomáticos, culturais, económicos ou militares³².

Neste ponto acerca dos instrumentos enquanto meios pelos quais os atores exercem poder para cumprir os seus propósitos de PE, é importante olhar para o trabalho de Joseph Nye, no início dos anos 90, acerca dos conceitos de *hard* e *soft power*. Por *hard power* entende-se o exercício coercivo do poder, mediante o emprego da capacidade militar ou económica, enquanto que o *soft power* é definido como “a capacidade de alcançar os resultados desejados nos assuntos internacionais através da atração em vez da coerção” (Nye e Owens, 1996, p.21)³³. Efetivamente, se durante séculos, o poder militar e a

³⁰ Cf., por exemplo, Snyder, Bruck e Sapin (1954); Allison (1971); e Mintz e DeRouen (2010).

³¹ Desde a constatação desta lacuna, alguns estudiosos têm desenvolvido explicações e modelos conceptuais para avaliar esta etapa. Cf., por exemplo, Lindblom (1959); Brighi e Hill (2008); e Smith e Clarke (1985).

³² No que toca a estas ferramentas, as investigações são abundantes. Cf., por exemplo, Berridge (1995); Kuus (2014); Constantinou (2016); Hill (2016, pp.148-164); e Sevin (2017, pp.128-129).

³³ Isto é, “o *hard power* é coercivo, físico, direcionado e muitas vezes imediato. O *soft power* é indireto, a longo prazo e trabalha mais através da cooptação, persuasão e poder de atração” (Hill, 2016, p.143).

capacidade de fazer e vencer a guerra, as faces do *hard power*, foram os instrumentos de política externa mais privilegiados e poderosos, na atualidade, a noção de *soft power* chama a atenção para o facto de que novos instrumentos concorrerem para a definição da balança do poder no sistema internacional e para a concretização da PE (Nye, 1990, pp.156-158). Note-se que, como ressaltou Hill (2016), verificou-se o fim do triunfalismo militar, sendo o uso da força física cada vez mais excepcional e já não o principal instrumento de PE (pp.150-151), pelo que “hoje, o poder é menos tangível e menos coercitivo do que no passado” (Nye, 2004, p.30)³⁴. Posto isto, como compreendeu este investigador, o *soft power* foi-se afirmando como “a nova forma de obter os resultados que um país deseja” (Sevin, 2017, p.27), através da progressiva substituição do militar por fatores como a tecnologia, a educação e a economia.

É partindo deste entendimento sobre o exercício do poder e dos instrumentos de PE que se pode compreender como é que os meios de comunicação (ou media)³⁵ entram no complexo mundo da política externa. No entanto, reconheça-se que a atuação destes meios no campo da PE é complexa e diversificada, podendo assumir outras formas para além da sua instrumentalização pelo poder político. De facto, a atividade dos media pode beneficiar a concretização de estratégias e objetivos de política externa de um determinado ator político, sem que haja uma intenção deliberada de instrumentalizar estes meios. Ademais, como apontam alguns autores, os meios de comunicação podem afirmar-se eles mesmos como atores autónomos e independentes, com capacidade de influência sobre as decisões e ações do poder político. Importa, agora, compreender mais pormenorizadamente tais possibilidades na relação entre os media e a PE.

³⁴ Na visão de Nye (1990, p.160; p.166), tal deveu-se a diversas mudanças na cena internacional, sobretudo no pós-Guerra Fria, tais como a crescente interdependência económica, o aumento do número dos atores transnacionais, a expansão da tecnologia e as alterações nas questões políticas, que fizeram emergir uma nova forma de exercício do poder, a partir do reconhecimento de que “os recursos e capacidades militares não podem ser vistos como o único requisito de poder para um determinado país, pois o poder está na capacidade de mudar o comportamento e não apenas nos recursos materiais” (Sevin, 2017, p.27).

³⁵ Por meio de comunicação social (ou media) compreende-se as organizações que têm como missão “produzir, agregar ou difundir conteúdo de media” para um público em geral. Tal conteúdo poderá ser disseminado em diferentes formatos (texto, vídeo, áudio, fotografia e texto, etc.) e através de uma variedade de plataformas de difusão (papel, rádio, TV, Internet ou aplicação móvel). No entanto, para assumir a designação de media, as organizações devem cumprir outros critérios, tais como assegurar um “tratamento editorial e a organização como um todo coerente dos conteúdos produzidos” e ter a “intenção de atuar como media”, “revelada através da existência, por exemplo, de métodos de trabalho típicos dos media, pelo respeito das normas profissionais, pela existência de dispositivos de comunicação de massa e pela própria apresentação como media”. Ademais, há também a necessidade de tais organizações obterem contrapartidas económicas pelo seu trabalho (em termos de utilizadores, anunciantes, poderes públicos ou simplesmente donativos) e de que este tenha “uma dimensão de comunicação de massa” (ERC, 2014, pp.6-7).

1.1.2. A política externa e os meios de comunicação

Na visão de Joseph Nye (2004, p.30), com a revolução comunicacional e informacional do século XX, a noção de *soft power* tornou-se progressivamente mais importante no exercício do poder para a concretização dos objetivos de PE. Para tal, contribuiu a emergência e o desenvolvimento dos media, que foram um dos fatores que propulsionou a mudança na lógica do poder no sentido previsto por este autor, ao transformarem a atuação política, económica e social dos Estados, a formulação das políticas externas e de defesa e a condução da diplomacia, as quais passaram a fazer-se noutros moldes e a um novo ritmo (Gilboa, 2002, p.731; Burity, 2013, p.167).

De facto, os media apresentaram-se como uma das formas de levar a cabo e dar corpo ao *soft power*, sendo identificados pelos diversos atores da cena internacional quer como um importante instrumento de PE, enquanto um “meio de persuasão de ideias, culturas, valores” (Oliveira, 2014, p.62)³⁶, quer como poderosos atores, com capacidade de agência e influência neste campo político, sendo estas as duas visões que permeiam a discussão acerca da relação entre os meios de comunicação e a política externa (Burity, 2013, p.167). Entendidos de uma forma ou de outra, o que é inquestionável é a importância que estes meios assumem, hoje, no sistema internacional e nas relações entre os atores estatais e não-estatais. Isto mesmo é reiterado, desde logo, pelo facto de a maior parte dos acontecimentos, assuntos de política internacional e decisões dos governos acerca da PE continuarem a chegar à generalidade dos cidadãos através da cobertura noticiosa feita pelos media acerca do que se passa no mundo (Cohen, 1963, p.13)³⁷. Tal ajuda os indivíduos a construir na sua mente a realidade internacional e de PE do seu país, daí a relevância que estes meios assumem nas sociedades e a influência que podem ter sobre a opinião pública. Ademais, são estes meios, e em especial as agências de notícias³⁸,

³⁶ No novo milénio, os políticos compreenderam que para “além do poder económico e militar, os media são essenciais para ganhar poder e influência sobre outros Estados nas relações internacionais” (Coban, 2016, p.56). Segundo diversos autores, “hodiernamente, os Estados passaram a usar a complexidade da Sociedade da Informação e seus novos recursos como instrumentos para a política externa, numa tentativa real de ampliar suas capacidades de êxito no jogo de poder internacional” (Burity, 2013, p.168).

³⁷ Segundo Cohen (1963), “para a maioria do público de política externa, o mapa político realmente eficaz do mundo (...) é desenhado pelo repórter e pelo editor, não pelo cartógrafo. (...) E se não vemos uma história nos jornais (ou na rádio ou na televisão), teoricamente esta ‘não aconteceu’ para nós” (p.13).

³⁸ Por agência noticiosa entende-se as organizações que têm “como objectivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado)” (Lusa, 2018). Estas são mecanismos mais basilares, “abaixo da superfície (...) que operam em fluxo contínuo para garantir a ininterrupção do sistema de comunicação global”, exercendo um “papel da mais alta relevância” na circulação de informações a nível global (Aguiar, 2009, p.2).

que facilitam a circulação de informação e imagens entre países, afigurando-se, muitas vezes, como um primeiro passo no cumprimento de determinados propósitos de PE, ao ajudar a estabelecer pontes entre os diferentes Estados e sociedades e a firmar relações ao nível local e internacional (Coban, 2016, p.47). Ademais, os meios de comunicação “contribuem para o ‘acordo’ internacional, na medida em que esclarecem as questões em negociação, ajudam a garantir a coordenação intragovernamental, vinculam os governos aos públicos interessados e fornecem canais de comunicação suplementares para a diplomacia” (Malek e Wiegand, 1997, p.15), para além de se assumirem como um canal de comunicação crucial entre os decisores políticos e públicos nacionais.

Tendo tudo isto em conta, não é, pois, de admirar que os media sejam reconhecidos como um importante elemento na sociedade internacional (Coban, 2016, p.52). No entanto, sublinhe-se que o retrato da política internacional apresentado pelos órgãos de comunicação não é apenas resultado do cumprimento da sua função de disseminadores imparciais de informação, segundo os critérios da profissão. Como sublinha Cohen (1963, p.133), as notícias acerca dos acontecimentos e decisões de PE são antes fruto de uma complexa troca de influências e informação entre estes organismos e os decisores de política externa e outros agentes políticos e sociais relevantes.

Dada esta proximidade entre os media e a política e face à constatação de que estes meios estão profundamente envolvidos nas dinâmicas de PE, ao longo das décadas, desenvolveram-se diversos (e divergentes) modelos e entendimentos teóricos sobre a interação entre estas entidades e acerca do papel e do poder destes meios neste campo político, tendo em vista compreender as suas múltiplas dimensões e contextos³⁹.

Num dos extremos do espetro das abordagens acerca da interação media-PE estão os que defendem a independência, o papel ativo e o poder destes meios para influenciar as decisões de PE. De uma forma geral, nesta perspetiva é apontada a missão de *accountability/watchdog* destes organismos, entendidos como “observadores independentes”, “participantes ativos” e até “catalisadores” de políticas e decisões,

³⁹ Como reconheceu Yüksel (2013, pp.57-58), jornalistas, proprietários dos media, académicos e políticos em diferentes países têm-se envolvido em debates acerca das fronteiras e da relação estabelecida entre as esferas mediática e política. Os estudos acerca da relação entre os media e a PE arrancaram sobretudo no pós-I Guerra Mundial com as investigações sobre o uso da propaganda, prosseguindo e crescendo exponencialmente com os movimentos ideológicos na Europa, com a II Guerra Mundial e com o reconhecimento das mudanças introduzidas pela era da informação. Ademais, no fim dos anos 80, as teorias das RI pós-modernas começaram a atentar noutros atores para além do Estado, que começavam naquela altura a expandir a sua influência além-fronteiras, nomeadamente através do uso do novo poder das novas tecnologias de comunicação e dos *mass media* (Coban, 2016, p.46); daí o surgimento de uma nova literatura que passou a considerar o papel dos media no processo da *international policy making*, a relação entre estes meios e os governos e as suas implicações na opinião pública (Yüksel, 2013, p.61).

capazes de “abandar e fazer mexer” os governos , a que se junta ainda a sua capacidade de mobilizar e influenciar a opinião pública acerca de um acontecimento ou política (Malek e Wiegand, 1997, p.5; Robinson, 2001, p.524). Outros vão ainda mais longe, considerando que os media são uma espécie de quarto poder⁴⁰. O paradigma do chamado *CNN Effect* é uma das teorias nas quais estes argumentos encontram uma clara expressão, já que advoga o grande poder destas organizações na formulação de PE, dada a sua capacidade de desencadear intervenções humanitárias por parte dos governos em situações de conflito internacional, ao provocar grandes reações nas audiências internas⁴¹ e nas elites políticas, como aconteceu no Iraque, em 1991, e na Somália, em 1992 (Robinson, 1999, pp.301-302; Gilboa, 2002, p.733; Coban, 2016, p.54).

Já no extremo oposto desta perspetiva, está o entendimento da possibilidade de o poder político instrumentalizar e controlar os media ou, pelo menos, do apoio destes meios às iniciativas dos governos, no sentido de servirem de instrumentos para implementar políticas e concretizar os objetivos de PE (Malek e Wiegand, 1997, pp.5-6)⁴². Autores como Herman e Chomsky (1988) foram mais longe nesta interpretação com o seu paradigma do *Manufacturing Consent* (ou *propaganda model*), afirmando que os media são parte do modelo de propaganda dos governos. Segundo este modelo, os “media sucumbem aos interesses das elites e a sua cobertura está em conformidade com a agenda de certos funcionários do governo” (Ho Lee e Wang, 2016, p.1908)⁴³, não criticando ou desafiando as políticas e comportamentos dos responsáveis políticos e servindo antes como um braço-suporte do Estado e das elites dominantes⁴⁴.

Por último, entre estes extremos, encontram-se os autores e abordagens teóricas que reconhecem a existência de uma interdependência e influência mútua entre os media e política/governo, no sentido em que, por vezes, são os media a influenciar a política, em

⁴⁰ Cf., por exemplo, Cater (1959).

⁴¹ De facto, uma das temáticas que captou a atenção de diversos académicos foi a relação entre os media e a opinião pública, atentando, em particular, nos efeitos e no poder que estas organizações jornalísticas podem exercer sobre esta última, em especial no que toca aos eventos e problemas de política externa; por essa via, os media podem ter repercussões sobre o domínio político e sobre a PE. A obra *Public Opinion* (1922) de Lippmann foi um dos estudos mais influentes e pioneiros na investigação desta ligação entre os meios de comunicação e a construção da opinião pública, nomeadamente no que toca aos assuntos de PE.

⁴² Cf., Nimmo e Combs (1980), Altschull (1984), Gitlin (1980), Herman e Chomsky (1988) e Hallin (1989).

⁴³ Nas palavras de Herman e Chomsky (1988), “entre outras funções, os meios de comunicação servem e fazem propaganda em nome dos poderosos interesses sociais que os controlam e financiam. Os representantes desses interesses têm importantes agendas e princípios que desejam avançar e estão bem posicionados para moldar e restringir a política dos media” (p.xi).

⁴⁴ Dentro desta corrente, poder-se-á destacar diversas outras teorias, como é exemplo a *indexing theory*, trabalhada por Hallin (1989) e por Bennett (1990), segundo a qual os media conformam-se aos interesses das elites políticas, exceto quando existe a discórdia e se dividem as opiniões no círculo político (Robinson, 2001, p.526). Cf. Yüksel (2013, p.62) – para uma explicação mais detalhada desta teoria.

outras é o poder político a guiar os media (Burity, 2012, p.45; Morin e Paquin, 2017, p.185)⁴⁵. Ou seja, de acordo com esta teoria, “os media não são usados apenas pelos políticos para fins e interesses táticos, mas os media também têm motivação e interesses próprios, os quais levam-nos a relacionamentos e interações mais complexos com os indivíduos e instituições” (Coban, 2016, p.50). De facto, como aponta Camargo (2008, p. p.44), a atuação dos media na esfera da política externa é mais dinâmica e complexa do que as teorias anteriores fazem crer. Segundo esta perspetiva, o relacionamento media-PE é mútuo, bidirecional, complementar, sem padrões e nunca fixo e varia no tempo e no espaço, de acordo com as circunstâncias e diversos fatores, tais como o contexto histórico, as estruturas económicas, políticas e sociais, as rotinas institucionais e até a conjuntura internacional e os sistemas de organização dos próprios media, sendo esta, hoje, a visão mais consensual acerca desta relação (Eijaz, 2012, p.75; Yüksel, 2013, p.58)⁴⁶.

Hallin e Mancini (2004) identificaram este dinamismo e mutabilidade inerente às relações entre os media e a política, afirmando que os media “sempre assumiram a forma e a ‘coloração’ das estruturas políticas e sociais em que operam” (p.8)⁴⁷. Assim, para estes autores, para compreender o sistema dos media há que ter em consideração a natureza do Estado e o seu regime político (democrático ou autoritário)⁴⁸, o sistema dos partidos políticos, os padrões das relações entre os interesses económicos e políticos, o desenvolvimento da sociedade civil e uma multiplicidade de fatores além dos políticos, como os tecnológicos e económicos, que também intervêm e moldam esta relação e influenciam a atividades dos meios de comunicação (Hallin e Mancini, 2004, p.296).

De apontar que estas considerações se aplicam sobretudo à atuação dos media em sociedades democráticas, já que as condições e o exercício da sua atividade nestes contextos são substancialmente diferentes do que se verifica nos regimes autoritários. De

⁴⁵ Cf., por exemplo, O’Heffernan (1993), Cook (1998), Wolfsfeld (1997), Robinson (2001) e Curran (2002).

⁴⁶ O *cascade model* é um exemplo desta visão, ao defender que os atores políticos, os media e até o público influenciam-se reciprocamente e interagem uns com os outros em níveis diferentes (Yüksel, 2013, p.63).

⁴⁷ Para estes autores, “a influência relativa do sistema dos media nas instituições políticas e vice-versa pode variar historicamente, com forças políticas dominando o sistema dos media em alguns períodos, enquanto em outros períodos o sistema dos media é mais independente (ou mais determinado pelas forças económicas), e pode exercer maior influência autónoma no mundo político” (Hallin e Mancini, 2004, p.47). A relação entre estas entidades é, assim, entendida como uma relação de co-evolução, num dado contexto histórico (Hallin e Mancini, 2004, p.297).

⁴⁸ De facto, como aponta Coban (2016), “os media privados de um Estado liberal, com proteção legal da liberdade de expressão, são diferentes da imprensa que pertence e[ou] é operada pelos partidos políticos ou pelo Estado” (p.50). Enquanto, muitas vezes, “os media detidos pelo Estado em sistemas políticos autoritários servem diretamente como agentes de controle social estatal, nas sociedades liberais tanto os media públicos como os privados desempenham uma variedade mais ampla de papéis”, quer a favor do *status quo*, quer contra, ao alertar os cidadãos e ao fornecer um fórum cívico para o debate político (Schudson, 2002, p.254).

facto, nas sociedades democráticas, uma série de ideais e funções são esperadas serem concretizados pelos meios de comunicação, entendidos como “peças” essenciais da própria identidade e vitalidade da democracia, nomeadamente ao intermediarem a relação entre as autoridades políticas e a população em geral⁴⁹. Entre tais funções e expectativas, destacam-se, por exemplo: o papel de *watchdog* do exercício do poder e do ambiente sociopolítico; a definição da agenda com a identificação das principais questões e problemas da sociedade; a facilitação do diálogo entre os políticos e o público; a apresentação de diferentes visões; serem uma plataforma de aprendizagem, esclarecimento e de participação para os cidadãos; e que resistam às tentativas de influência de forças externas, garantindo a sua independência, integridade e capacidade de serviço ao público, entre outros (Blummer e Gurevitch, 1995, p.97). Pelo contrário, nos regimes autoritários, os meios de comunicação tendem a ver a sua liberdade e independência subjugadas ao controlo político, a mecanismos censórios e à instrumentalização, nomeadamente para fins propagandísticos, contrastando com o direito à liberdade de imprensa e de expressão salvaguardados pelos Estados democráticos. No entanto, nas sociedades democráticas, mesmo com estes direitos protegidos, os media não deixam de estar sujeitos a influências e constrangimentos que condicionam a sua autonomia e independência, vendo-se tanto apanhados no jogo da política, como confrontados com outros obstáculos e forças, nomeadamente advindas do mercado em que operam, desviando-se das expectativas neles depositadas (Blummer e Gurevitch, 1995, pp.98-99). Ademais, se os media servem em muitos sentidos a democracia, estes também não deixam de ter influência sobre esta mesma. Posto isto, entende-se como a relação e atuação dos media em democracia é complexa, sendo a questão para PE uma das facetas desse relacionamento.

Finalmente, dados os propósitos da presente investigação, importa ainda ter em conta o regime de propriedade dos media (privado, estatal ou misto) e a sua influência sobre a atividade destes meios, sendo crucial atentar no caso específico dos meios de comunicação detidos pelos Estados e incumbidos de cumprir um serviço público⁵⁰, uma

⁴⁹ Como apontaram Blummer e Gurevitch (1995), “a democracia é um credo altamente exigente nas suas expectativas em relação aos *mass media*”, ao requerer que estes “desempenhem e forneçam uma série de funções e serviços ao sistema político” (p.97).

⁵⁰ Apesar da longevidade do serviço público, não existe ainda um conceito universal, verificando-se “importantes variações nos modelos de «serviço público» de país para país, diferenças que decorrem mais do carácter de cada sociedade e da herança das diferentes estruturas organizacionais e menos de concepções diferenciadas” (Duque, et al, 2011, p.3; cf. também Hallin e Mancini, 2004, pp.30-31). No caso da presente investigação, por serviço público entende-se o serviço providenciado pelas organizações jornalísticas que “têm como objetivo declarado o fornecimento de uma ampla gama de conteúdos socialmente úteis; [e] que

importante nuance a ter em conta na avaliação do relacionamento entre os media e a PE. Note-se que, ao longo das décadas, o serviço público de informação tendeu a ser associado à ideia de instrumentalização dos media por parte dos governos (incluindo os democráticos) em vários países, como foi o caso de Portugal, levantando preocupações quanto à independência destes meios⁵¹, uma vez que “por serem órgãos públicos (...) têm necessariamente uma relação significativa com o sistema político” (Hallin e Mancini, 2004, p.30;)⁵². Assim, diversos investigadores salientaram como as obrigações de serviço público, definidas pelo Estado, serviram de pretexto e continuam a ser uma janela aberta para a utilização política dos media⁵³. Contudo, não foi possível encontrar estudos que explorassem a instrumentalização dos media especificamente de serviço público com o propósito de concretizar determinados objetivos no campo da política externa.

Tendo tudo isto em conta, entende-se como os media se apresentam como “uma importante fonte de informação que pode afetar e ser afetada pela política externa” (Eijaz, 2012, pp.75-76), podendo funcionar tanto como um instrumento da PE, como dificultar a concretização ou até modificar as decisões e os objetivos estabelecidos neste âmbito (Cohen, 1963, pp.23-44; Gilboa, 2002, p.733-742; Camargo, 2008, pp.172-173).

Eytan Gilboa foi um dos autores que reconheceu esta capacidade de os media atuarem de diferentes formas na política internacional e, por conseguinte, se diferenciarem dos demais atores de política externa. De facto, enquanto tais atores “possuem identidades mais ou menos constantes, interesses baseados em tradições e se comportam de uma forma na qual é possível observar certa previsibilidade”, os meios de comunicação são “atores de múltiplas faces”, sem “uma identidade fixa no cenário internacional” (Camargo, 2008, p.40). Posto isto, Gilboa (2002) estabeleceu uma taxionomia dos quatro papéis desempenhados pelos media no âmbito da política externa:

são financiadas em grande parte pelo Estado” (Hanretty, 2011, p.4). São, portanto, os “serviços de rádio, de televisão e de agência noticiosa, [nos quais] o Estado determina quais as tarefas de interesse para o país e para o conjunto dos seus habitantes” (Duque, et al, 2011, p.5).

⁵¹ Cf., por exemplo, Hallin e Mancini (2004), Hanretty (2011) e Połońska e Beckett (2019).

⁵² Como reconheceram Hallin e Mancini (2004), “o Estado desempenha um papel significativo na formação do sistema dos media em qualquer sociedade. No entanto, existem diferenças consideráveis na extensão da intervenção estatal e nas formas que ela assume. A forma mais importante de intervenção estatal é certamente a radiodifusão de serviço público, presente em todos os países da Europa Ocidental e América do Norte” (pp.41-43).

⁵³ Cf., por exemplo, Hallin e Mancini (2004, pp.113-114).

os media como ator controlador⁵⁴, como ator constrangedor⁵⁵, como ator interventor⁵⁶ e como ator instrumental⁵⁷, papéis aos quais Camargo (2008) acrescentou ainda a atuação destes organismos como um ator conflituoso⁵⁸.

Os media e a diplomacia

Um dos âmbitos da política externa no qual a atuação dos meios de comunicação é especialmente evidente é o da diplomacia⁵⁹. Efetivamente, “nada revolucionou mais o ofício diplomático do que a atual moda de atenção persistente dos media” (Gilboa, 2002, p.731). E, de facto, hoje os media apresentam-se no campo diplomático como um dos canais e contributos mais importantes para a concretização dos objetivos de PE. Além do mais, com os meios de comunicação, a diplomacia tradicional, enquanto atividade da exclusiva responsabilidade dos governos e diplomatas – altamente formal, institucional, lenta e muitas vezes protegida pelo segredo –, perdeu espaço perante “uma nova diplomacia, com novas regras, técnicas e uma infinidade de implicações para governos, diplomatas, jornalistas e o grande público” (Burity, 2013, p.174), nascida da revolução comunicacional e informática e que recorre a ferramentas de *soft power*.

No entanto, como já supramencionado, estas organizações, enquanto ferramentas diplomáticas, apresentam diferentes modos de atuação no campo da PE. Gilboa (2001) foi, uma vez mais, um dos académicos que procurou clarificar os diferentes papéis dos media na arena diplomática, a partir de três modelos analíticos. São eles, a diplomacia

⁵⁴ O ator controlador ocorre em situações nas quais os media se assumem como os atores mais influentes e dominantes na formulação das políticas de PE e de defesa. Em termos teóricos, tal papel corresponde à postura dos media defendida pelo paradigma do *CNN Effect* (Gilboa, 2002, pp.733-734).

⁵⁵ Como atores constrangedores, os media são entendidos como um dos vários elementos que podem influenciar o processo de decisão de PE, ao procurarem afetar e constranger as elites políticas e as políticas por estas formuladas (Gilboa, 2002, p.735).

⁵⁶ Os media como atores interventores ocorre quando estes assumem a função de mediadores ou catalisadores de negociações perante um conflito internacional (Gilboa, 2002, pp.738-740).

⁵⁷ Enquanto atores instrumentais, os media são definidos por Gilboa como ferramentas utilizadas pelos governos e diplomatas para mobilizar apoios das audiências internas e externas, apresentar políticas, decisões e posições e lograr acordos (Gilboa, 2002, pp.740-742).

⁵⁸ Como ator conflituoso, os media são vistos como “promotores do conflito”, quando a informação por eles veiculada despoleta hostilidade entre dois atores da cena internacional (Camargo, 2008, p.43).

⁵⁹ A diplomacia é uma parte essencial da política internacional e “refere-se à negociação internacional, a um sistema de comunicação através do qual representantes de Estados e atores internacionais ou globais, incluindo funcionários eleitos e nomeados, expressam e defendem os seus interesses, declaram as suas queixas e emitem ameaças e ultimatos. É um canal de contacto para esclarecer posições, sondar informações e convencer Estados e outros atores a apoiar uma posição” (Gilboa, 2001, p.1).

pública (*public diplomacy*), a diplomacia nos media (*media diplomacy*) e a diplomacia feita pelos media (*media-broker diplomacy*)⁶⁰.

No que concerne à *public diplomacy*, aponte-se que esta não é exclusivamente executada através dos meios de comunicação. Como explicita Gilboa (2001), “a ideia central da diplomacia pública «é a comunicação direta com os povos estrangeiros, com o objetivo de afetar o seu pensamento e, por fim, o de seus governos»” (p.4)⁶¹, recorrendo, para tal, a uma diversidade de ferramentas, entre as quais se encontram os media. Isto é, na lógica da *public diplomacy*, as autoridades diplomáticas empreendem esforços para construir uma imagem favorável do seu país e, assim, influenciar os cidadãos e os seus governos, por meio da realização de atividades nos campos da informação, educação e da cultura e utilizando instrumentos como os *mass media* e outras formas de intercâmbio cultural, científico ou artístico (Burity, 2013, p.174). Assim, Gilboa faz corresponder este modelo aos momentos em que “os atores estatais e não-estatais usam os media e outros canais de comunicação para influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras” e assim alcançar os seus objetivos de PE (Gilboa, 2001, p.4)⁶².

Já relativamente à *media diplomacy*, Gilboa (2001) entende que esta ocorre quando “as autoridades oficiais usam os media para comunicar com outros atores e promover a resolução de conflitos” (p.4). Ou seja, quando os atores governamentais enviam deliberadamente mensagens através deste meios, que estabelecem “a ponte entre Estados e atores não-estatais para construir confiança e avançar nas negociações, mobilizando o apoio público para acordos”, mediante a organização de eventos para os media (também denominados pseudo-eventos⁶³) e a adaptação de diversas atividades as estes meios (como conferências, entrevistas e visitas de chefe de Estado, por exemplo) (Burity, 2013, p.176). Efetivamente, por vezes, os media são a única forma de comunicar e negociar

⁶⁰ Segundo Gilboa (2001), “cada modelo é apropriado somente quando certas características ou condições estão presentes e cada um tem ramificações profissionais e éticas diferentes para os três principais atores envolvidos na diplomacia: os funcionários, os media e a opinião pública” (p. 4)

⁶¹ Compreende-se, assim, como a diplomacia pública trata-se “mas antes de «lidar com a influência das atitudes públicas na formação e execução de políticas externas»” (Sevin, 2017, p.5). Aquando da sua emergência, os media surgiram na diplomacia pública como uma das formas (inovadora) de levar a cabo esta atividade, ao abrir novos canais de disseminação da informação que chegam a todos e a todo o lado.

⁶² De salientar que, embora predomine a ideia de que a *public diplomacy* se refere exclusivamente a uma atividade praticada pelos Estados, hoje, já não é válido entender esta variante diplomática neste sentido, havendo necessidade de ter em conta o seu uso pelos novos atores não-estatais (Gilboa, 2001, p.5).

⁶³ Estes são eventos organizados com a intenção de serem noticiados pelos media (cf. Boorstin, 1992).

numa situação de conflito internacional, quando se verifica a impossibilidade de utilizar os canais diplomáticos tradicionais para entregar essas mensagens⁶⁴.

Por último, o modelo da *media-broker diplomacy* corresponde aos momentos em que os jornalistas assumem o papel de diplomatas, funcionando como uma terceira parte não-oficial na fase pré-negocial entre atores internacionais (Gilboa, 2001, p.16). Neste, os media não são um mero instrumento diplomático, mas antes atores nas Relações Internacionais e da PE (Burity, 2013, p.176). Este modelo difere dos anteriormente explicitados não só nos objetivos e contextos em que ocorre, mas também quanto a quem inicia o processo diplomático (jornalistas), os seus métodos e *targets* (Gilboa, 2001, p.22).

Saliente-se, no entanto que, a relação entre os media e a diplomacia, bem como as fronteiras entre estes modelos não estão cristalizadas, não são consensuais entre os estudiosos. Ainda assim, é incontornável que, de facto, “a política e a comunicação global criaram novos modos de interação entre os media e a diplomacia” (Gilboa, 2001, p.3)⁶⁵.

A importância do estudo da relação entre os media e a política externa e as lacunas na literatura

Todos os aspetos anteriormente apontados corroboram a importância que os media têm vindo a assumir na política externa nas últimas décadas, seja enquanto participantes independentes e influentes do sistema internacional, seja enquanto instrumentos dos atores que neste atuam⁶⁶. Contudo, embora esta seja uma temática bastante estudada no campo da Comunicação e do Jornalismo, algumas dimensões e ângulos continuam por explorar e a Ciência Política e as Relações Internacionais ainda não reuniram os atributos necessários para a descodificar o efetivo peso dos media no seu âmbito, em especial na

⁶⁴ Este modelo não deve ser confundido com o anteriormente explicitado. Embora ambos remetam para o uso dos media para influenciar outros governos e a opinião pública, eles diferem substancialmente nos seus contextos, prazos, metas, métodos e media: “a *media diplomacy* é exercida num contexto de resolução de conflitos, enquanto a *public diplomacy* é conduzida em contexto de confronto; a *media diplomacy* geralmente visa resultados a curto prazo, enquanto a *public diplomacy* visa resultados a longo prazo; a *media diplomacy* é mais específica do que a *public diplomacy* - enquanto a segunda é projetada para criar um clima amigável (...) a primeira é projetada para criar um clima favorável para um processo diplomático num momento e contexto específicos. (...) por fim, a *public diplomacy* é conduzida por múltiplos canais, enquanto a *media diplomacy* é exclusivamente conduzida pelos *mass media*” (Gilboa, 2001, p.22).

⁶⁵ Para Gilboa (2001), a relação entre os media e a diplomacia não tem recebido atenção suficiente nas áreas de Comunicação e das RI, tendo considerado que “os investigadores ficaram atrás dos políticos na compreensão do significado da comunicação política nos assuntos domésticos e internacionais, com a maioria dos estudos da diplomacia a ignorar o papel da comunicação de massa” (p.3).

⁶⁶ De facto, hoje, os media são uma importante forma de estar e atuar na arena internacional, bem como de relacionamento com outros atores externos. Como apontou Cook (1998), “a produção de notícias é agora um meio central para os atores governamentais atingirem objetivos políticos (...) Fazer notícias, em outras palavras, (...) é uma maneira de governar” (p.165).

PE, mesmo perante a crescente mediatização da política (Cohen, 1963, p.4; Gilboa, 2002, p.732; Schudson, 2002, p.249; Coban, 2016, p.45)⁶⁷. Posto isto, múltiplos académicos têm sublinhado a necessidade de enveredar por um estudo que atente mais detalhadamente noutros ângulos da interação entre os media e a PE e que aposte na interdisciplinaridade, bebendo dos contributos de diversas áreas de estudo.

Conclui-se, assim, que mesmo que a literatura existente seja útil e um ponto de partida consistente quanto à relação media-política, à ligação entre os media e a política externa e aos instrumentos de PE, ainda há um longo caminho a percorrer, sobretudo se pensarmos no caso de Portugal e na sua produção científica sobre estas matérias.

Entre as lacunas identificadas, está, por exemplo, a atuação das agências noticiosas e dos meios de comunicação de serviço público no campo da política externa, uma questão sobre a qual se verificou a existência de um reduzido número de estudos que cruzem estes elementos e que o presente trabalho se propõe a investigar. De facto, face à crescente importância destas agências e dos media no controlo dos fluxos internacionais de informação e à complexificação dos relacionamentos interestatais, é crucial refletir sobre o modo como estas organizações podem contribuir, influenciar ou ser utilizadas como um instrumento para a concretização das estratégias de PE pelos Estados. Além do mais, poucos estudos acerca desta relação têm em conta outras realidades além dos Estados Unidos e de alguns países europeus. Portugal é uma das realidades ainda por explorar e cujo estudo poderá contribuir para a compreensão da dinâmica media-PE, de forma inovadora e exemplificativa de como esta se processa e qual a sua importância em países de menor dimensão⁶⁸. Note-se que o modo como a agência de notícias e os media portugueses, em especial os de serviço público, se têm relacionado com o governo português em termos de política externa, sobretudo em situações de conflito internacional, foi muito pouco explorado até ao momento pela literatura nacional.

Perante tal constatação, a presente investigação propõe debruçar-se sobre o caso português, mais concretamente sobre a agência de notícias de serviço público portuguesa,

⁶⁷ No entendimento de Coban (2016), “apesar da inquestionável importância dos media na condução dos assuntos internacionais (...) pouco tem sido feito para superar essa falta de entendimento da comunicação nas relações internacionais” (p.45), nomeadamente devido ao domínio da tradição realista das RI, focada no Estado, enquanto ator central na política externa, não atentando, assim, em outros vetores de influência.

⁶⁸ Note-se que, como já apontado anteriormente, as relações entre os media e a política externa são dinâmicas, variando de país para país, devido a uma série de fatores. Dessa forma, seria frutífero atentar nestas interações em países como Portugal, que apresentam especificidades interessantes (como o facto de possuir um passado ditatorial que marcou a relação da política com os meios de comunicação ou a própria composição do mercado dos media, onde convivem organizações privadas e organizações cumpridoras de um serviço público, por exemplo) e que podem trazer novas conclusões acerca desta temática.

a agência Lusa, e a sua relação com a política externa portuguesa (PEP), atentando num momento específico da sua história – a questão da independência de Timor Leste –, procurando contribuir, assim, para a discussão desta temática. Posto isto, a pergunta de investigação que se pretende desvendar é a seguinte: “Qual o contributo e o papel desempenhado pela agência noticiosa Lusa, enquanto entidade prestadora de um serviço público de informação, a nível da política externa (portuguesa) no processo de Timor Leste?”. Sob análise estará o intervalo entre 1991 e 1999, anos durante os quais ocorreram alguns dos passos mais decisivos para a resolução da situação de Timor Leste, não descurando, contudo, os momentos que antecederam e sucederam este período, em especial, a conjuntura do pós-revolução, os episódios-chave da ocupação indonésia e as alterações nas prioridades da PEP no decorrer deste processo.

Já no que toca à abordagem teórica, a presente investigação recorrerá a diversas perspetivas teóricas de diferentes áreas de estudo. Em primeiro lugar, para a análise do processo timorense e das estratégias da política externa portuguesa para a sua resolução, serão empregues as abordagens da *Foreign Policy Analysis*, do Realismo Neoclássico e do Construtivismo⁶⁹, do campo das RI e da política externa.

No concernente à abordagem realista neoclássica, esta ajudar-nos-á a compreender os determinantes da política externa portuguesa, através da caracterização do cenário internacional na época, em termos de perigos e oportunidades que poderão ter afetado as decisões da PEP em relação à situação desta sua ex-colónia (atentando nomeadamente nos constrangimentos colocados pelo ambiente de Guerra Fria), bem como do contexto nacional de Portugal, ao identificar as variáveis que contribuíram para a definição da PE em relação à questão timorense. Através desta lente teórica, será nomeadamente possível avaliar as razões justificativas dos diferentes ciclos de atenção e desatenção por parte dos responsáveis portugueses no processo de Timor.

Já as ferramentas construtivistas revelar-se-ão especialmente cruciais para explicar a identidade de Portugal, o seu processo de construção no relacionamento com os agentes internacionais e a sua influência sobre os interesses da PEP, no respeitante ao diferendo timorense. Tais considerações acerca da identidade são deveras importantes, sobretudo se tivermos em conta que Portugal passou por uma reconfiguração identitária decisiva aquando do 25 de Abril de 1974, a que se juntou ainda a entrada na CEE em 1986, momentos que tiveram repercussões significativas em termos de PE, incluindo para

⁶⁹ Cf. ponto 1.1.1. ‘A política externa e as teorias das Relações Internacionais’ (p. 5) – para uma explicação mais detalhada de cada uma destas correntes teóricas.

Timor, já que representaram uma viragem na posição do país no sistema internacional e nas ideias, valores e normas pelos quais passou a guiar-se. Para além do peso dos fatores ideacionais, as considerações desta corrente acerca do contexto social e da sua influência na formulação da PE, também referidas pelo RNC, serão igualmente indispensáveis para a compreensão das escolhas de PEP em relação ao processo de Timor Leste.

Por fim, o recurso à Análise de Política Externa dever-se-á, sobretudo, à necessidade de fazer um apontamento acerca da influência das fontes subnacionais, nomeadamente da opinião pública (portuguesa e internacional) e dos media, no desenrolar dos acontecimentos e nas decisões e ações empreendidas pela PEP no processo de Timor Leste. Ademais, a par do já defendido pelo RNC e pelo Construtivismo, a *FPA* contribuirá também para a análise da diversidade de dinâmicas e fatores – internacionais, domésticos e psicológicos – que moldaram as estratégias da PEP em prol do povo timorense.

Por sua vez, para proceder à análise da relação entre os media, e mais em especial a Lusa, e o Estado português seguir-se-á a perspetiva teórica que considera a existência de uma influência mútua entre media-política⁷⁰, socorrendo-nos mais especificamente dos critérios propostos por Hallin e Mancini para estudar as características do sistema mediático e a sua interação com o sistema político. São eles, o critério do mercado dos media, que pressupõe a descrição do mercado em que a Lusa se inseria durante o período em análise (nomeadamente em termos de leitores, das audiências, da rentabilidade, do desenvolvimento do próprio mercado, da competitividade, etc.); o critério do paralelismo político, referente às orientações políticas e/ou ligações dos media a organismos político-partidários⁷¹; o critério da profissionalização da atividade jornalística, que corresponde ao grau de autonomia dos jornalistas em relação ao governo e em termos editoriais, à existência de normas profissionais (que incluem os princípios éticos e as rotinas práticas, como os valores noticiosos) e à questão do serviço público de informação; e, por último, o critério do papel do Estado no sistema dos media, concernente às questões de propriedade, regulação e financiamento estatal dos meios de comunicação⁷² (Hallin e Mancini, 2004; Yuskel, 2013, pp.58-59; Conde, 2012, p.20).

⁷⁰ Cf. ponto 1.1.2. ‘*A política externa e os meios de comunicação*’ (p. 17) – para uma explicação mais detalhada de cada uma desta corrente.

⁷¹ O paralelismo político pode ser aferido, por exemplo, pela pluralidade de vozes ouvidas, pelas ligações entre os media e os partidos políticos ou outros tipos de organizações, no partidarismo das audiências dos media e nas orientações e práticas dos jornalistas (Conde, 2012, p.16).

⁷² Entre os elementos a ter em conta neste critério estão, por exemplo, questões sobre se um meio cumpre ou não serviço público (como é o caso da Lusa) e de que forma os media são financiados e regulados e considerações relativas à legislação da comunicação social, à propriedade dos media, às licenças e regulações, entre outros aspetos (Hallin e Mancini, 2004, p.43-44).

Por último, para analisar o contributo da Lusa em termos diplomáticos no processo timorense, ter-se-á ainda em conta os modelos conceptuais desenhados por Gilboa (2001) – *media diplomacy, public diplomacy e media-broker diplomacy*⁷³.

As agências de notícias

Dado que o foco da presente investigação será a agência noticiosa Lusa, importa explicitar alguns aspetos acerca destes órgãos. Desde logo, por agência noticiosa entende-se as organizações que têm “como objectivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, [e] a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado)” (Lusa, 2018), desempenhando, assim, tanto um “papel de exportação, ou output (disseminação, para o exterior, de notícias sobre aquele país), quanto de importação, ou input (distribuição doméstica de notícias internacionais)” (Aguiar, 2013, p.4)⁷⁴. As agências de notícias tratam-se, portanto, de “mecanismos mais basilares, mais capilarizados e seguramente mais discretos” (Aguiar, 2009, p.2) do que media comuns, como a televisão, a rádio e imprensa, que são “a face mais visível da esfera mediática” (Aguiar, 2009, pp.1-2). Contudo, hoje, o papel destas organizações, enquanto fornecedoras de informação, é cada vez mais indispensável, sobretudo face às crescentes dificuldades dos meios de comunicação, que não dispõem de recursos financeiros e humanos suficientes para dar conta de todos os acontecimentos, nacionais e internacionais. Para cumprir esta missão, estas agências munem-se de uma extensa rede de correspondentes e de delegações espalhados pelo seu país e por diversas partes do globo. Por tudo isto, compreende-se como estas organizações se afiguram como estruturas fundamentais no seio do sistema mediático, nacional e internacional, ao assumirem-se como os primeiros *gatekeepers* da cadeia noticiosa, decidindo o que é e não é notícia, definindo, assim, a agenda mediática (Silva, 2002, p.3).

⁷³ Cf. ponto ‘*Os media e a diplomacia*’ (p. 23) – para uma explicação mais detalhada destes modelos.

⁷⁴ As agências noticiosas surgiram com os primeiros desenvolvimentos tecnológicos, nomeadamente “ao nível das técnicas de impressão – com a invenção da máquina rotativa e do linótipo – e dos meios de transporte de informação – com a invenção do telégrafo –” no século XIX (Silva, 2002, p.3), os quais propulsionaram o desenvolvimento da indústria dos media, graças à possibilidade de transmitir informação à distância. O pioneiro destas organizações foi Charles-Louis Havas, proprietário da primeira agência noticiosa internacional, a Havas, criada em Paris, em 1835. Seguiu-se a agência Wolff, na Alemanha (1848) e a agência Reuters, em Inglaterra (1851). A partir de então, assistiu-se à proliferação destes empreendimentos por todo o mundo e à sua afirmação no sistema dos media e nos fluxos internacionais de informação.

No entanto, saliente-se que, embora as agências noticiosas sejam similares aos media, já que a sua atividade profissional é orientada pelos mesmos princípios e rotinas, estas revelam algumas particularidades que devem ser tidas em conta. Em primeiro lugar, estas organizações não são um *medium* no sentido literal do termo, já que não têm como público o leitor comum. A informação produzida por estas agências chega antes ao consumidor final por intermédio dos meios de comunicação, os seus clientes diretos, o que faz destas uma espécie de “jornais para jornalistas” (Aguiar, 2009, p.6). Além disso, estas agências também se diferenciam entre si, de acordo com a sua dimensão, áreas de influência e o modelo de propriedade. De facto, enquanto que algumas restringem a sua atuação ao território nacional, outras assumem o estatuto de agências internacionais, cobrindo acontecimentos em várias partes do mundo. Já quanto ao seu regime de propriedade, estas tanto podem ser detidas e financiadas pelos Estados (as ditas agências estatais, como a Agence France-Presse e a EFE), por privados (como a Reuters), como podem ser cooperativas formadas por diversos meios de comunicação ou apresentar um regime misto, em que a sua propriedade é partilhada entre o Estado e os media (como é o caso da Lusa) (Mowlana, 1997, p.51; Aguiar, 2009, pp.13-14). Estes modelos de propriedade definem diferentes tipos de relacionamento com o Estado.

Todas estas singularidades não deixam de ter repercussões e de justificar a grande importância que estas organizações assumem quer no mercado dos media, quer a nível político. De facto, dado o papel determinante que as agências desempenham na construção da agenda dos media e na informação que estas divulgam, depreende-se que o controlo de uma agência noticiosa por parte de um ator poderá abrir a porta para o controlo e/ou influência, ainda que indiretos, sobre os restantes meios de comunicação⁷⁵. Estas organizações detêm “um poder quantitativamente insuperável para disseminar informações e opiniões (incluindo aí propaganda), elemento de alta importância estratégica para os Estados” (Aguiar, 2009, p.18). Além do mais, dado que os media são particularmente relevantes “na formação da imagem de países e populações na comunidade internacional” e no estabelecimento de relações entre indivíduos, percebe-se a importância acrescida das informações e imagens veiculadas por estas agências que

⁷⁵ Desde a sua criação que as agências transnacionais “fornecem grande parte do que é veiculado nos órgãos de imprensa, nas emissoras de televisão e de rádio, além dos portais web, mais recentemente. São responsáveis, diariamente, pelo envio de volumes gigantescos de texto, imagens estáticas e em movimento, áudio, dados brutos, relatórios financeiros e outros «conteúdos» que alimentam os telejornais, rádio, jornais, revistas e sites publicados ou atualizados ininterruptamente”, daí que sejam reconhecidas como “«setor primário» da comunicação” (Aguiar, 2009, pp.4-5). Por esta via, estas agências poderão exercer uma influência considerável sobre estes órgãos.

alimentam estes órgãos (Filho, 2016, p.4)⁷⁶. Daí que as agências noticiosas se afigurem como importantes “ferramentas políticas para construção do espaço simbólico” (Aguiar, 2009, p.17), uma constatação que justifica, por sua vez, a necessidade de se atentar no papel destas organizações, cuja atividade não é alheia às matérias de política externa⁷⁷. Aliás, como já apontaram Ho Lee e Wang (2016), “a cobertura de uma agência de notícias reflete, até certo ponto, a política externa e a posição política do país” (p.1912).

Contudo, ainda que sejam comuns os estudos que cruzam a atividade dos media em geral e a PE, muito poucos se debruçam especificamente sobre o relacionamento entre as agências noticiosas e as matérias da PE, que com as suas especificidades ao nível da função, estrutura e público podem acrescentar outras conclusões⁷⁸. É também para a colmatação desta lacuna que a presente investigação pretende contribuir.

O processo de independência de Timor Leste

Por fim, importa apresentar brevemente o acontecimento da história da política externa portuguesa que a presente investigação se propõe a estudar – o processo de independência timorense. Timor Leste, uma ex-colónia portuguesa localizada no sudeste asiático, é um dos mais recentes países do mundo e o primeiro Estado formado no século XXI. Todo o processo até à conquista da sua independência foi pautado por diversos avanços e recuos e por episódios marcantes que só em 2002 conheceram o seu desfecho definitivo, fruto de fatores endógenos e exógenos. Ao todo, foram mais de 20 anos de violência, impasses e resistência que receberam (a partir de certa altura) uma grande atenção mediática e da comunidade internacional e que colocaram em cima da mesa importantes questões, nomeadamente relativas à autodeterminação, à independência e aos direitos humanos⁷⁹.

⁷⁶ Efetivamente, como apontou Coban (2016), “agências de notícias locais, nacionais e internacionais circulam informações e imagens entre países e formam relacionamentos entre pessoas do nível local para o nível internacional” (p.47), o que não deixa de ter grande relevância em termos de PE.

⁷⁷ Aponte-se, no entanto, que a influência política destas agências é simultaneamente limitada e multiplicada. Isto é, “limitada no sentido de que sua influência sobre o público é geralmente indireta e tem de ser [feita] através de outros meios de comunicação”, mas multiplicada “porque a formulação de factos informativos importantes pelas agências de notícias é frequentemente reproduzida por todos os veículos, que, estes sim, têm influência direta sobre o público” (Aguiar, 2009, p.6).

⁷⁸ Ressalte-se que na presente investigação se assumirá que a generalidade das conclusões anteriormente explicitadas acerca da relação entre os media e a política externa se aplicam igualmente às agências noticiosas, embora tendo sempre em mente os pontos que as distinguem dos meios de comunicação comuns.

⁷⁹ No que concerne à questão de Timor Leste, a literatura é abundante e rica, existindo uma multiplicidade de estudos no campo das RI que procuraram desmitificar os vários ângulos do processo de independência desta ex-colónia portuguesa, ora debruçando-se sobre as causas e explicações dos acontecimentos passados, ora problematizando o futuro deste país e da sua relação com Portugal. De igual modo, são diversos os protagonistas sob escrutínio, com várias investigações a analisarem a atuação de Portugal e da Indonésia, mas também da ONU, da União Europeia, da Austrália e dos Estados Unidos na resolução deste impasse.

A revolução portuguesa de 1974 foi o “ponto de partida” das mais de duas décadas do prolongado processo de descolonização deste território. Foi na sequência dos acontecimentos em Lisboa que surgiram três movimentos principais com posições distintas relativamente ao destino de Timor: a União Democrática Timorese (UDT), a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e a Associação Popular Democrática Timorese (APODETI). A UDT defendia inicialmente a continuidade da ligação a Lisboa durante alguns anos, mas num regime de autonomia, para depois avançar para a independência. Já a FRETILIN pugnava pela independência imediata, enquanto que a APODETI advogava a integração na Indonésia (Gomes, 2010, pp.67-68; Ramos, 2010, p. 37; Leitão, 2015, p.73). Tais posições evoluíram ao longo do processo de independência e com o avançar do tempo verificou-se um agudizar das divergências entre estas forças políticas e uma radicalização das suas posições (Gomes, 2010, p.69), um ambiente hostil no qual, entre outros acontecimentos, se veio a testemunhar a vitória esmagadora da FRETILIN nas eleições locais e a declaração da independência unilateral por parte da mesma a 28 de novembro de 1975, não reconhecida pelas Nações Unidas.

Contudo, com o precipitar dos acontecimentos e o adensar da tensão no território, a Indonésia, país vizinho de Timor, sob diversos argumentos, tais como o perigo de contágio e de alastramento do fenómeno comunista na Ásia, avançou sobre este território português. Na verdade, desde finais de 1974 que a integração de Timor Leste na Indonésia estava a ser preparada, com a ajuda da APODETI no terreno, com o consentimento da Austrália e dos EUA⁸⁰; a que se acrescentavam ainda os interesses e relações comerciais e ao nível da segurança da Indonésia com os países Ocidentais e o Japão⁸¹ (Ramos, 2010, p.42; pp.45-47; Leitão, 2015, p.74). Tal conjuntura garantiu uma certa liberdade política a Jacarta para levar a cabo ações mais radicais. Os EUA terão inclusivamente admitido

Por sua vez, a questão dos direitos humanos, do direito internacional, os movimentos de solidariedade, as missões humanitárias e de paz, as matérias relacionadas com a segurança ou com língua portuguesa foram outras temáticas que também despertaram a atenção dos estudiosos, além dos estudos que recaem sobre a PEP e os seus planos para Timor. Cf., por exemplo, Pires (1991), Gusmão (1994), Horta (1994), Gomes (1995b), Gunn (1997), Krieger (1997), Leite (1998), Chomsky (1998a e 1998b), Martin (2000), Scheiner (2000), Gaspar (2001), Albuquerque e Teles (2002), Gorjão (2002 e 2005), Lima (2008), Nunes e Hermenegildo (2009), Ramos (2010) Gomes (2010) e Leitão (2015).

⁸⁰ Mário Lemos Pires (1991), ex-governador português de Timor Leste, apontou esta cumplicidade entre os EUA e a Indonésia, recordando que: “Os EUA eram (e são) um país com grande influência política sobre o Governo da Indonésia, proveniente das relações muito próximas quer por razões de segurança quer económicas” (p.333).

⁸¹ Cf. Pires, 1991 (pp.330-336) – para conhecer com maior pormenor as posições dos países da região asiática e ocidentais em relação à Indonésia e à situação em Timor Leste.

que se Jacarta desejava intervir no território, que o fizesse “eficazmente, rapidamente” e que não utilizasse o seu equipamento (Pires, 1991, p.331).

É neste contexto – e também perante a incapacidade de Portugal fomentar o diálogo, controlar os ânimos e formular uma política coerente para Timor neste ambiente altamente politizado, dividido, de instabilidade, desconfiança e alimentado pelo espírito revolucionário – que se dá a anexação da então ainda colónia portuguesa no país vizinho, a 7 de Dezembro de 1975, consumada a 17 de Julho de 1976 com a aprovação, por unanimidade, do estatuto de Timor Leste como a 27.^a província indonésia pelo parlamento de Jacarta. No próprio dia da invasão, Portugal denunciou o sucedido e dirigiu-se à Organização das Nações Unidas (ONU), seguindo-se a aprovação de algumas resoluções, no entanto, que não surtiram os efeitos desejados, já que lhes faltou o apoio de importantes países do Ocidente.

Entretanto, depois dos debates de 1975 e 1976, Timor Leste cai aos poucos no esquecimento, dado o ambiente de tensão vivida no sistema internacional e ao próprio desfoque de Portugal relativamente à situação deste território, dada a sua preocupação com outras questões relacionadas com a transição democrática, como veremos posteriormente (Ramos, 2010, pp.70-71). Só em meados da década de 80 é que Timor volta a entrar nas agendas de Lisboa e internacional, quando Portugal se empenha mais na discussão deste problema e, juntamente com as NU e a Indonésia, inicia as conversações tripartidas em 1982, em Nova Iorque. A estas negociações acrescentam-se outros episódios importantes ao nível nacional e internacional, mais adiante explicitados, que contribuíram para a mudança progressiva da perceção internacional do problema timorense e que empurram Portugal e Timor na direção da conquista da independência desta ex-colónia.

Na década de 90, perante a conjugação de uma diversidade de fatores, abriu-se o caminho para as mais importantes negociações, que conduziram aos acordos de 5 de maio de 1999, onde é anunciada a realização de uma consulta popular aos timorenses e criada a *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET), para supervisionar a realização da consulta popular nos termos acordados, enquanto que a Indonésia assumia a responsabilidade de garantir as condições de segurança. Apesar de diversos bloqueios, obstáculos e do clima de instabilidade, o referendo realizou-se a 30 de agosto de 1999, com uma participação histórica de 98,9%, vencendo a independência com 78,5% dos votos. Seguiu-se um período de grande caos e violência, que levou à aprovação por parte das NU de uma força internacional, a *International Force East Timor* (INTERFET), para

restabelecer a ordem e pacificar a situação (Martin, 2000, p.1; 5). A desanexação timorense é, por fim, reconhecida pelo parlamento indonésio a 19 de outubro de 1999. A 20 de maio de 2002, Timor Leste é oficialmente independente, “após cinco séculos de domínio português, vinte e três anos de administração indonésia e dois anos e meio de tutela das Nações Unidas” (Ramos, 2010, p.117).

1.2. Metodologia

Definido o objeto de estudo e a pergunta de investigação, importa detalhar a abordagem metodológica a operacionalizar. Saliente-se, desde logo, que esta é uma investigação do tipo exploratório-descritivo, que utilizará uma abordagem qualitativa, com o propósito de refletir e lançar o debate acerca da relação PE-agências noticiosas, através da realização de um estudo de caso acerca da agência Lusa, da política externa portuguesa e do processo de independência de Timor Leste.

1.2.1. Estratégia de recolha e tratamento da informação

Em termos da estratégia de recolha de informação, o presente trabalho recorre-se do método documental, analisando documentos relativos à Lusa (nomeadamente os contratos de prestação de serviço público e a legislação portuguesa relativa à comunicação social), os programas de governo referentes ao período em análise (atentando na secção referente à Comunicação Social e à PE); discursos, relatórios, artigos de opinião e ainda a produção noticiosa desta organização jornalística; acrescentando-se ainda uma pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas a personalidades como Ana Gomes, diplomata e chefe da secção de interesses portuguesa em Jacarta, Alberto Arons de Carvalho, ex-secretário de Estado da Comunicação Social (1995-2002), Paulo Nogueira, correspondente da Lusa em Jacarta em 1999, Jorge Wemans, diretor de informação da Lusa (1998-2000), e Manuel Pedroso Marques, presidente do Conselho de Administração da Lusa (1996-2003).

Já no tratamento da informação privilegiar-se-á a Análise Crítica de Discurso (ACD), para tratar a produção noticiosa da Lusa, dado que, para compreender as relações entre esta agência e a política externa portuguesa, será necessário interpretar os objetivos, motivações e o contexto histórico-social desta organização e da sua cobertura jornalística, procurando as significações subjacentes.

Análise Crítica do Discurso

Embora não exista uma definição unívoca da Análise Crítica do Discurso, de um modo geral, esta pode ser definida como “um campo que se preocupa em estudar e analisar textos escritos e falados para revelar as fontes discursivas de poder, domínio, desigualdade e preconceito”, examinando “como essas fontes discursivas são mantidas e reproduzidas em contextos sociais, políticos e históricos específicos” (Xie, 2018, p.399). Ou seja, esta abordagem teórica e metodológica interessa-se pela linguagem enquanto prática social, procurando desvendar as relações de dominação, discriminação, poder e controlo e as ideologias subjacente aos discursos, considerando que para tal é indispensável atentar no contexto do uso da linguagem (Wodak, 2001, pp.1-2)⁸².

No entanto, apesar de hoje estar mais consolidada, a ACD ainda não pode ser entendida como uma disciplina no sentido tradicional, com um conjunto de teorias, assunções e um método de investigação único e fechado. É antes um programa de investigação que congrega uma variedade de abordagens com uma base teórica e questões de investigações similares, embora cada uma delas se desenhe sobre diferentes assunções epistemológicas, modelos teóricos e métodos de pesquisa, com a sua própria agenda (Meyer, 2001, p.23 e p.30; Wodak 2001, pp.2-3; 2013, p.xxi; van Dijk, 2001, pp.95-96)⁸³.

Entre os discursos mais trabalhados pela lente da ACD nas últimas décadas estão os discursos dos media, dado que nestes se testemunham, frequentemente, relações de conflito e poder e a ele subjazem ideologias, interesses e motivações pessoais e coletivas (Wodak, 2001, p.2)⁸⁴. É precisamente para a análise deste tipo de discurso, mais

⁸² O discurso é um dos conceitos pilares da ACD, que o entende como uma forma de prática social, constituída e condicionada socialmente, já que implica uma “relação dialética entre um evento discursivo específico e a(s) situação(ões), instituição(ões) e estrutura(s) social(ais) que o enquadram” e moldam, mas que também são moldadas por este (Wodak, 2013, pp.XXIII-XXIV). O discurso constrói situações, identidades e relações, podendo ajudar a reproduzir ou a transformar o *status quo*, e dada a sua construção social, nele estão implicadas questões de poder, com potenciais efeitos ideológicos que ajudam “a produzir e reproduzir relações desiguais de poder (...) através das maneiras pelas quais [os discursos] representam as coisas e posicionam as pessoas” (Wodak, 2013, pp.XXIII-XXIV).

⁸³ Posto isto, “o que une a ACD e os analistas não é uma metodologia restritiva e dogmática, nem uma ortodoxia teórica”, mas antes os objetivos comuns: “a crítica e o desafio de discursos, textos e géneros hegemónicos que reproduzem desigualdades, injustiças, misticismo e opressão nas sociedades contemporâneas” (Wodak, 2013, p.XXIII). A ACD caracteriza-se, assim, por uma interdisciplinaridade e um grande ecletismo, quer nas metodologias empregues (desde estudos qualitativos a estudos etnográficos, sociocognitivos, históricos, etc.), quer nos assuntos e problemas sociais que investiga (como os problemas de género, de racismo, dos discursos dos media ou as dimensões de identidade), procurando por esse meio dar conta da complexidade das relações entre as estruturas discursivas e as sociais (Wodak, 2001, p.3).

⁸⁴ Como apontou Drid (2018), “a análise do discurso tornou-se um importante recurso para o exame de notícias, fornecendo uma série de noções e métodos teóricos e analíticos para o tratamento de textos de notícias” (p.704). Cf., por exemplo, Van Dijk (1985, 1988a, 1988b e 1991) Bell (1991) e Fairclough (1995).

especificamente da produção noticiosa da agência Lusa relativamente à questão de Timor Leste, que a Análise Crítica do Discurso é convocada no presente estudo.

Para tal análise, conjugar-se-á as abordagens do discurso de van Dijk,⁸⁵ mais sociocognitiva, e de Fairclough, com uma orientação mais sociológica⁸⁶, considerando que a combinação destas perspetivas será a que melhor se adapta ao objeto em questão e aos propósitos de investigação estabelecidos. Posto isto, importa agora explicitar a estratégia de ACD selecionada⁸⁷.

Primeiramente, proceder-se-á à análise textual (ou do texto, nos termos de Fairclough), relativa à desconstrução do texto e à observação dos seus níveis, unidades e categorias, mediante a análise dos elementos semânticos (relativos à estrutura do conteúdo, nomeadamente aos tópicos, à coerência, ao vocabulário, etc.), sintáticos (concernente à estrutura formal, como as categorias e proposições), pragmáticos

⁸⁵ Van Dijk está sobretudo preocupado com a relação complexa entre o texto e o contexto, visando compreender “como as restrições cognitivas e sociais determinam as estruturas das notícias e como a compreensão e os usos das notícias são influenciados pelas suas estruturas textuais” (Dijk, 1988a, p.2). Para este académico, “os discursos acontecem dentro da sociedade e só podem ser entendidos na interação entre a situação social, a ação, o ator e as estruturas sociais” (Meyer, 2001, p.21). Assim, para van Dijk não basta a mera descrição das categoriais textuais (análise estrutural linguística), já que para ele o discurso é uma forma de interação e um ato e não apenas um texto. Dessa forma, é necessário estudar os processos de produção e receção e o uso do discurso numa situação social, que envolve processos mentais de interpretação e formulação, de uso do conhecimento e de estratégias cognitivas (Dijk, 1988a, pp.29-30). Quanto ao discurso noticioso, este investigador considera que devem ser analisadas as dimensões económicas, culturais e sociais, a dimensão estrutural e os processos de cognição dos participantes no discurso, relacionados com práticas sociais, ideologias e com os contextos sociais e institucionais dos media, oferecendo, assim, uma alternativa à tradicional análise de conteúdo (Dijk, 1988a, p.vii).

⁸⁶ A abordagem de ACD de Fairclough (1995) reforça o entendimento da linguagem como uma prática social e um modo de ação, localizada no tempo e no espaço e que está numa relação dialética com outras facetas do social (p.54), moldando e sendo moldada por estas mesmas. Posto isto, na perspetiva deste autor, a ACD de um evento comunicativo implica a análise das relações de três dimensões desse evento “o texto, a prática discursiva e a prática sociocultural” (Fairclough, 1995, p.57). Quanto ao discurso noticioso, Fairclough também reconheceu a especificidade dos *outputs* jornalísticos, apontando as particularidades da comunicação dos *mass media*, dada a natureza das tecnologias que empregam, o seu contexto sociocultural, as estruturas sociais e culturais, relações, práticas e os valores que enquadram tais organizações e que moldam a sua comunicação (Fairclough, 1995, p.36). Para este autor, os media são um espaço de “processos complexos e muitas vezes contraditórios”, mesmo em termos ideológicos (Fairclough, 1995, pp.47-48).

⁸⁷ A análise que se empregará segue a divisão estabelecida por van Dijk (1988a), que considera que a ACD deve atentar em duas dimensões: a componente textual, concernente à estrutura do discurso, e a componente contextual, que relaciona as estruturas discursivas com as propriedades do contexto e os processos e representações cognitivas (pp.24-25). A abordagem de Fairclough (1995) atenta em três dimensões do discurso – o texto (linguagem falada, escrita ou visual), as práticas discursivas (processos institucionais de produção do discurso, tais como as rotinas profissionais de recolha de material, de edição e de transformação das informações) e as práticas sociais (o contexto mais amplo do evento comunicativo, subdividido em contexto situacional mais imediato, o institucional e o contexto social e cultural global) (pp.48-49; p.50; p.62). Estas categorias serão ‘encaixadas’ em cada uma das componentes de van Dijk, como explicitado na tabela que sumariza a estratégia a utilizada na presente investigação (ANEXO A). Cf. Fairclough (1995) e Dijk (1988a) – para uma explicitação mais detalhada de cada tipo de análise.

(respeitante aos atos discursivos), estilísticos (referentes às escolhas feitas de acordo com o contexto da comunicação) e retóricos (relativos às intenções persuasivas do texto)⁸⁸.

Já no âmbito da análise contextual, o segundo passo prende-se com a intertextualidade, uma etapa acrescentada por Fairclough, que examina os textos na sua relação com outros textos, discursos e géneros⁸⁹, um fenómeno que este autor considera ser pouco estudado e que denominou de *manifest intertextuality* (Fairclough, 1995, p.75; e 1992, p.104 e p.117). A análise intertextual da cobertura da Lusa terá em atenção os vários discursos e vozes entrelaçados nos seus textos noticiosos, através da apreciação dos diversos lados/opiniões apresentadas pelas diferentes vozes convocadas, identificando os textos mais proeminentes ou, pelo contrário, os negligenciados; procurando, assim, compreender quem tinha realmente voz e era favorecido e que perspectivas eram relegadas para segundo plano na produção jornalística acerca da questão timorense. A isto acrescentar-se-ão ainda considerações acerca do enquadramento de tais textos (em termos, por exemplo, de verbos, advérbios e adjetivos utilizados), considerando a importância que o *framing* pode assumir na interpretação desses discursos (Fairclough, 1995, pp.79-81). Note-se que estas vozes/textos que se entrelaçam no discurso noticioso correspondem a escolhas por detrás das quais poderão existir significados e intenções que importa desmistificar.

Concluída a análise linguística e intertextual, refletir-se-á sobre a globalidade da dimensão textual, atentando nas seguintes questões colocadas por Fairclough: “1. Como que é que o mundo (eventos, relacionamentos etc.) é representado? 2. Que identidades são estabelecidas para os envolvidos na história (jornalistas, audiências, 'terceiros' referidos ou entrevistados)? 3. Que relacionamentos são estabelecidos entre os envolvidos (por exemplo, relações jornalista-público, jornalista-especialista ou político-público)?” (Fairclough, 1995, p.5). Ao considerar estas interrogações, pretende-se compreender as representações⁹⁰, identidades e relações construídas no texto, de modo a desvendar como a questão de Timor Leste e os seus intervenientes eram representados pela Lusa.

⁸⁸ Cf. **ANEXO A** – para conhecer em detalhe os elementos que serão analisados em cada uma destas categorias, ao nível da macro e microestrutura dos textos.

⁸⁹ Para Fairclough (1995), a “análise linguística precisa de ser complementada pela análise intertextual” (p.30), algo não considerado por van Dijk (Featherman, 2015, p.64). Para este autor, a intertextualidade é uma importante ponte entre as dimensões do texto e a prática do discurso, correspondendo a uma análise do texto da perspetiva da prática discursiva de um ponto de vista crítico (Fairclough, 1995, p.75).

⁹⁰ A representação consiste no facto de os media e o discurso por estes apresentados não corresponderem a um espelho da realidade, mas antes a construções de versões da realidade que dependem de interesses, posições sociais e dos objetivos daqueles que produzem tais discursos. A sua análise permitirá, assim, avaliar as ideologias, motivações e relações de dominação que possam estar subjacentes a estes discursos.

Segue-se a análise contextual, que recai sobre as práticas discursivas e os contextos socioculturais. Quanto às práticas discursivas, atentar-se-á no processo de produção dos textos noticiosos, que engloba diversas atividades e rotinas, tais como o *newsgathering* (recolha do material informativo através de entrevistas, comunicados, conferências de imprensa, declarações, etc.) e o *newswriting* (processo de escrita dos artigos noticiosos), incluindo ainda considerações acerca da natureza institucional do *newsmaking*.

Para compreender o processo de produção noticiosa acerca da situação timorense serão tidas em atenção as questões relacionadas com as fontes⁹¹, os valores noticiosos priorizados na seleção dos eventos e informações acerca de Timor, os constrangimentos inerentes à produção discursiva e as rotinas da Lusa durante o período de cobertura deste processo (o envio de correspondentes, por exemplo). Além do mais, importará também perceber a possível existência de ideias partilhadas e/ou entendimentos comuns sobre a questão de Timor, numa tentativa de avaliar a dimensão cognitiva do discurso.

Quanto à análise das práticas sociais, será seguida a perspectiva de análise de Fairclough (1995), que atenta nas condições socio-históricas de formulação dos discursos, tendo em atenção três contextos específicos: o contexto imediato da sua formulação e exteriorização, o contexto institucional e o contexto social e cultural mais amplo (p.62)⁹². Relativamente ao caso em análise, serão descritas estas três dimensões contextuais, atentando na situação institucional da Lusa durante o período do estudo selecionado, tendo em atenção as suas obrigações de serviço público e a sua posição e relação com o mercado mediático português. Ter-se-á também em conta o contexto social, político e cultural geral, considerando a conjuntura global de Portugal e do sistema internacional na década de 90. Contudo, dado o hiato temporal entre esta investigação e a produção dos discursos jornalísticos sob análise, deparamo-nos com a dificuldade de analisar a dimensão contextual com precisão e rigor e segundo os exatos critérios explicitados por estes autores. Desta forma, propõe-se antes uma análise mais generalizada e impressiva desta componente, suportada pela documentação existente, pelas entrevistas realizadas e pela análise feita através da lente das teorias das RI selecionadas e dos critérios de Hallin

⁹¹ Neste tópico, importa questionar, por exemplo, a interação entre jornalistas e fontes, os tipos de fontes textuais predominantes (entrevistas, comunicados, declarações ou outras), as fontes mais consultadas e utilizadas (por exemplo, que fontes que tinham maior peso? Qual era a sua função (especialistas, autoridades oficiais)? E a sua nacionalidade? etc.), entre outras interrogações.

⁹² Fairclough tem ainda em consideração outros aspetos que intervêm na construção do discurso noticioso, os quais devem ser tidos em conta na ACD. Por exemplo, as dimensões económica e política dos *mass media*, face ao reconhecimento de que o mercado em que os media operam e a relação destes mesmos com o Estado são importantes fatores das suas práticas e textos (Fairclough, 1995, pp.41-15).

e Mancini, anteriormente explicitados, que permitirão fazer um retrato do contexto sociopolítico e económico e do sistema mediático do país no período sob investigação, que será tido em conta na análise da produção noticiosa da Lusa acerca de Timor.

Para concluir, o último passo desta análise será a interpretação global das análises textual e contextual dos discursos noticiosos analisados, de modo a averiguar se, de facto, a agência Lusa desempenhou um papel importante e/ou foi um contributo útil para a política externa portuguesa na questão de Timor Leste. Isto é, se interveio, ajudou ou contribuiu, voluntária ou involuntariamente, para a realização dos propósitos delineados neste campo político, seja pela via diplomática ou através da mobilização da sociedade, seja como meio para alertar para a violação dos direitos naquele território ou exercendo pressão e influência sobre os decisores políticos, por exemplo.

Capítulo 2. A política externa portuguesa, o sistema mediático português e a Lusa no caso de Timor Leste

O propósito da presente investigação é, portanto, compreender de que forma a Lusa teve um papel e/ou contribuiu de forma relevante a nível da política externa portuguesa no processo de independência timorense. Desta questão derivam outras tantas, tais como: Foi a Lusa uma ponte entre Portugal e os restantes intervenientes da situação de Timor? Cumpriu ou ajudou a cumprir alguns dos objetivos da PEP neste momento particular da sua história? Foi entendida como um importante canal diplomático pelas autoridades portuguesas? Exerceu algum tipo de poder ou influência sobre o processo timorense ou sobre as ações e decisões dos seus intervenientes? Entre outras.

Para responder a estas questões e a compreender o efetivo papel e contributo da agência Lusa em termos da política externa portuguesa no diferendo timorense, há que ter em atenção previamente duas questões. Por um lado, revela-se essencial analisar as estratégias, objetivos e a atuação da PEP em relação a Timor e os diversos determinantes nacionais e internacionais que condicionaram e influenciaram o destino deste território e as decisões e estratégias de Portugal, socorrendo-nos, para tal, das lentes teóricas realista neoclássica, construtivista e da *FPA*. Por outro lado, importa considerar as características gerais do sistema mediático português, apresentando sumariamente as suas linhas de mudança e evolução desde a Revolução de Abril, com particular atenção ao papel Estado no setor mediático e, em especial, ao lugar da Lusa neste sistema. Tais considerações permitirão desmistificar o contexto de atuação desta agência noticiosa ao longo dos marcos temporais sob escrutínio e estabelecer os paralelismos entre a sua atuação e a política externa portuguesa relativamente ao processo de independência de Timor.

2.1. A política externa portuguesa e o processo de independência de Timor Leste

Timor Leste, um pequeno território a que os portugueses chegaram em 1515, não só foi uma pedra no sapato de Jacarta, como afirmara Ali Alatas, MNE indonésio, como também acabou por revelar-se um espinho cravado no processo de descolonização português, tendo suscitado no país, durante o último quarto do século XX, sentimentos de culpa e vergonha, dada a situação em que fora deixada esta população. Porém, face às suas responsabilidades constitucionais, históricas e morais enquanto potência administrante e à necessidade de recuperar a sua imagem internacional após a ditadura,

Portugal fez de Timor uma causa nacional e uma das suas prioridades de PE, sobretudo a partir do final dos anos 80, pondo em marcha uma intensa atividade diplomática, desenvolvida em várias frentes e por diversas personalidades ao longo dos anos, com o intuito de dar a conhecer e mobilizar apoios para concretizar a vontade deste povo.

Contudo, o empenho português na resolução do contencioso timorense não foi constante, podendo ser distinguidas três fases na ação da política externa portuguesa. Uma primeira fase, entre 1975 e 1982, durante a qual a estratégia de Portugal assentou na internacionalização da questão timorense, através da entrega da sua resolução às Nações Unidas; uma segunda fase, entre 1982 e 1986, correspondente à bilateralização da ação portuguesa para solucionar o impasse timorense; e, por fim, o período de 1986 até à independência de Timor, no qual Portugal procurou conjugar o diálogo com a Indonésia com o aumento da pressão internacional sobre esta (Gomes, 1995a, p.1; Ramos, 2010, p.6).

Antes da invasão

Foi com a Revolução de 1974 que se abriram as portas para as décadas de ocupação indonésia e violência no território timorense até à conquista da sua independência, em 2002. Com a queda do regime autoritário iniciou-se uma transformação radical do modo de ser e estar de Portugal no mundo, que passou por “um profundo realinhamento da política externa portuguesa” (Ramos, 2010, p.22), com a redefinição das suas prioridades e dos vetores de ação (Teixeira, 2004, p.9; Telo, 2007, p.248; Teixeira, 2010, p.53)⁹³. De facto, se ao longo do Estado Novo, as linhas de orientação estratégica da PEP se resumiam ao afastamento das questões europeias (face à desconfiança relativamente ao projeto europeu), à afirmação e priorização da opção atlântica (com a integração no sistema de segurança atlântico e a entrada de Portugal na NATO) e do vetor colonial (a defesa

⁹³ De ressaltar que, como apontou Mendes (2018), a política externa portuguesa é um produto de séculos de história e de diversas condicionantes geopolíticas que levaram ao desenvolvimento de um padrão histórico e “formataram constantes e linhas de força: o Atlântico, a Europa a África e uma diplomacia ecuménica, que ajudou a marcar a presença de Portugal em todos os continentes” e que até hoje se afiguram como os seus principais vetores (p.475). Estas linhas de orientação externa encontram raízes antes do século XV e foram sendo desenhadas ao longo dos séculos, à medida que o país foi estabelecendo alianças estratégicas e relações bilaterais e multilaterais nos quatro cantos do globo (Galito, 2019, p.21). Efetivamente, entre a Europa e o Atlântico, ora aproximando-se dos vizinhos europeus, ora deles se afastando e aventurando-se pelos mares face à pressão continental, procurando contrabalançar o peso da Espanha, Portugal construiu um modo muito característico de estar e relacionar-se com o exterior e, assim, se desprender da sua condição de Estado periférico (Pereira, 2018). Dada esta diversidade na atuação externa de Portugal, verificou-se o desenvolvimento de um extenso e variado corpo literário sobre esta matéria, que se debruçou sobre uma multiplicidade de temáticas, períodos cronológicos e capítulos da história da PEP, recorrendo a vários instrumentos teóricos e métodos de análise (Cf. Freire e Brito, 2010; e Marcos, 2010 – para um estado de arte mais detalhado acerca da PEP).

intransigente do império) e ao equilíbrio triangular entre Lisboa, Londres (mais tarde, Washington) e Madrid (Teixeira, 2010, p.52), com a instauração da democracia em 1974 as prioridades externas do governo português passaram a ser a descolonização, a consolidação democrática, legitimação e o reconhecimento externo do novo regime e garantir o cumprimento dos compromissos internacionais com os aliados de Portugal, de acordo com a nova situação política (Telo, 2007, p.261; Teixeira, 2004, p.9)⁹⁴. Além disso, era consensual a necessidade do restabelecimento, regularização e alargamento das relações diplomáticas do país, em especial com os EUA, a União Soviética, os países europeus, de Leste e do Terceiro Mundo (Soares, 2002, pp.4-5).

Segundo a lente construtivista, tais reajustamentos na PE encontram uma justificação na reconfiguração identitária de Portugal que ocorreu neste período e que levou a uma reavaliação dos interesses e da legitimidade interna e internacional da PEP, o que não foi indiferente para o processo timorense (Gorjão, 2002, p.936). A partir de então, Portugal passava a afirmar-se como um país “ecuménico, europeu, democrático e anticolonialista” (Mendes, 2018, p.478)⁹⁵, deixando para trás a identidade de “Estado autoritário, imperial e autárcico”, com uma política externa “tendencialmente bilateral, nacional-soberanista e isolacionista” (Mendes, 2018, p.475)⁹⁶.

Especificamente no que concerne ao processo de descolonização⁹⁷, este foi o primeiro grande desafio da PE do regime democrático, que representou um “corte radical com as bases tradicionais da política externa” (Marcos, 2010, p.150)⁹⁸. Como apontou

⁹⁴ De facto, “apesar do programa do MFA anunciar e garantir o cumprimento de todos os compromissos internacionais de Portugal, tornava-se claro que estes dois simples princípios – democratizar e descolonizar – implicariam uma reinterpretação desses mesmos compromissos e uma alteração de fundo na orientação externa do Estado português” (Teixeira, 2015, p.61). Mário Soares, MNE nos três primeiros Governos Provisórios, assinalou esta mudança, ao afirmar que a PEP do pós-revolução “era uma política externa que se situava, deliberadamente, nos antípodas da política de Salazar e Franco Nogueira” (Soares, 2002, p.5).

⁹⁵ De acordo com Mendes (2018), esta nova identidade de Portugal construiu-se, sobretudo, através de duas dimensões. A primeira diz respeito à normalização e consolidação da democracia, que implicou a neutralização das ideias de “Estado autoritário, imperial e autárcico” (p.478). Já a segunda dimensão relaciona-se com a europeização do país, traduzida nos esforços de adaptação de Portugal às ideias, valores e normas do grupo europeu, no pré e pós-adesão.

⁹⁶ Como demonstra uma leitura construtivista dos acontecimentos, apesar de a PEP manter um padrão histórico, assente no Atlântico, na Europa, em África e numa diplomacia ecuménica, que perdura até aos dias de hoje, diferentes ideias e imagens culturais marcaram as orientações e o quadro de relacionamentos do país durante o Estado Novo e na democracia. Cf. Mendes (2018, pp.475-481).

⁹⁷ De um ponto de vista construtivista, o arranque do processo de descolonização foi apenas possível porque outras ideias, imagens culturais, normas e valores passaram a fundamentar as ações e relacionamentos externos portugueses (Mendes, 2018, p.478). Estes fatores normativos e ideacionais estavam plasmados no programa dos 3D’s do MFA (Democratização, Descolonização e Desenvolvimento), apesar da “turbulenta luta política” que marcou o período pré-constitucional, em que esteve presente essa “busca por uma nova identidade política e inserção internacional de Portugal” (Mendes, 2018, p.478).

⁹⁸ Recorde-se que a política salazarista se pautava pela defesa intransigente do império ultramarino e pela não aceitação do direito dos povos à autodeterminação. O país acabou por sofrer as consequências de tal

Mário Soares, “a prioridade das prioridades era pôr fim às guerras coloniais, através de negociações políticas directas com os ‘movimentos de libertação’ que as protagonizavam” (Soares, 2002, p.4). No entanto, embora a descolonização de cada território tenha conhecido as suas particularidades, este foi um processo conturbado, algo anárquico e longe de poder ser considerado exemplar, tendo-se verificado uma crescente ingerência externa, em especial da URSS, que “aproveitava o vazio do poder e as limitações e embaraços da administração americana” (Telo, 1999-2000, p.3), para além da inicial diversidade de alternativas para a desagregação do império português⁹⁹. Acabou por triunfar a orientação política de concessão da independência imediata, materializada na lei 7/74, de 27 de julho, que oficializava o reconhecimento do direito à autodeterminação (Telo, 2007, pp.254-255). Ainda assim, a descolonização não estaria concluída até ao início do século XXI, face à invasão indonésia de Timor Leste que bloqueou a conclusão deste processo. No entanto, no pós-revolução, era o teatro africano que levantava mais inquietações e para o qual Portugal canalizou a grande parte dos seus esforços, sendo só mais tarde, como veremos posteriormente, que esta ex-colónia no sudeste asiático se assumiu como uma questão prioritária da ação externa portuguesa.

No entanto, recorde-se que esta redefinição dos vetores da política externa portuguesa não se fez de forma linear e sem impasses. Foi só com a chegada do I governo constitucional, em 1976, que se deu a clarificação das grandes opções de PE, com a consagração da opção europeia como o caminho a seguir em termos políticos e económicos, embora sem descurar as outras linhas de força, observando-se antes a uma inversão das prioridades face ao período ditatorial. A partir de então é, finalmente, estabelecido “um posicionamento externo unívoco e rigoroso, que reclama para Portugal a sua condição de país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico” (Teixeira, 1999, p.5), à qual se acrescenta “a partir da década de 1980, as relações pós-coloniais” (Teixeira,

postura, sobretudo a partir da sua entrada na ONU, em 1955, onde se defrontou com as pressões para a descolonização decorrentes do espírito anticolonialista do movimento afro-asiático e não-alinhado, sendo alvo de fortes críticas e votado ao isolamento internacional (Teixeira, 2004, p.8; Teixeira, 2015, p.58).

⁹⁹ Entre as alternativas para proceder à descolonização constava “uma primeira tendência, herdeira da proposta de Spínola (...), [que] continuava a insistir na teoria federativa; uma segunda, inspirada por Melo Antunes, procurava a constituição de um eixo neutralista, não-alinhado e terceiro-mundista; [e] finalmente, Vasco Gonçalves defendia uma tendência pró-soviética. Do ponto de vista político, estas nuances ideológicas dividiam-se em duas posições políticas fundamentais: a primeira defendia que a autodeterminação não se traduzia necessariamente em independência e era intransigente na luta pela soberania portuguesa, defendendo a realização de um referendo que deveria decidir o destino dos territórios coloniais; a segunda, pelo contrário, defendia a identidade entre autodeterminação e independência e pugnava pela transferência imediata de poderes para os movimentos de libertação enquanto legítimos representantes dos povos coloniais” (Teixeira, 2015, pp.61-62).

2015, p.63). A Europa, o Atlântico e a Lusofonia constituíam, assim, o “tríptico consensualmente aceite pelas principais forças políticas portuguesas”, que marcou “a viragem da política externa portuguesa após o processo de democratização” e que até aos dias de hoje constam nos programas de governo (Freire e Brito, 2010, p.168).

O vetor europeu afigurou-se central e incontornável logo no arranque do regime democrático (contrariamente ao verificado no Estado Novo), que por esta via procurava facilitar a consolidação da democracia e alavancar a modernização económica e social do país, nomeadamente através das ajudas comunitárias (Pinheiro, 1988, p.24; Telo, 2007, p.280; Pinto, 2015, pp.51-52; Pereira, 2018, pp.272-273). Contudo, a aproximação entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia (CEE) fora posta em marcha ainda durante o governo de Marcelo Caetano¹⁰⁰. A novidade do regime democrático consistiu, antes, na renovada ênfase concedida à opção europeia e à adesão à CEE, entendida como a prioridade número um de Portugal, verificando-se, conseqüentemente, uma progressiva “europeização da política externa portuguesa que provocará a alteração do modelo de inserção internacional do país” (Teixeira, 2004, p.8)¹⁰¹.

Por sua vez, o Atlântico e as relações com as ex-colónias representaram duas importantes continuidades na PEP no período democrático e um reencontro com a tradição, embora já não com a mesma tónica com que eram entendidas pelo governo de Salazar (Teixeira, 2015, p.68)¹⁰².

A opção atlântica diz essencialmente respeito às relações com os EUA e com a NATO, sobretudo nas questões da defesa e segurança (Galito, 2019, p.18). Já no governo de Marcelo Caetano se verificara um estreitar destes laços, numa espécie de preparação para o que viria a acontecer depois de 1974¹⁰³. A inovação da democracia prende-se com o fim da lógica antinómica entre o continente europeu e o Atlântico, agora entendidos

¹⁰⁰ Como salientou Telo (2007), a opção europeia, “era já uma realidade operante e efectiva desde o começo dos anos sessenta, quando a CEE se transformou na principal referência comercial, económica, financeira, tecnológica e humana do país. (...) A Europa do Tratado de Roma, em resumo, era a grande referência das relações externas de Portugal já no período de Marcelo Caetano, embora a política externa tivesse a África no centro do seu discurso até 1974” (pp.248-249).

¹⁰¹ Em março de 1977, Portugal solicitou formalmente a adesão às Comunidades Europeias (CE), a qual se concretizou com assinatura do Tratado de Adesão, a 12 de junho 1985, que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 1986. “Era uma opção estratégica que marcaria, decisivamente, o futuro do país e completava a dimensão internacional da consolidação democrática portuguesa” (Teixeira, 2004, p.10).

¹⁰² Como salientou Pinheiro (1988), “ao longo da sua história, velha de 8 séculos, Portugal esteve sempre virado para o mar, tendo a epopeia marítima de 500 constituído o seu ponto mais notável” (p.21).

¹⁰³ De facto, “o 1º Governo Provisório reafirma rapidamente a adesão de Portugal à NATO e aos seus princípios por iniciativa de Mário Soares”, pelo que também a “NATO tem uma acção importante mas discreta a favor da vitória da democracia, principalmente pela sua acção junto dos meios militares” (Telo, 2007, p.270).

como complementares e um fator de valor acrescentado, no sentido em que Portugal afirma-se como um “elo entre os pilares americano e europeu, com uma importância estratégica” (Pinheiro, 1988, p.22). Ademais, com a Revolução de Abril deu-se a inversão da prioridade atlântica em relação à europeia, face ao período ditatorial, com a CEE a ocupar o primeiro lugar nas grandes opções estratégicas do país (Teixeira, 2004, p.12).

Já relativamente aos países lusófonos, o governo português fez igualmente uma prioridade sua a manutenção e melhoria das relações com estes países, não sendo também esta uma transformação radical nas orientações da PEP. De facto, como apontou João de Deus Pinheiro (1988) na época, “Portugal tem responsabilidades e interesses em África que constituem um eixo fundamental da sua política externa, devendo procurar maximizar as condições de cooperação e de actuação na cena internacional que promovam a paz e o desenvolvimento daqueles países” (p.27). Tais relacionamentos passam apenas a ser estabelecidos em moldes diferentes dos do Estado Novo, verificando-se sobretudo uma aposta de Portugal no papel da Língua Portuguesa e no potencial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Galito, 2019, p.10)¹⁰⁴.

Além destes vetores, Portugal não deixou de adaptar a sua política externa às mudanças na conjuntura internacional e de introduzir novos elementos (Pereira, 2018, pp.269-270), como foi o caso da sua aposta numa PE de valores¹⁰⁵, no qual está incluída a defesa dos direitos humanos, e no multilateralismo, vetores que (embora só mais tarde) se revelaram deveras importantes na questão timorense (Galito, 2019, p.18-21; Teixeira, 2010, pp.55-56). Relativamente às dinâmicas multilaterais, ressalte-se que, contrariamente às reticências do governo salazarista, primeiro, em relação à Sociedade das Nações e, depois, às Nações Unidas, com a chegada da democracia foi notório o maior investimento de Portugal na sua participação em organismos internacionais (tais como a UE, a NATO e a ONU) de diversas áreas (segurança, economia, direitos humanos, etc.) e em diferentes regiões do globo, de forma a aprofundar a sua inserção no sistema internacional (Teixeira, 2004, p.7; Mendes, 2015, p.86). Tal estratégia de afirmação do

¹⁰⁴ Hoje, o vetor da Lusofonia traduz-se essencialmente em relações bilaterais entre Portugal e as suas ex-colónias e com a China, através de Macau e em relações multilaterais através da CPLP.

¹⁰⁵ “Significa isto que os valores da democracia e do estado de direito estão na própria matriz genética da política externa do regime democrático. E nas suas opções estratégicas essenciais, a democracia acabará por concretizá-los. Na UE como na Aliança Atlântica, todos os parceiros e aliados de Portugal são democracias. E a presença das forças armadas portuguesas nas missões de paz, sob a égide das Nações Unidas, confirma essa diplomacia de valores que teve na independência de Timor um dos seus maiores sucessos. A política externa parte, sempre, da formulação dos interesses. Mas no modelo democrático, não só não ignora como assume o seu quadro de valores. Valores que para Portugal são os da democracia, do estado de direito e da segurança humana” (Teixeira, 2010, pp.55-56).

país no plano multilateral foi assumida ainda com mais vigor a partir do governo de Cavaco Silva, em 1987. Das diversas organizações de que o país era membro destaca-se a ONU e os seus órgãos, como o Conselho de Segurança (CSNU), os quais assumiram um papel importante para a PEP, depois do longo período de hostilização e isolamento de Portugal nesta organização devido à sua política colonial¹⁰⁶. Como recorda Mendes (2012), “Portugal democrático viu o relacionamento mais aprofundado com as Nações Unidas como uma mais-valia para a política externa nacional e consequente projecção no sistema internacional” (p.57)¹⁰⁷. Esta dimensão multilateral da PEP e a participação mais ativa na ONU permitiram que o país recuperasse a sua imagem internacional, o que teve repercussões positivas na resolução do diferendo timorense.

E, de facto, as estratégias da política externa portuguesa formuladas para Timor Leste não foram avessas a todas estas mudanças identitárias e nas coordenadas da PEP, nem à conjuntura ou às normas internacionais e nacionais que o país passou a subscrever a partir de então, a começar pelo reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, que marcou o ponto de partida de todo o processo timorense. Foi com base nesta nova identidade, à qual subjazem as normas e princípios democráticos e do direito internacional, conjuntamente com outras mudanças, que Lisboa deu início à descolonização do seu império ultramarino, incluindo de Timor.

No entanto, até abril de 1974, Timor Leste nunca havia sido palco de grandes conflitos ou de agitação política, nem possuía movimentos autonomistas significativos, diferentemente do que se verificava nas restantes colónias (Gorjão, 2005, p.25; Almeida,

¹⁰⁶ A presença portuguesa mais ativa nesta organização refletiu-se nomeadamente no aumento significativo da sua contribuição financeira para o seu orçamento, na sua participação nas Operações de Manutenção de Paz, nas candidaturas e consequentes mandatos no CSNU nos biénios de 1979-1980 e 1997-1998, entre outras iniciativas (Magalhães, 2002, p.2). Quanto à participação de Portugal como membro não-permanente no CSNU, a sua primeira candidatura e mandato partiu de uma “vontade de alterar o lugar histórico de Portugal no sistema internacional”, tendo-se revelado um sucesso, uma vez que foi “reveladora da universalidade da política externa portuguesa, merecendo o respeito da comunidade internacional” (Mendes, 2012, p.78). Por sua vez, a participação no biénio de 1997-1998 foi igualmente importante, uma vez que permitiu que o país demonstrasse o seu empenho e uma postura ainda mais proativa e dinâmica perante as questões, problemas e crises internacionais, contribuindo ativamente para a sua resolução, como foi o caso da invasão do Koweit pelo Iraque. Para além do mais, neste mesmo mandato, Portugal fomentou o debate sobre as operações de paz e foi pioneiro na promoção do alargamento dos assuntos na agenda do CSNU, para a inclusão da temática dos direitos humanos, reafirmando, assim, uma vez mais a universalidade da sua conduta externa, o que viria a ser, posteriormente, benéfico para o processo timorense (Mendes, 2012, pp.96-99; pp.103-104). Posto isto, compreende-se como “a participação crescente no CSNU alterou a imagem internacional de Portugal, passando a ser visto como um *helpful fixer* do sistema internacional” (Mendes, 2012, p. 96 – nesta mesma obra é possível aceder a uma explicação mais detalhada da relação entre Portugal e o CSNU e sobre as suas candidaturas para membro não-permanente deste órgão).

¹⁰⁷ Posto isto, compreende-se como a PEP tem revelado uma grande coerência e estabilidade ao longo dos tempos, ao continuar com a sua “matriz fundadora “bem presente e consolidada” ainda que “mais densa, mais rica, mais ampla” (Galito, 2019, p.2).

1999, p.17)¹⁰⁸. Contudo, na sequência dos acontecimentos na metrópole, formaram-se diversos partidos, com especial destaque para FRETILIN, UDT e APODETI, os quais pugnavam por diferentes rumos para o futuro do território (independência, autonomia e integração na Indonésia, respetivamente, embora a UDT tenha oscilando entre várias opções). Em face da forte rivalidade e divergências entre estas organizações políticas, os meses que se seguiram ao golpe de Estado de Abril foram marcados por fortes tensões e confrontos, em parte incitados pela Indonésia, tendo sido inclusive declarada a independência unilateralmente pela FRETILIN a 28 de novembro de 1975, não reconhecida, porém, pelas Nações Unidas (Gorjão, 2002, p.917; Leitão, 2015, pp.73-74).

A contribuir para o agravamento desta situação esteve também o facto de Timor ter sido relegado para segundo plano nas preocupações da PEP de então (Gorjão, 2005, p.25), já que Portugal enfrentava diversos problemas e dificuldades nacionais e internacionais que lhe impunham outras prioridades externas, que não o território timorense. Como supramencionado, o país estava sobretudo focado, por um lado, na descolonização dos territórios em África, onde decorriam guerras e se verificava a ingerência das superpotências da Guerra Fria (Leitão, 2015, p.73); e, por outro, na resolução da situação interna de forte instabilidade, indefinição política e de crise económica.

Quanto à Indonésia¹⁰⁹, país vizinho de Timor, esta seguia atentamente a situação da colónia portuguesa, não acreditando que pudesse afirmar-se como um Estado independente e temendo ao mesmo tempo que esta pudesse vir a tornar-se uma “quinta coluna” de potências estrangeiras, como a Rússia ou a China, possibilidade que também não agradava ao Ocidente (Gomes, 2010, p.70). Recorde-se que desde o final da II Guerra Mundial que a arena internacional era pautada pelo clima de Guerra Fria, que instalou a bipolaridade como princípio de estruturação do sistema de Estados, dividindo o globo em

¹⁰⁸ A situação deste território no sudeste asiático assemelhava-se mais à de Macau e Goa, que também conviviam com Estados vizinhos com intenções imperiais (Gorjão, 2002, pp.913-914).

¹⁰⁹ Neste período, a Indonésia era um importante ator regional no continente asiático. Enquanto fundadora do Movimento dos Não Alinhados, Jacarta era uma voz ativa do chamado Terceiro Mundo e representava a maior nação islâmica, para além de ser possuidora de consideráveis recursos naturais e de deter um importante posicionamento estratégico. Ademais, com Suharto no poder, Jacarta recebia o apoio dos países ocidentais, materializado sobretudo na fundação do *Inter-Governmental Group on Indonesia*, que reunia países como os EUA, Japão e Austrália. Recorde-se que a Nova Ordem de Suharto ascendeu ao poder depois de uma purga anticomunista em 1965/1966, momento a partir do qual Jacarta interrompeu a cooperação com Pequim e se assumiu como “um bastião anticomunista, tornando-se num parceiro pró-ocidental de excelência no sudeste asiático” (Ramos, 2010, p.41). A Indonésia fazia ainda parte da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), fundada em 1967 com a Tailândia, Malásia, Singapura e Filipinas, que lhe permitiu consolidar o seu peso regional (Ramos, 2010, pp.40-41).

dois modelos ideológicos e institucionais distintos¹¹⁰, encabeçados pelos Estado Unidos e pela União Soviética, superpotências que competiam entre si “em todas as dimensões e a todos os níveis” à escala global, envolvendo-se numa variedade de conflitos periféricos (Gaspar, 2001, p.8; Sá, 2008, p.31). Neste ambiente de feroz rivalidade, o sudeste asiático foi, desde início, considerado uma zona de elevado interesse estratégico, tendo os EUA fomentado relações e providenciado apoios a diversos países asiáticos¹¹¹, incluindo à Indonésia. Aliás, já desde 1948 que este país era entendido pelo potência norte-americana como um importante aliado anticomunista, tendo, inclusive, apoiado “a [sua] independência, a subida de Suharto ao poder e a modernização das Forças Armadas” indonésias, garantindo, assim, o seu acesso ao corredor marítimo Índico–Pacífico, para além do seu interesse nos recursos naturais deste país (Ramos, 2010, p.46).

Face a tudo isto, Portugal manteve desde início a Indonésia (e também a Austrália) a par dos desenvolvimentos no território timorense, incluindo este país nas negociações sobre o futuro de Timor¹¹². A posição de Lisboa era a de “no plano dos princípios, aceitar qualquer solução, desde que a mesma resultasse de um acto livre de autodeterminação dos timorenses” (Gomes, 2010, p.68), procurando ao mesmo tempo conciliá-la com os interesses indonésios¹¹³. Já a Indonésia começou por afirmar que não tinha intenções de anexar Díli, mas, pouco depois (num segundo encontro), reconheceu a possibilidade de integração. Verdade era que, como demonstra uma análise realista neoclássica, face aos constrangimentos que advinham do contexto internacional e dos problemas vividos no plano interno em 1974-1975 (em especial durante o chamado Verão Quente de 1975), Lisboa revelava-se incapaz de, política e economicamente, continuar a assumir a administração daquela colónia. Assim, a opção da integração, embora não oficialmente

¹¹⁰ De um lado, encontrava-se a democracia e comunidade ocidental, reunida na Aliança Atlântica e nas Comunidades Europeias, e de outro estava o comunismo e o bloco soviético, representado no Pacto de Varsóvia e na Comissão de Assistência Económica Mútua (Gaspar, 2001, pp.10-11)

¹¹¹ Inclusivamente, “em 1954 o presidente Dwight Eisenhower apresenta a teoria dos dominós e os EUA envolvem-se activamente na organização regional de defesa da Ásia-Pacífico, cedendo apoios financeiros e militares e promovendo acordos de segurança colectiva” (Ramos, 2010, p.45).

¹¹² A primeira reunião entre Portugal e a Indonésia ocorreu a 10 de maio de 1975, no Palácio das Necessidades, com o embaixador indonésio em Bruxelas, Frans Seda, realizando-se outros encontros entre outubro de 1974 e novembro de 1975. Cf. Gorjão (2002, pp.914-917) e Ramos (2010, pp.38-39) – para uma descrição mais detalhada dos encontros realizados entre estes países, antes da invasão de Timor.

¹¹³ Segundo Mário Lemos Pires, indigitado para o cargo de governador de Timor, Portugal tinha como princípios de descolonização deste território os seguintes pontos: “1) “A descolonização deve ser feita com o povo de Timor e nunca contra o povo de Timor”, e 2) “(...) descolonizar é passar a gestão dos assuntos de Timor para os Timorenses” (Leitão, 2015, pp.74-75). “Em 13 de Maio de 1974, é publicado em Díli o Despacho do Governador nº 15/74. O documento abre caminho à criação de uma Comissão para a Autodeterminação de Timor e à constituição de partidos políticos” (Ramos, 2010, p.37).

assumida, afigurava-se como uma solução cada vez mais plausível para as autoridades portuguesas (Gorjão, 2002, p.914; Gomes, 2010, p.68; Ramos, 2010, p.38).

Contudo, antes que uma solução fosse acordada, Jacarta avançou sobre Timor, a 7 de dezembro 1975, face à radicalização da tensão interna, à perceção de uma ameaça aos seus interesses e à desatenção portuguesa e desinteresse ocidental por este território. As incursões indonésias decorriam já desde finais de 1974, com a ajuda da APODETI no terreno e o consentimento da Austrália, em prol da estabilidade regional, e dos Estados Unidos, dado o clima de Guerra Fria que se vivia, desejando evitar que Timor se tornasse na nova Cuba (Ramos, 2010, p.42; pp.45-47; Leitão, 2015, p.74). Como argumentos, a Indonésia invocava o perigo vermelho (com a associação da FRETILIN ao comunismo), a ameaça à sua coesão nacional e o risco de contágio no sudeste asiático. Em julho de 1976, Timor foi reconhecido como 27ª província indonésia pelo parlamento de Jacarta.

1ª fase (1975-1982)

Da parte da política externa portuguesa, estava fora de questão a resistência militar à invasão indonésia, optando pela via diplomática. No próprio dia da invasão, Portugal cortou relações diplomáticas com a Jacarta e denunciou o sucedido à ONU, afirmando que se tratava de “um ato de agressão”, “um atentado ao direito internacional” e “um bloqueio à descolonização”, a qual não poderia ser concluída de modo “pacífico e negociado”, declarando a sua incapacidade de “restabelecer a paz em Timor” (Ramos, 2010, p.58; Pires, 1991, p.348; Gomes, 2010, p.72). De imediato, as Nações Unidas rejeitaram a integração e aprovaram duas resoluções (a Resolução n° 3485 da AGNU, de 12 de Dezembro, e a Resolução n° 384 do CSNU, de 22 de Dezembro de 1975), condenando a invasão indonésia, exigindo a sua retirada, o respeito pelo direito à autodeterminação dos timorenses e reiterando o papel de Portugal como potência administrante (Gomes, 2010, p.73; Leitão, 2015, p.76).

Foi perante uma particular conjuntura internacional e nacional (e altamente influenciada por ela), a qual importa analisar pela lente do RNC, que se definiu a primeira fase da estratégia da PEP para Timor (e o seu insucesso), caracterizada pela tentativa de multilateralização e internacionalização (embora apenas formal) da questão timorense junto da ONU.

Como uma leitura realista neoclássica nos permite compreender, a conjuntura internacional não era favorável à causa maubere nem à estratégia portuguesa. Embora aprovadas, as resoluções da ONU contaram com as abstenções dos EUA e do Japão,

“demonstrando assim a inexistência de vontade política de confrontar a Indonésia e tornando claro que a acção das NU era mero pró-forma para salvar as aparências” (Gomes, 2010, p.73)¹¹⁴. Esta falta de apoios à acção de Portugal em Nova Iorque prendia-se sobretudo com a nova dinâmica da competição bipolar (3ª fase) na década de 70, caracterizada pelo “fim da era americana” e o “início da projecção internacional soviética”¹¹⁵. Os EUA, com o seu executivo ferido e mal visto na sequência do caso Watergate, eram apenas uma “sombra do grande poder” constituído no final da II Guerra Mundial (Telo, 2007, p.251). Neste contexto e face ao trauma da retirada e derrota no Vietname, Laos e Camboja, que alterou os equilíbrios regionais na balança do poder, o sudeste asiático afigurava-se uma área estratégica crucial, na qual a Casa Branca estava empenhada em recuperar a sua imagem (Ramos, 2010, p.45). Como tal, Jacarta, enquanto bastião contra o comunismo na Ásia, era percebida como um importante aliado para alcançar os interesses políticos, estratégicos e comerciais norte-americanos nesta região¹¹⁶, daí que os EUA se mostrassem dispostos a sacrificar Timor Leste e a

¹¹⁴ Como explicitou Fernando Neves (2002), “a invasão de Timor-Leste tinha tido, ao menos de modo passivo, o beneplácito das principais potências ocidentais (...), juntamente com as potências regionais que reconheciam o carácter prioritário das suas relações com a Indonésia. A própria anexação tinha a aceitação explícita da Austrália, e tácita das principais potências com expressão na região. Os países ocidentais, incluindo os parceiros europeus de Portugal, tinham interesses no comércio com a Indonésia que se sobreponham aos princípios de solidariedade com a defesa dos direitos dos timorenses, que Portugal e os restantes países de língua portuguesa prosseguiam de modo cada vez mais isolado” (p.2). Tais posicionamentos condenariam Timor Leste ao silêncio no CSNU, não voltando o assunto a ser abordado nos 23 anos que se seguiram (Ramos, 2010, p.63). Cf. também Pires (1991, pp.330-366 e p.384).

¹¹⁵ Chegada a década de 70, vivia-se a 3ª fase da Guerra Fria, marcada por um clima de desanuviamento, cooperação e aproximação possibilitado pela détente Leste-Oeste e pela *ostpolitik*, uma consequência direta da crise dos mísseis em Cuba, que se traduziu em diversas mudanças nas estratégias de PE de Washington e de Moscovo. Como recorda Tiago Moreira de Sá (2008), “a tarefa prioritária dos decisores políticos norte-americanos e soviéticos a partir da segunda metade da década de 1960 consistiu em conceber um modo de relacionamento entre os seus dois países que, simultaneamente, se ajustasse às mudanças internacionais em curso e preservasse o equilíbrio bipolar (...) No epicentro da nova estratégia externa das superpotências estava o interesse em substituir uma relação baseada quase exclusivamente na tensão por outra assente na cooperação, ainda que com áreas de conflito” (pp.31-32). Este novo estágio do conflito bipolar deveu-se a uma diversidade de fatores. Do lado dos EUA, o seu crescente envolvimento no conflito da Indochina que catalisou divisões entre os aliados ocidentais, a maior independência da Europa Ocidental no xadrez internacional e os esforços extraordinários no Vietname que depauperaram recursos políticos, militares e económicos importantes foram alguns dos motivos que levaram as autoridades norte-americanas a equacionar uma détente com o rival soviético; já no caso da URSS, a principal razão para a aceitação desta nova postura deveu-se, nomeadamente, à emergência do conflito sino-soviético e às políticas de independência de outros regimes comunistas (como a Roménia, Jugoslávia e Checoslováquia), potenciadas pelos problemas económicos de Moscovo a partir da década de 60 (Sá, 2008, pp.32-34). A tudo isto junta-se ainda a “dissolução da rigidez nos dois blocos político-militares antagónicos, uma característica geopolítica saliente dos anos 1960, em consequência da perda parcial de influência de EUA e URSS nas suas respectivas esferas” (Sá, 2008, p.32); além de que fora também, por fim, atingida a paridade estratégica entre as duas superpotências, “a mais importante oscilação da balança central de poder desde a Segunda Guerra Mundial dado que, a partir de então, e pela primeira vez, os EUA deixaram de ser dominantes em termos de poder nuclear” (Sá, 2008, p.35).

¹¹⁶ Os interesses norte-americanos na Indonésia resumiam sobretudo à sua necessidade de garantir o acesso ao corredor marítimo Índico-Pacífico, para a movimentação dos seus submarinos e ao facto de Jacarta ser

desconsiderar os apelos de Portugal na ONU¹¹⁷. Além disso, a Indonésia beneficiava das “divisões do mundo comunista e da rivalidade entre a URSS e a China Popular”, pois embora estes dois países tivessem apoiado Timor nas votações, nada fizeram para impedir ou contrariar a ocupação indonésia (Gomes, 2010, p.71). Jacarta encontrava-se, assim, numa posição de força.

A limitar a atuação portuguesa em relação a Timor estava ainda a difícil situação interna. Em 1975 e nos anos seguintes, Portugal vivia um período conturbado de feroz guerrilha político-partidária e uma limitante instabilidade governativa que atrasava o processo de transição e consolidação democrática (Pinheiro, 1988, p.14). Apenas em dois anos, o país conheceu “seis Governos Provisórios, dois presidentes da República, uma Junta de Salvação Nacional, um Conselho da Revolução, uma Comissão Coordenadora do MFA, órgãos pouco convergentes” (Pires, 1991, p.415), o que abalava a estabilidade necessária para alcançar uma solução política para Timor (Ramos, 2010, p.56)¹¹⁸. A crise financeira e a iminência de rutura cambial exigiam também uma intervenção externa do FMI, sendo imperativa a modernização e a recuperação económica e o restabelecimento de uma economia de mercado (Brandão, 2001, p.127). Além do mais, no respeitante à política externa, Portugal continuava mais focado na descolonização dos territórios africanos e na sua integração nas Comunidades Europeias¹¹⁹, o que, uma vez mais, apartava a atenção da PEP (e dos portugueses em geral) do contencioso timorense.

Analisando esta conjuntura da perspetiva da *FPA*, a par desta desatenção do governo, estava também o alheamento e desconhecimento da opinião pública portuguesa (e internacional) em relação à situação desta meia-ilha. Como apontou o ex-governador

um contrapeso regional a Pequim e Hanói, a quinta potência mundial em recursos naturais, exportadora de petróleo, grande importadora do equipamento norte-americano (que representava cerca de 90% do equipamento militar indonésio) e ainda um importante mercado de consumidores e de mão de obra (cerca de cento e oitenta milhões). “Tudo somado, a Administração Ford tem as suas razões para sustentar a afirmação regional da Indonésia” (Ramos, 2010, p.46).

¹¹⁷ Segundo Pires (1991), “a Administração norte-americana seguiu sempre com atenção a revolução portuguesa e a conseqüente descolonização e também a questão de Timor, principalmente a partir da sua embaixada em Jacarta. A descolonização portuguesa em África e a recente derrota no Vietname, a par de outras situações, eram sobejamente preocupantes para os EUA para que pudessem aceitar uma desestabilização na área cuja segurança assentava na existência da ASEAN, tendo como pilar a anticomunista Indonésia” (p.333). Nesta conjuntura, a URSS apressou-se a preencher os vazios de poder no Terceiro Mundo que a descolonização ia deixando, sobretudo perante a evidente falta de empenho da administração americana em novas aventuras nesta região (Telo, 2007, pp.251-252). Contudo, não se atreveu a intervir em zonas que feririam diretamente os interesses dos EUA, como foi o caso de Timor.

¹¹⁸ No entanto, “a luta pela alma de Portugal estava no essencial decidida no 25 de Novembro, com a iniciativa bem sucedida dos partidários da democracia pluralista e representativa numa acção preparada de longa data, com o apoio discreto de alguns serviços europeus (Inglaterra, RFA) em termos militares” (Telo, 2007, p.277).

¹¹⁹ Só em 1976, com a formação do I Governo Constitucional de Mário Soares (a 12 de julho de 1976), é que se reuniram as condições para a apresentação do pedido de adesão.

de Timor Leste, Lemos Pires (1991), de uma forma geral, a consciencialização dos dirigentes e do povo português aconteceu com “uma lentidão pouco harmónica” (p.383), comparativamente às suas responsabilidades e à intensidade dramática da vida em Timor, o que não ajudou à mobilização de esforços para a resolução da sua situação¹²⁰.

Dados estes constrangimentos advindos do ambiente nacional e internacional, que as análises realista neoclássica e da *FPA* permitem identificar, compreende-se como não estavam reunidas condições quer para a resolução imediata da questão timorense, quer para a tomada de uma posição mais assertiva da política externa portuguesa. Assim, ainda que, após a invasão, Lisboa tenha assumido como objetivo manter a situação de Timor na agenda internacional e aumentar os custos políticos para a Indonésia, mediante uma batalha política, diplomática e jurídica, verificava-se a ausência de uma estratégia efetiva do governo português (Gomes, 1995, p.1; Ramos, 2010, p.7 e pp.70-71). Portugal queria evitar a hostilização e o confronto direto com a Indonésia, o que resultou numa reduzida atividade diplomática, algo nomeadamente patente na escassa atenção dispensada ao território nos programas de governo até 1980¹²¹ e nas menções, apenas anuais, da questão timorense nas intervenções portuguesas na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e no Comité de Descolonização. Posto isto, Portugal “foi perdendo capacidade de influência e ação de mobilização e sensibilização relativamente à questão timorense” (Leitão, 2015, p.76).

¹²⁰ Não se desconsidere, no entanto, os grupos movimentos da sociedade civil, “como os de «Paz e Justiça para Timor-Leste», «A Paz é Possível em Timor-Leste», a «Comissão para os Direitos do Povo Maubere» (...) [e] muitos outros em iniciativas pontuais ou mais particulares (...) que, no seu conjunto, foram praticamente a única voz portuguesa actuante e conforto dos Timorenses nos primeiros anos de anexação” (Pires, 1991, p.383).

¹²¹ Nos programas dos I, II e V governos constitucionais, Timor mereceu apenas breves linhas, que se limitavam a assinalar a intenção de Portugal resolver a situação, não havendo qualquer referência a esta ex-colónia nos programas do III e V governos. Tal denota como a situação deste território não era uma das preocupações primárias do governo português. É só nos programas do executivo de Francisco Sá Carneiro (VI Governo Constitucional, entre janeiro de 1980 e janeiro de 1981, e VII Governo Constitucional, de janeiro a setembro de 1981) que Timor é alvo de uma maior atenção. Nestes programas, são reiterados os laços históricos e as responsabilidades do país para com este povo, invocando a questão dos direitos humanos e declarado o empenho de Portugal no cumprimento dos princípios da Carta das NU e na resolução deste diferendo através de meios diplomáticos (Programa do VI Governo Constitucional, 1979, p.6; Programa do VII Governo Constitucional, 1981, pp.25-26). Como recordou Lemos Pires (1991), “o Governo do Dr. Sá Carneiro tentou inverter a evolução da situação, definindo uma política mais ativa para o caso de Timor, como «conversações» com a Indonésia e «consultas» com os países mais directamente interessados, a par da ajuda económica e social aos refugiados e apoio humanitário em Timor” (pp.371). Ademais, “também a partir de 1980 o presidente da República, general Ramalho Eanes, assumiu uma posição mais interventora no processo solicitando parecer e propostas do Conselho de Revolução para conversações com o Governo. No entanto, as relações entre a Presidência da República e o Governo não facilitaram o aparecimento de uma manobra convergente” (Pires, 1991, p.372).

Pelo contrário, beneficiando desta conjugação de fatores nacionais e internacionais, a Indonésia procurou consolidar a sua atuação em Timor, fechando este ao mundo e controlando a informação e o acesso da imprensa internacional e das organizações não-governamentais¹²².

Dada esta conjuntura internacional e ineficaz estratégia portuguesa, Timor Leste caiu aos poucos no esquecimento e a sua integração na Indonésia foi sendo cada vez mais entendida como irreversível, sobretudo com o seu reconhecimento pela Austrália em 1978. Apenas a resistência timorense no estrangeiro (José Ramos Horta, Abílio Araújo, Roque Rodrigues, Mari Alkatiri e José Luís Guterres), a Igreja Católica, a Amnistia Internacional e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) continuavam a defender o direito de autodeterminação deste povo e a denunciar as atrocidades cometidas no território (Ramos, 2010, pp.67-68; Gomes, 2010, p.74; Leitão, 2015, p.77).

2ª fase (1982-1986)

É só com a chegada da década de 80 que Portugal passou a dar alguma atenção ao problema de Timor Leste e que este começou a entrar, ainda que lentamente, na agenda internacional¹²³. Nesta altura, Diogo Freitas do Amaral, líder do MNE no governo de Sá Carneiro, elaborou um plano global de ação para Timor (que não teve as repercussões esperadas, mas que ainda assim foi importante), que fazia assentar a estratégia portuguesa em três vetores, concretamente, no apoio socioeconómico aos refugiados, na ajuda humanitária e na atuação diplomática (Ramos, 2010, pp.72-74). Seguiu-se uma visita a Timor Leste do general Moraes e Silva, incumbido de redigir um relatório sobre a situação do território, no qual concluiu que “«a integração é um facto definitivo»”, já que era evidente a “penetração da língua Indonésia, que supera o Português, a inactividade visível da guerrilha e o nulo impacto da pressão internacional sobre Jacarta” (Ramos, 2010, p.74).

¹²² Desde a invasão indonésia em 1975 que Timor ficou “completamente fechado à imprensa internacional que quisesse trabalhar com independência e liberdade de movimentos, ocorrendo as poucas visitas permitidas em ambiente totalmente controlado” (Marques 2005, p.96). Efetivamente, “o silêncio foi considerado (pela Indonésia) como condição necessária da consolidação de um facto consumado e motivou o encerramento a jornalistas, ONGs e à assistência humanitária até 1988-89” (Pureza, 2001, p.10).

¹²³ Lemos Pires (1991) apontou para este renovado folego da estratégia portuguesa para Timor, ao reconhecer que havia “sinais crescentes do interesse nacional durante a década de 80. A começar pela sucessivas tomadas de posição da Comissão dos Direitos do Homem e no Comité de Descolonização da ONU”, nos quais a Indonésia era repetidamente criticada (p.384). Outras tomadas de posição significativas foram “as declarações, cartas, moções ou outras formas de exteriorização” apresentadas “por deputados, senadores, congressistas de poderosas nações, com relevo para os EUA, Inglaterra, Japão, Austrália, Brasil e, a partir da integração portuguesa na Comunidade Económica Europeia, do Parlamento Europeu” e as inúmeras iniciativas de organizações e movimentos não-estatais que regularmente chamavam “a atenção do mundo e dos seus interlocutores responsáveis” para o drama timorense (Pires, 1991, p.384).

No entanto, consciente das suas responsabilidades, a partir de 1982, Portugal investiu numa nova estratégia: a da bilateralização quase exclusiva da questão timorense, a qual representou um passo tímido, mas inspirador (Pureza, 2001, p.22)¹²⁴. Esta traduziu-se, nomeadamente, no arranque de rondas negociais com Jacarta, com a mediação da ONU, a nível dos embaixadores, em Nova Iorque, a partir de 12 de novembro de 1984¹²⁵. Tal ocorreu após a solicitação dos bons ofícios do Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU) pelo MNE Vasco Futscher Pereira, ainda no governo de Francisco Pinto Balsemão (4 de setembro de 1981 - 9 de junho de 1983), tornada possível pela aprovação, em 1982, da Resolução 37/30, patrocinada por Portugal, com o apoio do Brasil e dos PALOP, a qual incumbia o SGNU de procurar uma solução pacífica para Timor na base de conversações entre os dois países¹²⁶. Para a aceitação desta resolução, Portugal apostou na moderação do seu discurso e lançou uma intensa campanha diplomática, mobilizando diversos embaixadores e enviados especiais em vários pontos do globo.

Contudo, nestas negociações, Jacarta não admitia a possibilidade de uma autodeterminação do povo maubere (Leitão, 2015, p.77). Desta forma, o objetivo de Portugal centrou-se sobretudo na melhoria das condições humanitárias no território e na garantia do respeito pela identidade cultural e religiosa dos timorenses (Pureza, 2001, p.22)¹²⁷. Ainda assim, e apesar dos sucessivos bloqueios, estes encontros foram cruciais, já que possibilitaram a permanência da situação de Timor na agenda internacional.

¹²⁴ Estas renovadas intenções da PEP evidenciaram-se, nomeadamente, no destaque conferido a Timor nos programas do IX (9 de junho de 1983 - 6 de novembro de 1985) e X (6 de novembro de 1985 - 17 de agosto de 1987) Governos Constitucionais, nos quais este território surge entre as grandes prioridades da legislatura. Nos pontos referentes a esta questão, era declarado o empenho de Portugal na “defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas e [n]a assunção plena das responsabilidades portuguesas” (Programa do IX Governo Constitucional, 1983, p.18); “nomeadamente dando pleno apoio ao mandato do Secretário Geral das Nações Unidas e favorecendo o prosseguimento dos contactos em curso sob a sua égide”. Eram “objectivos do Governo a criação de condições permitindo ao povo timorense o exercício do seu direito à autodeterminação, a preservação da sua identidade específica étnica, cultural, linguística e religiosa, e a melhoria da situação humanitária no território” (Programa do IX Governo Constitucional, 1985, p.10). Esta nova posição portuguesa foi enunciada por Mário Soares a Pérez de Cuéllar antes do arranque das conversações luso-indonésias, na qual o chefe do governo português em 1983 garantiu ao SGNU que o país já tinha ultrapassado a indefinição ideológica que bloqueara a resolução imediata da situação de Timor Leste, assegurando estar disponível para resolver o impasse com a Indonésia (Ramos, 2010, pp.77-78).

¹²⁵ Só a partir de 1985, já com Jaime Gama no MNE, é que arrancam as conversações ao nível ministerial.

¹²⁶ “Esta inovação, que modificou a forma de actuação da ONU, resultou muito mais da necessidade de suspender as votações na Assembleia Geral, que se vinham degradando perigosamente, do que de uma posição generalizada de que era necessário e útil procurar outras formas de actuação” (Pires, 1991, pp.380).

¹²⁷ De facto, “entre 1982 e 1986, a actuação das delegações portuguesas na Comissão dos Direitos Humanos passou a seguir um padrão reactivo mínimo. (...) As resoluções que a Comissão dos Direitos Humanos aprovou entretanto sobre Timor-Leste, a última das quais em Fevereiro de 1983, haviam sido iniciativas a que Portugal fora regularmente alheio. Confrontada com elas, a delegação portuguesa via-se na contingência de procurar mobilizar votos para que não fossem rejeitadas” (Gomes, 1995a, p.1).

Nesta fase, entre os esforços de Portugal relativos a Timor constou ainda a criação da Comissão Parlamentar para o Acompanhamento da situação em Timor Leste, em 1981, a qual conseguiu “produzir o consenso político na Assembleia da República quanto a Timor (...) com digna repercussão nas relações entre a Presidência da República, o Governo e a própria Assembleia, nesta tão sensível questão” (Pires, 1991, p.383).

Todavia, esta nova estratégia teve, uma vez mais, um impacto reduzido, até porque, na sua globalidade, refletia uma moderação do posicionamento português, que procurava neutralizar as ações que pudessem perturbar as conversações luso-indonésias, o que resultou, inclusive, na retirada da questão timorense da agenda da IV^a Comissão da AGNU (Pureza, 2001, p.22). Ademais, olhando para este estádio sob a perspetiva realista neoclássica, diversos determinantes internos e internacionais continuavam a limitar o alcance das ações colocadas em marcha.

A nível interno, apesar da sua renovada imagem, Portugal mantinha-se envolto em múltiplas incertezas, nomeadamente devido às sucessivas remodelações governativas. Como recorda Ramos (2010), o país, mantinha uma “«situação um pouco indefinida: tinha acabado de ser um império colonial, ainda não tinha entrado na CEE, e estava em situação algo *sui generis* na NATO». Mesmo as relações com as ex-colónias africanas «ainda não eram fáceis». Apesar do bom trabalho diplomático na credibilização do novo regime, as reticências quanto ao rumo português levam o seu tempo a dissipar” (Amaral, 2008, e Neves, 2008, citados em Ramos, 2010, p.73). Além do mais, o foco de Portugal em termos de política externa continuava a ser a adesão às Comunidades Europeias, o que, uma vez mais, relegava Timor para um segundo plano de preocupações.

Esta desatenção relativamente a Timor foi ainda corroborada pela conjuntura internacional, pautada pelo reacendimento da competição bipolar entre os EUA e a URSS e a multiplicação de conflitos e situações de tensão por todo o globo¹²⁸, o que desviou novamente os olhares da ex-colónia portuguesa. No entanto, destaque-se que este foi também um período de maior protagonismo e prestígio das Nações Unidas na mediação de conflitos, o que a longo prazo viria a beneficiar a causa maubere.

Posto tudo isto, Portugal continuava a defrontar-se com um reduzido poder negocial, dificultado pela continuada falta de apoios, sobretudo no Ocidente. Ademais,

¹²⁸ Neste período, assistiu-se à invasão do Afeganistão, à revolução iraniana, à segunda crise petrolífera e à guerra entre o Irão e o Iraque. Além disso, persistiam e complexificavam-se outros problemas, tais como os conflitos israelo-árabe, em Angola e Moçambique, aos quais se acrescentavam, por exemplo, o domínio sul-africano da Namíbia e resposta chinesa à invasão do Camboja pelo Vietname, entre muitos outros conflitos (Ramos, 2010, p.73)

Timor permanecia fechado ao exterior, muito graças à campanha de desinformação indonésia, o que perpetuava a conformidade e a descrença nacional e internacional quanto à possibilidade de reverter a situação timorense (Ramos, 2010, p.79). Assim, até 1989, Timor Leste era um “não assunto” (Marques, 2005, p.97). Contudo, começavam a vir cada vez mais à tona denúncias e relatos das atrocidades cometidas neste território.

3ª fase (1986-1999/2002)

É perante uma renovada conjuntura nacional e internacional e o adormecimento das negociações com a Indonésia que a política externa portuguesa opera uma viragem na sua estratégia relativamente a Timor, que correspondeu a um endurecimento da posição do executivo português em relação Jacarta (Gomes, 1995a, p.2). A partir de 1986, a PEP investiu na “combinação da disponibilidade para o diálogo [com a Indonésia] com a pressão internacional”, na promoção e defesa dos direitos humanos e na condução diplomática do processo (Gomes, 1995a, p.1; Ramos, 2010, pp.85-86). O objetivo era garantir a internacionalização efetiva da questão de Timor Leste junto de diversas entidades e aumentar os custos políticos para a Indonésia (Gorjão, 2002, pp.912-913), de modo a melhorar as condições de vida no território e a assegurar o respeito pela sua identidade cultural e religiosa e, posteriormente, o direito à autodeterminação. Timor passava, assim, a constar, finalmente, entre as prioridades de PE do país¹²⁹.

Como permite compreender uma leitura realista neoclássica, construtivista e de *FPA* do momento, esta atitude e novo plano de ação de Portugal foram influenciados pela

¹²⁹ A priorização do processo timorense na PEP tornou-se clara a partir do XI Governo Constitucional (17 de agosto de 1987 - 31 de outubro de 1991), no programa do qual era apontada a necessidade de encontrar uma “solução condigna” para Timor, que garantisse “o pleno respeito pela identidade cultural e religiosa do povo timorense e a preservação da matriz cultural portuguesa do Território” (p.10). No documento do executivo seguinte (31 de outubro de 1991 - 28 de outubro de 1995) é assumida uma posição ainda mais assertiva, sendo firmado o seu empenho em “defender e promover os direitos e liberdades fundamentais do povo timorense, visando permitir-lhe uma livre e válida escolha do seu destino político, o exercício dos direitos humanos (pelo combate e denúncia aos graves abusos que sobre ele continuam a ser cometidos), e a preservação da sua identidade cultural, social e religiosa (ameaçada pelas políticas de assimilação forçada e de transmigração do ocupante ilegal)” (Programa do XII Governo Constitucional, 1991, pp.23-24). Já com António Guterres como primeiro-ministro (XIII e XIV governos constitucionais, entre 1995 e 2002), Timor é definitivamente assumido como uma das grandes prioridades e causas do país, considerando a autodeterminação deste território “um objectivo possível de alcançar face à evolução recente das relações internacionais e à situação interna, quer na Indonésia, quer no território” (Programa do XIII Governo Constitucional, 1995, p.65). Para alcançar tal desígnio, as estratégias do MNE consistiriam essencialmente na “prossecação da política de sensibilização para o problema de Timor, em todas as instâncias internacionais de participação portuguesa, em particular na ONU (...) e na União Europeia, além dos contactos bilaterais com os Governos «estrategicamente» posicionados em relação à Indonésia, sejam da APEC ou da ASEAN” e no diálogo com a Indonésia, através do SGNU (Programa do XIII Governo Constitucional, 1995, p.65). O governo comprometia-se ainda a manter contactos permanentes com a resistência e a procurar “sem receio” diferentes opções para solucionar problema (Programa do XIII Governo Constitucional, 1995, p.65).

confluência de uma série de acontecimentos e fatores internacionais e nacionais que propulsionaram a mudança dos ventos a favor de Timor e que o governo português soube ler e aproveitar.

Desde logo, a viragem da situação timorense beneficiou da decisão de abertura do território¹³⁰, em 1989, que possibilitou a entrada no território de estrangeiros, entre os quais jornalistas e membros de ONG's, e com eles a possibilidade de o drama de Timor ser conhecido pelo mundo (Marques, 2005, p.107). Seguiu-se a visita do Papa João Paulo II, a 12 de outubro de 1989, na qual foi desmascarado o facto de a anexação não ser uma realidade consumada e aceite pelo povo. Embora na altura a conduta do Papado e os detalhes técnicos da visita tenham sido criticados, a projeção internacional que deu ao problema timorense foi muito significativa¹³¹.

No entanto, foi só com o massacre no cemitério de Santa Cruz, em Díli, a 12 de novembro de 1991, que Timor Leste ficou definitivamente sob os holofotes internacionais, tendo este sido o verdadeiro '*turning point*' no modo como a comunidade internacional percecionava a situação timorense (Pureza, 2001, p.205)¹³². "Timor já tinha sido palco de muitos e mesmo mais graves massacres. Mas desta vez, graças à presença de jornalistas estrangeiros, como Max Stahl, Allain Nairn e Amy Goodman" foi, finalmente, possível mostrar ao mundo a violência praticada sobre este povo (Gomes, 2010, p.81)¹³³. Segundo uma leitura de *FPA*, tais imagens funcionaram como um mobilizador e "detonador da opinião pública" portuguesa e internacional (Moreira, 2007, p.22), a qual se afigurou uma importante influência, já que pressionou, sistematicamente, os diversos intervenientes neste processo a tomarem medidas e ações no sentido de encontrar uma solução para o contencioso timorense.

¹³⁰ Confiante de que a "a guerra estava ganha", Jacarta colocou em marcha uma política mais moderada que pretendia conquistar os timorenses e refrear as críticas que lhe eram dirigidas (Ramos, 2010, p.88).

¹³¹ Ramos Horta foi uma das personalidades que apontou a relevância da presença do Papado em Timor, considerando que João Paulo II compreendeu que a sua visita ao território seria uma forma de a situação timorense ganhar espaço na agenda internacional. Também Xanana Gusmão afirmou que a visita do Papa "chamou a atenção do mundo" e fez com que se falasse sobre este território, ao ser noticiado que "o Papa visitou a 27ª província, que ainda está na ONU, que ainda não está resolvida" (Marques, 2005, p.103).

¹³² Como realçou Alexandre Melo, as imagens deste massacre "foram o elemento-chave que tornou irreversível a dinâmica da opinião pública internacional a respeito de Timor. (...) A partir daí iniciou-se o processo de construção, à escala global da nova imagem de Timor" (citado em Marques, 2005, p.110).

¹³³ A importância dos media neste momento da história timorense foi, por muitos, lida à luz do chamado *efeito CNN*, já que estes meios participaram na imposição do drama de Timor à consciência internacional, reclamando uma ação por parte dos atores políticos (Pureza, 2001, pp.11-12; Ramos, 2010, pp.96-97).

Desde logo, Portugal interrompeu as conversações em Nova Iorque, decretou luto nacional e insistiu na realização de uma investigação independente ao sucedido¹³⁴. Em simultâneo, apostou numa intensa ofensiva diplomática com a difusão de comunicações para “chancelarias, organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais, junto da imprensa internacional, da opinião pública e decisores políticos em vários países”; e reforçou o apoio às organizações e grupos de solidariedade que ajudavam a reunir apoios em diversos pontos do globo e que promoviam a consciencialização para a questão timorense (Ramos, 2010, p.98).

Além do mais, a partir de então, acentuaram-se fortemente as condenações e a pressão internacional sobre a Indonésia, nomeadamente visíveis no corte dos apoios económicos de vários países, que obrigaram Jacarta a encetar novamente as negociações com Portugal e a empregar uma estratégia para minimizar os prejuízos sobre a sua imagem internacional. Contudo, como admitiu Ali Alatas, “a Indonésia jamais recuperaria dos danos diplomáticos causados por Santa Cruz” (Ramos, 2010, pp.96-97; Neves, 2002, p.4).

A estes momentos juntaram-se ainda a prisão e o julgamento de Xanana Gusmão (1992/1993)¹³⁵, a ocupação da embaixada dos EUA em Jacarta (1994)¹³⁶ e a atribuição do Nobel da Paz a Ramos Horta e a Ximenes Belo (1996)¹³⁷, episódios que, face ao seu grande mediatismo, garantiram a efetiva internacionalização da questão timorense e a mobilização a opinião pública internacional, e os quais Portugal soube capitalizar para aumentar a pressão negocial sobre o governo indonésio (Ramos, 2010, pp.77-78).

Por sua vez, como nos dá conta uma análise realista neoclássica do processo, as mudanças em curso no plano internacional também se revelaram fundamentais para o

¹³⁴ “No primeiro comunicado oficial, Cavaco Silva repudia o «ignóbil e brutal atentado de que fora vítima o martirizado povo de Timor» e compromete-se a envidar todos os esforços para fazer respeitar a identidade cultural, os direitos humanos e o direito à autodeterminação dos timorenses. Renovaria o apoio em todas as frentes, em mensagem ao povo timorense” (Ramos, 2010, p.97).

¹³⁵ Com a captura do líder da guerrilha, a Indonésia julgou ter acabado com o problema timorense. Contudo, esta foi mais uma das oportunidades para os timorenses e Portugal denunciarem a situação no território, nomeadamente face às suspeitas de tortura do guerrilheiro maubere, que passou a ser visto como o “Nelson Mandela de Timor” (Gomes, 2010, p.81). Ademais, perante o enfraquecimento da resistência no território, reafirmou-se a importância da luta pela via diplomática por parte de Portugal, que exigiu a libertação de Xanana Gusmão e fez pressão junto de diversas organizações e países (tais como os EUA, ONU, Cruz Vermelha e os parceiros europeus) para a comutação da sua pena (Ramos, 2010, pp.103-104).

¹³⁶ Este incidente aquando da visita de Bill Clinton à Indonésia resultou no “arrastamento da diplomacia americana para uma maior intervenção na causa de Timor” e teve um grande alcance nos media internacionais, nomeadamente norte-americanos, como a *CNN*, o *New York Times* ou o *Washington Post* (Marques, 2005, p.113).

¹³⁷ Esta distinção de dois dos rostos mais emblemáticos da causa timorense conferiu um novo *status*, audiência e uma legitimidade inquestionável à luta timorense e à posição portuguesa aos olhos da comunidade internacional, reforçando-se os apelos para uma solução diplomática, justa e pacífica.

sucesso da estratégia portuguesa e a vitória da independência em Timor. Com a queda do Muro de Berlim a 9 de novembro de 1989 e a consequente dissolução do império soviético em 1991¹³⁸, abriram-se as portas para uma nova ordem mundial, caracterizada pelo “primado do direito, [d]a democracia política, [d]a integração multilateral, [d]a globalização económica” (Gaspar, 2016, p.177). Além do mais, a preferência pela resolução pacífica dos conflitos, a afirmação das intervenções humanitárias (confirmada com a restauração da soberania do Emirato do Koweit que serviu de exemplo para as intervenções que se seguiram) e o reconhecimento universal dos direitos humanos¹³⁹ também ganharam força e jogaram contra os regimes autoritários que ainda persistiam (Ramos, 2010, p.91; Gaspar, 2016, p.177e p.194)¹⁴⁰.

A década de transição que se seguiu foi marcada pela adaptação do sistema internacional a esta nova ordem, dando origem a uma multiplicidade de mudanças, as quais, uma vez mais, não foram indiferentes a Portugal, a Timor Leste, nem à Indonésia. Efetivamente, as dinâmicas mais cooperativas e normativas da democracia acabaram por repercutir-se no sudeste asiático e contribuíram para a resolução da situação de Timor Leste. Desde logo ao deitar por terra o argumento da Indonésia acerca do “perigo comunista” de um Timor independente. Ademais, a queda da URSS demonstrou como “não há situações irreversíveis” (Gomes, 2010, p.80)¹⁴¹.

Neste novo quadro geopolítico ressaltam ainda outras importantes dinâmicas globais que mudaram os ventos a favor de Timor, tais como o renovado dinamismo e

¹³⁸ Na sequência da implosão soviética, propulsionada pela conjugação de múltiplos fatores (tais como as políticas reformistas de Mikhail Gorbachev, chegado ao poder em 1985, a multiplicação dos movimentos separatistas e consequente deposição dos regimes do Leste europeu, o ressurgimento do nacionalismo russo, a reunificação alemã, a queda do muro de Berlim, em 1989, e o golpe de Estado comunista de agosto de 1991), a Guerra Fria chegou ao fim, sendo proclamada a vitória dos EUA e dos seus princípios (Gaspar, 2003, p.145 e p.148).

¹³⁹ A partir de meados de 80, a questão dos direitos humanos emergiu em força e reafirmou a sua universalidade, passando a funcionar como instrumento político e de mobilização da opinião pública (Ramos, 2010, pp.84-85). Tal traduziu-se nomeadamente na legitimação das intervenções humanitárias (nomeadamente do CSNU), o que não foi indiferente para Timor Leste, sobretudo na sequência dos acontecimentos no Koweit, cujas semelhanças começaram a ter repercussões a nível internacional (Anderson, 2000, p.3). De facto, a intervenção dos EUA neste conflito com o Iraque definiu um novo padrão na ordem internacional, não sendo mais toleradas agressões a Estados soberanos (Gaspar, 2016, p.198).

¹⁴⁰ A título de exemplo, perante esta nova conjuntura e ordem mundial, os EUA mudaram a sua postura relativamente a Timor, tendo, inclusive, exercido pressão sobre as autoridades indonésias para admitirem a missão militar internacional das Nações Unidas no território (Gaspar, 2003, p.161).

¹⁴¹ Compreende-se, assim, como a conjuntura internacional foi um fator especialmente determinante no processo timorense, quer, num primeiro momento, quando facilitou a atuação indonésia impune neste território, quer no fim deste processo, quando possibilitou a independência deste povo, graças às mudanças que havia sido operadas na ordem internacional. Como apontou Roberts (2018), “Timor-Leste foi exemplo de um território que viu inicialmente os seus interesses subordinados às considerações mais amplas da Guerra Fria, mas que finalmente conseguiu o apoio internacional na sua busca pela independência” (p.1).

prestígio da ONU¹⁴² e a emergência em força da globalização e da sociedade de informação¹⁴³, nomeadamente dos media, que relevaram possuir um poder próprio (*efeito CNN*) e a capacidade de chegar a todos e a todo o lado cada vez mais rapidamente.

No entanto, mais determinante para o desfecho da situação de Timor foi a conjuntura na Ásia e, em particular, na Indonésia. De facto, no início da década de 90 despertaram movimentos democráticos no sudeste asiático, que pressionaram Jacarta a operar uma reforma interna em prol da democracia. Ademais, com o fim da Guerra Fria, os EUA já não necessitavam de tolerar mais os autoritarismos com que se tinham aliado, como foi o caso da Indonésia de Suharto, que então perdeu importância e poder negocial (Gorjão, 2005, pp.27-29). A isto juntou-se ainda a crise económica asiática, no verão de 1997, que teve severos efeitos sobre a Indonésia e a legitimidade do seu regime, que se vê de braço dado com a desvalorização da moeda, hiperinflação, falências, contestações do regime e denúncias de corrupção, que acabaram por conduzir à resignação do ditador Suharto, em maio do ano seguinte (Ramos, 2010, p.113; Gomes, 2010, p.82). Sucede-lhe o vice-presidente Habibie que trouxe consigo uma política reformadora e uma janela de oportunidade para Timor e para os esforços de Portugal.

Além do mais, face ao desgaste internacional que Timor Leste provocara na Indonésia, este país reiniciou as conversações com Lisboa, em Nova Iorque, em junho de 1997, nas quais foi acordada uma autonomia alargada para este território. No entanto, para surpresa de muitos e apesar da discórdia das forças militares e do MNE indonésio, a 27 de janeiro de 1999, Habibie anunciou o seu consentimento à realização de um referendo sobre o estatuto político de Timor, consagrado no acordo de Nova Iorque, assinado em maio de 1999¹⁴⁴.

¹⁴² A chegada de Kofi Annan ao lugar de Secretário Geral das NU, em 1997, foi especialmente importante, já que, a partir de então, foi assumida uma posição mais proativa em relação a Timor (Neves, 2002, p.4).

¹⁴³ A globalização e emergência da sociedade de informação foram outros fenómenos dos anos 90 que beneficiaram a estratégia portuguesa e a causa maubere. Ramos Horta assinalou este facto, afirmando que Timor conquistou a sua independência muito graças à transformação dos media, que expuseram Jacarta às pressões internacionais: “Timor-Leste não teria sido liberto sem a globalização e a mediatização desta causa, que levou a custos de operação, ao isolamento e ao embaraço político e diplomático da Indonésia. Portanto, para mim, a nossa vitória não teria sido possível sem os *mass media*” (em entrevista a Marques, 2005, p.206). Com a globalização verificou-se uma “correlação entre a agenda dos media, a opinião dos cidadãos – eleitores nos casos democráticos – e o processo de decisão política” (Ramos, 2010, p.92). Além do mais, neste período, o poder dos Estados já não se reduzia apenas aos meios militares e económicos, afirmando-se cada vez mais a ideia de *soft power*, como concebido por Joseph Nye (Ramos, 2010, pp.92-93).

¹⁴⁴ Esta era uma tentativa do novo líder indonésio ganhar a aprovação internacional, recuperar legitimidade e favorecer a sua reeleição (Gorjão, 2005, pp.31-32; Mendes, 2017, p.77). De facto, “Habibie percecionou que era importante livrar-se da espinhosa questão de Timor-Leste, uma vez que, sobretudo desde a década de 1990, este era um assunto que prejudicava as relações diplomáticas da Indonésia com o mundo

No que concerne à conjuntura interna portuguesa, segundo uma leitura realista neoclássica, também esta se revelou favorável a uma posição de maior força do país no diferendo timorense. Como apontou o MNE João de Deus Pinheiro (1988), Portugal vivia “um ciclo novo na sua história política”, longe da instabilidade que caracterizara os anos anteriores a 1987 (p.14). Após a adesão de Portugal à CEE, “os esforços de estabilização económica e de saneamento das finanças públicas, bem como a diminuição da dívida externa, permitiram uma utilização eficaz dos fundos comunitários”, um progressivo crescimento económico e a modernização do país (Brandão, 2001, p.127). A nível político, estava consumada a democracia e fora eliminado o Conselho de Revolução, vigorando, finalmente, a estabilidade e o consenso nacional, que garantiram a Portugal uma imagem renovada e prestígio internacional, incluindo nas organizações multilaterais.

À luz do RNC, a correta leitura destas novas dinâmicas, da conjuntura internacional e a melhoria da situação interna, foram a chave de ouro que possibilitou que Lisboa traçasse um novo plano de ação para Timor, mais complexo nos seus argumentos e estratégias e com múltiplas frentes. A partir de então, a abordagem portuguesa passava a ser “multidimensional e recorria tanto a iniciativas de carácter punitivo (...) como a incentivos para que se desbloqueasse o impasse” (Gorjão, 2002, p.919). Os executivos portugueses comprometiam-se a mobilizar “todos os meios políticos, diplomáticos e jurídicos possíveis, no sentido de defender e promover os direitos e liberdades fundamentais do povo timorense”, incluindo a sua autodeterminação (Programa do XII Governo Constitucional, 1991, p.23), sendo diversas as iniciativas e ações colocadas em marcha pela PEP.

Entre elas constou a queixa que Lisboa dirigiu ao Tribunal Internacional de Justiça contra a Austrália e a Indonésia, a 22 de fevereiro de 1991, que denunciava a ilegalidade do tratado *Timor Gap* celebrado estes dois países, em dezembro de 1989, para a exploração do petróleo no mar timorense, alegando que eles não poderiam distribuir as riquezas de Timor sem o acordo de Portugal, enquanto potência administrante. Embora a decisão tomada em 1995 não sido favorável a Portugal, dada a impossibilidade de o Tribunal de Haia examinar a legalidade da ação indonésia (já que a sua jurisdição não era reconhecida por Jacarta), pelo menos foi reafirmado que Timor permanecia um território não autónomo e que o seu povo tinha direito à autodeterminação (Gomes, 2010, p.81).

ocidental”, enveredando, por isso, por uma estratégia de normalização da sua política externa, que passava pela resolução o mais rapidamente possível do contencioso timorense (Mendes, 2017, p.77).

Outro importante campo de atuação de Portugal foi o das Comunidades Europeias¹⁴⁵, que se afiguraram um palco importante para abordar a questão timorense e dar uma nova projeção à diplomacia portuguesa¹⁴⁶. Como reconheceu Hermenegildo (2009), “a europeização da política externa portuguesa, e o facto de Portugal colocar a questão timorense no plano europeu (da PESC) permitiu que a questão de Timor-Leste ganhasse uma relevância internacional” (p.4). Além disso, a adesão de Portugal à CEE conferiu ao país uma maior capacidade negocial, de influência e o poder de veto sobre decisões a nível comunitário, o que permitiu, nomeadamente, condicionar as relações da Comunidade com a Indonésia e com a ASEAN, bloqueando os acordos de cooperação entre as duas instituições regionais, como aconteceu em 1992 (Pureza, 2001, pp.23-24; Gomes, 2010, p.79), o que, aos poucos, teve repercussões sobre Jacarta¹⁴⁷. Lisboa apostou, ainda, numa estratégia diplomática para exercer pressão sobre os Doze para que condenassem a atuação indonésia, sobretudo através da introdução da questão dos direitos humanos na agenda comunitária (Hermenegildo, 2009, p.10; Ramos, 2010, pp.82-83)¹⁴⁸.

Por sua vez, a ação conjunta da CEE também foi um importante ativo para Portugal, sobretudo com a aprovação de posições comuns relativas ao drama timorense, como a de 1996, na qual se verificou um endurecimento da posição dos Estados membros em relação a Jacarta e foi reconhecida a necessidade de encontrar uma solução que “deveria ter em conta «os interesses e as aspirações legítimas do povo timorense»” (Neves, 2002, p.5)¹⁴⁹.

Conjuntamente com a ação estratégica na CEE, Portugal não descurou a discussão do processo timorense em outras organizações multilaterais, tais como na ASEAN, na Asia-Europe Meeting (ASEM)¹⁵⁰ e na ONU (nomeadamente na CDH e na AGNU), o que

¹⁴⁵ Como apontou Anderson, “o tempo começou a mudar de lado quando Portugal foi admitido na Comunidade Europeia” (citado em Pureza, 2001, p.23). Aliás, para alguns autores, a visibilidade que Timor alcançou “não teria sido possível se o país não fosse Estado-membro da UE” (Galito, 2019, p.13).

¹⁴⁶ Ressalte-se, no entanto, que Portugal deparou-se com uma incompreensão e resistência inicial, sobretudo devido aos interesses económicos de alguns Estados membros com relação à Indonésia, que dificultaram a introdução desta temática e a mobilização de apoios.

¹⁴⁷ “Logo em 1986, ano da adesão portuguesa, Pires de Miranda boicota a participação no encontro ministerial CE-ASEAN, por se realizar em Jacarta. Segue-se em Abril de 1987 a oposição portuguesa à promoção do Gabinete da Comunidade Europeia em Jacarta ao nível de Delegação” (Ramos, 2010, p.83).

¹⁴⁸ Destaque-se, em especial, a presidência portuguesa da UE em 1992, a qual “marcou (...) a mudança para uma nova fase do processo de integração de Portugal na Europa” (Teixeira, 2015, p.72) e reforçou a credibilidade e prestígio internacional do país, ao mostrar-se um participante ativo na vida comunitária. Nesta presidência, Lisboa projetou a imagem do “bom aluno” e utilizou a sua posição para alertar os países sobre a situação timorense.

¹⁴⁹ Quanto ao contributo da União Europeia para a resolução do impasse de Timor, Hermenegildo (2009) ressaltou que “sem os esforços diplomáticos e de política externa de Portugal no âmbito da PESC, dificilmente teria sido possível a realização do referendo que conduziu à independência” (p.13), considerando que a CEE foi um palco importante para politizar e internacionalizar o drama timorense.

¹⁵⁰ “Foi o que sucedeu em 1996 no ASEM I, em Banguécoque, em que a questão de Timor-Leste dominou a atenção dos meios de comunicação, quer pela dúvida sobre se Portugal a levantaria, quer, e sobretudo,

lhe permitiu ganhar mais peso e voz na cena internacional para concretizar o objetivo de “chamar a atenção para o problema, incomodando a Indonésia e mostrando que o problema não desapareceria com o tempo, como a maioria dos parceiros internacionais desejaria” (Neves, 2002, p.4). A boa imagem de Portugal nestes organismos (como o Conselho da Europa, CLPL, OCSE, na EXPO, UEO e até nas missões de paz da ONU) garantiu uma maior credibilidade ao governo português perante a comunidade internacional. A eleição de Portugal como membro não-permanente do CSNU para o biênio 1997-1998 foi especialmente bem-sucedida, ao ter demonstrado a flexibilidade e capacidade moderadora de Lisboa, abrindo espaços de diálogo e novos contactos e conferindo ao país um maior poder negocial e uma intervenção internacional mais significativa, que pôde utilizar a favor de Timor. Neste mandato no CSNU, o país alcançou importantes conquistas, entre as quais a insistência nos direitos humanos (Ramos, 2010, pp.109-110; Cravinho, 2010, pp.5-6, Mendes, 2012, p.103)¹⁵¹.

De ressaltar que, numa perspetiva construtivista, quer com a entrada de Portugal na CEE em 1986, quer com a sua participação em diversas organizações multilaterais, a reconfiguração identitária do país aprofundou-se, ao ter-se operado uma viragem na posição de Lisboa no sistema internacional, que se comprometeu a respeitar as normas, valores, convenções e tratados internacionais de referência, tal como a Carta das Nações. Tal refletiu-se na renovada postura e estratégia do país relativamente à situação de Timor, que decorreu também desta assunção das novas responsabilidades e princípios que Portugal subscrevera, por meio da pertença e participação nestas instituições¹⁵². Além do mais, graças a esta reconfigurada identidade do país, “em conformidade com as normas internacionais, baseada nos princípios da legitimidade democrática e dos Direitos Humanos, a política externa do Portugal DED [Democrático, Europeu e Desenvolvido]

pela iniciativa do primeiro ministro português de se dirigir directamente a Suharto com propostas concretas sobre Timor-Leste” (Neves, 2002, p.4).

¹⁵¹ Segundo Mendes (2012), nesta segunda participação de Portugal no CSNU, o país “procurou, além de dar resposta às crises internacionais da altura, ser demonstrativo de uma atitude mais activa perante a nova configuração da estrutura do sistema internacional”, empenhando-se na resolução de questões como a crise em Angola e a situação no Iraque (p.103). Além disso, empenhou-se em desenvolver políticas proactivas e em promover o alargamento da agenda do CSNU a temas de grande importância no sistema internacional do pós-Guerra Fria, tais como as questões dos direitos humanos e assistência humanitária (Mendes, 2012, p.104). Cf. Mendes (2012, pp.90-104) e Pinto (2012, p.70) – para uma explicitação mais detalhada acerca da participação de Portugal como membro não-permanente do CSNU no biênio 1997-1998 e do seu empenho na promoção e defesa dos direitos humanos.

¹⁵² Como apontou Pureza (2001), “Portugal não só adoptou a doutrina legal das Nações Unidas como abraçou de modo claro a ideologia do serviço público internacional como um elemento central da sua nova identidade no sistema internacional” (p.196). A participação portuguesa na CDH e no CSNU são exemplos dessa conformação do país e da sua PE aos valores destes órgãos. Cf. também Mendes (2018, pp.478-479).

desenvolveu ideias e práticas que, conjugadas com a sua tradição ecuménica, resultaram numa eficaz estratégia de *soft power*, nomeadamente na questão de Timor” (Mendes, 2018, p.481).

É na sequência de tudo isto, como explica uma leitura construtivista dos acontecimentos, que uma política de valores passou a ser uma das coordenadas da PEP, que se traduziu nomeadamente numa maior assertividade e endurecimento da posição e estratégia portuguesa no contencioso timorense. Foi nesta linha que Portugal explorou a questão dos direitos humanos¹⁵³, outra das grandes apostas estratégicas do país nesta última fase, mediante a denúncia das crueldades cometidas em Timor, sobretudo enquanto teve assento na Comissão dos Direitos Humanos entre 1988-1990¹⁵⁴, nas ações diplomáticas pelo estrangeiro (encontros e visitas, como, por exemplo, a de Cavaco Silva e a de Mário Soares aos EUA em 1986 e 1992, respetivamente) e nos discursos na AGNU¹⁵⁵. Ademais, “a partir dos acontecimentos de Santa Cruz, as violações de direitos humanos cometidas pelos militares indonésios em Timor Leste começaram a despertar crescente atenção nos meios de comunicação internacionais” (Gorjão, 2002, p.919), um assunto que a Indonésia procurou afastar o mais possível da agenda internacional.

A estas estratégias juntou-se ainda o continuado empenho de Portugal nas negociações com a Indonésia, sob a égide das Nações Unidas, ao longo da década de 90. Apesar dos sucessivos bloqueios e dos resultados limitados destes encontros, a persistência na sua realização garantiu a Timor um crescente mediatismo, mantendo-o na agenda internacional. Jacarta desconsiderou o impacto destas conversações, mas ao aceitá-las estava a viabilizar a discussão do estatuto da ex-colónia portuguesa, pondo em causa a legitimidade da sua integração no arquipélago indonésio (Neves, 2002, pp.2-3).

Portugal, ao longo das várias legislaturas, recorreu ainda a estratégias de cerco da Indonésia e de sensibilização, junto de diversos governos, da comunicação social e de

¹⁵³ Como concluiu o embaixador Fernando Neves (2002), “Portugal soube, a partir de 1992, consolidar o problema de Timor-Leste como uma questão de direitos humanos no plano internacional” (p.4).

¹⁵⁴ Portugal começou a ter uma atuação mais proativa na Comissão dos Direitos Humanos, projetando uma imagem universalista e comprometida com os direitos humanos. Segundo Ana Gomes (1995a), tal permitiu aumentar o peso negocial do país nas conversações sob a égide do SGNU, traduzindo-se em pressão internacional e custos políticos para a Indonésia (p.2). Ademais, “em resultado do trabalho de Portugal na Comissão dos Direitos Humanos, a CE passou a fazer referências a Timor-Leste nos seus discursos na Assembleia Geral da ONU e na própria Comissão” (Gomes, 1995a, p.3). Posto isto, a embaixadora considerou que “sem um perfil activo e consequente em matéria de direitos humanos, Portugal não teria conseguido dar visibilidade e ganhar apoios internacionais para Timor-Leste” (Gomes, 1995a, p.9).

¹⁵⁵ A favor desta estratégia, esteve o maior peso e importância a nível internacional da CDH da ONU, na década de 80, o que acabou por beneficiar e repercutir-se na causa timorense e no triunfo dos argumentos de Portugal, com a adoção de resoluções relativas à situação do território (Gomes, 1995a, p.2).

diversas organizações, com vista a reunir apoios e a aumentar a pressão e os custos políticos para Jacarta, a nível bilateral, multilateral e público¹⁵⁶. A campanha de sensibilização internacional portuguesa foi especialmente visível aquando do massacre de 1991 e da onda de violência no pós-referendo. Além do mais, Lisboa procurou manter a confiança e proximidade com a resistência timorense¹⁵⁷, bem como apoiar organizações internacionais e movimentos de solidariedade para com Timor¹⁵⁸ (Pureza, 2001, p.16).

Posto tudo isto, e fazendo um balanço global da política externa portuguesa no processo timorense, compreende-se como, apesar das oscilações no empenho e nas estratégias dos diversos governos, a atuação de Portugal, enquanto apoiante e promotor da luta timorense, foi indubitavelmente um importante contributo e uma das peças-chave para concretização da independência de Timor. Não é por acaso que, até aos dias de hoje, o processo de Timor Leste é considerado como uma das maiores vitórias da diplomacia portuguesa, que resultou de uma perspicaz leitura da mudança dos tempos e da determinação e insistência política em honrar compromissos históricos e morais¹⁵⁹.

No entanto, recorrendo ao RNC e à *FPA*, não poderão ser esquecidos outros fatores que contribuíram para esta vitória, como foram, em especial, a ação da resistência interna e o papel da Igreja, que não deixaram que o sofrimento do povo de Timor caísse no esquecimento. De referir, também, a importância da sociedade civil, das suas organizações e movimentos e da opinião pública no decurso deste processo, os quais, como demonstra uma leitura pela lente da Análise de Política Externa, constituíram uma

¹⁵⁶ A conquista do apoio dos EUA era uma das prioridades de Portugal com esta estratégia, “dada a influência norte-americana junto das principais instituições financeiras, como o FMI, ou ao nível das NU. Estacionado em Washington, o embaixador Francisco Knopfli é instruído para intensificar a sensibilização junto do Departamento de Estado” (Ramos, 2010, p.101). No entanto, foi sobretudo com uma visita de Cavaco Silva a Washington, em 1994, que se iniciou a viragem no posicionamento norte-americano em relação a Timor, nomeadamente com o pedido do primeiro-ministro português a Bill Clinton para que abordasse a questão timorense no próximo fórum da Asian Pacific Economic Cooperation (APEC), que se iria realizar na Indonésia (Ramos, 2010, pp.102-103).

¹⁵⁷ O apoio de Portugal à resistência passava, por exemplo, pela sua subsídioção e pelo envio de “computadores e telemóveis para a ilha, ajudando a criar canais de comunicação internos e com o exterior” e por iniciativas como a de “introduzir na cadeia de Cipinang telefones portáteis, através dos quais Xanana Gusmão e outros dirigentes timorenses falavam com os Ministros e responsáveis da diplomacia portuguesa” (Ramos, 2010, p.111).

¹⁵⁸ “Foi o que sucedeu, por exemplo, com o Congresso norte-americano, onde sempre existiu um grupo sensível à questão de Timor Leste, e que, por influência dos grupos pró-timorenses que Portugal activamente encorajou, acabou por apoiar unanimemente a autodeterminação do território, aplicando sanções à Indonésia e influenciando de forma determinante a posição dos EUA na fase final do processo” (Neves, 2002, p.3).

¹⁵⁹ Para os diplomatas Fernando Neves e Ana Gomes, o sucesso desta missão foi “«uma tarefa conjunta de toda a diplomacia portuguesa» e de uma ««abrangente» campanha «junto de uma pluralidade de actores fundamentais no plano internacional» – chancelarias, meios políticos, agentes de informações, organizações não-governamentais e grupos de solidariedade de vários países, incluindo indonésios” (Ramos, 2010, p.119).

relevante influência subnacional. De facto, “Timor-Leste tornou-se, em Portugal, a única ‘questão nacional’ capaz de mobilizar todos os sectores da opinião pública, com fortes repercussões ao nível da definição e da prática da política externa” (Pereira, 1997, p.2), dada a sua capacidade de pressão sobre as autoridades portuguesas, outros governos (como o dos EUA e da Austrália) e a comunidade internacional, no sentido de tomarem medidas e encontrarem uma solução para Timor (Pinto, 2016, p.72)¹⁶⁰.

2.2. O sistema mediático português, a Lusa e o Estado

A fim de compreender o contributo da agência Lusa em termos da política externa portuguesa na questão de Timor Leste, importa ainda analisar, em linhas gerais, o sistema mediático português e clarificar a sua relação com o poder político nas últimas décadas do século XX, segundo os critérios propostos por Hallin e Mancini¹⁶¹.

Desde logo, recorde-se que Portugal atravessou um longo período ditatorial que estrangulou o desenvolvimento, a atividade e as liberdades dos meios de comunicação, não tendo, por isso, sido encontradas condições económicas e políticas favoráveis ao desenvolvimento deste setor, até meados do último quarto do século XX (Cardoso, Carvalho e Figueiredo, 2012, pp.40-41); Hallin e Mancini, 2004, p.97)¹⁶².

O pós-revolução e a década de 80

Foi só com a Revolução de Abril que o campo dos media conheceu uma viragem, com o debate acerca da comunicação social a inserir-se “na luta mais vasta pela definição da natureza do regime político em Portugal” (Mesquita, 1994, p.361). Aliás, como apontou Mário Mesquita (1994), é, precisamente, no período pós-revolucionário de 1974-1975 que se situa “a génese histórica” do atual sistema mediático português (p.360).

¹⁶⁰ A indiferença que caracterizou, sobretudo, a primeira década da invasão indonésia foi dando lugar a um intenso movimento de solidariedade e pressão por parte da sociedade civil, que se traduziu em diversas iniciativas e atividades de apoio ao povo timorense, tais como manifestações, conferências, cordões humanos e angariações de fundos. “A Sociedade Civil Portuguesa teve, portanto, também um papel importante na independência de Timor-Leste, sobretudo na sensibilização da opinião pública portuguesa e do mundo, bem como na pressão que fizeram junto de decisores em Portugal e de organizações internacionais, mais especificamente na ONU” (Pinto, 2016, p.59).

¹⁶¹ Segundo Hallin e Mancini (2004, p.89), o sistema dos media português insere-se no chamado modelo Mediterrânico ou Pluralista Polarizado, no qual se incluem ainda a Espanha, França, Grécia e Itália e que tem como principais características: o baixo nível de profissionalização da atividade jornalística; uma grande proximidade entre os media e a esfera política, verificando-se um alto grau de paralelismo político face à existência de imprensa politicamente orientada, à comum instrumentalização destes meios pelas forças políticas e ao papel interventivo do Estado neste setor, enquanto proprietário, regulador e financiador; do ponto de vista do mercado, verifica-se um fraco desenvolvimento da imprensa comercial, registando-se baixos níveis de circulação e de tiragens (p.139; cf. também pp.89-142 e Conde, 2012, pp.20-21).

¹⁶² De acordo com Hallin e Mancini (2004, p.94), aquando da irrupção da Revolução de 1974, Portugal apresentava um dos sistemas mediáticos mais fracos da Europa.

De facto, a queda da ditadura despoletou uma transformação radical do setor da comunicação social, sobretudo com a abolição dos mecanismos censórios, a realização de purgas políticas nas redações e a promulgação de uma nova Lei de Imprensa, em 1975, o primeiro documento regulador, que delineou o novo regime dos media portugueses no pós-revolução e que consagrava a liberdade de expressão, como estabelecido no Programa do MFA (Cardoso, Carvalho e Figueiredo, 2012, pp.52-54; Rezola, 2019, pp.249-252). No entanto, se estas mudanças faziam crer que os media prosseguiriam a sua atividade livremente, a verdade é que, a par do processo de radicalização política, no período revolucionário verificou-se um reforço da presença do Estado na comunicação social e a transformação destes meios num “campo de batalha onde mais acesamente se projectaram as lutas ideológicas e partidárias” (Programa do IV Governo Constitucional, 1978, p.77). Sobretudo a partir do 11 de março de 1975, este setor foi alvo de uma saturação ideológica e de um forte controlo, influência e manipulação pelos atores político-partidários, designadamente por elementos do Partido Comunista Português e organizações de extrema-esquerda (Mesquita, 1994, pp.362-365; Cádima, 2010, pp.12-13; Cardoso, Carvalho e Figueiredo, 2012, pp.52-54)¹⁶³. Já a governamentalização dos media era especialmente evidente nos órgãos de serviço público, como era o caso da RTP e da rádio, uma herança do passado ditatorial que sempre lidara com a instrumentalização e intervenção estatal, o que gerava receios e desconfianças em relação aos media de serviço público¹⁶⁴. A isto acrescentava-se ainda a estatização de diversos jornais¹⁶⁵, por virtude das nacionalizações de março de 1975, que reforçou as oportunidades de controlo dos media e da sua instrumentalização política até meados dos anos 80, para além da difícil situação económico-financeira que empurrava estes meios para uma dependência dos apoios e subsídios estatais. Por tudo isto, testemunhava-se uma “complexa relação dos media com os novos centros de poder” (Rezola, 2019, p.251).

¹⁶³ Como recorda Mesquita (1994), neste período “os órgãos de informação assemelhavam-se, (...) a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão. A capacidade de análise e selecção era diminuta. Confundia-se o essencial com o acessório. A informação era servida «em bruto», mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas” (p.363).

¹⁶⁴ A título de exemplo, “Vasco Pulido Valente (1974), ao tempo responsável pelo departamento de programas político-sociais da RTP, era outra das vozes que alertava para o facto de a televisão portuguesa correr o risco de se tornar mais um meio de legitimação política do que um meio de comunicação propriamente dito” (Cádima, 2010, p.13). Face a esta realidade, “multiplicaram-se os protestos e as lutas dos jornalistas e das respectivas associações profissionais face a intervenções ou pressões tendentes à «governamentalização» de órgãos de informação públicos”, tendo sido a RTP um dos órgãos que motivaram iniciativas de maior dimensão contra as interferências governamentais (Mesquita, 1994, p.384).

¹⁶⁵ Segundo Mesquita (1994), a estatização da maioria dos jornais “veio ratificar e consolidar situações já criadas pelo ativismo militante de jornalistas, tipógrafos e outros profissionais de media” (p.362).

Por conseguinte, entre 1974 até finais dos anos 80, os elementos estruturais do mercado dos media português eram o monopólio do Estado da televisão (RTP); o duopólio no setor radiofónico (partilhado entre o Estado, com a Radiodifusão Portuguesa, e a Igreja Católica, com a Rádio Renascença), contrabalançado pela proliferação, a partir de 1986, das chamadas ‘rádios livres’ ou ‘piratas’, dado o seu estatuto ilegal; e a coexistência do público e privado na imprensa escrita (Mesquita, 1994, p.383). De uma forma geral, até a entrada de Portugal na CEE, a imprensa e rádio eram poucos profissionalizadas, com estruturas organizacionais, produtivas e comerciais deficientes (Oliveira, 1992, pp.998-999 e p.1003; Mesquita, 1994, pp.386-388).

Na sequência desta realidade, entre as principais tendências da época constavam o declínio da imprensa vespertina (depois de uma inicial pulverização), a reduzida capacidade investigativa das redações e o sucesso do sensacionalismo (Oliveira, 1992, pp.998-999; Mesquita, 1994, pp.386-388). A isto juntava-se ainda a exiguidade do mercado, dada a elevada percentagem de população analfabeta e com escasso poder de compra, o que se traduzia em baixos índices de leitura, tiragens e « vendas, que colocavam sérias dificuldades à sobrevivência destes órgãos (Oliveira, 1992, p.999 e pp.1001-1002; Mesquita, 1994, p.385). Quanto à profissionalização, persistiam problemas como a falta de independência e autonomia do poder político, a “habituação à censura, que forçava a uma linguagem cifrada”, a “inexistência de ensino de comunicação e de jornalismo” e o privilégio dos critérios partidários, ao invés das habilitações académicas dos jornalistas, no acesso à profissão (Mesquita, 1994, p.364).

Em suma, e atentando nos critérios propostos por Hallin e Mancini, compreendemos como o sistema dos media português, desde 1974 até meados de 80, se caracterizava, de um modo geral, pela pouca profissionalização do setor; por um mercado marcado por diversas reestruturações, dificuldades económicas e instabilidade; por um papel forte do Estado na comunicação social, enquanto proprietário, regulador e financiador; e por um elevado paralelismo político, dada as suas ligações a organismos político-partidários e às tentativas de controlo e instrumentalização destes meios.

A década de 90

Foi só no fim da década de 80 e início dos anos 90 que o sistema mediático português ultrapassou alguns dos problemas do pós-revolução e conseguiu assegurar uma maior independência da esfera política. De facto, a nova conjuntura nacional de normalização democrática, estabilidade política e de crescimento económico, pela

primeira vez desde abril de 1974, era propícia à reforma do setor da comunicação social (Sousa, 2001, p.3). Ademais, o governo de Cavaco Silva considerou fulcral proceder a reestruturações profundas no campo dos media, no seu quadro legislativo e no sistema de incentivos estatais à comunicação social, garantindo, no entanto, um serviço público na rádio, televisão e na agência noticiosa (Sousa, 2001, p.3). Aquando da chegada de Guterres ao cargo de primeiro-ministro, as reformas estruturais no setor dos media tinham já sido executadas, pelo que no programa do seu governo estavam apenas previstas algumas remodelações, sobretudo relativas à regulamentação (Sousa, 2001, p.7).

Posto isto, desde os últimos anos da década de 80, e no sentido oposto ao sucedido no pós-revolução, registaram-se múltiplas transformações no mercado dos media, das quais se destacam o fim do monopólio estatal da televisão e sua abertura à iniciativa privada (depois da revisão constitucional em 1989, com a concessão de licenças à SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA – e à TVI – Televisão Independente, SA)¹⁶⁶; a reprivatização da imprensa nacionalizada em 1975; e a liberalização da rádio e consequente fim do duopólio da RDP e da Rádio Renascença (com a publicação da Lei da Rádio, em 1988, e o Decreto-Lei 388/88, que definia o quadro legal e de licenciamento das estações de radiodifusão)¹⁶⁷ (Lameiras, 2016, p.206; Reis e Nunes, 1994, pp.399-400). Tais reformas decorreram de vários fatores que colocaram em causa o predomínio do Estado, de que são exemplo as dificuldades do serviço público, o desenvolvimento das novas tecnologias e a intensificação da pressão na Europa para a abertura do mercado mediático a novos atores. Esta nova política para os media foi apelidada por Nelson Traquina de “desregulamentação selvagem” (Hallin e Mancini, 2004, p.124).

Foi ainda neste contexto que, em 1986, o governo substituiu as duas agências noticiosas em funções desde o 25 de Abril, a ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa) e a NP (Notícias de Portugal), por uma nova agência, a Lusa. No entender do governo de Cavaco Silva, a situação que se vivia de coexistência destas agências, “ambas dependendo em cerca de 65% do seu orçamento de um contrato de prestação de serviços anualmente celebrado com o Estado” não era rentável nem racional, dada a “duplicação de financiamentos à realização de tarefas em larga medida sobrepostas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/86, p.1), considerando a existência de uma só agência uma

¹⁶⁶ Cf. Mesquita (1994, pp.392-395) – para mais informações acerca da abertura e adaptação do setor televisivo à iniciativa privada. Aponte-se apenas que a reestruturação do setor televisivo foi “o aspecto mais marcante da intervenção dos governos de Cavaco Silva na esfera mediática” (Sousa, 2001, p.4).

¹⁶⁷ Cf. Reis e Nunes (1994, p.399-400) – para conhecer em detalhe as alterações no setor radiofónico.

melhor solução. Na sequência desta decisão, a Lusa iniciou a sua atividade a 1 de janeiro de 1987, apresentando-se como uma cooperativa de interesse público, com um regime de propriedade e modelo de gestão misto/público-privado, onde se associaram o Estado, titular maioritário do seu capital social (50,14%), e diversos meios de comunicação.

No que concerne ao relacionamento da Lusa com o Estado, aponte-se ainda que esta agência, tal como a RTP, desde a sua fundação, rege-se por um contrato de concessão celebrado com o Estado português, para o desempenho de um serviço público de informação¹⁶⁸, como previsto na Constituição Portuguesa, o qual vincula esta agência a diversos direitos e deveres. Aliás, desde sempre que o papel do Estado nestas organizações foi notório, uma vez que, até hoje, todas as agências noticiosas portuguesas (concretamente as já extintas Lusitânia, ANI, ANOP, NP e, por último, a Lusa) mantiveram uma relação visceral com o Estado, por via contratual ou pela sua dependência financeira e ideológica¹⁶⁹. Por isso mesmo, aquando da fundação da Lusa, verificaram-se desconfianças relativamente à sua independência e isenção (Batista e Ribeiro, 2010, p.148)¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Embora o serviço público de informação, em Portugal, seja “uma prática de mais de três quartos de século, desde a criação da Emissora Nacional no início dos anos 30 pelo governo da ditadura” (Duque et al., 2011, p.5), este tem sido pouco estudado no caso da agência Lusa, contrariamente ao que acontece, por exemplo, com a RTP. Esta é também uma lacuna na literatura internacional, mais focada na radiodifusão.

¹⁶⁹ Para conhecer a história das agências de notícias portuguesas, cf., por exemplo, Silva (2002), Batista e Ribeiro (2010), Castro (2013), Jorge (2013) e Afonso (2014). Sumariamente, a primeira agência de notícias em Portugal, a Lusitânia, foi criada por Luís Caldeira Lupi, correspondente da Associated Press e da Reuters, em pleno Estado Novo (1944), o qual pela censura e falta de liberdade de expressão atrasara o surgimento deste tipo de organização (Praça, 2013, p.19). Contudo, não tardou para que esta fosse entendida pelo governo de Salazar como um instrumento de propagandístico e de reforço da unidade nacional, mediante a difusão de informação para as colónias africanas, sendo este vínculo ao Estado ainda reforçado pela grande dependência desta agência da subsídio e financiamento estatal (Castro, 2013, p.15; Silva, 2002, pp.9-10; Afonso, 2014, pp.17-18). Em 1948 surgiu uma nova agência, a ANI (Agência de Notícias e Informação), também financiada pelo Estado. Contudo, ao contrário da Lusitânia, comprometida financeira e ideologicamente com o governo, a ANI mantinha um relacionamento essencialmente contratual (Batista e Ribeiro, 2010, p.137; Praça, 2013, p.19). Com a Revolução de Abril, ambas as organizações foram extintas, dada a sua conotação com o regime deposto, sendo criada, logo em 1975, a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP). No entanto, a par da instabilidade do país nos anos 80, esta organização enfrentou também grandes dificuldades financeiras, fazendo-a quase exclusivamente dependente dos dinheiros públicos (Afonso, 2014, pp.20-21), para além das “manobras em seu redor, na tentativa de condicionar a sua atividade em função dos interesses dos vários agentes políticos” (Castro, 2013, p.28). Face ao fardo financeiro que esta representava para o Estado, foi proposta a sua extinção e a criação de uma nova agência, a NP (Notícias de Portugal), fundada em 1982, por iniciativa de empresas públicas e privadas do setor dos media, mas mantida pelo financiamento público (Silva, 2002, p.22; Castro, 2013, p.31). No entanto, o veto da extinção da ANOP pelo presidente Ramalho Eanes originou uma situação de coexistência de duas agências, que se revelou insuportável para o Estado, que solucionou este impasse, em 1986, com a fusão destas organizações numa só agência, a Lusa (Silva, 2002, pp.36-37).

¹⁷⁰ De lembrar que a Lusa “é, no seu formato institucional, uma herança histórica. Não é o resultado de um processo jornalístico e/ou empresarial, mas o resultado do processo político. Resultou da fusão de duas agências, uma à época politizada num sentido contrário ao da governação, outra fomentada pelo governo do momento e por media contrários a essa politização da agência pública” (Duque et al., 2011, pp.18-19).

Ademais, como apontou Rebelo (2017), “tendo em conta o papel que desempenha no campo dos media, como principal fornecedor de conteúdos, a LUSA, como qualquer outra agência noticiosa, pode constituir um instrumento decisivo para o controle desse campo dos media” e “dominar a agência não é, pelo menos teoricamente, tão difícil assim”, já que o governo tinha uma palavra sobre a eleição de elementos da direção¹⁷¹, o que suscita receios de controlo político da agência¹⁷². Ademais, desde a sua fundação, que se verificou uma dependência da Lusa do financiamento público, a que se junta a indemnização compensatória anual, os quais tornam a agência mais suscetível a pressões e influências do poder político (Batista e Ribeiro, 2010, p.149).

Por sua vez, a par destas mudanças e da criação da agência Lusa, no sistema mediático português verificou-se ainda o nascimento de novos projetos jornalísticos, a afirmação dos primeiros grupos empresariais *multimedia* e o desaparecimento e substituição de jornais diários (Oliveira, 1992, p.1022; Reis e Nunes, 1994, p.396). Já quanto à profissionalização, registaram-se melhorias, sobretudo graças à maior preocupação com a formação profissional e à afirmação do ensino universitário de comunicação social. Além do mais, a profissão começou a fazer jus às normas de conduta e ética estabelecidas em diversos documentos normativos, tais como o Estatuto do Jornalista, o Código Deontológico e os livros de estilo destas empresas jornalísticas, os quais enquadram e orientam, até hoje, a sua atividade, procurando nomeadamente garantir a sua independência. No caso da agência Lusa não foi exceção¹⁷³.

Posto tudo isto, compreende-se como a partir dos anos 90 se verificou uma maior profissionalização da atividade jornalística, a par da redução do paralelismo político dos media, face ao afastamento e corte dos laços com organizações político-partidárias¹⁷⁴, e

¹⁷¹ “Isto significa que o governo pode nomear e eleger as pessoas (a saber, o presidente e administrador e o diretor de informação) que mais simpatizam com suas políticas. E quando o governo muda, a direção também pode mudar, o que significa que cada governo pode subordinar a Lusa a outros compromissos estratégicos que não os estabelecidos e protegidos no Contrato de Prestação de Serviço Público. Em última análise, a política editorial e a liberdade do jornalista podem estar em risco. Assim, a Lusa parece demasiado exposta e suscetível às pressões do poder político” (Batista e Ribeiro, 2010, p.148).

¹⁷² Como reconheceu Mário Mesquita (1994), dada a importância acrescida destas agências, dada a falta de recursos e a fraca capacidade investigativa de muitas redações, não é surpreendente “que as manobras políticas à volta do controlo da(s) agência(s) se tenham multiplicado” (p.391).

¹⁷³ Segundo a Lusa, “além do interesse público, os princípios que orientam a actividade e comportamentos dentro da organização são a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade da informação, a rapidez, a qualidade e o trabalho em equipa” (Lusa, 2018). Ademais, os seus jornalistas estão vinculados ao Código Deontológico do Jornalista, publicado em 1993, às regras de conduta internas explicitadas no livro de estilo da agência, elaborado em 1992, e ainda às orientações éticas previstas no contrato de serviço público.

¹⁷⁴ Na década de 90, ainda que persistissem algumas preocupações em relação à independência e autonomia de alguns media, como da RTP, assistiu-se a um movimento de progressiva melhoria da autonomia destes meios face ao poder político. No caso da Lusa, esta está obrigada quer contratualmente, quer pelos deveres da atividade jornalística a assegurar a sua independência, autonomia e isenção, pelo que à partida entende-

da moderação e diminuição da intervenção estatal no setor mediático português. Ainda assim, o Estado continuou a desempenhar um papel significativo, ao manter-se como proprietário, regulador e financiador dos media, incluindo da Lusa (Conde, 2012, p.71). Concretizando, como regulador do sistema mediático, o Estado português intervinha neste setor por meio de dois mecanismos, concretamente: da legislação, em especial da Constituição Portuguesa, das Leis da Rádio, Televisão e Imprensa e do Estatuto do Jornalista, que estabelecem os direitos, liberdades, garantias e os deveres dos meios de comunicação e enquadram juridicamente a sua atividade¹⁷⁵; e de uma entidade reguladora, na época denominada Alta Autoridade para a Comunicação Social, cuja existência é um imperativo constitucional¹⁷⁶ (Silva, 2007, pp.15-7; Liedtke, 2015, p.4). Já enquanto proprietário e financiador, o Estado mantinha nomeadamente os apoios financeiros e os contratos de concessão de serviço público com alguns órgãos jornalísticos, como a RTP e a agência Lusa (Conde, 2012, p.71).

Face a tudo isto, compreende-se como a relação entre os media e o governo português é complexa e ambígua, dado que, desde o Estado Novo até ao século XXI, este relacionamento foi marcado quer por tentativas de controlo e instrumentalização política destes órgãos, quer pelo papel e intervenção significativa do Estado no setor mediático, quer por uma série de reestruturações que visaram garantir aos media portugueses uma maior autonomia e independência face ao poder político. Este foi, portanto, o panorama do sistema mediático português que enquadrou a atuação da Lusa na década de 90, quando o processo timorense invadiu os media nacionais e internacionais.

A agência Lusa e a política externa

Especificamente no que diz respeito à Lusa, importa destacar ainda alguns aspetos que denotam a singularidade desta agência no sistema mediático português. Desde logo, saliente-se que a Lusa é a única agência de notícias em Portugal e a maior de língua portuguesa, tendo como função a “recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo e a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado)” (Lusa, 2018). Como grande objetivo, esta organização assume a sua

se não existirem indícios de níveis elevados de paralelismo político, não se identificando uma orientação político-ideológica ou ligações desta agência a outros organismos políticos, para além do Estado.

¹⁷⁵ A Lusa está sujeita a toda esta legislação. Para conhecer mais detalhadamente os instrumentos jurídicos aplicáveis à comunicação social, incluindo a esta agência, consultar Assembleia da República (2020).

¹⁷⁶ Portugal dispôs de vários mecanismos de regulação do setor da comunicação social ao longo dos tempos. Para uma história mais detalhada acerca destas entidades – cf., por exemplo, Lameiros (2016).

afirmação nacional e internacional, “ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português” (Lusa, 2018). Para cumprir tais propósitos, esta agência possui uma vasta rede de jornalistas e delegações espalhada pelo país e pelos quatro cantos do mundo, em especial nos países de língua portuguesa, onde residem importantes comunidades portuguesas ou com os quais Portugal mantém relações políticas, históricas, culturais, diplomáticas ou comerciais de relevo, sem esquecer as diversas parcerias que estabelece com agências estrangeiras (Afonso, 2014, p.28).

A isto acrescenta-se, como já supramencionado, o facto de a Lusa ter simultaneamente como missão a prestação de um serviço público de informação, mediante a celebração de um Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado português, no qual são estabelecidas as obrigações e direitos desta organização. Na década de 90, a Lusa celebrou dois contratos com o Estado, nos quais diversas cláusulas apontavam para o papel relevante que esta organização assumia a nível de política externa portuguesa.

A título de exemplo, no contrato de 6 de janeiro de 1991 (cláusula II, artigo primeiro, alínea c)) era reconhecido que “a actividade da Agência, pela especificidade da sua natureza, assume um relevante papel na defesa dos interesses nacionais (...) nas vertentes cultural e económica junto dos espaços de especial importância para Portugal” e na promoção “[d]a ligação e aproximação informativas entre e com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo” (cláusula III). De igual modo, no contrato assinado a 30 de julho 1998 é apontado que “a cobertura informativa nacional, regional e local, bem como dos acontecimentos relacionados com a União Europeia, com os países de língua oficial portuguesa e com as comunidades portuguesas no estrangeiro ou com outros espaços de importância estratégica para Portugal, assume relevante papel na defesa dos interesses nacionais” (cláusula II). Ademais, nestes documentos está também previsto o envio diário de todos os produtos da agência, sem contrapartidas financeiras, ao Estado, mais concretamente aos organismos da administração pública, embaixadas e consulados portugueses no estrangeiro, o que evidencia a importância da cobertura informativa da Lusa para o governo português.

Em ambos os documentos, a Lusa comprometia-se ainda a garantir a cobertura e a instalar delegações e correspondentes em diversos locais estratégicos do ponto de vista da política externa portuguesa e até mesmo relevantes para a discussão e resolução da

questão timorense¹⁷⁷. Aliás, a instalação de uma delegação e o envio de um correspondente “logo que possível” para esta ex-colónia foram uma das obrigações contratuais estabelecidas em 1998 (cláusula VI).

Face a este enquadramento, não surpreendem, pois, as chamadas de atenção para a potencial instrumentalização da Lusa no âmbito da PE, como foi o caso do relatório de um Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de comunicação social, que apontou que:

“O Estado tem sido o principal accionista da única agência nacional, por não haver recursos ou interesse na sociedade para uma agência privada; por não haver apetite dos accionistas privados em assumirem o controle total da agência; mas também pela ligação do trabalho jornalístico à política externa e, inevitavelmente, pelo interesse dos governos em poderem dispor, em cada momento, de um canal de difusão rápido e generalizado das mensagens que pretendem passar. Assim, na agência de notícias têm convivido, por um lado, um trabalho jornalístico normal e em parte único e de interesse público; por outro lado, a instrumentalização directa por parte do governo do momento, no sentido de influenciar a agenda política e colocar as suas mensagens.” (Duque et al., 2011, p.19).

Este relatório reconhecia, assim, na Lusa uma “dupla função - jornalística e em ligação com a política externa”, já que a agência desempenha também “um papel importante na informação de e para países ou territórios lusófonos de África e Ásia, no que adquire uma função de difusão da portugalidade e relacionamento próximo com esses países com contornos de política externa, excedendo, pois, o jornalismo” (Duque et al., 2011, p.19). No mesmo sentido, José Rebelo (2017) assinalou que “a LUSA é um dispositivo estratégico essencial para a afirmação de Portugal no espaço lusófono e, mais genericamente, é um dispositivo essencial para a afirmação de Portugal no mundo”, apontando que através desta agência, o país projeta a sua imagem e os seus objetivos políticos, económicos e culturais para exterior.

Além do mais, dado que esta agência tem sido, desde a fundação, a principal fornecedora de informação dos media portugueses e de língua portuguesa, cada vez mais

¹⁷⁷ Segundo o contrato de 1991, a Lusa estava obrigada a criar e a manter delegações ou correspondentes em diversos pontos do território nacional, mas também em Bruxelas, Madrid, Bissau, Praia, Luanda, Maputo, S. Tomé e Príncipe, Marrocos, Tóquio, Pequim, Hong-Kong e Taiwan (cláusula VI). Já no de 1999, para além dos locais anteriores, acrescentou-se a obrigação de instalar representações nos EUA, Brasil e, “logo que possível, em Timor”, e manter correspondentes em Paris, Londres, Roma, Moscovo, Berlim, Goa, Sidney, Brasília, Caracas, Toronto, Newark, New Bradford, S. Francisco, Argel, Rabat e Joanesburgo (cláusula VI).

dependentes dos seus serviços, a Lusa assume também “um papel importante na formação e informação da opinião pública” (Afonso, 2014, p.26)¹⁷⁸.

Posto isto, compreende-se a especificidade e importância da agência Lusa no seio do sistema mediático português e no âmbito da PE, aspetos os quais importará ter em conta na avaliação do papel desta organização jornalística no processo timorense.

Neste capítulo, foi possível traçar a evolução do empenho e das estratégias da política externa portuguesa relativamente a Timor Leste, desde 1974 até à conquista da independência deste território, em 2002, identificando-se diversos estádios e ciclos de atenção no plano estratégico do governo português para a resolução deste diferendo e os múltiplos determinantes nacionais e internacionais que contribuíram e/ou condicionaram a concretização da vontade deste povo e o sucesso das políticas e ações de Portugal. No entanto, verdade é que, embora tenha sido apenas no final da década de 80 que Timor foi entendido pela PEP como uma verdadeira prioridade e causa nacional, a par de outros elementos, a atuação diplomática de Portugal foi indiscutivelmente um dos fatores que contribuiu para a vitória da independência do território maubere. A par de tudo isto, verificou-se que, no último quarto do século XX, o próprio sistema mediático português lidou com importantes mudanças no seu modo de funcionar e relacionar-se com a política, verificando-se uma ingerência dos atores políticos, incluindo do Estado, na atividade diária deste setor. No pós-revolução, o papel e intervenção do Estado no campo dos media era especialmente evidente, realidade que só se viu alterada com a chegada da década de 90, a partir da qual o setor mediático reaveu grande parte da sua liberdade e autonomia e se libertou da instrumentalização e manipulação político-partidária, denotando, assim, como a relação entre as esferas mediática e política em Portugal era particularmente complexa. Foi perante este contexto que, em 1986, nasceu a agência Lusa, uma organização jornalística cuja atividade apresenta importantes contornos de política externa, e no qual desenvolveu a sua cobertura noticiosa acerca do processo de Timor Leste. Importa, agora, compreender de que forma a atividade da Lusa se cruzou com as estratégias e objetivos da política externa portuguesa no processo timorense.

¹⁷⁸ É neste sentido que Batista e Ribeiro (2010) reconhecem a Lusa como um “relevante componente do arsenal” do Estado português, um dos principais contribuintes para identificação nacional e ainda um potente mediador na formação de sentidos e de mundos de referência (p.152).

Capítulo 3. O contributo e papel da agência Lusa a nível da política externa portuguesa na questão de Timor Leste

Compreendidas as estratégias e objetivos da PEP no processo timorense e traçado o quadro do sistema mediático português e da sua relação com o Estado, neste terceiro capítulo debruçar-nos-emos sobre o papel e contributo da Lusa no campo da política externa portuguesa no processo de Timor Leste. Para tal, apresentar-se-á, primeiramente, um retrato geral do papel desempenhado pelo jornalismo ao longo de toda a luta do povo timorense pela independência, já que foi uma importante janela pela qual o mundo tomou conhecimento do que se passava neste território. De seguida, sumarizar-se-á a análise das peças noticiosas da agência Lusa acerca da situação desta ex-colónia portuguesa nos anos 1991, 1992 (até maio de 1993) e 1999¹⁷⁹, de acordo com a abordagem da Análise Crítica do Discurso. Tal análise desvendará como esta agência retratava o contencioso timorense e os seus atores, possibilitando a compreensão do posicionamento da Lusa e as implicações do seu discurso para a PEP e para o próprio processo. Por fim, serão cruzados os resultados das várias análises e entrevistas realizadas, de modo a extrair algumas conclusões quanto ao efetivo papel e contributo desta agência noticiosa portuguesa ao nível da PEP na questão de Timor Leste.

3.1. O papel do jornalismo em Timor Leste

Entre a multiplicidade de atores que intervieram na questão de Timor estiveram os meios de comunicação, que se afiguraram participantes ativos e fundamentais no decorrer deste processo¹⁸⁰. De facto, mais do que simplesmente noticiar os acontecimentos que se sucediam, com o seu trabalho, os media contribuíram de forma relevante para a resolução deste diferendo, o que levou diversos estudiosos e personalidades a sublinharem a

¹⁷⁹ A escolha destes anos deveu-se à intenção de fazer uma análise comparativa do início e do fim da década de 90, anos que revelaram ser dos mais importantes de todo o processo timorense: na sequência do massacre de Santa Cruz, 1991 marcou uma viragem no modo como a situação timorense era entendida a nível internacional, e, conseqüentemente, na postura e atuação portuguesa e na própria cobertura jornalística acerca de Timor; já 1999 foi pautado por alguns dos momentos mais decisivos que conduziram ao fim da ocupação indonésia deste território. A comparação entre estes anos permitirá assinalar a evolução na cobertura da Lusa e o seu relacionamento com Timor e com as diferentes fontes e intervenientes neste diferendo, o que será especialmente importante para averiguar o contributo e o papel desta agência no âmbito da PEP.

¹⁸⁰ Como apontou Diogo Aurélio (2005), Timor representou “uma página das mais interessantes do jornalismo, sobre a qual vários investigadores se interrogaram” (p.17), reconhecendo a importância destas organizações para que a questão de Timor Leste chegasse à arena de debate da comunidade internacional (Cf., por exemplo, Hawkins, 2002; Cardoso e Neto, 2004; Ramos, 2010; e Tapsell e Eidenfalk, 2013). Contudo, não foi possível encontrar estudos que atentassem no papel destas organizações, e em especial das agências de notícias, especificamente no campo da PE no respeitante a este processo.

importância do seu papel: Ramos Horta assumiu que a vitória da independência timorense se deveu à “globalização e mediatização desta causa”. Segundo o mesmo, esta “não teria sido possível sem os *mass media*” (em entrevista a Marques, 2005, p.206). Já Leandro Isaac, porta-voz do CNRT, referiu-se em forma de agradecimento aos “heróis jornalistas”, que reconheceu como os “verdadeiros pioneiros da concretização deste dia [dia do anúncio dos resultados do referendo]” (citado em Marques, 2005, p.169). Segundo o jornalista Adelino Gomes, “os jornalistas, como lhes competia, abriram uma janela por onde o mundo espreitou Timor” (Marques, 2005, p.14), fazendo chegar a situação deste remoto território no sudeste asiático a todo o globo e chamando, assim, a atenção da comunidade internacional para a necessidade de auxiliar este povo¹⁸¹.

No caso concreto dos media portugueses, estes dedicaram uma parte substancial da sua cobertura à situação timorense, explorando todos os assuntos relacionados com este processo e desenvolvendo, inclusive, diversas iniciativas que foram cruciais para a mobilização da opinião pública (Novais, 2017, p.570). Alguns autores foram ainda mais longe, apontando que “os jornais portugueses (...) revelam-se instrumentais na campanha pela autodeterminação de Timor-Leste e na denúncia do regime indonésio. Como resultado, a imprensa em Portugal ganhou um cunho pró-timorense, [e] uma orientação anti-indonésia” (Novais, 2017, p.563). O ex-MNE João de Deus Pinheiro admitiu inclusivamente que “os adidos de imprensa portugueses nas embaixadas europeias, bem como o corpo de correspondentes estrangeiros desempenharam um papel crucial no lobby a favor da estratégia governamental para Timor-Leste” (citado em Novais, 2017, p.567).

No entanto, este enfoque mediático na situação de Timor Leste não foi imediato¹⁸². Recorde-se que, desde a invasão indonésia em 1975, este território ficou “completamente

¹⁸¹ Dado este envolvimento dos media na questão de Timor, alguns autores consideraram que se verificou um afastamento da tradicional imparcialidade jornalística (Cardoso e Neto, 2004, p.9; Monteiro, 2010, p.283), apontando que “os jornalistas, confrontados com cenas de horror e alertados por inúmeras vítimas, não se inibiram de galgar, por vezes os limites da simples observação dos factos, identificando-se com a causa da independência e conferindo à sua intervenção um caráter, ou pelo menos, um tom diferente daquele que tradicionalmente se esperaria da comunicação social” (Aurélio, 2005, p.17).

¹⁸² Rui Marques (2005) identificou cinco períodos na produção noticiosa acerca deste tema entre 1987 e 1999: o período do silêncio (entre janeiro de 1987 e janeiro de 1989); o do despertar (de janeiro de 1989 a novembro de 1991, que corresponde ao início da década mediática, marcado pela visita do Papa a Díli e pelas negociações para a visita parlamentar portuguesa a Timor); o da explosão (de novembro de 1991 a novembro de 1994, caracterizado por uma “forte presença de Timor nas notícias”, essencialmente devido ao massacre de Santa Cruz, à viagem do *Lusitânia Expresso*, à prisão e julgamento de Xanana Gusmão e ao assalto à embaixada dos EUA em Jacarta); o da consolidação (entre novembro de 1994 e novembro de 1997, identificado como a “afirmação definitiva de Timor Leste”, em especial com a atribuição do Nobel da Paz a Ximenes Belo e a Ramos Horta); e, por último, o período da consagração (entre novembro de 1997 e dezembro de 1999, que corresponde ao “clímax mediático, com a queda de Suharto, a assinatura dos acordos de Nova Iorque e o Referendo para a autodeterminação”) (Marques, 2005, p.68). Destaca-se que os períodos de maior incremento na frequência de notícias são os relativos ao referendo (entre maio e

fechado à imprensa internacional que quisesse trabalhar com independência e liberdade de movimentos, ocorrendo as poucas visitas permitidas num ambiente totalmente controlado” (Marques 2005, p.96), sendo Timor votado ao silêncio e à sua não-discussão e cobertura jornalística até 1989¹⁸³, a par da própria inação político-diplomática.

Foi só na última década do século XX que o processo timorense garantiu progressivamente o seu lugar na agenda dos media, em especial dos portugueses, abrindo-se, a partir de então, uma nova frente de batalha (Monteiro, 2010, p.278)¹⁸⁴. Tal crescente agendamento mediático da situação de Timor foi propulsionado, por um lado, por fatores de ordem mais estrutural, como a abertura do território ao exterior¹⁸⁵, o maior envolvimento da diplomacia portuguesa, a partir do fim dos anos 80, e a atividade da resistência timorense (Monteiro, 2010, p.278); mas também por uma série de episódios de grande impacto, tais como a visita do Papa a Timor (1989), o massacre em Díli (1991)¹⁸⁶, a viagem do *Lusitânia Expresso* (1992), a prisão e julgamento de Xanana (1992/1993), o assalto à embaixada dos EUA em Jacarta (1994), a atribuição do Nobel da Paz a Ximenes Belo e Ramos Horta (1996) e o referendo (1999)¹⁸⁷, episódios que

outubro 99) e ao massacre de Santa Cruz (entre novembro e outubro de 1991), os quais são entendidos como “verdadeiros «acontecimentos de desencadeamento» (*trigger events*)” (Marques, 2005, p.69).

¹⁸³ “O silêncio foi considerado (pela Indonésia) como condição necessária da consolidação de um facto consumado e motivou o encerramento a jornalistas, ONGs e à assistência humanitária até 1988-89” (Pureza, 2002, p.10), daí a dificuldade em reportar a situação neste território (Monteiro, 2010, p.278).

¹⁸⁴ Como reconheceram Nunes e Lima (2008), “a visibilidade mediática transformou o vazio, o silêncio, num conflito latente. A luta timorense, até então muda e surda, e circunscrita ao opositor indonésio, alarga-se e passa a fazer-se também mediaticamente, ao nível da sensibilização das opiniões públicas, da pressão sobre os Estados e a «comunidade internacional»” (p.7).

¹⁸⁵ Com a decisão de abertura do território, em 1989, estava autorizada a entrada de “cidadãos estrangeiros, em turismo, em negócios ou em ação humanitária, através de ONG. E, em qualquer destes formatos, os jornalistas regressam” e com eles a possibilidade do drama de Timor ser conhecido pelo mundo. Esta foi uma brecha que os timorenses não desperdiçaram, utilizando todas as oportunidades para “transmitir aos estrangeiros as informações essenciais sobre o que se estava a passar desde 1975”, começando, assim, a reunir aliados no exterior (Marques, 1989, p.107).

¹⁸⁶ Como apontou Paulino (2014), “o massacre de Santa Cruz foi seguramente o acontecimento que mais mobilizou os jornalistas e as organizações não-governamentais no sentido de se interessarem e se preocuparem definitivamente com o destino do povo timorense” (p.136). De igual modo, para Ana Gomes este momento foi “uma viragem de todos os tipos, designadamente na atenção internacional e na opinião pública portuguesa”: “Isso fez todos os políticos portugueses quererem ser mais papistas do que o Papa em relação a Timor, porque perceberam que a opinião pública, de repente, tinha sensibilidade depois de ter visto as imagens do massacre. A imprensa portuguesa passa, então, a ter muita importância, porque mantém o assunto vivo, embora não tivesse propriamente informação” (em entrevista).

¹⁸⁷ A título exemplificativo, a Lusa dava conta de que havia 26 dias consecutivos que Timor Leste ocupava as primeiras páginas dos principais jornais portugueses e abria todos os noticiários das rádios e televisões nacionais. Nesta altura, “os órgãos de comunicação aumentaram o seu caudal informativo, enviando jornalistas para Timor e recebendo o serviço das agências informativas” (Lusa, 24 de set de 1999, “*Timor-Leste nas capas dos jornais portugueses há 26 dias consecutivos*”).

colocaram Timor Leste debaixo dos holofotes dos meios de comunicação nacionais e internacionais (Marques, 2005, p.11; Monteiro, 2010, pp.280-281)¹⁸⁸.

Para além do mais, os diferentes intervenientes do processo tinham consciência da relevância que a atividade dos media poderia ter na resolução da questão timorense. Desde logo, a resistência maubere reconheceu a importância da componente mediática para a sua causa, daí que desde cedo tenha procurado cultivar relações com os jornalistas, desenvolvendo materiais para serem passados a estes profissionais e afirmando-se como fontes de informação de referência (Marques, 2005, p.177). E, efetivamente, o que se verificou foi o desenvolvimento de uma cumplicidade e proximidade entre a guerrilha e os jornalistas (Paulino, 2014, p.141). Pelo seu lado, Portugal também compreendeu a relevância que a cobertura noticiosa da situação timorense poderia ter para o desfecho do processo¹⁸⁹. Como recorda Marques (2005), “todas as propostas feitas por políticos e diplomatas para a melhoria da situação de Timor-Leste integravam como prioritária a abertura do território aos jornalistas, colocando-a no mesmo plano que a presença das organizações humanitárias e de defesa dos direitos humanos” (p.152). De igual modo, apesar da sua difícil relação com estes meios¹⁹⁰, sobretudo evidenciada pelos ataques a jornalistas e pelo controlo e limitação das visitas e da informação que circulava de Timor para o resto mundo, a Indonésia também se apercebeu da pertinência dos media, daí que tenha, inclusivamente, apostado num *lobby* “junto dos jornalistas – indo ao ponto de, em Portugal, ter num jornalista o seu principal *pivot* e de organizar visitas de jornalistas a Timor, como no caso do julgamento de Xanana Gusmão” (Marques, 2005, p.177).

Esta importância dos media levou a que o caso de Timor tenha sido por várias vezes utilizado como exemplificação do chamado *CNN Effect*, reconhecendo-se o poder e

¹⁸⁸ A estes episódios juntam-se outros momentos que demonstraram o poder e o papel crucial que era reconhecido aos media, como foi o caso do cancelamento da visita parlamentar portuguesa a Timor, que se deveu ao veto indonésio a três dos jornalistas escolhidos por Portugal para acompanhar a visita. Outros exemplos foram a detenção e interrogatório do jornalista Mário Robalo pelas autoridades indonésias aquando da sua visita a Díli, que envolveu o MNE português na resolução da situação, e os diversos assassinatos e ataques cometidos contra estes profissionais ao longo de todo o processo.

¹⁸⁹ O próprio presidente Jorge Sampaio reiterou a importância do trabalho dos jornalistas em Timor ao sublinhar “o papel-chave desempenhado pela Comunicação Social no revelar da «saga desconhecida, perdida na Ásia», do povo de Timor-Leste” (Lusa, 7 de set de 1999, “*PR realça papel dos media ao revelar «saga desconhecida, perdida na Ásia»*”). Já Ana Gomes (em entrevista) apontou que os media “tiveram sempre um papel importante, quando fizeram o seu trabalho de relatar o que se passava, mas, infelizmente, também quando ficaram em silêncio e não relataram”. De acordo com a diplomata, tal importância foi reconhecida pelo governo português, daí que aquando dos acordos com a Indonésia para abertura da secção de interesses também tenha sido discutida a questão do acesso dos media ao território timorense.

¹⁹⁰ Como salientaram Tapsell e Eidenfalk (2013, p.579), a Indonésia de Suharto tem uma longa história de intervenção governamental na imprensa, quer local, quer estrangeira, por meio do Ministério da Informação e das forças militares, tentando controlar sobretudo a informação acerca das regiões onde se verificavam conflitos e por esse meio garantir a manutenção e legitimação do seu governo.

influência que os media tiveram sobre as diferentes partes do processo, no sentido de encontrar uma solução para o sofrimento timorense (Hawkins, 2002, p.225; Tapsell e Eidenfalk, 2013, p.576). Segundo este entendimento, a intensa cobertura mediática da violência neste território foi um “ingrediente chave” para a mudança da percepção dos governos australiano e norte-americano acerca de Timor (Tapsell e Eidenfalk, 2013, p.579). Efetivamente, “a imparável torrente de informação contínua oferecida pelas capacidades tecnológicas (como a Internet), a cobertura gigantesca pelas grandes cadeias de televisão a certos acontecimentos com repercussões nas opiniões públicas, reduziram muito os prazos de reação do poder político, que se vê obrigado a decidir mais depressa em consonância com as sociedades civis” (Nunes e Lima, 2008, p.172). É neste sentido que se compreende a afirmação destes mesmos autores, quando salientam que “Timor acaba por ser um «filho» da globalização, da nova ordem social e cultural que se baseia nos meios de comunicação social à escala global. Timor vence mediaticamente, [e] ganha moralmente legitimidade para conquistar a sua independência” (p.172).

Compreende-se, assim, como a atividade dos órgãos de comunicação no processo de Timor se cruzou com questões de política externa. Mas qual terá sido o papel e o contributo dos media portugueses para a PE do país neste contencioso? É o que se procurará averiguar a seguir, atentando no trabalho da agência Lusa, enquanto prestadora de um serviço público e elemento de projeção da informação entre Portugal e o mundo.

3.2. Análise da cobertura noticiosa da agência Lusa acerca do processo de Timor

Posto isto, importa, agora, atentar na produção jornalística da Lusa em 1991/1992 e 1999, de modo a compreender que padrões, continuidades e diferenças pautaram o trabalho desta agência sobre Timor e qual foi efetivamente o seu papel e contributo em termos da política externa portuguesa¹⁹¹.

Desde logo, aponte-se que, embora se verifiquem oscilações na cobertura da questão timorense ao longo dos anos 90, esta temática tornou-se uma presença constante na agenda mediática da Lusa a partir de 1989, crescendo exponencialmente sobretudo a

¹⁹¹ De ressaltar que a obra “*Timor-Leste: o agendamento mediático*” (2005) de Rui Marques foi particularmente útil, graças à sua componente quantitativa, para um trabalho de comparação com algumas das conclusões alcançadas acerca da cobertura feita pela Lusa, embora se distinga da presente investigação no objetivo final, no período temporal estudado e nas metodologias utilizadas para a análise do material noticioso. Marques debruçou-se também sobre a produção noticiosa desta agência acerca do processo de Timor, entre 1987 e 1999, procedendo a uma análise de conteúdo, com o intuito de compreender a evolução da causa de autodeterminação de Timor na agenda mediática.

partir do massacre de Santa Cruz, em 1991, e atingindo o expoente máximo em 1999, com a realização do referendo. A Lusa foi uma das organizações jornalísticas portuguesas que acompanhou de forma cada vez mais próxima e detalhada este referendo na década de 90, internacionalizando a sua produção jornalística quando o próprio processo ganhou uma dimensão internacional e intensificando-a nos momentos mais determinantes.

A crescente atenção, destaque e prioridade concedidos a esta matéria na atividade diária desta agência são, nomeadamente, evidenciados pelo facto de, dos três anos analisados, 1991 ter sido o que registou um menor número de notícias acerca da problemática timorense e 1999 o ano com a produção noticiosa mais numerosa, mas também mais complexa, detalhada e diversa nos ângulos e nas vozes consultadas, acompanhando, assim, a própria complexificação do próprio processo (ANEXO B)¹⁹². Inicialmente a cobertura da Lusa acerca deste referendo restringia-se essencialmente ao território nacional e à discussão interna sobre assuntos como a visita parlamentar portuguesa a Díli. Contudo, com o avançar da questão timorense, a Lusa mergulhou cada vez mais a fundo neste processo, alargando os seus contactos e fontes às diferentes forças envolvidas, cobrindo múltiplas sub-temáticas (como as negociações entre Portugal e a Indonésia, o dia a dia em Timor, a atividade da resistência, a posição dos vários governos e as múltiplas iniciativas de solidariedade, por exemplo) e multiplicando à escala global os locais a partir dos quais produzia a sua cobertura (mantendo correspondentes desde a Ásia até aos EUA, à Austrália e às principais capitais europeias), com o propósito de cobrir mais de perto todas as ocorrências, verificando-se, por isso, um incremento significativo na quantidade, diversidade e dimensão das peças jornalísticas produzidas.

Além disso, ressalte-se que muitos dos acontecimentos que marcaram a história da luta timorense consistiam em momentos em si mesmos mediaticamente atrativos ou com características e intenções assumidamente mediáticas, recebendo, por isso, um grande destaque na produção jornalística da agência portuguesa. Disso mesmo foram exemplo, o massacre de Santa Cruz, a missão do *Lusitânia Expresso*, a prisão e julgamento de Xanana Gusmão e os acordos de Nova Iorque e o referendo, aos quais se poderiam ainda

¹⁹² Recorde-se que, em 1999, o mundo e a conjuntura internacional já não eram os mesmos que em 1991/1992. Na sequência de todas as mudanças na dinâmica internacional (explicitadas no ponto 2.1. 'A política externa portuguesa e o processo de independência de Timor Leste' (p.40), 1999 foi um ano marcado por um turbilhão de desenvolvimentos decisivos para Timor, os quais invadiram os noticiários dos media, incluindo da Lusa. De facto, neste último ano da década de 90, verificou-se um investimento sem precedentes desta agência na cobertura da situação timorense, entendida já como uma das prioridades diárias desta organização, e que, por isso, pouco se compara ao trabalho desenvolvido em 1991 e 1992, em termos da quantidade e diversidade de temas abordados, fontes consultadas e dos recursos mobilizados.

acrescentar outros eventos (não analisados na presente investigação), como a visita do Papa a Timor, o assalto à embaixada dos EUA em Jacarta e a atribuição do prémio Nobel da Paz a Ramos Horta e a Ximenes Belo¹⁹³. Consequentemente, estes foram alguns dos momentos que motivaram um maior número de peças jornalísticas, com especial destaque para o massacre de Díli (cujas referências pontuaram a cobertura da Lusa ao longo dos anos) e a consulta popular em 1999, episódios que marcaram, por sua vez, os dois meses – novembro de 1991 e setembro de 1999 – que registaram a maior produção noticiosa de toda a cobertura desta agência da situação de Timor (**ANEXO B**).

Análise de linguagem

Já enverando concretamente pela análise da cobertura jornalística da Lusa nos anos selecionados de acordo com as abordagens de van Dijk e Fairclough, no concerne à dimensão linguística, é de apontar, em primeiro lugar, a grande consistência narrativa denotada no discurso noticioso desta agência. De facto, de uma forma geral, a Lusa construiu toda a sua cobertura em torno de uma versão dos factos que subscrevia a tese assumida pela política externa portuguesa, não dando crédito ou legitimidade à versão avançada pela Indonésia, incitando mesmo o seu questionamento. Tal narrativa da PEP firmada pela Lusa é a de que Timor foi invadido ilegalmente um ano depois da Revolução de Abril em Portugal, vivendo sob um regime de repressão e violência, perpetrado pelas forças indonésias, que sistematicamente violavam os direitos humanos deste povo. É este o entendimento que subjaz a toda a produção noticiosa desta agência desde 1991 a 1999 e que vemos repetido sistematicamente nas diversas peças, explicitamente ou para contextualizar e enquadrar as informações noticiadas¹⁹⁴, verificando-se, assim, a

¹⁹³ Marques (2005) distribuiu estes acontecimentos por diversas categorias, de acordo com a sua relação com os media. São elas, a categoria dos acontecimentos, episódios que captam a atenção dos media ou que pela sua importância mereceram grande visibilidade, como foram exemplo o massacre de Santa Cruz, a prisão de Xanana Gusmão e o referendo; a categoria dos pseudoacontecimentos, eventos especificamente desenhados para atrair a atenção dos media, como foi o caso do *Lusitânia Expresso* e do assalto à embaixada dos EUA; e a categoria dos acontecimentos mediáticos, momentos que têm em atenção a presença dos meios de comunicação e a sua cobertura (embora acontecendo independentemente destes), tal como a visita do Papa a Timor e a entrega do prémio Nobel da Paz (pp.41-42; p.173).

¹⁹⁴ Por exemplo: “*Portugal cortou relações diplomáticas com a Indonésia, depois do regime de Jacarta ter invadido militarmente o território de Timor-Leste em Dezembro de 1975. Esta invasão foi condenada pela comunidade internacional, mas Jacarta, à revelia das decisões da ONU, fez integrar em 1976 o território de Timor-Leste no Estado indonésio, mantendo uma forte presença militar na região. A ONU decidiu que Portugal permanecia como potência administrante do território*” (Lusa, 4 de dez de 1999, “*Portugal/Indonésia: Relações diplomáticas em breve*”); “*A Indonésia invadiu militarmente o território de Timor-Leste por terra, mar e ar a 7 de dezembro de 1975, ocupando-o deste então, através da repressão*” (Lusa, 3 de dez de 1991, “*Resistência timorense desapontada com atuação de Bob Hawke*”); entre outras. Passagens como estas figuravam frequentemente nas notícias da Lusa, servindo de contextualização aos

existência de um esquema sociocognitivo mais geral, do ponto de vista da perspectiva de van Dijk. Por sua vez, como demonstrou uma análise da componente textual, como proposto pelos autores da ACD, a sustentação desta narrativa refletiu-se nas escolhas lexicais utilizadas para identificar, caracterizar e enquadrar os diferentes atores e acontecimentos deste processo.

No caso de Timor Leste, este era retratado na generalidade da cobertura noticiosa desta agência como vítima nas mãos dos indonésios: sobre o seu povo era exercida violência, terror, injustiça, opressão e infligido um grande sofrimento. Tal imagem é subliminarmente construída e subentendida pelos constantes relatos e referências às atrocidades e episódios de violência, em especial ao massacre de Santa Cruz (cujas referências se estendem para lá de 1991), mas também pelos vocábulos associados a este território e pela forma como a sua situação interna era descrita. Entre tais vocábulos constam expressões como “tragédia”, “massacre”, “crise”, “morte”, “calamidade”, “drama”, “repressão”, “extermínio”, “genocídio” e “terror”, que constroem um retrato altamente dramático da situação vivida pelos timorenses (cf. **ANEXO C**)¹⁹⁵. Isso mesmo foi também constatado por Marques (2005), que apontou para a existência de uma polarização de “David contra Golias”, “do bem contra o mal, da injustiça contra a opressão” no discurso nacional (p.74). Em simultâneo, nas peças desta agência transparece também uma imagem dos timorenses como um povo lutador, heroico, dono de grande bravura e resiliência, traços especialmente destacados nas reportagens que davam a conhecer histórias pessoais de alguns habitantes, na caracterização da resistência timorense, sobretudo, de personalidades como Xanana Gusmão e Ramos Horta¹⁹⁶, e ainda na utilização regular do vocábulo ‘luta’ para descrever as ações em prol da independência.

acontecimentos noticiados. Todas elas denotam como esta agência subscrevia a versão dos factos portuguesa.

¹⁹⁵ A título de exemplo, relativamente ao episódio de Santa Cruz foram utilizadas expressões como “massacre”, “matança dos timorenses” e “sangrentos acontecimentos”, para além da repetição do facto de que este foi um “massacre perpetrado pelas tropas indonésias”, sublinhando-se, assim, a brutalidade deste momento e a responsabilidade indonésia no mesmo. A estas escolhas lexicais, acrescentam-se ainda outros elementos com efeito de sentido importantes, tais como as comparações entre Timor Leste e o Kuwait, várias vezes destacadas pela Lusa, embora sempre referidas pelas fontes consultadas, as quais associavam a gravidade da situação entre o Iraque e o Kuwait à brutalidade dos episódios em Timor, deixando implícita a ideia de que, à semelhança do que aconteceu com o território do Médio Oriente, Timor também necessitava da atenção e de uma intervenção internacional. Além disso, Timor Leste era frequentemente apresentado como o “território ocupado/invadido/anexado pela Indonésia” ou a “ex-colónia portuguesa invadida em 1975”, o que reiterava a sua condição de vítima e a ilegalidade da presença indonésia.

¹⁹⁶ Xanana Gusmão era frequentemente identificado como o “símbolo” e “dirigente/líder histórico da resistência”, o “líder do povo de Timor-Leste”, o “lendário comandante da guerrilha maubere” ou como “guerrilheiro, resistente, prisioneiro, herói”. Já Ramos Horta era apresentado como o “prémio Nobel da Paz” ou “porta-voz internacional da resistência timorense”. Estas expressões tinham importantes efeitos de sentido e conferiam uma legitimidade, credibilidade e força às declarações e ações destas personalidades.

Ademais, em 1999, Timor Leste era associado a palavras como ‘esperança’ e ‘vitória’ e à ideia de “renascer das cinzas” (cf. **ANEXO C**).

Por sua vez, a Indonésia, a par das milícias pró-integração em 1999, surgia como a opressora de Timor. Esta imagem depreciativa de Jacarta era construída quer pelos vocábulos e expressões que lhe eram associados (como “país ocupante”, “potência invasora/ocupante”) e utilizados para caracterizar as suas ações (tais como “genocídio”, “repressão”, “violência”, “assassinatos”, “morte”, “terror”, etc., e o uso regular de verbos como “assassinar” e “matar”); quer pela forma como eram nomeadas as suas instituições (como as Forças Armadas indonésias, designadas “tropas invasoras”), as milícias¹⁹⁷ e os seus representantes (como Suharto, identificado como ditador e líder de um regime de repressão)¹⁹⁸ (cf. **ANEXO C**). Além disso, a Lusa destacava as inúmeras críticas, denúncias e apelos dirigidos à Indonésia e remetia sistematicamente a autoria e responsabilidade dos episódios de violência e mortes para as entidades indonésias e as milícias¹⁹⁹, associando estas forças à ideia de terrorismo, uma expressão com forte carga simbólica e importantes efeitos de sentido²⁰⁰.

¹⁹⁷ Nas peças noticiosas da Lusa, as milícias pró-integração eram frequentemente caracterizadas, por exemplo, como “protagonistas da violência” ou “grupos de civis timorenses, treinados e armados pelo exército indonésio”, que conduziam “campanhas de terror contra populações” em várias zonas de Timor. De igual modo, os chefes e membros destas forças eram apresentados com termos que denunciavam a violência e brutalidade associada a estes grupos, como foi o caso de João Tavares, identificado como “um dos líderes das milícias que provocaram uma onda de violência e destruição em Timor-Leste”, e de Eurico Guterres, designado como “comandante da milícia Aitarak, que lançou uma campanha de terror”, “considerado por muitos timorenses como a «voz do terror» ou como “o líder das milícias Aitarak (...) responsável pela matança e destruição em Timor-Leste” (cf. **ANEXO C**).

¹⁹⁸ Outro exemplo era Mário Carrascalão que, em 1991, era frequentemente identificado como “o governador timorense nomeado/ao serviço da Indonésia”, o “representante político máximo da potência ocupante no território”, ou o “dirigente pró-indonésio”, expressões que deixavam implícita a cumplicidade deste governador com a Indonésia, retirando-lhe, assim, alguma credibilidade e legitimidade, e orientando a interpretação dos leitores em certo sentido (desfavorável) (cf. **ANEXO C**).

¹⁹⁹ Eram regularmente utilizadas construções frásicas que denunciavam a atuação indonésia e recordavam sistematicamente que este país invadiu Timor (como por exemplo, “a Indonésia não cessa de provocar novas vítimas e infligir sofrimentos entre os timorenses” ou “a Indonésia, que invadiu e anexou Timor-Leste em 1975”). Ademais, em 1999, na transversalidade das peças jornalísticas da Lusa eram denunciadas as ligações e a cumplicidade entre o exército indonésio e as milícias pró (ex. “ataques perpetrados pelas milícias pró-integracionistas que foram equipadas pelas Forças Armadas indonésias”; “as milícias pró-integração realizaram uma série de ações no território, lançando o pânico entre a população e provocando muitas dezenas de mortos, numa onda de terror com a aparente complacência das forças militares indonésias”, “os dirigentes das milícias, organizadas e enquadradas pelo exército indonésio,”; “milícias pró-integração alegadamente apoiadas pela Indonésia”; “Timor-Leste está a «ferro e fogo» pelas mãos da milícias pró-integracionistas com o conluio dos militares e polícias indonésios”, etc. – cf. **ANEXO C**).

²⁰⁰ Por exemplo: Lusa, 3 de jul de 1999, “*Os «caminhos de terror» que levam a Raimate*”; Lusa, 18 de set de 1999, “*Milícias continuam a aterrorizar a população*”; “*Não esqueceu os que tiveram que fugir para escapar ao último acto desesperado dos militares indonésios, ao instigarem as milícias integracionistas a espalhar o terror e a destruição pelo território no início de Setembro*” (Lusa, 22 de out de 1999, “*Dili em delírio para ver Xanana*”); “*Alguns elementos das milícias integracionistas que espalharam o terror em Dili no início de Setembro (...)*” (Lusa, 24 de out de 1999, “*Milícias continuam escondidas em Dili*”);

Tendo em conta a análise dos elementos semânticos, sintáticos, retóricos e de estilo do texto noticioso desta agência pela lente da ACD, será importante também sublinhar que, em múltiplas peças, a Lusa realçava as contradições no discurso e nas ações de Jacarta, incitando ao questionamento da sua veracidade. Disso foi exemplo o destaque repetidamente dado à contradição entre o número de mortos do massacre de Santa Cruz anunciados pelas autoridades indonésias e os números avançados por organizações independentes e pelas fontes timorenses²⁰¹. Ao enfatizar tal discrepância, a Lusa lançava suspeitas acerca da fidelidade e honestidade da informação divulgada pela Indonésia.

Já Portugal era apresentado como o “ex-colonizador” e a “potência administrante” de Timor (também denominado de “ex-/antiga colónia portuguesa” ou “território português”), o que ressaltava que o país tinha ainda um papel a cumprir em relação a este território²⁰². De facto, ao recordar o anterior vínculo colonial a Timor e ao enfatizar a ideia de que Portugal era o administrador internacionalmente aceite desta meia-ilha, a Lusa deixava subentendido o facto de que o país mantinha ainda responsabilidades e obrigações constitucionais e morais para com este povo, devendo tomar medidas para concretização do desejo de independência de Timor Leste. Ademais, tal enquadramento de Portugal reiterava ainda, implicitamente, a legitimidade do país para lutar ao lado dos timorenses pela autodeterminação. Contudo, foi possível identificar uma evolução, ainda que subtil, na forma como a Lusa retratava o país. Se em 1991 a agência portuguesa destacava e noticiava algumas críticas dirigidas a Portugal, que apontavam para a sua inatividade, esquecimento e reduzido empenho em relação à sua ex-colónia²⁰³, em 1999,

“campanha de terror das milícias na região de Viqueque” (Lusa, 29 de out de 1999, “A história do soldado Luís”), etc. (cf. **ANEXO C**).

²⁰¹ Exemplo disso são os seguintes excertos: “Responsáveis indonésios afirmaram que o número de mortos foi de 19, mas outras fontes, incluindo testemunhas, disseram que mais de 115 podem ter morrido no tiroteio junto ao cemitério de Santa Cruz em Díli” (Lusa, 21 de nov de 1991, “Grupos indonésios pró-governamentais manifestam-se frente à embaixada da Austrália em Jacarta”); “O governo indonésio (...) anunciou que perderam a vida 50 pessoas (...). Contudo, segundo testemunhas oculares, jornalistas estrangeiros e organismos de defesa dos direitos humanos, o massacre terá causado mais de cem mortes e muitas dezenas de feridos” (Lusa, 10 de fev de 1992, “Washington defende continuação do auxílio militar à Indonésia, apesar de Timor-Leste”). Este tipo de contradições continuou a ser destacado em outros episódios: “(...) o presidente indonésio Jusuf Habibie disse (...) terem ocorrido apenas «meia dúzia de mortos». O massacre de Liquiçá é, segundo informações de várias fontes religiosas e humanitárias, o mais importante depois do ocorrido no cemitério de Santa Cruz” (Lusa, 14 de abr de 1999, “Ataque contra um posto militar, anunciou exército”).

²⁰² Outra das ideias frequentemente salientadas é a de que Portugal cortou as relações diplomáticas com a Indonésia, depois esta ter invadido militarmente de Timor Leste em 1975, dando assim conta da relação conflitual e de tensão entre este país e o ocupante da sua ex-colónia (cf. **ANEXO C**).

²⁰³ Ao longo de 1991, a cobertura jornalística da Lusa foi marcada pelo destaque de algumas críticas a Portugal, sobretudo após o massacre de Santa Cruz, o que faz deduzir que uma certa pressão possa ter sido exercida sobre as entidades oficiais por via dos meios de comunicação. As seguintes passagens são exemplo do tipo de críticas destacadas: “Xanana Gusmão considera que «a falta de uma estratégia clara,

o país era enquadrado de forma mais positiva, ao serem realçados os seus esforços e atividade diplomática (em especial, a agenda dos representantes políticos portugueses)²⁰⁴ para reunir apoios e garantir o respeito pela vontade Timor, e os múltiplos apoios concedidos para a reconstrução deste território. Neste sentido, Portugal era retratado na cobertura da Lusa como pilar e um dos agentes na luta pela causa timorense, que visava assegurar a autodeterminação e o bem-estar deste povo.

Além disso, como uma leitura de ACD nos permitiu concluir, em diversas peças eram ressaltados os laços que uniam Portugal a Timor, sobretudo em termos culturais e religiosos, como os respeitantes à língua portuguesa (que ainda era ouvida nas ruas de Timor, falada pelos dirigentes da resistência e até lecionada em segredo) e ao catolicismo, por oposição ao islamismo da Indonésia²⁰⁵. A referência a estes elementos simbólicos, que se afirmavam como aspetos estruturantes da identidade e da resistência timorense,

convictamente interessada», de Portugal em relação a Timor-Leste, «é tão notória que impressiona» (Lusa, 6 de set de 1991, “Xanana Gusmão impressionado com ausência de «estratégia clara» da parte de Portugal”); “(...) a fonte da rede clandestina da UDT em Timor-Leste afirmou ter a «impressão» de que Portugal os abandonou «mais uma vez»; «vamos desaparecer todos e Portugal não mexe uma palha», disse (...)” (Lusa, 12 de nov de 1991, “Confirmadas entre 60 a 70 vítimas do massacre, diz UDT”); “A generalidade dos diplomatas ocidentais (...) são unânimes em considerar Portugal como o grande culpado por ter abandonado o território devido a uma «descolonização falhada»” (Lusa, 12 de novembro de 1991, “«Intifada» em Dili dá novo alento à resistência”); “A comissão afirma que está «profundamente inquieta com a apatia pública dos órgãos de soberania portugueses relativamente aos últimos acontecimentos» e exige que os órgãos com competências na matéria (governo e presidente da república) «expliquem ao país as medidas que tomaram ou vão tomar para dar cumprimento ao mandato que receberam»” (Lusa, 12 de nov de 1991, “Comissão dos Direitos do Povo Maubere insiste na convocação do Conselho de Segurança”). Cf. também Lusa, 1 de jul de 1992, “Ramos Horta critica Portugal pela ausência do problema de Timor no comunicado final da cimeira de Lisboa”; Lusa, 1 de jul de 1992, “Ramos Horta critica João de Deus Pinheiro”; Lusa, 27 de jun de 1991, “Coligação de defesa dos direitos humanos japonesa condena passividade portuguesa”; Lusa, 31 de out de 1991, “Movimento “TAPOL” considera suspensão da visita parlamentar traição ao povo timorense”; Lusa, 29 de nov de 1991, “Ramos Horta insatisfeito com accão portuguesa”; Lusa, 20 de nov de 1991, “Dirigente da FRETILIN insatisfeito com pressões portuguesas junto dos EUA”, etc.

²⁰⁴ Em 1999, as visitas e encontros diplomáticos das autoridades portuguesas mereceram grande atenção e destaque na cobertura da Lusa, que sublinhava a intensa campanha de contactos com os principais líderes políticos mundiais e a “diplomacia de 24 horas” levada a cabo por estas entidades, sobretudo aquando da discussão para o envio de uma força armada internacional para Timor (cf., por exemplo, Lusa, 5 de set de 1999, “Guterres fala com SG da ONU e com chefe da UNAMET”; Lusa, 6 set de 1999. “Insegurança agrava-se, apesar da visita de ministros indonésios (síntese)”); Lusa, 6 de set de 1999, “Timor-Leste: Terror prossegue, comunidade internacional hesita”; Lusa, 8 de set de 1999, “Jaime Gama garante «diplomacia de 24 horas por dia»”; Lusa, 8 de set de 1999, “Guterres falou com Blair, depois de Clinton durante «cordão humano»”; Lusa, 9 de set de 1999, “Alertas à Indonésia, decisões adiadas - síntese”), entre outros.

²⁰⁵ Por exemplo: Lusa, 3 de set de 1991, “Falar a língua portuguesa é uma forma de luta, afirma jovem timorense”; Lusa, 15 de jul de 1991, “Casal inglês testemunha situação em Timor-Leste” (notícias que denotam como a língua portuguesa continua a ser parte da identidade dos timorenses – “Segundo o testemunho à agência Lusa deste casal inglês, a língua portuguesa continua a ser falada um pouco por todo o território”); Lusa, 18 de abr de 1991, “Comandante militar indonésio pede a tropas que sejam ‘mais simpáticos’ com população local” (“A maioria das forças militares indonésias estacionadas em Timor-Leste e islâmica, enquanto os 750 mil timorenses são maioritariamente católicos”; “A Indonésia anexou o território de Timor-Leste, predominantemente católico, em 1976, um ano depois de a administração portuguesa se ter retirado”); entre outras.

tem importantes efeitos de sentido, na medida em que, por um lado, ao realçar essa herança cultural comum, era estabelecido um vínculo e uma proximidade entre Timor e a sociedade portuguesa (Marques, 2005, p.174) e, por outro, firmava a distinção entre esta meia-ilha asiática e o seu invasor, dando força e legitimidade aos argumentos da luta timorense e de Portugal acerca da ilegalidade da anexação indonésia deste território.

Já no que concerne à ONU, esta foi regularmente mencionada pela Lusa dada a sua importante função mediadora no caso de Timor, que lhe valeu e aos seus representantes algum protagonismo na cobertura realizada por esta agência. De modo geral, esta organização era apresentada de forma imparcial e sem indícios de um posicionamento da Lusa, embora no início da década tenha sido apontada alguma ineficácia e insucesso da sua ação e em 1999 tenha sido ressaltada a relevância da sua atuação para o desfecho deste processo. O que, de facto, foi mais notório foram os inúmeros apelos e pedidos de ajuda dirigidos às Nações Unidas recorrentemente noticiados e veiculados pela Lusa, o que poderá levar a concluir que destas sucessivas convocações e expectativas de ação tenha resultado alguma pressão (para agir) sobre esta organização internacional (como aquando das discussões acerca do envio de uma força de paz)²⁰⁶. Tal ia ao encontro dos próprios objetivos da política externa portuguesa, cuja estratégia, como anteriormente explicitado, passava por colocar a questão timorense na ONU e garantir o seu envolvimento ativo na resolução deste conflito.

Avançando já com um sumário da análise da cobertura da Lusa ao nível da sintaxe de acordo a abordagem da ACD, aponte-se que a notícia e a reportagem foram os géneros jornalísticos mais utilizados. Porém, a realização de reportagens no terreno concentrou-se quase exclusivamente em 1999, ano durante o qual diversos enviados especiais, sobretudo em Timor Leste, Jacarta, Austrália e em Nova Iorque, cobriram de forma muito

²⁰⁶ Estes apelos e reivindicações dirigidos por diversas personalidades e entidades à ONU foram nomeadamente visíveis em momentos como, por exemplo, o massacre de Santa Cruz, o julgamento de Xanana Gusmão e o período após o referendo, no qual era requerido o envio de uma força de paz para Timor. Além do mais, algumas destas convocações eram diretamente apresentadas em declarações e/ou comunicados enviados à Lusa, o que denota o reconhecimento da sua importância na veiculação das posições e mensagens pelos diferentes intervenientes do processo. Algumas das notícias que destacam este apelos à ONU são, por exemplo, as seguintes: Lusa, 29 de nov de 1991, “*Timorenses pedem a Perez de Cuellar para «fazer qualquer coisa» pelo território*”; Lusa, 15 de dez de 1992, “*Vinte organizações portuguesas apelam a Butros-Ghali para que intervenha na libertação de Xanana*”; Lusa, 11 de set de 1999, “*Intervenção ou descrédito, vaticina António Monteiro*” (exortação do embaixador português para que a ONU tomasse “ações imediatas”); Lusa, 14 de set de 1999, “*Refugiados enfrentam a fome e ataque iminente das milícias - Síntese*” (apelo de Xanana Gusmão para o envio de uma força da ONU); Lusa, 4 de mai de 1999, “*ONG pedem a Kofi Annan que ONU assumo controlo do território*”; Lusa, 5 de abr de 1999, “*Roque Rodrigues reafirma apelo à ONU para enviar força*”; etc.

detalhada e próxima os vários desenvolvimentos do processo timorense, dando a conhecer de um modo mais pessoal e visual o ambiente interno, os episódios de violência, as difíceis condições de vida e o estado de destruição de Timor.

Já relativamente à dimensão estilística, esta agência não deixou de se reger pelos princípios orientadores da prática jornalística e pelo estilo habitualmente apresentado pelos media noticiosos: um discurso escrito, público, impessoal, mais ou menos formal, com marcas estilísticas da produção noticiosa rotineiras (como o uso de determinados padrões de frase e esquemas de descrição), embora por vezes se tenha verificado a utilização, pouco usual no discurso noticioso, de adjetivos e advérbios de modo. Assim, ainda que se identifique uma linguagem tendenciosa e apologética de uma das posições do conflito em diversas notícias e reportagens no decurso do período analisado (especialmente ao longo de 1999), a maior parte das peças jornalísticas cumpre os requisitos de objetividade e imparcialidade, restringindo-se à mera função de transmissão de informação, sendo algumas delas restritas a pouco mais do que uma apresentação literal, sem interpretações das declarações e ações dos diferentes atores do processos.

Por último, saliente-se que a Lusa recorreu a uma grande variedade de estratégias retóricas que enfatizavam e conferiam força às informações veiculadas e contribuía para a sensibilização do leitor, tais como: descrições dos eventos através de testemunhos diretos dos acontecimentos pelos próprios jornalistas (recurso nomeadamente utilizado em 1999 nas reportagens elaboradas no terreno pelos enviados especiais); a apresentação de evidências de outras testemunhas oculares (transmitidas à Lusa pelas suas fontes de informação, sobretudo timorenses/populares); o recurso a uma variedade de fontes creditadas (oficiais, personalidades respeitadas, especialistas, etc.); a apresentação de dados numéricos; o emprego de figuras de estilos (embora apenas esporadicamente); e o recurso a uma dimensão emotiva no relato dos acontecimentos (destinada a criar empatia com o leitor, especialmente evidente em 1999).

Intertextualidade/prática discursiva

Prosseguindo com uma análise conjunta da intertextualidade e da prática discursiva da Lusa, do ponto de vista da *manifest intertextuality* como teorizada por Fairclough, o foco centra-se na diversidade de vozes e fontes de informação ouvidas e noticiadas e na sua maior ou menor proeminência na cobertura realizada por esta agência. Quanto a este aspeto, foi possível identificar uma evolução na produção jornalística da Lusa entre 1991 e 1999, tendo-se verificado uma progressiva diversificação e crescimento do número de

fontes informativas e de personalidades contactadas por esta agência para cobrir os desenvolvimentos na questão timorense. De facto, se inicialmente a Lusa apenas contava com algumas vozes timorenses (sobretudo os dirigentes da FRETILIN e da UDT) e nacionais (nomeadamente da Assembleia da República) para compor o relato dos acontecimentos relativos a Timor, em 1999 a sua ‘bolsa’ de contactos abrangia já individualidades das várias fações do conflito: timorenses (dirigentes da resistência, populares e eclesiásticos), portuguesas (fontes oficiais, membros de organizações, dos diferentes partidos, etc.), indonésias (essencialmente fontes governamentais e militares, mas também da oposição) e da ONU (SGNU, INTEFET e UNAMET); e estendia-se a vozes de outros países (como a Austrália e os EUA²⁰⁷), de diferentes organizações internacionais (em especial de solidariedade, como era o caso da Amnistia Internacional e da TAPOL) e a especialistas. Tal evolução denota uma complexificação e enriquecimento da cobertura da Lusa ao longo do período analisado. No entanto, ressalte-se que nem todas estas fontes recebiam o mesmo destaque e o contacto mantido entre estas e a agência portuguesa, bem como a sua presença nos seus trabalhos jornalísticos, dependia da própria abertura e relacionamento destas personalidades com os media²⁰⁸.

De acordo com a análise da produção noticiosa desta agência, a assumir grande destaque e um lugar cimeiro entre as fontes de informação escutadas pela Lusa estiveram as vozes timorenses, em especial, os dirigentes da resistência e figuras eclesiásticas, como Ximenes Belo. De facto, com o decorrer do processo, tornou-se cada vez mais visível a cumplicidade e a proximidade entre esta agência noticiosa e as fontes de Timor, o que não deixava de ser relevante em termos políticos²⁰⁹. A sua “participação” na cobertura da Lusa fazia-se essencialmente pelas informações que veiculavam (nomeadamente sobre os episódios de violência e a situação interna em Timor), os comentários que teciam em relação aos acontecimentos que se sucediam e ainda pelas críticas, denúncias e apelos que

²⁰⁷ A Lusa noticiava com regularidade as posições da Austrália e dos EUA, dois outros atores de peso no processo timorense. Tal era de especial relevância para a PEP, já que a mantinha atualizada das posições destes países com capacidade de influência e intervenção junto da Indonésia e da comunidade internacional.

²⁰⁸ De apontar que inicialmente se verificava uma maior dependência da Lusa em relação às fontes oficiais, muito devido ao facto de Timor se encontrar “fechado” ao mundo e a Indonésia controlar a informação que saía para o exterior. A isto acrescenta-se ainda uma considerável conformação da agenda mediática da Lusa à agenda política em 1991/1992. No entanto, com o avanço do processo, a Lusa diversificou as suas fontes e os assuntos abordados a propósito de Timor, embora as vozes oficiais e respetivas agendas se tenham mantido muito presentes.

²⁰⁹ Como apontou Diogo Aurélio (2005), “perante o muro de silêncio imposto pelos interesses indonésios, não será difícil reconhecer que os jornalistas, não obstante manifestarem frequentemente cumplicidade com a guerrilha timorense, trouxeram a público uma situação que teria, talvez, ficado em definitivo por revelar, se o dever de isenção tivesse sido interpretado como simples equidistância entre as forças beligerantes” (p.19).

dirigiam a diversos atores do conflito, em especial à Indonésia, a Portugal e à ONU. A relação entre a agência e estas fontes era sobretudo estabelecida através de contactos telefónicos regulares, declarações prestadas aos jornalistas, entrevistas, comunicados e conferências de imprensa. Além do mais, desde cedo, a resistência apercebeu-se da importância dos media para a sua luta (ao invés da Indonésia que via antes a necessidade de os calar), tendo, por isso, desenhado uma estratégia de ação junto destes meios.

Contudo, as vozes timorenses não se resumiam apenas às individualidades favoráveis à independência. A Lusa não deixou de dar voz aos timorenses apologistas da solução integracionista ou da autonomia de Timor, embora estes não tenham gozado do mesmo destaque ou sido noticiados tão regularmente como os defensores da via independentista²¹⁰. De facto, Xanana Gusmão foi o grande protagonista timorense e um símbolo mediático da luta pela independência, cujas ações e declarações recebiam grande atenção e destaque por parte dos media, incluindo da Lusa, sobretudo a partir da sua prisão, em 1992. Já Ramos Horta foi um verdadeiro “homem dos media” (Marques, 2005, p.147), que desde cedo reconheceu nestes meios uma forma de sensibilizar e mobilizar a comunidade internacional para a causa timorense, empenhando-se, por isso, numa intensa atividade diplomática e afigurando-se como um dos porta-vozes mais consultados pelos media internacionais²¹¹. Já Ximenes Belo foi também uma fonte importante, sobretudo para o relato do ambiente interno de Timor e produzindo comentários e declarações acerca do processo timorense. De apontar ainda que estas duas últimas personalidades timorenses viram a sua legitimidade junto dos media reforçada com a atribuição do Nobel da Paz, em 1996, que lhes abriu as portas para uma maior atenção do campo mediático. A estes nomes juntam-se ainda os de outros líderes da resistência no exílio, tais como João Carrascalão e Mari Alkatiri, que também eram regularmente citados e consultados por esta agência. Contrariamente a esta situação, “nenhum porta-voz da solução pró-

²¹⁰ Na sua análise, Marques (2005, p.81) também verificou esta diferença na presença das personalidades timorenses da cobertura da Lusa, confirmando a maior notoriedade de Xanana Gusmão, seguido de Ramos-Horta e Ximenes Belo, isto é, dos porta-vozes da independência (**ANEXO D**). Quanto às três opções sobre o futuro de Timor (independência, integração e autonomia), este autor também denotou disparidades na produção jornalística da agência portuguesa: como demonstram os números, a independência ocupou a posição cimeira, contabilizando 1867 referências, contrastando com as 920 referências à autonomia e as 805 à integração (p.84). No entanto, aponte-se que tal contabilização não teve em conta outros elementos importantes que demonstram o maior ênfase e favorecimento da tese independentista, como por exemplo o enquadramento destas ou a orientação das fontes mais consultadas e noticiadas por esta agência.

²¹¹ Ramos Horta, numa entrevista a Rui Marques (2005), revelou, inclusive, que entendia a comunicação social como “uma arma poderosa em qualquer guerra” (p.193): “O meio [da diplomacia de confrontação da resistência] mais importante, praticamente, o único à minha disposição, no plano internacional, eram os *mass media* e a opinião pública essa que não existe sem *mass media*” (p.193).

integração (Lopes da Cruz ou Mário Carrascalão) [e, acrescente-se, das milícias pró-Indonésia] tem esta exposição mediática” (Marques, 2005, p.81), para além de que estas fontes eram normalmente identificadas e enquadradas de forma pejorativa no discurso noticioso da Lusa (**ANEXO D**).

Por último, na produção jornalística analisada estavam também presentes indícios do contacto frequente da agência Lusa com os refugiados timorenses no exterior e fontes populares no território, nomeadamente quando a temática eram ataques e episódios de violência ou para um relato sobre o clima e o ambiente interno.

Já no concernente às fontes indonésias, foi possível identificar no conjunto das peças noticiosas da Lusa que as entidades deste país também receberam um destaque considerável ao longo do período analisado, embora se tenham registado oscilações entre momentos de maior presença e de ausência (sobretudo a partir de setembro de 1999). De facto, embora a Indonésia tenha sido um termo recorrente na produção desta agência, em 1991, as personalidades deste país mantinham um certo distanciamento e desconfiança em relação aos meios de comunicação, motivo pelo qual a maior parte das posições indonésias não eram relatadas diretamente aos meios portugueses, sendo antes conhecidas através das agências internacionais e outros media, sobretudo asiáticos (em especial, indonésios, como a agência Antara ou o *Jakarta Post*). Como demonstrou a análise das peças noticiosas desta agência, os primeiros contactos da Lusa com o lado indonésio foram estabelecidos por meio de individualidades como o governador de Timor Leste, Mário Carrascalão (e posteriormente Abílio Osório), e Lopes da Cruz, assessor de Suharto²¹².

Entretanto, com o desenrolar do processo de Timor, verificou-se uma abertura gradual e uma maior presença das entidades indonésias junto dos media internacionais e também da Lusa, em especial do MNE Ali Alatas, como se verificou pela participação deste responsável em mais conferências de imprensa e pela prestação mais frequente de declarações aos jornalistas, por exemplo à saída das reuniões em Nova Iorque (ONU).

²¹² Nos primeiros meses de 1991, as fontes indonésias pouco figuraram na produção noticiosa da Lusa, sendo vozes minoritárias e por vezes mesmo ausentes. Tal era nomeadamente visível na reduzida dimensão dos textos que incluíam as declarações destas personalidades, sobretudo comparado com o predomínio e a atenção dada às vozes pró-independência. Foi só a partir de 1992 que a Lusa começou a dar mais cobertura a estas vozes. Ainda assim, as fontes indonésias com as quais Lusa mantinha contactos diretos e mais frequentes resumiram-se quase exclusivamente a Mário Carrascalão, a Lopes da Cruz e a Abílio Osório, que comentavam diversos assuntos relacionados com a ex-colónia portuguesa e expunham os pareceres da Indonésia. As tomadas de posição das restantes personalidades indonésias (como Ali Alatas, militares e outras entidades oficiais) eram conhecidas e noticiadas pela Lusa a partir dos governadores referidos, de algumas conferências de imprensa e das peças veiculadas por outros media e agências internacionais.

Tal abertura aos media deveu-se, em parte pelo menos, à necessidade de a Indonésia restaurar a sua imagem, depois do massacre de 1991²¹³. Ali Alatas foi o principal protagonista indonésio na cobertura da Lusa durante o intervalo temporal analisado também por ser o mais alto responsável e o “porta-voz” de Jacarta nas negociações sobre Timor a nível internacional. Já Suharto, embora frequentemente mencionado, raramente era citado diretamente (Marques, 2005, pp.84-85). As restantes fontes indonésias têm uma presença muito mais discreta e esporádica na cobertura desta agência noticiosa.

Contudo, saliente-se que se verificou um endurecimento do discurso da Lusa em relação à Indonésia em 1999, comparativamente a 1991, no sentido em que foi possível identificar um tom cada vez mais acusatório, denunciador e responsabilizador deste país pelos incidentes de violência, sofrimento e destruição de Timor Leste (como é exemplo o sublinhar sistemático do apoio, responsabilidade e cumplicidade do exército indonésio com os ataques perpetrados pelas milícias pró-integração)²¹⁴.

No respeitante às fontes portuguesas, sobretudo as altas entidades do Estado, também se denotou uma evolução da sua presença e relacionamento com os meios de comunicação. Em 1991, as fontes de informação oficiais de Portugal que figuravam na cobertura da Lusa reduziam-se, essencialmente, a algumas personalidades da Assembleia da República e da Comissão Parlamentar Eventual sobre os Assuntos de Timor Leste, tais como os presidentes destas duas entidades, respetivamente, Vítor Crespo e Sousa Lara.

Personalidades como o primeiro-ministro, Cavaco Silva, o ministro dos Negócios Estrangeiros, João Deus Pinheiro, e o presidente da República, Mário Soares, prestavam declarações aos media de forma muito pontual e discreta, mantendo uma certa passividade

²¹³ Paulo Nogueira (em entrevista) ressaltou que, desde a sua primeira ida a Jacarta em 1994, não sentiu dificuldades em contactar com as fontes indonésias: “Mas nós também não eramos ingénuos. É óbvio que do ponto de vista da Indonésia interessava contactos com Portugal e se fossem oficiais ou para-oficiais melhor ainda. Nesse sentido, quando vou a primeira vez a Jacarta fui abordado para um contacto com a Antara. A Antara já em 1994 faz uma abordagem para conversarmos. Isso interessava-lhes numa tentativa de normalização de relações com organismos ou empresas portuguesas”.

²¹⁴ Entre 1991 e 1999 verificou-se um intensificar dos apelos, acusações e denúncias dos atos indonésios e das críticas dirigidas a este país noticiados e destacados pela Lusa nas suas peças jornalísticas. Ademais, nos seus textos noticiosos esta agência recordava recorrentemente a responsabilidade indonésia na destruição e violência em Timor: por exemplo, “*Vendados pelas ordens expressas da polícia [indonésia], que claramente afirmava não ser capaz – ou não pretender - cumprir as responsabilidades que lhes cabem na manutenção da segurança em Timor-Leste (...)*”; “*As autoridades [indonésias], cúmplices pelo silêncio e inactividade, (...)*” (Lusa, 6 de set de 1999, “*A maneira mais dolorosa de esperar um avião*”); “*(...) clima de violência e perseguição instaurado no território pelas milícias integracionistas e pelos militares indonésios*” (Lusa, 13 de set de 1999, “*Ajuda humanitária nas próximas horas - Guterres*”); “*A capital timorense está em chamas e o testemunho horrorizado da população dá conta dos desmandos das milícias, sob os olhos impávidos dos militares javaneses*” (Lusa, 11 de set de 1999, “*Kofi Annan aposta em contingente de paz*”); “*Pelo menos 200.000 pessoas (...) encontrou a morte na repressão das forças indonésias desde 1975, segundo fontes internacionais e religiosas*” (Lusa, 14 de abr de 1999, “*Ataque contra um posto militar, anunciou exército*”); etc. (cf. **ANEXO C**).

nas suas intervenções em relação a Timor Leste²¹⁵. As informações, desenvolvimentos e posições destas autoridades surgiam envoltos de um grande sigilo e silêncios, no sentido em que, por exemplo, estes responsáveis políticos pouco adiantavam aos meios de comunicação sobre as reuniões e negociações com a Indonésia²¹⁶.

No entanto, sobretudo após o massacre de novembro de 1991 (e as suas repercussões mediáticas, que pressionaram as autoridades portuguesas a tomarem medidas e a darem respostas), e já na 3ª fase da estratégia portuguesa para Timor, marcada por empenhamento mais ativo da PEP, estas personalidades, em especial Mário Soares, Deus Pinheiro e, posteriormente, Durão Barroso (MNE a partir de 1992), começaram a pronunciar-se mais frequentemente junto dos jornalistas sobre a situação desta ex-colónia, concedendo entrevistas, emitindo comunicados e realizando mais conferências de imprensa, a partir dos quais informavam o público acerca das suas ações, firmavam a posição e o empenho do governo português em encontrar uma solução para Timor e teciam comentários, apelos e críticas relativamente aos desenvolvimentos deste processo.

Chegados a 1999, e dada a própria fase do processo timorense e a estratégia da PEP, Portugal e os seus governantes, sobretudo o PM António Guterres, o MNE Jaime Gama, o presidente Jorge Sampaio e diplomatas como Fernando Neves e Ana Gomes, eram já uma presença constante nas páginas dos media, incluindo da agência Lusa. Isto é, contrariamente a 1991, em 1999 era claro o maior envolvimento e compreensão destes

²¹⁵ Este maior retraimento do governo português, em 1991/1992, na partilha de informação acerca de Timor com a comunicação social foi reconhecido pelo jornalista Paulo Nogueira (em entrevista): “Como as coisas não avançavam, porque estava tudo num impasse, também não interessava falar muito, porque não tinham nada para dizer”. Por outro lado, refere que tal tinha a ver “com aquilo que era o estilo de Cavaco Silva quando era primeiro ministro. E é preciso ter em conta o contexto. Portugal estava muito virado para a União Europeia e para as questões com África que estavam a ser resolvidas... E mais uma vez Timor estava no fundo da lista de prioridades. Penso que não havendo nada para dizer, preferiam o silêncio”. No mesmo sentido, Ana Gomes (em entrevista) reconheceu a relação mais reservada do governo com os media relativamente à questão timorense, apontando que, até ao início da década de 90, “a interação com os media existia, mas era de outro tipo e muito mais discreta”. De acordo com a diplomata, “no fundo era uma atuação instrumentalizadora dos media”, no sentido “de ajudar a contar a história que queríamos”. “Quando chego a Timor com a orientação do ministro, estou à vontade e percebo rapidamente que eles [os media] são meus prodigiosos aliados. Há uma atuação completamente diferente. Não estou só a tentar utilizá-los para chegar às pessoas e para contar a história, mas estou também a beber deles e a tê-los como importantíssimos aliados. São quase uma extensão diplomática minha. Estava a partilhar informações com eles e eles também me traziam outras informações” (em entrevista), acrescentou.

²¹⁶ Os seguintes excertos são exemplificativos da discrição das autoridades portuguesas em relação à questão timorense: “*Tanto o ministro dos estrangeiros como o presidente da assembleia da república, Vítor Crespo, escusaram-se a dar pormenores sobre o debate hoje havido com os representantes dos partidos parlamentares, mas Deus Pinheiro, embora recusando comentar a posição dos deputados, afirmou terem-se registado recentemente «avanços significativos»*” (Lusa, 18 de abr de 1991, “*AR: líderes parlamentares registam entendimento sobre eventual «sim» a visita a Timor-Leste*”); “*Porem, à saída, em declarações aos jornalistas, João de Deus Pinheiro não quis referir o assunto, recusando-se sempre a falar das últimas conversações*” (Lusa, 29 de mai de 1991, “*Parlamento: vai haver nova ronda de conversações com Indonésia sobre Timor*”).

responsáveis políticos da relevância que os media podiam ter no processo de Timor, nomeadamente enquanto canais de veiculação das suas posições, críticas à Indonésia e apelos à ONU e até no seu relacionamento com os habitantes de Timor (ex. da mensagem enviada por António Guterres pela CNN)²¹⁷. Posto isto, nesta reta final da questão timorense, as entidades portuguesas mostravam-se mais disponíveis e apresentavam-se regularmente como importantes comentadores e fontes de informação acerca deste diferendo, sendo-lhe dedicadas um cada vez maior número de peças noticiosas.

De facto, a par da maior abertura e interesse destas entidades em comunicar com os media, a Lusa também concedeu um grande destaque e atenção às ações, declarações e à atividade diplomática destes governantes, as quais dominaram diversos *leads* e títulos²¹⁸. Aliás, sobretudo a partir de setembro de 1999, em conjunto com as vozes timorenses, as entidades portuguesas eram algumas das principais vozes identificadas na produção jornalística desta agência, em detrimento das personalidades indonésias, que progressivamente foram perdendo espaço e cobertura.

Os contactos destas individualidades portuguesas com os media, incluído com a Lusa, eram sobretudo estabelecidos através das fontes e porta-vozes dos seus gabinetes, de comunicados, notas de imprensa, entrevistas, prestação de declarações aos jornalistas (algumas diretamente a profissionais da Lusa), conferências de imprensa, discursos e da invocação da questão timorense em momentos com visibilidade mediática (como, por exemplo, em eventos de solidariedade, visitas de Estado, exposições, inaugurações, etc.). No que concerne a este último, esclareça-se, que, de facto, foi possível identificar, por diversas vezes (sobretudo a partir do massacre em Díli e ao longo de 1999), o

²¹⁷ Este reconhecimento é também evidenciado por outros episódios, como, por exemplo, os encontros do presidente Jorge Sampaio com os órgãos de comunicação social, nos quais abordou a questão de Timor Leste (Lusa, 16 de set de 1999, “*Timor-Leste: PR apreensivo com eventual instabilidade regional*”; Lusa, 19 de set de 1999, “*Timor-Leste: PR em Nova Iorque com dia “dedicado” à comunicação social*”).

²¹⁸ Veja-se, por exemplo, Lusa, 1 de mar de 1999, “*Gama escreve a Albright - «agir rapidamente»*”; Lusa, 15 de mar de 1999, “*Ana Gomes defende novas formas de ajuda para povo timorense*”; Lusa, 1 de abr de 1999, “*Indonésia deve ser responsabilizada por violência – PR*” (Jorge Sampaio); Lusa, 1 de abr de 1999, “*Guterres dirige apelo aos timorenses*”; Lusa, 5 de mai de 1999, “*Virar de «uma página histórica» - Guterres*”; Lusa, 15 de jun de 1999, “*Estratégia portuguesa é pressionar Indonésia - Guterres*”; Lusa, 22 de jun de 1999, “*Jaime Gama de acordo com Kofi Annan*”; Lusa, 13 de jun de 1999, “*Consulta só com recenseamento que não deixe dúvidas - Guterres*”; Lusa, 15 de jul de 1999, “*Jaime Gama apela a uma grande votação na consulta*”; Lusa, 17 de ago de 1999, “*Guterres, confiante em vitória da autodeterminação, quer rigor no referendo*”; Lusa, 26 de ago de 1999, “*Indonésia deve assegurar que violência de hoje não se repete - Fernando Neves*”; Lusa, 30 de ago de 1999, “*Ana Gomes sentiu «pele de galinha» quando Xanana votou*”; Lusa, 2 de set de 1999, “*«Encurtar calendários» e «início rápido» de negociações, defende Jaime Gama*”; Lusa, 5 de set de 1999, “*Gama encontrou-se com os seus homólogos da Holanda, França e Inglaterra*”; Lusa, 5 de set de 1999, “*Guterres fala com SG da ONU e com chefe da UNAMET*”; Lusa, 7 de set de 1999, “*Próximas 48 horas são decisivas - Jorge Sampaio*”; Lusa, 8 de set de 1999, “*Guterres falou com Blair, depois de Clinton durante «cordão humano»*”; Lusa, 9 de set de 1999, “*Portugal não desiste de reunião do CS, países estão renitentes*”; entre outras.

aproveitamento de eventos com algum cariz mediático por parte destes responsáveis políticos para abordar o assunto ‘Timor Leste’ e dar-lhe um lugar de destaque, o que denota o seu reconhecimento da importância dos media no seio da estratégia portuguesa para Timor. Além disso, a própria Lusa concedia uma especial ênfase a essas ações e declarações acerca deste território nas suas notícias (destacando-as no *lead* e no título), mesmo que outros assuntos fossem tratados nessas intervenções, o que não deixa ter uma grande relevância em termos do agendamento mediático da questão timorense²¹⁹.

De salientar ainda que às vozes portuguesas mais oficiais, acrescentavam-se outras, como as dos deputados de vários partidos políticos, eurodeputados, ex-presidentes da República, organizadores de iniciativas e de membros de organizações de solidariedade.

Na grande diversidade de vozes e fontes de informação consultadas pela Lusa, há que destacar ainda a ONU. De facto, várias personalidades desta organização marcaram algumas das peças jornalística da agência portuguesa, sobretudo em 1999, pela própria relevância que tiveram no desfecho da história de Timor. Kofi Annan foi, indubitavelmente, o secretário-geral que mais figurou na cobertura da Lusa, na qual as suas ações, declarações, apelos e comentários acerca de Timor Leste receberam um destaque significativo (muitas vezes destacados em *lead* e no título), diferentemente de outros secretários, como Perez de Cuellar ou Butros-Ghali. A este juntam-se ainda outros membros desta instituição, como Jamsheed Marker, representante pessoal do SGNU, Tamrat Samuel, enviado especial da ONU a Timor, Mary Robinson, alta comissária das

²¹⁹ Em 1992, Mário Soares foi uma das vozes portuguesas que não poucas vezes procurou capitalizar os momentos com visibilidade mediática (como foi a sua visita aos EUA e à Índia) para chamar a atenção para o problema timorense, ao mencioná-lo em diversas iniciativas, nos seus discursos e em respostas à comunicação social, declarações às quais, por sua vez, a Lusa que concedia um destaque considerável (no *lead* e no título). (Cf., por exemplo, Lusa, 25 de jan de 1992, “*Soares na Índia: presidente português apelou ao seu homólogo indiano para que Índia ajude a resolver problema de Timor*”; Lusa, 20 de nov de 1992, “*Soares evoca Xanana na inauguração da exposição «fotografia em liberdade»*”; Lusa, 20 de nov de 1991, “*Mário Soares critica «silêncio de certas esferas políticas e espirituais» sobre a questão de Timor-Leste*”; Lusa, 2 de dez de 1992, “*Soares quer «sistemática pressão internacional» para libertar Xanana Gusmão*”; etc.). Já em 1999, algumas notícias que denotam o aproveitamento de eventos mediáticos por parte das autoridades políticas portuguesas são por exemplo: Lusa, 10 de abr de 1999, “*Conclusão negocial legítima presença da ONU, diz Sampaio*” (em visita de Estado na Eslovénia); Lusa, 20 de ago de 1999, “*Timor-Leste: Prioridade da cooperação portuguesa se optar pela independência - António Guterres*” (na inauguração da Pousada da Juventude de Viana do Castelo); Lusa, 8 de set de 1999, “*Guterres e os membros do seu gabinete no cordão humano*” (numa iniciativa de solidariedade por Timor); Lusa, 8 de set de 1999, “*Ministro Jaime Gama aderiu aos três minutos de paragem*” (numa ação de solidariedade por Timor); Lusa, 11 de set de 1999, “*Empenhamento por Timor vai ser por «anos e anos» - PR*” (na inauguração da Casa do Artista); Lusa, 14 de set de 1999, “*Timor-Leste: primeira prioridade da política de cooperação, António Guterres*” (na sessão de apresentação do programa eleitoral do PS); Lusa, 16 de set de 1999, “*Jorge Sampaio reafirma esperança em solução rápida*” (na sessão de abertura de um XVII Congresso da Associação Europeia de Gestores Hospitalares); Lusa, 18 de set de 1999, “*Povo timorense abalou o individualismo e materialismo - António Guterres*” (num comício do PS em Torres Vedras); entre outras.

NU para os Direitos Humanos, David Wimhurst, porta-voz da UNAMET, e Ian Martin, chefe da UNAMET, os quais prestavam, por vezes, declarações diretamente à Lusa.

Por fim, para além de todas as personalidades supramencionadas, a Lusa contou ainda com outras vozes e fontes de informações, nomeadamente de diversas organizações internacionais, de outros países (em especial da Austrália, do Japão e dos Estados Unidos) e até especialistas, que municiavam a agência com um importante e vasto leque de contactos que lhe permitia acompanhar de forma muito próxima e detalhada os diferentes ângulos do processo timorense.

Análise contextual (prática discursiva e contextos sociopolítico e institucional)

Ainda no que concerne à prática discursiva e à componente contextual, conforme proposto por van Dijk e Fairclough, outros elementos devem ser analisados, tais como os valores de notícias, os constrangimentos sentidos pelos profissionais da Lusa e a sua rotina de produção jornalística.

Relativamente aos valores noticiosos, aponte-se que se verificou uma evolução na própria noticiabilidade da questão timorense. Isso mesmo salientou o jornalista Adelino Gomes, ao afirmar que, inicialmente, “Timor contrariava todas as regras da noticiabilidade”:

“Só que, depois, há um critério de noticiabilidade, que é a profundidade do sofrimento: há ali um massacre, e aí não há distração possível, aquilo é notícia. E além do massacre havia mistério, aquilo era uma entidade mítica. Metade de uma ilha no meio do nada, ao lado de um país imenso; (...) Ninguém resiste a esta singularidade. Mas durante muitos anos não chegou. (...) Quando Timor aparece, por fim, na informação, esses critérios estão praticamente todos cumpridos. (...) Já não podia deixar de ser manchete” (Adelino Gomes em entrevista a Marques, 2005, p.240).

Na cobertura da Lusa ao longo dos anos analisados as “evidências de violência e morte constituem valores-notícias de primeira prioridade” (Marques, 2005, p.74), acrescentando-se ainda outros valores como o conflito, o choque, a polémica, a surpresa, a novidade, a importância mediática intrínseca de alguns acontecimentos, a proximidade entre o povo português e o timorense e a notoriedade das personalidades envolvidas. Além do mais, é necessário ter em conta a fabricação de alguns pseudoacontecimentos, os quais se conformavam aos critérios de noticiabilidade para conseguirem entrar na agenda dos media, como foi exemplo a missão de paz *Lusitânia Expresso*.

Já no respeitante à rotina da Lusa na cobertura deste caso, o aspeto mais importante a destacar prende-se com a sua aposta numa rede considerável de enviados especiais, colocados em pontos estratégicos do globo (nomeadamente em termos de política externa portuguesa) para acompanhar de forma mais próxima a situação e os desenvolvimentos da questão de Timor. De facto, ao longo dos três anos analisados, observou-se um aumento gradual dos jornalistas destacados em zonas como Macau (a partir de onde eram estabelecidos contactos, nomeadamente com Timor, em 1991), Nova Iorque (para o acompanhamento das negociações entre Portugal e a Indonésia, na ONU) e, mais tarde, em Jacarta e Timor Leste. A presença destes profissionais nestes locais facilitou a produção de uma cobertura mais detalhada e o contacto direto e privilegiado com diversas fontes importantes, para além de ter possibilitado um retrato mais real e cru do lado mais quotidiano e social da questão timorense, ao relatar a difícil situação vivida pelo povo timorense, os ataques e violência a que era submetido e a destruição que caracterizava esta ex-colónia. Estes jornalistas foram responsáveis por grande parte da produção jornalística da Lusa²²⁰, que se dividiu essencialmente em notícias e reportagens.

Quanto aos constrangimentos enfrentados por esta agência na cobertura do processo timorense, nas peças noticiosas analisadas foi possível identificar obstáculos a nível geográfico, dada a distância que separava Portugal e Timor; a nível político, sobretudo em 1991, face à dificuldade de entrar no território timorense e de obter informações sobre o que neste se passava; a nível técnico, devido aos sucessivos cortes, boicotes e falhas nas telecomunicações que impossibilitavam o contacto direto com Timor; e a nível da segurança, sobretudo em 1999, dado que os jornalistas da Lusa se encontravam em Timor Leste, aquando da intensificação dos ataques das milícias pró-integração no pós-referendo, sem esquecer os diversos incidentes registados (ataques e assassinatos) com profissionais dos media (internacionais e portugueses) durante toda a ocupação indonésia.

Por fim, quanto aos contextos sociopolítico e institucional da produção jornalística analisada²²¹, no que é relevante para entender algumas das conclusões enunciadas, segundo uma leitura de ACD, recorde-se apenas que, na década de 90, esta agência operava num sistema de media que sofrera diversas reestruturações, que permitiram,

²²⁰ Em 1999, por exemplo, “além do delegado permanente em Jacarta, [a agência Lusa] enviou dois jornalistas e dois repórteres fotográficos para Timor, responsáveis por parte das 2.600 notícias consagradas ao assunto” (Lusa, 24 de set de 1999, “Timor-Leste nas capas dos jornais portugueses há 26 dias consecutivos”).

²²¹ Para conhecer com maior detalhe os contextos sociopolítico e institucional da produção jornalística da Lusa acerca do processo timorense, cf. os pontos 2.1. ‘A política externa portuguesa e o processo de independência de Timor Leste’ (p.40) e 2.2. ‘O sistema mediático português, a Lusa e o Estado’ (p.66).

nomeadamente, desanuviar o papel do Estado e o controlo e manipulação político-partidária que se verificara no pós-revolução no setor da comunicação social. Ademais, os anos 90 em Portugal pautaram-se por uma maior estabilidade social, económica e política, que favoreceu o desenvolvimento do país e o maior empenhamento das autoridades portuguesas na resolução do drama timorense (3ª fase da estratégia da PEP), despertando, por conseguinte, uma maior atenção dos media, incluindo desta agência noticiosa, em relação a este processo.

Neste contexto, a Lusa era uma peça chave do sistema mediático português, alimentando uma boa parte dos media nacionais e cooperando com outras agências internacionais, como se constatou na sua produção jornalística. No entanto, também esta agência passou por algumas mudanças no arranque da década, a começar com a adoção de “novas políticas de expansão ao nível da influência territorial, parcerias e recursos técnicos” (Afonso, 2014, p.68), verificando-se uma melhoria da qualidade informativa, da diversidade de serviços e a ampliação da sua rede de correspondentes e delegações no estrangeiro (Castro, 2013, p.47), o que não foi indiferente à sua cobertura da situação timorense, que passou, progressivamente, a ser produzida a partir de diversos pontos do globo. Além disso, a Lusa empenhou-se na modernização tecnológica, consolidando a sua presença na Internet com a criação do seu site em 1996 (Castro, 2013, p.48), contribuindo para a expansão e consolidação do alcance e importância da sua atividade no seio da comunidade jornalística. Por sua vez, recorde-se também que esta agência estava obrigada ao cumprimento do contrato de concessão de serviço público, celebrado com o Estado, no qual fora estabelecido o dever de defesa dos interesses nacionais e a abertura de uma delegação “logo que possível” em Timor.

Face a tudo isto, compreende-se como Timor Leste se afigurou como uma das grandes prioridades da agência Lusa no decurso da década de 90, que desenvolveu e forneceu aos diferentes órgãos de comunicação (nacionais e não só) uma produção jornalística muito diversificada e complexa, nas vozes e ângulos trabalhados e que, no seu conjunto, teve repercussões relevantes não só em termos cognitivos e simbólicos, mas também na política externa, como uma leitura pela lente da ACD nos permitiu concluir.

3.3. Considerações finais sobre o papel e o contributo da agência Lusa na questão de Timor Leste a nível da política externa portuguesa

Cruzando, por um lado, as evidências constatadas na análise da cobertura da Lusa e da relação entre esta agência e o Estado e, por outro, as estratégias e objetivos traçados pelo

governo português para a resolução do conflito timorense, várias conclusões podem ser formuladas acerca do papel e contributo da agência Lusa a nível da política externa portuguesa no processo de independência de Timor.

Antes de mais, reitere-se que, como anteriormente já apontado, de uma forma geral, o trabalho e a missão da agência Lusa assumem, de facto, contornos de política externa, em especial dadas as obrigações estabelecidas nos seus contratos de concessão de serviço público, celebrados com o Estado português, como, por exemplo, a que prevê um papel desta agência na defesa dos interesses nacionais por meio da sua cobertura informativa, nacional e internacional (sobretudo dos assuntos relacionados com a UE, os PALOP, as comunidades portuguesas e com outros pontos de importância estratégica para Portugal) (6 de janeiro de 1991, cláusula II) ou a que institui a obrigatoriedade de instalar delegações e correspondentes em diversos locais estratégicos do ponto de vista da PEP.

Além do mais, para Alberto Arons de Carvalho, ex-secretário da Comunicação Social (1995-2002), “é impossível omitir nesta agência noticiosa o papel que tem na expansão da língua, da cultura portuguesa e no relacionamento de Portugal com os países de língua portuguesa” (em entrevista). Na sua ótica, dado que “Portugal é um país com uma língua comum a muitos outros Estados em vários pontos do globo, tal leva a que a Lusa tenha um papel não apenas informativo e jornalístico, mas também um papel quase diplomático, de expansão da língua e da cultura portuguesa”, enquanto única agência nacional, ganhando, assim, “uma dimensão de Negócios Estrangeiros, de política externa, de relacionamento com os interesses do Estado português” (em entrevista). Como tal, no seu entender, a fronteira entre o trabalho jornalístico desta agência e a dimensão de PE é complexa.

Compreende-se, assim, como a agência Lusa pode revestir-se, efetivamente, de uma especial importância no âmbito da política externa portuguesa, desempenhando, como já mencionado, uma “dupla função - jornalística e em ligação com a política externa” (Duque et al., 2011, p.19), tendo sido a sua atuação e cobertura da questão timorense na década de 90 exemplo disso mesmo. Não foi fruto do acaso que o contrato celebrado entre a Lusa e o Estado, a 30 de julho de 1998, tenha estabelecido a criação de uma delegação ou representação “logo que possível, em Timor (...) com vista a garantir adequada cobertura informativa” (cláusula VI).

Note-se que, no concernente ao processo timorense, o setor da comunicação social foi, de facto, tido em conta na estratégia do governo português e foi um ator cuja atividade teve repercussões relevantes nas matérias de PE ao longo do diferendo, como foi

especialmente evidente aquando do massacre de Santa Cruz. No caso específico da Lusa, esta assumiu um papel mais subliminar e de bastidores, já que enquanto agência noticiosa não difunde diretamente para o público. No entanto, nem por isso deixou de se revelar deveras importante, tendo sido um ator que participou de forma significativa na resolução da questão timorense, quer agindo com independência, autonomia e de acordo com os princípios orientadores da profissão, quer convivendo e relacionando-se com os interesses e estratégias das autoridades portuguesas e de outros intervenientes no processo, embora não se possa falar numa instrumentalização propriamente dita.

O contributo da Lusa para a internacionalização da questão de Timor. Em primeiro lugar, saliente-se que a Lusa foi uma das organizações jornalísticas pioneiras e fortemente empenhadas no acompanhamento da situação timorense. Tal foi, desde logo, evidenciado pelo destaque conferido a esta temática, pelo crescimento exponencial do número de notícias produzidas ao longo dos anos e pelo envio de alguns dos primeiros correspondentes portugueses para cobrir a situação deste território *in loco* e a partir de pontos estratégicos ou próximos de Timor Leste, como foi o caso de Macau em 1991, na qual existia uma delegação que estabelecia contactos frequentes com a ex-colónia, com a Austrália e até com fontes indonésias, como Mário Carrascalão. Ademais, de acordo com Manuel Pedroso Marques, presidente do Conselho de Administração da Lusa entre 1996 e 2003, apesar de na altura esta agência noticiosa ser uma empresa pequena, com pouco mais de 200 funcionários, espalhados por 34 países, Díli era o único local do mundo onde a Lusa tinha uma maior e melhor rede de relações do que a rádio e a televisão portuguesas: “achávamos que um noticiário de Timor Leste com origem em Timor era muito importante e, por isso, a Lusa fez um grande esforço” (em entrevista). E, de facto, no final da década de 90, era evidente como Timor Leste se assumira como uma prioridade no trabalho diário da Lusa, verificando-se uma enorme mobilização desta agência, para a cobertura de todos os ângulos, vozes e posições neste processo, desde os EUA à Ásia.

Posto isto, entende-se como a Lusa contribuiu decisivamente para a afirmação do tema ‘Timor Leste’ na agenda mediática (nacional, mas também internacional, já que era uma fonte citada pelas agências noticiosas e media de outros países)²²² e consequentemente na agenda pública e política. Como sublinhou Cohen (1963), os media, enquanto produtores e disseminadores de informação, desempenham um papel essencial

²²² Por exemplo, Lusa, 12 de nov de 1991, “*Timor-Leste: acontecimentos na imprensa estrangeira*” (“*Como fontes de informação, as agências internacionais utilizam a agência Lusa (Lisboa e Macau) e ainda a Antena Um, Correio Da Manhã Radio, fontes oficiais em Jacarta e Ramos Horta*”).

no desenho dos “mapas políticos do mundo”, daí que, embora estes meios não possam dizer às pessoas o que pensar, dizem-lhes sobre o que pensar (a chamada função de *agenda setting*) (p.13). Esta é uma conclusão que pode ser aplicada ao caso em estudo, no sentido em que a Lusa, pela sua cobertura atenta e sistemática dos desenvolvimentos sobre Timor, contribuía para a ‘imposição’ deste assunto à comunidade jornalística e, por esse meio, à opinião pública e às autoridades políticas. Tenha-se em conta que esta agência transmitia por dia uma média de 100 notícias acerca de Timor, o que naturalmente favorecia a sua priorização na agenda dos media nacionais (Cardoso e Neto, 2004, pp.8-9). Ademais, não esqueçamos que a função da agência Lusa é a distribuição de conteúdos noticiosos por outros órgãos de comunicação, nacionais e internacionais, daí que seja plausível depreender a sua capacidade de influência acrescida no agendamento mediático de Timor Leste²²³, além do seu contributo para a troca de informações entre países e governos, algo deveras relevante em termos de política externa. De facto, de acordo com o correspondente da Lusa em Jacarta em 1999, Paulo Nogueira, a agência portuguesa assumiu-se como uma “fonte de informação privilegiada” da comunidade jornalística internacional (e, indiretamente, de outros governos e sociedades) acerca da questão timorense, o que lhe valeu uma grande aceitação entre os media estrangeiros:

“A certa altura, sobretudo no período de 1998/1999, a informação era tanta, que [os meios de comunicação e agências estrangeiros] tiveram necessidade de saber o que a Lusa estava a dizer, porque perceberam que através da Lusa conseguiam ter mais informação, sobretudo da parte dos timorenses, que falavam connosco em português, telefonavam-nos e davam-nos coisas em primeira mão... (...) Era connosco que falavam, porque havia essa relação. Sentiam-se mais próximos. (...) Portanto, a partir de certa altura, era indispensável que os órgãos de comunicação social de países que estavam envolvidos na questão, como a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos, lessem a Lusa, o que aumentava a nossa responsabilidade”; “Através desses contactos também percebíamos que quanto maior exposição internacional houvesse, porque era uma grande lição do massacre, mais favorável para a causa. Mas perguntam-me trabalhavas para a causa? Não... estava a cumprir a minha função de jornalista” (em entrevista).

²²³ Como apontou Marques (2005), “é bem conhecida a influência das agências de notícias na determinação do que é notícia (...) e, conseqüentemente, na construção da agenda dos meios” (p.244). Ademais, dado o “perfil de agência de notícias, que é essencialmente uma fonte para meios de comunicação social, associado ao facto de em Portugal existir uma única agência, é razoável inferir que esse agendamento do tema Timor na Lusa é uma medida fiável do agendamento mediático global em Portugal” (Marques, 2005, p.171). A isto acrescenta-se ainda a conclusão de que os meios que se serviam diariamente dos serviços e informações disponibilizados por esta agência acerca de Timor, poderão ter reproduzido as interpretações, representações e discursos veiculados nas peças noticiosas da Lusa (assinalados no ponto anterior, como por exemplo a representação da Indonésia como um agente opressor), amplificando os seus efeitos e fazendo-os chegar à opinião pública e aos atores políticos do processo.

Jorge Wemans, ex-diretor de informação desta agência, destacou igualmente a centralidade da Lusa na difusão de informação acerca de Timor Leste “para o mundo inteiro”, sobretudo a partir do momento em que instalou um correspondente especial neste território, sendo “fonte de informação privilegiada de agências e órgãos como a ABS e a Reuters”:

“Era a Lusa que era mais credível aos olhos das grandes agências internacionais. Conseguimos ser mais objetivos (...). E na fase anterior ao referendo, a grande função da agência terá sido essa mesmo: ser uma fonte de informação privilegiada para aquilo que estava a acontecer, para a cultura timorense e o seu desejo de independência” (em entrevista).

Entende-se, assim, como a atenção, a insistência e o destaque (nomeadamente nos títulos e *leads*) que a Lusa concedeu ao contencioso timorense e a sua cooperação e partilha de informação com outras agências e meios de comunicação da época foram relevantes para a divulgação e internacionalização da questão de Timor Leste, no sentido em que o trabalho desta agência propulsionou uma maior visibilidade desta temática nos restantes meios de comunicação portugueses e internacionais e conseqüentemente a informação e a chamada de atenção da comunidade internacional para a situação deste povo, contribuindo, assim, para o cumprimento de um dos objetivos da política externa portuguesa²²⁴. Isso mesmo sublinhou Jorge Wemans ao considerar que “a Lusa foi muito importante, primeiro, em quebrar o silêncio informativo à roda de Timor imposto pela Indonésia, que não deixava entrar ninguém no território e, depois, no acompanhamento e ao dar permanentemente notícia do que se passava” (em entrevista).

A Lusa e a mobilização da opinião pública e do auxílio humanitário:

Paralelamente a este papel da Lusa na internacionalização e difusão de informação sobre Timor, está o facto de que, com esta chamada de atenção da comunidade internacional para o drama timorense, a agência noticiosa portuguesa, conjuntamente com outros media, contribuiu (ainda que indiretamente) para a sensibilização e a mobilização da opinião pública portuguesa e internacional, cuja preocupação e indignação para com a situação de Timor se traduziu numa onda de solidariedade, de auxílio humanitário e em diversas manifestações, apelos, protestos e iniciativas simbólicas (as quais, por sua vez,

²²⁴ Este papel dos meios de comunicação na divulgação internacional do problema timorense foi algo reconhecido pelas autoridades políticas portuguesas. Foi o caso de Vítor Crespo, presidente da Assembleia da República em 1991, que sublinhou que “uma forma de internacionalizar ainda mais” a situação que se vivia em Timor Leste era garantir “a presença de jornalistas portugueses, indonésios e de outros países na comitiva” que iria acompanhar a visita parlamentar portuguesa a Díli (que acabou por não se realizar). Entre os jornalistas selecionados para integrar tal visita constavam profissionais da agência Lusa (Lusa, 30 de abr de 1991, “*Governo e parlamento de acordo sobre a visita*”).

também receberam uma considerável cobertura e destaque por parte da Lusa, que deu ainda mais eco e alcance às reivindicações da sociedade civil). Jorge Wemans apontou isto mesmo ao recordar os momentos que se seguiram à vitória da independência em 1999:

“No pós-referendo, o local em que funcionava a delegação da Lusa foi invadido e incendiado, naqueles dias da selvática destruição que foi levada a cabo pela tropa indonésia. Tivemos de tirar os jornalistas de Díli. Não era possível mantê-los em Timor. As condições de segurança tinham desaparecido e a vida deles corria perigo. Mas regressámos o mais rapidamente que pudemos e mesmo fora de Díli conseguimos continuar a produzir informação e a divulgar ao mundo o que se estava a passar em Timor Leste, o que permitiu o auxílio, os programas de apoio, a mobilização da opinião pública, a intervenção do primeiro-ministro australiano, o apoio da ONU... enfim, todo esse processo foi em grande parte possível pelo facto de a agência estar a conseguir informar o mundo sobre o que se estava a passar em Timor” (em entrevista).

Desta forma, conclui-se como a Lusa foi também, ainda que de forma mediada, uma parte crucial do mecanismo que contribuiu para o despertar e mobilizar da opinião pública portuguesa, mas também internacional, enquanto fonte de informação primária para muitos media nacionais e do exterior e, por consequência, da sociedade civil acerca dos acontecimentos e desenvolvimentos concernentes a Timor.

Os media/Lusa como canal de pressão. A par deste contributo para a mobilização da opinião pública, como já anteriormente mencionado, a Lusa afigurou-se também como um relevante canal para as reivindicações e pressões sobre as entidades políticas intervenientes no processo timorense, advindas da sociedade civil (e de outros agentes que, através dos media, procuraram alargar a sua influência e capacidade de intervenção). De facto, ao dar eco e cobertura a diversas manifestações, iniciativas, protestos, apelos e críticas dirigidos aos vários governos, entidades e até à comunidade internacional em geral, a Lusa permitiu que estas exortações, que procuravam despoletar alguma tomada de posição e ação por parte dos envolvidos, chegassem aos seus destinatários e tivessem repercussões efetivas no campo da PE²²⁵.

²²⁵ Um exemplo de uma iniciativa que mereceu uma cobertura extensa pela Lusa foi a missão de paz *Lusitânia Expresso* (de carácter altamente mediático), que, em 1992, propôs colocar uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz, em Díli, com dezenas de personalidades a bordo, e que interpelou e forçou o envolvimento direto das autoridades políticas portuguesas, indonésias e até australianas. Esta missão recebeu um grande destaque por parte da agência portuguesa, tendo dois dos seus profissionais seguido a bordo deste navio, acompanhando todos os desenvolvimentos e incidentes da viagem. Além do mais, eram frequentes os contactos entre esta agência e responsáveis da missão. No entanto, muitas outras iniciativas solidárias foram noticiadas ao longo do período analisado, dando, assim, voz às críticas, protestos e apelos da sociedade civil, algo deveras relevante se se tiver em conta as repercussões e pressão que destas

De apontar que em diversas notícias foi possível identificar como a Lusa era procurada e considerada nas estratégias de várias organizações e entidades para a divulgação das suas opiniões, apelos, declarações e/ou iniciativas (por exemplo através do envio de comunicados diretamente à agência), o que denota o reconhecimento da sua importância por parte dos intervenientes do processo²²⁶. Além do mais, podemos associar este facto ao modelo de *public diplomacy* como definido por Gilboa (2001, p.4), no sentido em que se reconheceu como tais atores (sobretudo não-estatais) recorriam à Lusa, com a intenção de, por meio dela, comunicar e influenciar a perceção e atuação ao nível da PE dos governos e da opinião pública em relação a Timor Leste.

No caso de Portugal, as interpelações e críticas que lhe eram dirigidas foram particularmente visíveis no início dos anos 90, altura em que diversos sujeitos e organizações apontavam o dedo à sua inatividade, silêncio e esquecimento da situação desta sua ex-colónia²²⁷. O mesmo se verificou em relação à comunidade internacional, à

iniciativas e da sua cobertura noticiosa resultavam sobre os intervenientes políticos do processo timorense. Algumas notícias acerca destas iniciativas são, por exemplo: Lusa, 15 de nov de 1991, “*Manifestações de protesto na Austrália contra os massacres de Santa Cruz*”; Lusa, 21 de nov de 1991, “*Jovens em vigília em frente a embaixada dos EUA*”; Lusa, 21 de nov de 1991, “*Proseguem manifestações de solidariedade*”; Lusa, 16 de jul de 1992, “*Dezenas manifestam-se em Paris contra apoio financeiro à Indonésia*”; Lusa, 26 de set de 1992, “*Activistas de direitos humanos manifestam-se em Nova Iorque contra Suharto*”; Lusa, 3 de fev de 1999, “*Terceiro dia de manifestações pró-independência*”; Lusa, 1 de jul de 1999, “*Jovens protestam contra recusa de Jacarta em autorizar visita de Ramos Horta*”; Lusa, 25 de ago de 1999, “*Mais de 50 mil pessoas desfilam em Díli*”; Lusa, 14 de set de 1999, “*Onda de solidariedade continua a fazer-se sentir*”; Lusa, 8 de set de 1999, “*Lisboa de mãos dadas pelo povo maubere no «cordão humano»*”; Lusa, 17 de set de 1999, “*Manifestações nas comunidades portuguesas em todo o mundo*”; etc.

²²⁶ A título exemplificativo, muitos apelos feitos a Portugal eram dados a conhecer e veiculados diretamente através da agência Lusa, algo sobretudo evidente após o massacre de 1991. Veja-se, por exemplo, as seguintes passagens: “*A situação em Timor-Leste «é cada vez mais grave» e as pessoas estão praticamente impedidas de sair à rua, disse hoje à Lusa uma fonte da rede clandestina em Díli, contactada a partir de Lisboa. «Façam qualquer coisa, as pessoas aqui são perseguidas. Nem conseguimos dormir», disse a mesma fonte, pedindo que este apelo fosse transmitido ao governo português*”; “*Elementos da resistência timorense na Austrália fizeram chegar à Lusa um apelo, para que o governo português interceda pela protecção de um dos jovens presos, João da Câmara, junto das representações diplomáticas da Holanda e Japão, em Jacarta*” (Lusa, 22 de nov de 1991, “*Situação «é cada vez mais grave», denuncia elemento da rede clandestina*”); “*A União Democrática Timorense (UDT) apelou hoje ao presidente da República, presidente da Assembleia da República e primeiro-ministro portugueses para que «assumam um empenho mais efectivo para travar o processo de destruição do povo de timor»*” (Lusa, 12 de nov de 1991, “*UDT apela aos órgãos de soberania portugueses para que «travem destruição do povo timorense»* – apelo feito através de um comunicado enviado à Lusa); “*Populares contactados] nas últimas horas em Timor-Leste têm lançado “apelos constantes” a Portugal para intervir «com urgência» a favor do povo maubere, disse à Agência Lusa o secretário-geral da UDT*” (Lusa, 13 de nov de 1991, “*Apelos a Portugal vindos do interior*” – através de contactos telefónicos com a Lusa); Lusa, 12 de nov de 1991, “*Comissão dos Direitos do Povo Maubere insiste na convocação do Conselho de Segurança*” (apelo da CDPM ao governo português); Lusa, 10 de jan de 1992, “*Porta-voz timorense lança apelo a Soares*” (apelo de Ramos Horta ao presidente português, em declarações à Lusa); etc. Estes exemplos demonstram como a Lusa era entendida como um canal importante para a veiculação de apelos e pressões junto do governo português.

²²⁷ Cf. nota de rodapé n.º 203 – para alguns exemplos de críticas dirigidas a Portugal destacadas pela Lusa na sua cobertura noticiosa.

Indonésia e à ONU²²⁸, às quais chegavam, por intermédio dos media (muitos deles, alimentados pelos serviços da Lusa), inúmeros apelos, pedidos de ajuda e de intervenção, acusações, protestos, denúncias e críticas, que eram destacados na produção jornalística desta agência portuguesa. Posto isto, como uma análise pela lente da *FPA* nos permite compreender, poder-se-á depreender que a veiculação através da cobertura noticiosa recorrente de tais reivindicações, movimentos e iniciativas por parte da Lusa (e, conseqüentemente, de outros media) ter-se-á repercutido de certa forma sobre as ações e decisões dos intervenientes do processo, pressionando-os a agir²²⁹.

Ana Gomes confirmou esta dimensão da atuação da Lusa e dos media em geral, reconhecendo neles uma fonte de pressão junto das entidades oficiais, obrigando-as a responder mais prontamente, como se verificou aquando do massacre de Santa Cruz, apontando que este episódio “só por si mostrou o papel determinante dos media”:

“Quando os portugueses viram os timorenses a rezar em português foi um murro no estômago. Vi políticos e ministros que não queriam saber de Timor e que passaram a querer ser vistos como os mais empenhados por causa do impacto que isso teve na opinião pública portuguesa. Aqui o papel dos media é fundamental e a agência Lusa foi fundamental. A partir daí a Lusa começa a alimentar a informação portuguesa, muitas vezes por terceiras fontes até que passa a estar lá e aí a informação é mais importante do que nunca” (em entrevista).

De facto, a enorme visibilidade mediática que este episódio em Díli recebeu impediu que Timor Leste voltasse a cair no esquecimento e que o mundo, em especial o governo português, mantivesse a sua passividade perante o drama timorense, pelo que foi o grande alcance dos media que atirou Portugal para o centro do problema, pressionando o país a mobilizar-se no sentido de encontrar uma solução para a situação timorense.

A Lusa como palco de diálogo e de veiculação e troca de mensagens entre os diferentes intervenientes. Como consequência da sua função jornalística, a Lusa foi

²²⁸ Cf. nota de rodapé n.º 204 – para alguns exemplos de apelos dirigidos à ONU destacados pela Lusa na sua cobertura noticiosa, mas também: Lusa, 14 de nov de 1991, “*PAICV critica «repressão selvagem» da Indonésia*”; Lusa, 21 de nov de 1991, “*Dirigente da UDT afirma que Indonésia prepara mobilização geral do exército*”; Lusa, 27 de nov de 1991, “*Ambiente de «grande medo» em Díli*”; Lusa, 23 de out de 1991, “*«Parlamentares por Timor» denunciam Jacarta*”; Lusa, 27 de nov de 1991, “*Portugal acusa Indonésia de erguer «cortina de ferro» sobre o território*”; Lusa, 5 de mai de 1992, “*Mário Soares denuncia «ditadura sanguinária» da Indonésia*”; Lusa, 8 de set de 1999, “*Actuação exército indonésio é «repugnante» - Jaime Gama*”; Lusa, 7 de out de 1999, “*Timor-Leste: A fé o derradeiro pilar que sustenta a esperança*”; etc.

²²⁹ Há que ter em conta que, embora a Lusa não tivesse o leitor comum (e as autoridades oficiais) como o seu primeiro público, estas informações eram divulgadas pelos diversos media (público direto da Lusa) que construía a sua cobertura diária sobre Timor, em parte, com base nas informações veiculadas por esta agência (para além da sua própria investigação). Pressupõe-se, por conseguinte, que este recurso aos serviços da Lusa “amplificava” e dava um maior alcance a essas interpelações, criando, conseqüentemente, uma pressão mais significativa sobre estas entidades.

também reconhecida como um importante veículo para a difusão das posições dos vários atores do conflito e para a troca de acusações, críticas, apelos e de diálogo entre os timorenses, Portugal e a Indonésia²³⁰, algo igualmente relevante em termos de PE. Neste ponto ressalta-se o trabalho e cooperação entre os diferentes media e agências de notícias internacionais, que trocavam informações entre si, possibilitando o diálogo, embora indireto, entre as entidades políticas intervenientes no processo. De facto, a Lusa apoiava-se na cobertura de outros meios para conhecer as diversas posições, em especial as indonésias, em relação a Timor, servindo, posteriormente, como palco de resposta de Portugal às acusações, comentários e declarações de Jacarta. A este propósito, Paulo Nogueira recorda que “todas as partes envolvidas no conflito perceberam que através da Lusa podiam veicular as suas posições”, fazendo com que os jornalistas da agência fossem procurados pelos vários atores, em particular pelos timorenses, que cedo compreenderam que deste modo “conseguiram chegar aos media internacionais”:

“Eram os próprios atores do processo que procuravam a Lusa e diziam «nós estamos cá e se precisarem de alguma coisa falem connosco»”; “Acho que essa era a grande força da Lusa naquelas circunstâncias. Todos os atores perceberam que a Lusa falava com todos e sobretudo porque os timorenses nos privilegiavam. Isso foi determinante para termos esse papel e essa importância”; “Eles [os timorenses] davam-nos as suas posições, tal como os indonésios também acabam por nos dar, porque achavam que os portugueses também deviam saber o que é que eles pensavam sobre o assunto. Depois havia os governos de outros países que achavam que através da Lusa a sua informação chegava aos timorenses e aos indonésios. Portanto, a certa altura, há uma conjugação de forças que faz com que a Lusa seja reconhecida por todos e todos vão bater-lhe à porta por causa disso. (...) No fundo é o papel do jornalismo: é relatar e mediar informação entre as pessoas e instituições” (em entrevista).

É neste sentido que a atividade desta agência em Timor poderá ser associada ao modelo conceptual *media diplomacy* de Gilboa (2001, p.4), uma vez que esta agência foi procurada pelos diversos atores e se assumiu como um meio de estes difundirem as suas

²³⁰ Veja-se, por exemplo: Lusa, 18 de set de 1991, “*Sousa Lara considera que indonésia quer ganhar tempo*” (Lusa abriu espaço na sua cobertura para que as autoridades portuguesas respondessem às declarações do MNE indonésio); Lusa, 26 de out de 1991, “*Governador de Timor lamenta suspensão da visita parlamentar portuguesa*” (em entrevista telefónica à Lusa); Lusa, 26 de out de 1991, “*Indonésia é responsável pela suspensão da visita, diz Vítor Crespo*”; Lusa, 28 de out de 1991, “*Portugal violou acordos, acusa Alatas*” (em conferência de imprensa); Lusa, 26 de out de 1991, “*Assembleia da República esclarece razões da suspensão da missão parlamentar*” (em comunicado); Lusa, 30 de out de 1991, “*Indonésia diz que o assunto encerrado*”; Lusa, 22 de nov de 1991, “*Indonésia acusa Portugal de ter provocado o massacre*”; Lusa, 22 de nov de 1991, “*Acusações indonésias são «absurdas e ridículas», diz MNE*”. Nestes exemplos verifica-se uma troca de acusações entre Portugal e Indonésia nos meios de comunicação, sobretudo por meio de entrevistas à Lusa e a outras agências e em conferências de imprensa. Tal permite compreender a relevância destes meios no diálogo e comunicação interestatal (mesmo que mediada).

posições e trocaram mensagens²³¹. Este papel da Lusa reveste-se de ainda mais importância se forem tidas em conta as dificuldades na utilização dos canais diplomáticos tradicionais, dado que a relação bilateral entre Portugal e a Indonésia encontrava-se interrompida desde a invasão de Timor, em 1975. A comunicação entre os dois países resumia-se essencialmente às negociações em Nova Iorque, mediadas pelo SGNU, não existindo fora desse âmbito outros espaços para diálogo direto. Assim, as posições de cada um eram sobretudo dadas a conhecer mutuamente por meio da informação que circulava entre os media asiáticos, portugueses e internacionais, aos quais as autoridades portuguesas e indonésias prestavam declarações, concediam entrevistas e enviavam comunicados. Ademais, como apontou Marques (2005, pp.157-159), os jornalistas, entre os quais os da Lusa, foram reconhecidos pela resistência maubere como um meio para transmitir as suas mensagens e divulgar no exterior o que se passava no território, o que levou ao desenvolvimento de canais de circulação de informação, à preparação de operações de interface com jornalistas (por exemplo, no mato e através de taxistas) e à produção de diversos recursos de acordo com os formatos noticiosos pela resistência.

Já na outra face da moeda está o facto de, como demonstrou a análise da cobertura jornalística da Lusa, se ter verificado uma certa dependência desta agência em relação às fontes oficiais, em especial nos primeiros anos da década de 90, para obtenção de informação acerca deste território, muito devido ao fechamento de Timor ao mundo e controlo da informação pela Indonésia, o que dificultava a recolha de informação independente, tendo por consequência uma certa conformação à agenda política. Ademais, a própria natureza do processo, implicava um necessário acompanhamento das atividades e ações políticas²³², dado que a resolução deste impasse passava sobretudo

²³¹ Como foi possível constatar pela análise da cobertura da Lusa, várias entidades (como os partidos timorenses, organizações internacionais – como a AI e a TAPOL –, resistência timorense, os gabinetes dos MNEs, etc.) enviavam os seus comunicados, declarações e mensagens à Lusa, demonstrando, assim, a procura intencional desta agência noticiosa para divulgarem as suas posições. Cf., por exemplo: Lusa, 28 de out de 1991, “*Assembleia da República esclarece razões da suspensão da missão parlamentar*”; Lusa, 14 de nov de 1991, “*Senador norte-americano defende suspensão de ajuda militar à Indonésia*”; Lusa, 25 de mar de 1992, “*Comissão para os Direitos do Povo Maubere pede mais empenho ao governo português*”; Lusa, 2 de fev de 1999, “*Pró-integracionistas rejeitam proposta de independência*”; Lusa, 12 de abr de 1999, “*Milícias e forças armadas indonésias perturbam processo político*”; Lusa, 19 de abr de 1999, “*É «imperativo» desarmar milícias, diz MNE australiano*”; Lusa, 22 de jun de 1999, “*Xanana apoia adiamento de referendo*”; Lusa, 21 de ago de 1999, “*Comité dos EUA para os refugiados pede desarmamento das milícias*”, entre outras.

²³² Na análise da cobertura noticiosa da agência Lusa, verificou-se como múltiplas peças noticiosas debruçam-se sobre as visitas e encontros das personalidades portuguesas com entidades de outros países, nos quais Timor Leste era sempre um dos assuntos abordados (como foi o caso da visita de Mário Soares aos EUA e à Índia, dos seus encontros com o primeiro ministro cabo-verdiano, com autoridades da Holanda, de Cavaco Silva com Li Peng, da China, e dos encontros diplomáticos e visitas de Estados de Jorge

pelas conversações formais entre Lisboa e Jacarta, ao abrigo da ONU²³³. Contudo, com o avançar do processo e o alargamento da carteira de contactos dos jornalistas, a Lusa passou a contar com fontes de informação alternativas e a explorar outras perspetivas e temáticas relativas a Timor, além das narrativas oficiais. Disso mesmo é exemplo o ano de 1999, no qual a Lusa enviou correspondentes para Jacarta e Timor, obtendo informação em primeira mão e através de fontes no terreno e já não dependendo apenas do que era divulgado pelas autoridades portuguesas e indonésias ou pelas organizações internacionais. Ainda assim, ao longo de todo o processo, as fontes oficiais foram sempre relevantes para a recolha de informação e declarações acerca do processo timorense.

Paralelismos entre a atividade da agência Lusa e a política externa portuguesa.

Já no que concerne mais especificamente à política externa portuguesa, o contributo e o papel desempenhado pela Lusa decorreram da própria forma como esta agência se relacionava com a diplomacia portuguesa.

Em primeiro lugar, como já anteriormente sublinhado, ao longo dos três anos analisados, a cobertura da Lusa teve por base a narrativa que subscreve a versão dos factos enunciada pela política externa portuguesa, não dando crédito ou legitimidade à versão avançada pela Indonésia e incitando mesmo ao seu questionamento. Tal narrativa da PEP firmada pela Lusa é a de que Timor Leste foi invadido ilegalmente pouco depois da Revolução portuguesa de 1974, vivendo sob um regime de repressão e violência perpetrado pelas forças indonésias, que sistematicamente violam os direitos humanos deste povo. É este o entendimento que pauta e subjaz a toda a produção noticiosa desta agência no período analisado e que é repetido sistematicamente nas diversas peças, com o propósito de contextualizar e enquadrar as informações noticiadas. Contrariamente a esta versão, o lado indonésio insistia na ideia de que Timor já havia procedido a um ato de autodeterminação em 1975, pelo que a resistência maubere se resumia a uma minoria que não refletia a vontade geral dos habitantes daquele território (Pires, 1991, p.381). Tal denota o favorecimento da narrativa da política externa portuguesa, em detrimento da

Sampaio, António Guterres e Jaime Gama em 1999, etc.), aos quais a agência portuguesa dava um considerável destaque, 'puxando' para o *lead* e para o título as declarações destes agentes acerca de Timor.
²³³ A importância destas conversações justificou o investimento acrescido da Lusa no acompanhamento jornalístico próximo e detalhado destas rondas negociais, sobre as quais produziu inúmeras notícias. Tal investimento evidenciou-se, em especial, no envio de correspondentes para os EUA, que iam noticiando as decisões e declarações de todos os intervenientes nas discussões (Portugal, Indonésia e ONU), bem como dos que acompanhavam estes encontros (como João Carrascalão e Ramos Horta, por exemplo). Para a cobertura noticiosa destas negociações, a Lusa apoiava-se em diversas fontes diplomáticas portuguesas (sobretudo do MNE, algumas delas não identificadas), muitas vezes contactadas diretamente pela agência para obter informações sobre o conteúdo, avanços, impasses e o clima destas reuniões.

indonésia, o que, por sua vez, pode ter condicionado e orientado a produção jornalística dos outros meios de comunicação e a interpretação dos factos por parte do leitor, tendo, por conseguinte, impacto na formação e mobilização da opinião pública²³⁴.

Tal favorecimento da causa timorense e das posições da PEP é também reiterado pela forma como a Lusa apresentava a situação de Timor e como enquadrava e caracterizava os diferentes atores desde processo no seu discurso noticioso, como explicitado no ponto anterior. Pela análise linguística das escolhas lexicais desta agência, foi possível constatar como era construída uma imagem pejorativa da Indonésia e dos defensores da integração, responsabilizados por toda a violência, destruição e injustiça que se abateu sobre este território e apelidando Jacarta e as suas tropas de invasoras, enquanto que Timor, a causa independentista e os esforços de Portugal em prol desta luta eram enaltecidos, ao serem retratados como a vítima, mas também heróis, no caso do território timorense, ou como defensores dos direitos e do respeito pela vontade desta meia-ilha, no caso de Portugal. A isto acrescentavam-se outros elementos que ressaltavam a legitimidade da narrativa portuguesa e da posição independentista, tais como: o destacar das contradições no discurso e ação da Indonésia (como aconteceu aquando do massacre de Santa Cruz, em que a Lusa destacou a discrepância entre o número de mortos divulgados por Jacarta e os contabilizados por populares e organizações internacionais); a proximidade entre esta agência e as fontes da resistência timorense; o reiterar sistemático de que Portugal era a potência administrante aceite pela comunidade internacional e pela ONU, realçando, assim, a ilegalidade da presença indonésia; o realçar dos esforços diplomáticos das autoridades portuguesas em prol de Timor; a recorrente responsabilização da Indonésia e das milícias pela destruição e caos em Timor; e a cobertura regular das denúncias e críticas dirigidas à Indonésia; entre outros aspetos (cf. **ANEXO C**). Tal é de suma relevância, dado que a Lusa alimentava os demais media nacionais, os quais podem, por sua vez, ter reproduzido estas interpretações dos acontecimentos, fazendo-as chegar ao público.

²³⁴ Os seguintes excertos são exemplificativos da reiteração da narrativa portuguesa na cobertura noticiosa da Lusa: “A Indonésia invadiu militarmente o território de Timor-Leste por terra, mar e ar a 7 de dezembro de 1975, ocupando-o deste então, através da repressão” (Lusa, 3 de dez de 1991, “Resistência timorense desapontada com actuação de Bob Hawke”); “A Indonésia invadiu militarmente Timor-Leste em 07 de Dezembro de 1975 e no ano seguinte declarou o território como a sua 27ª província. A anexação nunca foi reconhecida pelas Nações Unidas, que continuam a considerar Portugal a potência administrante de Timor-Leste” (Lusa, 18 de mar de 1999, “Representante indonésio na ONU visita Díli”); “A Indonésia invadiu Timor-Leste em 1975, tendo, nos anos da ocupação, as tropas indonésias morto mais de 200 mil timorenses” (Lusa, 10 de nov de 1999, “Presos políticos timorenses em cadeias indonésias serão libertados na próxima semana”), entre outros (cf. **ANEXO C**).

Um outro aspeto que evidencia o contributo da atividade da agência Lusa para as estratégias e objetivos da política externa portuguesa foi a cobertura e destaque que esta agência conferiu às várias manifestações e apelos feitos às Nações Unidas por diversas personalidades e organizações, como já assinalado no subcapítulo anterior. De facto, a interpelação da ONU por meio dos media coincidia com a dimensão multilateral da estratégia PEP, que procurou envolver ativamente esta organização internacional na resolução do impasse timorense²³⁵.

A isto acrescenta-se o facto de a produção jornalística da Lusa (e dos media em geral) ter contribuído igualmente para a credibilização de vários argumentos e posições das autoridades portuguesas. Paulo Nogueira, embora salvaguardando a independência e o rigor dos profissionais, reconheceu tal possibilidade de a atividade da Lusa ter, efetivamente, beneficiado a posição portuguesa (em entrevista)²³⁶.

Tal foi nomeadamente evidente na questão da violação dos direitos humanos, a qual foi uma das aproximações identificadas entre a cobertura da Lusa e o discurso político oficial do governo português. De facto, se, por um lado, Portugal apostou na exploração deste argumento para dar visibilidade e apelar a uma solução para Timor, por outro, a produção jornalística desta agência corroborou e suportou este argumento das autoridades portuguesas, ao noticiar sistematicamente os episódios de violência e as atrocidades cometidas no território, pela voz de populares e pelo testemunho direto dos seus jornalistas sobre os acontecimentos, utilizando inclusive explicitamente a expressão “violação dos direitos humanos” para caracterizar estes incidentes perpetrados pelos indonésios e pela milícias²³⁷. Tal foi importante para conferir mais legitimidade e força às posições e exigências de Portugal junto da opinião pública e da comunidade internacional, já que oferecia evidências da veracidade e legitimidade de tais acusações.

O mesmo pode ser apontado relativamente à intenção do executivo português em sublinhar a singularidade da identidade cultural e religiosa de Timor Leste. A particularidade identitária timorense e, por conseguinte, a sua distinção em relação à

²³⁵ Cf. nota de rodapé n.º 206.

²³⁶ “A Lusa é uma empresa na sua maioria do Estado, mas independente. No entanto, pode coincidir que a nossa ação tenha sido eventualmente favorável a uma determinada posição do governo português” (Paulo Nogueira em entrevista).

²³⁷ Por exemplo: “*Ao fim de um longo sono de 16 anos, a comunidade internacional despertou subitamente para a verdadeira situação de violação dos direitos humanos em Timor-Leste e negação do direito à autodeterminação e independência do povo maubere*”; “*Testemunhos dão conta de que graves violações dos direitos humanos continuam a ocorrer no território, a par de uma aceleração do ritmo de detenções a curto prazo, da tortura e maus tratos de alegados opositores políticos ao regime indonésio, de execuções extra-judiciais, de centenas de casos de desaparecimento*” (Lusa, 14 de nov de 1991. “*Timor-Leste: o súbito despertar da comunidade internacional*”).

Indonésia, foi também por diversas vezes salientada nas peças noticiosas da Lusa, que sublinhavam os laços do povo maubere à cultura portuguesa e ao catolicismo, por oposição ao islamismo indonésio²³⁸. Além do mais, esta agência portuguesa recorria frequentemente a fontes eclesíásticas para comentar os desenvolvimentos e obter informações acerca da situação em Timor. Segundo uma leitura construtivista destes elementos, compreende-se como a ênfase pela Lusa da proximidade cultural e religiosa entre os dois povos tem efeitos simbólicos relevantes, ajudando à identificação e à criação de laços de empatia com o leitor, em especial com o povo português que se sensibilizou a favor deste território, tendo um impacto relevante ao nível da PEP²³⁹.

Além do mais, ao sublinhar os laços que uniam Portugal e Timor Leste, a Lusa funcionou ainda como um elo de ligação entre estes povos e o governo português – um papel também desempenhado pela RTP, sobretudo com a chegada da RTP Internacional à ex-colónia (estação televisiva à qual os timorenses demonstraram grande fidelidade, vendo religiosamente o seu noticiário da tarde). De facto, esta agência constituiu uma forma de estabelecer uma ponte de contacto entre este território no sudeste asiático e Portugal, face à cumplicidade e relação privilegiada que os seus profissionais estabeleceram com o povo maubere, ao darem voz e um grande destaque às posições dos timorenses e dos dirigentes da resistência, fazendo-as chegar à população e às autoridades portuguesas e vice-versa. Jorge Wemans colocou em evidência essa mesma ponte entre Lisboa e Díli, afirmando que a Lusa conseguiu “pôr em evidência a relação muito profunda que existia entre os timorenses e Portugal e o seu desejo de independência” (em entrevista). Tal ligação do povo timorense a Portugal por via dos meios de comunicação era igualmente relevante em termos da PE, pois, ao colocar em destaque tais vínculos e, conseqüentemente, o afastamento deste território em relação a Jacarta, a Lusa ajudava a corroborar e a conferir legitimidade aos argumentos portugueses, enquanto potência administrante, e à luta de Timor pela independência

[A importância da Lusa para a mobilização da opinião pública.](#) Já especificamente do prisma da política externa portuguesa, importa salientar o reconhecimento da importância e interesse da atividade da agência Lusa em Timor por

²³⁸ Cf. nota de rodapé n.º 205.

²³⁹ Ana Gomes apontou para este mesmo facto, recordando o que se sucedera após a divulgação das imagens do massacre de Santa Cruz (repete-se este excerto já anteriormente transcrito): “Quando os portugueses viram os timorenses a rezar em português foi um muro no estômago. Foi isso que fez toda a diferença. Vi políticos e ministros que não queriam saber de Timor e que passam a querer ser vistos como os mais empenhados por causa do impacto que isso teve na opinião pública portuguesa” (em entrevista).

parte do executivo português para a concretização das suas estratégias e objetivos neste processo. Tal reconhecimento verificou-se, nomeadamente, a propósito da utilidade desta agência (e dos media em geral) para a conquista da opinião pública portuguesa. Isto mesmo salientou a ex-embaixadora em Jacarta, Ana Gomes, revelando que era uma estratégia declarada do MNE português o contacto com os media para a mobilização e explicação ao país dos desenvolvimentos no processo timorense:

“Ao ir para a Indonésia, íamos iniciar um processo negocial com a Indonésia sobre um projeto de autonomia. Era a base da abertura da secção de interesses. Isso tinha de ser aceite pelos timorenses, pelo povo indonésio e pelo próprio povo português. Os media foram os intermediários para comunicar com o povo português, para transmitir confiança. (...) Tinha a orientação política do MNE para estar em contacto com os media, porque tínhamos de explicar aquilo [a proposta da autonomia da Indonésia] à opinião pública. (...) Nessa altura não era nada habitual que os diplomatas falassem com os jornalistas. Pelo contrário. Até quase que era dissuadido. Na conversa que tive com Jaime Gama imediatamente antes de ir para lá [Timor], ele diz-me isso: «Se a opinião pública não compreender, você tem de estar disponível para falar e explicar aos media o que é que se está a passar». Esta luz verde foi importantíssima para mim. Não fiz nada à revelia do Ministério, mas percebi logo que eram meus aliados fundamentais, que podiam não só disseminar informação importante, como obter outra informação valiosa”; “Penso que ele [Jaime Gama] pensou em mim para ir para lá, porque eu conhecia o processo, mas também porque sabia que eu tinha capacidade para lidar com os media. E, portanto, desde o princípio que estou em contacto com o Paulo e com o António [jornalistas da Lusa]. Foram muito importantes desde a primeira hora” (em entrevista).

Os episódios em Díli, em 1991, foram outro dos momentos na sequência dos quais a política externa portuguesa se serviu do palco oferecido pelos órgãos de comunicação para firmar as suas posições e chegar à opinião pública. Como recordou Ramos (2010), aquando dos acontecimentos em Santa Cruz, “em Lisboa, o cuidado com a credibilização das posições portuguesas assiste a uma coordenação de esforços que inclui a sensibilização da comunicação social” (p.98). Neste momento, o MNE empenhou-se na difusão de “comunicação sobre Timor para chancelarias, organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais, junto da imprensa internacional, da opinião pública e decisores políticos em vários países” (Ramos, 2010, p.98), o que confirma como os media estavam contemplados no pensamento estratégico da PEP.

Posto isto, poder-se-á apontar a interligação entre a política externa, os media e a opinião pública, no sentido em que se pôde observar o papel intermediário dos media (incluindo da Lusa), enquanto ponte e canal de comunicação entre as matérias de PEP e

a opinião pública. De facto, se, por um lado, se verificou o recurso das autoridades portuguesas a esta agência e à comunicação social portuguesa em geral para a difusão das suas posições e ações, apresentadas, por exemplo, em entrevistas, declarações (algumas prestadas diretamente à Lusa), discursos e comunicados; por outro, como já explicitado, a Lusa foi também um canal importante para a veiculação das reivindicações, apelos e posições da sociedade civil em relação a Timor, fazendo-as chegar aos oficiais políticos, procurando, por esse meio, aumentar a sua capacidade de intervenção e influência.

Um outro aspeto a ressaltar acerca da análise das peças noticiosas da Lusa e a sua relevância para a PEP, prende-se com o facto desta agência ter concedido também um destaque considerável ao dito e feito pelos responsáveis políticos portugueses em prol de Timor, sobretudo através do acompanhamento e cobertura da sua agenda, atividades e contactos diplomáticos relativos à situação timorense²⁴⁰. O ex-diretor de informação da Lusa Jorge Wemans justificou esta maior presença das autoridades portuguesas com o facto de a acessibilidade a estas fontes de informação ser muito maior:

“Tínhamos muito mais informação da parte portuguesa, do que junto da parte indonésia, mas também a procurávamos. [No entanto], apesar do nosso esforço para fazer um jornalismo rigoroso, bem informado e com todos os pontos de vista, muitas vezes não conseguíamos obter o ponto de vista do lado indonésio, porque não tínhamos o acesso tão facilitado. Os jornalistas da Lusa que acompanhavam o processo eram vistos pela parte indonésia como fazendo parte da delegação portuguesa nas negociações, como mais um diplomata. Portanto, nesse sentido também bloqueavam o acesso à informação e não respondiam às nossas questões” (em entrevista).

A Lusa como fonte de informação das autoridades portuguesas e o seu papel diplomático. Por seu turno, a Lusa como fonte de informação foi outro contributo crucial para os responsáveis da política externa portuguesa. De facto, muito graças ao seu alargado leque de contactos e enviados especiais distribuídos por diversos pontos do globo, a agência Lusa noticiava em primeira mão muitos dos acontecimentos e desenvolvimentos acerca de Timor, para além de recolher as posições e declarações dos diversos intervenientes do processo (como da Austrália e dos EUA, dois países com especial capacidade de influência no processo de Timor), o que era de suma relevância para a atividade e formulação das estratégias da PEP (que também pelos média se inteirava do posicionamento dos outros atores). Além disso, recorde-se que uma das obrigações desta agência no contrato de 1998 era a abertura de uma delegação “logo que

²⁴⁰ Cf. nota de rodapé n.º 204.

possível em Timor-Leste”, o que denota a importância que o governo atribuía a ter uma fonte de informação no terreno. Isso mesmo sublinhou Ana Gomes, que considerou o trabalho da Lusa “um instrumento precioso e absolutamente vital para medir a temperatura de Timor e como é que as coisas estavam”:

“[A Lusa foi importante] não só no sentido de difusão para a opinião portuguesa e mundial, porque eles estruturavam depois muito do que ia para o exterior, mas também na recolha de informação imprescindível. As minhas antenas no terreno eram eles. Portanto, a informação deles para mim era absolutamente preciosa. O papel de outros jornalistas foi muito importante, mas nenhum que pudesse chegar à Lusa, porque nenhum esteve lá com a permanência com que esteve a Lusa. (...)”; *“Trocávamos impressões e eles [os jornalistas da Lusa em Jacarta e Timor] davam-me informações. Estava em permanente contacto com eles, que tinham a vantagem de ir e vir a Timor, muito mais do que eu. (...) Havia, assim, uma informação complementar à que havia pela via política. E, de facto, acho que quando houve a oportunidade de ir para lá, ainda foi mais importante o papel da Lusa”* (em entrevista).

Tendo em conta tal facto, a diplomata considerou a Lusa como “quase uma extensão do serviço diplomático, embora operando com outros cânones e de outra maneira”: “Não estava só a tentar utilizá-los [os jornalistas da Lusa] para chegar às pessoas e para contar a história que me interessa contar, mas estava também a beber deles e a tê-los como importantíssimos aliados. Eram quase uma extensão diplomática minha. Era um ‘give and take’. Portanto, foram meus fundamentais aliados” (em entrevista).

Também Paulo Nogueira (em entrevista) reiterou este papel da agência portuguesa como uma importante fonte informativa, mas realçou, no entanto, que nunca foi intenção da Lusa cumprir uma função paradiplomática. De acordo com o jornalista, a Lusa acabava por ajudar os vários atores no processo, “tanto portugueses, como indonésios e todos os outros países e organizações, como as Nações Unidas, que estavam atentos ao que a Lusa escrevia”, ao dar-lhes “meios e informações que eram importantes para as negociações e para que a própria opinião pública exercesse pressão para que houvesse uma resolução e as coisas avançassem”:

“Eramos [a Lusa] uma fonte de informação de todos os atores do processo e eramos aliados no sentido de veicular a informação que era importante para a ação diplomática e ao mesmo tempo para manter a opinião pública portuguesa, indonésia e internacional informadas. (...) Nunca pretendemos ser um ramo diplomático ou paradiplomático, nem nos substituímos a qualquer ação oficial do governo português, mas no terreno havia atores que nos procuravam para ter conversas mais informais sobre aquilo que achavam que poderiam ser as posições portuguesas e até timorenses” (Paulo Nogueira em entrevista).

De igual modo, Jorge Wemans reconheceu a possibilidade de a Lusa ter desempenhado um papel diplomático, apontando que, “numa situação muito crítica e de contactos que eram muito difíceis, (...) qualquer pessoa portuguesa que se movimentasse relativamente bem nesses diferentes meios conseguia obter informação, contactos, perspectivas, ideias e pontos de situação que eram úteis para as negociações que estavam em curso” (em entrevista). Isto é, para este responsável, o papel diplomático identificado no trabalho da Lusa prendia-se sobretudo com o facto de que os jornalistas “no seu trabalho profissional, acabavam por conhecer pessoas, situações, ideias, pistas de abordagem e sensibilidades que facilitavam os processos de negociação”, pelo que, no seu entender, havia, “uma relação entre a presença de jornalistas no estrangeiro e a possibilidade de obtenção de sensibilidades e informação importantes para o desenvolvimento da parte diplomática com mais informação e com melhor conhecimento” (em entrevista).

[A preocupação com as repercussões diplomáticas da atividade da agência Lusa.](#) A juntar a todos estes elementos que denotam a sintonia entre a Lusa e a PEP, esteve ainda o facto de, em alguns momentos, se ter verificado uma preocupação desta agência para que a sua atividade jornalística não prejudicasse as posições diplomáticas de Portugal. Como recordou Paulo Nogueira (em entrevista), “muitas vezes, este tipo de situações podem implicar um contacto prévio com a diplomacia portuguesa para não se gerar um conflito ou uma má interpretação”, dado que em alguns países, sobretudo na Ásia, havia a perceção de que as agências noticiosas eram uma espécie de segunda linha de representação dos seus países e que veiculavam as suas posições políticas²⁴¹, o que, uma vez mais, reitera a importância destas organizações no âmbito da política externa. Face a isto, segundo o correspondente da Lusa em Jacarta, a agência portuguesa teve que se “proteger” de modo a evitar que a sua atividade fosse interpretada erradamente e tivesse consequências diplomáticas para Portugal: “Sempre ficou salvaguardada a independência editorial da Lusa, mas havia uma espécie de concertação, sobretudo com a diplomacia para não prejudicar todo o processo”, revelou (em entrevista).

Esta preocupação e a sintonia entre a agência Lusa e a PEP foram igualmente evidentes na evolução da relação entre a agência Lusa e a sua congénere indonésia Antara,

²⁴¹ Jorge Wemans (em entrevista) sublinhou este mesmo facto: “Os jornalistas da Lusa que acompanhavam o processo eram vistos pela parte indonésia como fazendo parte da delegação portuguesa nas negociações, como mais um diplomata”. Por isso mesmo, segundo Paulo Nogueira, teve de haver o cuidado para que a atuação da Lusa “não fosse interpretada como uma posição do governo português” (em entrevista).

que, de uma forma geral, acompanhou a própria evolução no relacionamento entre a diplomacia portuguesa e de Jacarta relativamente a Timor Leste. De facto, inicialmente, a agência portuguesa não mantinha contactos significativos com a agência indonésia, como foi possível verificar na análise da sua cobertura, já que as informações recolhidas pela Antara chegavam muitas vezes à Lusa por intermédio de outras agências (como a *France Press* ou a japonesa *Kyodo*). Tal deveu-se ao cuidado da Lusa na condução da sua interação com a Antara, na tentativa de não ferir suscetibilidades diplomáticas, uma vez que este contacto esta organização poderia ser entendido como uma forma de legitimação da anexação de Timor. Efetivamente, segundo Paulo Nogueira, “havia o perigo de a Indonésia fazer uma apropriação de qualquer acordo ou contrato oficial com a Lusa que depois lhe permitisse dizer que Portugal estava a justificar e a reconhecer a ocupação (em entrevista). Ainda assim, a Antara endereçou à Lusa vários convites para encontros e colaborações, os quais foram recusados. A primeira abordagem foi feita em 1994, quando este jornalista se descolou a Jacarta pela primeira vez. Anos mais tarde, através de um comissário de uma agência coreana, esta agência indonésia tentou uma nova aproximação à delegação da Lusa em Macau, propondo um encontro na Indonésia, à margem de uma conferência internacional, para estabelecer relações: “Pedimos instruções a Lisboa e foi-nos indicado que não seria muito adequado, mas que fomentássemos todas as ligações profissionais”, contou Paulo Nogueira (em entrevista).

O relacionamento entre as duas agência só veio a ser definitivamente estabelecido em 1998, com a celebração de um acordo de troca de delegados permanentes, assinado em dezembro desse ano, pouco depois dos governos de Portugal e da Indonésia terem acordado a abertura das secções de interesses (em agosto do mesmo ano)²⁴². “Quando Portugal assinou o acordo que permitiu a abertura da secção de interesses, foi entendido em Lisboa que a agência Lusa podia avançar para uma negociação com a Antara para a abertura também de uma delegação em Jacarta e a Antara enviar para Portugal um correspondente. (...) Portanto, a Lusa só avança quando diplomaticamente há abertura para irmos para lá”, explicou Paulo Nogueira (em entrevista). Já Ana Gomes recorda que, de facto, a Lusa não tinha “espaço político” para ir para Timor e estabelecer este acordo com a agência indonésia “se não tivesse algum respaldo do próprio processo político” (em entrevista). No entanto, segundo Manuel Pedroso Marques, o acordo entre as duas

²⁴² Segundo Manuel Pedroso Marques, a Lusa avançou com este acordo, porque “partiu do princípio que era do interesse do país e da informação nacional ter informação com origem em Jacarta sobre a situação de Timor Leste” (em entrevista).

agências gerou preocupações nas autoridades políticas portuguesas, recordando que lhe foi inclusivamente dito para não assinar o acordo²⁴³.

De acordo com Jorge Wemans, as negociações entre a agência indonésia e a Lusa para o estabelecimento de correspondentes era “um assunto, no mínimo, delicado, no âmbito das negociações que estavam em curso entre o Estado português e indonésio”:

“E delicada é capaz de ser pouco, porque a determinada altura era mesmo uma questão impertinente. Creio que os medos principais do Ministério do Negócios Estrangeiros eram, por um lado, que a Lusa ficasse refém da Antara e, por outro lado, que um correspondente em Jacarta fosse visto internacionalmente como uma normalização das relações entre os dois países e uma legitimação da ocupação de Timor Leste por parte da Indonésia. (...) Foi-nos muito difícil demonstrar ao ministro dos Negócios Estrangeiros que a troca de correspondentes entre a agência Lusa e a Antara não comportava nenhum tipo de assentimento da invasão de Timor Leste por parte da Lusa. E mais do que isso, que não iria permitir ao governo indonésio de então mostrar na arena internacional que a agência Lusa, uma agência oficial portuguesa, de capitais públicos, reconhecia que o Estado indonésio tinha o direito a assumir a administração e integração de Timor Leste. Tivemos de demonstrar repetidamente ao MNE que era prática comum de agências colocar correspondentes em diversos países, mesmo em ditaduras. Se conseguíssemos colocar um correspondente da Lusa em Jacarta, ficaríamos com um trunfo importante na mão: a possibilidade de, pelo tipo de informação produzida, esse correspondente ser expulso por iniciativa das autoridades indonésias ou, por outro lado, a Lusa poder decidir retirar o correspondente em Jacarta por impossibilidade de obter livremente informação e fazer ali jornalismo. No fundo, ao trocarmos correspondentes, não só não perdíamos nada, como ficávamos com mais um trunfo para, caso as coisas corresse mal, acusar a Indonésia de não ser um país livre, democrático, em que a informação pudesse circular e acabássemos por retirar o correspondente. Isto foi muito difícil de provar ao MNE. A determinada altura, o MNE também começou a achar que a Lusa estava em concorrência com o próprio aparelho da diplomacia portuguesa. Percebemos que primeiro queriam instalar a Ana Gomes em Jacarta para só depois enviarmos o nosso correspondente. Queriam ter uma primazia e ter a opinião de um diplomata portuguesa instalada em Jacarta sobre a oportunidade” (em entrevista).

Segundo o ex-diretor de informação, foi só depois de a agência obter a garantia por parte do governo, que o acordo se pôde processar:

²⁴³ “Mas logo no dia da assinatura do acordo, inquiriu-se o D. Ximenes Belo, o Xanana Gusmão, o Mari Alkatiri e outras personalidades timorenses que elogiaram e enalteciam a ação da Lusa. O problema ficou pacificado e o Jaime Gama e António Guterres ficaram tranquilizados e satisfeitos com a ação da Lusa”, contou Pedroso Marques (em entrevista). Paulo Nogueira recordou também como, na época, nem todas as reações ao acordo entre as duas agências foram positivas: “Achavam que a nossa ação lá [em Jacarta] seria condicionada, que iríamos ser impedidos não sei de quê, que só iríamos veicular a posição indonésia... Nada disso aconteceu, nem iria acontecer. Pelo contrário... Foi muito positivo” (em entrevista).

“Tínhamos, de facto, que nos precaver para que o MNE estivesse de acordo, não visse inconveniências e não viesse a pôr em causa o acordo. Seria muito complicado que, tendo como pano de fundo as negociações diplomáticas que estavam a decorrer, de repente ser público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros ou o governo português se opunha à troca de correspondentes. Não era uma coisa que fosse útil ao processo. Portanto, havia, de facto, um conjunto de razões bastante diversas que levavam a mim, como diretor de informação, e à agência Lusa a de modo nenhum querer avançar com a assinatura de um acordo que pudesse ser contrariado pelo MNE” (em entrevista).

Por último, a sintonia entre a atividade profissional da Lusa e os interesses da PEP verificou-se ainda no facto de a Lusa ter operado e produzido a sua cobertura noticiosa a partir de pontos geográficos estratégicos do ponto de vista da política externa portuguesa (como eram os casos dos EUA, da Austrália e das principais capitais europeias), como acordado nos contratos de concessão de serviço público, celebrados na década de 90 . Efetivamente, a atuação da Lusa a partir destes locais revelava-se importante para a PEP, nomeadamente por possibilitar o contacto, a divulgação e veiculação das posições portuguesas e a recolha de informação junto de importantes atores no processo timorense.

O reconhecimento da importância da agência Lusa no processo timorense.

Dada toda esta análise, fica demonstrada a relevância que esta organização jornalística assumiu no âmbito da política externa portuguesa e no processo timorense. Tal relevância foi, desde cedo, reconhecida pelos diversos atores envolvidos neste conflito, como foi o exemplo de Ana Gomes (2001) que ressaltou a importância da cooperação da Lusa no terreno, apontando o seu contributo para a resolução da questão timorense:

“Ajudou-nos a cooperação, com respeito escrupuloso pelas esferas e modos de actuação respectivos, que estabelecemos com dois grandes profissionais do jornalismo, o Paulo Nogueira e o António Sampaio, da Lusa, chegados a Jacarta uns dias antes de nós, que também já tinham embarcado na aventura de tentar perceber a Indonésia, ajudando assim a ‘resolver’ Timor-Leste” (p.155).

Já do lado timorense, o reconhecimento do inegável contributo da agência foi assinalado em vários momentos. Entre estes constam, por exemplo, o episódio contado por Paulo Nogueira aquando do encontro entre Xanana Gusmão e a secretária norte-americana Madeleine Albright, no qual apenas podiam estar presentes quatro órgãos de comunicação, um dos quais seria selecionado pelo líder timorense. A sua escolha foi a agência Lusa. Além disso, no aniversário da restauração da independência da República Democrática de Timor Leste em 2012, a agência Lusa e a RTP foram agraciadas com a Ordem de Timor Leste pelo presidente Ramos Horta, “pelo desempenho profissional em

prol da causa Timorense, não apenas durante o dramático período da ocupação como também por todas as ações de cooperação desde a Restauração da Independência” (Lusa, 2020)²⁴⁴.

Posto tudo isto, é indiscutível como, de facto, a Lusa, e os media em geral, desempenharam um papel fundamental no âmbito da política externa, em especial portuguesa, em todo o processo timorense. Além do mais, este estudo de caso é também um exemplo de como a relação da PE com os media é ambígua e diversa, já que a Lusa apesar de operar, como tudo indica, com independência e autonomia, não deixou de se assumir como um contributo relevante neste âmbito político, ao ser considerada no plano estratégico das autoridades políticas portuguesas, enquanto canal de veiculação das posições portuguesas, ponte e possibilitadora da mobilização da opinião pública e como uma importante fonte de informação, cooperando, desse modo, para a concretização de diversos objetivos da PEP e, em última instância, para a resolução do diferendo timorense.

²⁴⁴ Na cerimónia de atribuição da ordem, Afonso Camões, presidente da agência Lusa na época, proferiu as seguintes declarações: “Esta distinção é uma honra e orgulha os jornalistas e todos quantos algum dia trabalharam na Agência. Lembro, em especial, o Paulo Nogueira e o António Sampaio, nossos primeiros delegados em Jacarta e em Díli, e o então presidente da Lusa, Manuel Pedroso Marques, que teve a visão e a coragem de investir nesta antena de serviço público da Agência, em Timor” (RTP, 2012).

Conclusão

Como apontou Cook (1998), “a produção de notícias é agora um meio central para os atores governamentais atingirem objetivos políticos (...) Fazer notícias, em outras palavras, (...) é uma maneira de governar” (p.165). Porém, hoje e mais do que nunca, os meios de comunicação são também eles mesmos atores participantes nas dinâmicas interestatais e nas matérias de política externa, com poder de influência sobre os acontecimentos no sistema internacional, tornando bem evidente como as fronteiras da PE são cada vez mais permeáveis.

De facto, como foi possível contatar na presente investigação, independentemente da lente teórica pela qual se estudem as dinâmicas da PE, este campo político não pode ser mais entendido como uma atividade limitada aos atores políticos, às embaixadas ou a um ministério, sendo antes um domínio diverso e de elevada complexidade nas suas áreas de atuação e instrumentos operacionais, no qual está presente uma grande pluralidade de atores e de condicionantes. Hoje, os media fazem, inquestionavelmente, parte desta complexidade, intervindo no mundo da política externa de forma variada. Como evidenciou Gilboa (2002), os meios de comunicação são atores de múltiplas faces, podendo tanto ser entendidos como um meio para o exercício do poder e a concretização de objetivos políticos, no quadro da noção de *soft power* introduzida por Joseph Nye, como também enquanto agentes independentes, com capacidade para afetar as decisões e ações das autoridades políticas (como preconiza, por exemplo, a teoria do *efeito CNN*). Os modelos conceptuais propostos por este autor quanto à participação dos media na atividade diplomática – *public diplomacy*, *media diplomacy* e *media-broker diplomacy* – fornecem-nos uma imagem muito sugestiva sobre esta situação complexa e a diversidade de situações que aqui podem apresentar-se.

Independentemente da faceta que assumam, certo é que, hodiernamente, os media são um importante participante da sociedade internacional e da política externa, o que levou ao desenvolvimento de diversos modelos teóricos sobre a relação entre as entidades políticas e a esfera mediática. Nesta panóplia de teorizações, a visão mais consensual é a que entende existir uma interdependência e influência mútua entre os media e a política.

Contudo, embora esta realidade seja reconhecida pelos académicos da Comunicação e das RI, persistem algumas lacunas na literatura da área, em especial no respeitante ao estudo do papel das agências noticiosas no âmbito da política externa, enquanto “centro nervoso” do setor mediático, com um papel primordial na definição da

agenda dos media e na construção simbólica da realidade (o sentido de uma certa ideia de mundo), ao porem em circulação informações entre nações e ao estabelecerem determinadas imagens sobre os países e os povos (o que desperta o interesse dos atores políticos pelo seu controlo), assumindo, assim, uma importante dimensão a nível de PE.

Foi precisamente este papel que estas agências podem assumir no campo da PE o ângulo que a presente investigação se propôs a explorar, a partir de um estudo de caso, sobre o processo de independência de Timor Leste – momento especialmente marcante da história portuguesa, no último quarto do século XX – em que se teve em atenção a relação da agência Lusa (única agência nacional e prestadora de um serviço público) com o Estado português, no âmbito da sua política externa. O desfecho deste diferendo foi resultado de uma diversidade de fatores e atores, entre os quais constaram os media, incluindo a Lusa. Mas qual foi, efetivamente, o papel e o contributo desta agência no âmbito da política externa portuguesa, no decurso do processo timorense? Para responder a esta questão, um dos primeiros objetivos a cumprir passava pela compreensão mais aprofundada da PEP e do plano estratégico nela preconizado para Timor Leste. Num segundo momento, houve que atentar no trabalho jornalístico desenvolvido pela Lusa, para identificar em que circunstâncias esta organização participou ou teve um contributo relevante para a concretização das estratégias do governo português neste contencioso. Vale a pena, agora, destacar algumas das conclusões alcançadas.

Primeiramente, importa referir a delimitação de três fases distintas na estratégia de Portugal para Timor. Uma primeira (1975-1982) que passou pela tentativa de internacionalização do problema, através da entrega da sua resolução às Nações Unidas; uma segunda fase (1982-1986) assente na bilateralização da ação externa portuguesa; e, uma terceira fase (a partir de 1986), em que se procurou conjugar o diálogo com Jacarta e aumentar a pressão internacional sobre esta. Ao analisar estes estádios segundo as perspetivas realista neoclássica, construtivista e da *FPA*, uma primeira conclusão a retirar prende-se com o facto de as estratégias portuguesas para Timor terem sido ativamente condicionadas por uma grande diversidade de fatores nacionais e internacionais.

Num primeiro momento, mergulhado na convulsão social e política provocada pela Revolução de 1974, que colocara ao país o desafio de erguer um novo regime e um novo modo de estar no mundo (que obrigou à reorientação de prioridades da PE), e perante uma conjuntura internacional marcada pelo clima de Guerra Fria (que projetava o medo do perigo comunista no sudeste asiático) e a consequente posição de força da Indonésia enquanto bastião anticomunista na Ásia, Portugal não dispunha de um ambiente favorável

para a rápida resolução do contencioso timorense. O país tinha uma multiplicidade de questões prioritárias para resolver, como a descolonização e a difícil situação nos territórios africanos, a grave situação económica, uma alta conflitualidade político-ideológica e a adesão à Comunidade Europeia, que apartavam a atenção da PEP da situação vivida em Timor. Posto isto, em relação a esta ex-colónia, pouco mais foi feito além da apresentação de uma queixa às Nações Unidas, numa tentativa de entregar a resolução deste conflito a esta organização e evitar o confronto direto com a Indonésia. Contudo, Portugal deparou-se com um reduzido apoio dos países ocidentais, a que se juntou ainda o desconhecimento e desinteresse geral da opinião pública portuguesa e internacional pela questão timorense. Assim, apesar das resoluções emitidas pela ONU, a estratégia portuguesa estava votada ao fracasso e, a pouco e pouco, Timor caiu no esquecimento, fazendo acreditar na irreversibilidade da ocupação indonésia.

Só a partir de 1982, é que Timor Leste voltou a receber alguma atenção por parte do governo português, que apostou numa nova estratégia: a da bilateralização do problema, através da realização de rondas negociais com Jacarta, com a mediação do Secretário Geral das NU, sobretudo com o objetivo de melhorar as condições humanitárias no território e garantir o respeito pela identidade cultural e religiosa dos timorenses. Contudo, à luz de uma leitura realista neoclássica, construtivista e de *FPA*, diversos determinantes nacionais e internacionais continuavam a jogar contra o sucesso da atuação portuguesa: a nível nacional, o país continuava mergulhado em incertezas a nível económico e político, face às sucessivas remodelações governativas, além do seu foco na adesão à CEE, o que, uma vez mais, relegava Timor para um segundo plano de preocupações; a nível internacional, assistia-se ao reacendimento da competição entre os EUA e a URSS, com a multiplicação de conflitos e situações de tensão por todo o globo. Portugal mantinha, assim, um reduzido poder negocial.

Foi apenas a partir de 1986 e sobretudo com o massacre de Santa Cruz, em 1991, que Timor e Portugal encontraram ventos favoráveis para concretizar a tão desejada mudança. Foi também a partir de então que os media passaram a ter uma intervenção ativa na questão timorense. Com a chegada da nova década, Portugal investira na combinação do diálogo com a Indonésia com a pressão internacional, de modo a garantir a internacionalização e o aumento dos custos políticos para Jacarta, em especial através da promoção e defesa dos direitos humanos e da condução diplomática do processo. Além do mais, nos anos 90, o mundo já não era o mesmo: a Guerra Fria chegara ao fim, tendo-se afirmado uma nova ordem internacional que legitimava a preferência pela resolução

pacífica dos conflitos e o reconhecimento universal dos direitos humanos, para além da emergência da sociedade de informação. Já a Indonésia, no final de século, enfrentava uma profunda crise financeira e iniciara a sua transição democrática, ao contrário de Portugal, já membro da CEE, que vivia tempos de estabilidade política e económica e contava com uma forte mobilização da opinião pública nacional (e internacional) a favor de Timor, que favoreceu a aposta do governo português numa posição de maior força neste diferendo. Como demonstrou uma análise realista neoclássica, construtivista e de *FPA* desta conjuntura, a conjugação de todos estes fatores e outros acontecimentos (tais como os ocorridos no território timorense e a persistência da resistência maubere) teve repercussões cruciais sobre a situação de Timor e sobre o sucesso da estratégia portuguesa, que nestas circunstâncias ganhou uma capacidade negocial e argumentativa. A independência acabou por triunfar em Timor, tornando-se uma das maiores vitórias da diplomacia portuguesa, muito graças à perspicaz leitura da mudança dos tempos e à determinação e insistência política em honrar os compromissos históricos e morais.

A par de tudo isto, conforme apurou a presente investigação, o setor mediático português defrontava-se com diversos problemas e mudanças que moldavam a sua atuação e relação com o campo político. No pós-revolução, apesar da abolição dos mecanismos censórios e de uma série de transformações destinadas a afastar o setor do passado ditatorial, verificou-se um reforço da presença do Estado na comunicação social (sobretudo com a nacionalização de vários jornais, o monopólio da televisão e o duopólio da rádio) e uma situação de forte saturação ideológica, que se traduzia num grande controlo, influência e manipulação destes meios pelos atores político-partidários. Só no fim dos anos 80 é que o sistema dos media português conheceu mudanças que garantiram o exercício mais independente e objetivo da sua atividade: a abertura do setor televisivo à iniciativa privada, a reprivatização da imprensa nacionalizada, a liberalização da rádio e as alterações legislativas na regulamentação. Foi neste contexto que a agência Lusa, fundada em 1986, procedeu à cobertura do caso de Timor.

Especificamente no que concerne a esta agência e à sua relação com a política externa portuguesa, foi possível concluir que a Lusa não só desempenha um papel de especial relevância no setor mediático português, enquanto única agência noticiosa nacional e principal fornecedora de informação dos media portugueses e de língua portuguesa, mas também que a sua atuação apresenta importantes contornos de política externa. De facto, ao ter como missão a prestação de um serviço público de informação, mediante um contrato celebrado com o Estado português, esta agência está vinculada a

uma série de obrigações e direitos, alguns dos quais apontam explicitamente para uma dimensão de PE da sua atividade: exemplo disso é o reconhecimento, nos contratos dos anos 90 analisados, do papel da Lusa na defesa dos interesses nacionais, bem como a obrigatoriedade de manter delegações e correspondentes (como foi o caso de Timor) e de cobrir acontecimentos relevantes nos espaços estrategicamente importantes para Portugal, para além do seu evidente na papel na projeção de informação sobre Portugal para outros países, um aspeto relevante para a própria afirmação do país no mundo. Desta forma, uma outra conclusão a destacar prende-se com a “dupla função – jornalística e em ligação com a política externa” (Duque et al., 2011, p.19) – desta agência, função a qual não foi alheia ao processo timorense. Efetivamente, tais moldes de atuação e relacionamento da Lusa com o Estado português, foram importantes para compreender as repercussões do trabalho desta agência na questão de Timor, em termos da PEP.

Importa, no entanto, não esquecer que a atuação da agência portuguesa foi parte do contributo mais vasto da generalidade dos media noticiosos neste processo, já que o jornalismo foi uma das janelas pela qual o mundo tomou conhecimento do que se passava neste território (como se verificou aquando do massacre de Santa Cruz em 1991), tendo contribuído ativamente para a mobilização da opinião pública internacional. Sem o trabalho desempenhado pelos jornalistas, diversos autores e personalidades questionam-se se Timor teria conhecido o mesmo desfecho, corroborando, assim, como a atividade destes meios se cruzou com as questões de política externa.

No que concerne ao caso em estudo, através do cruzamento da análise da cobertura noticiosa da Lusa (pela lente da Análise Crítica do Discurso), da relação entre esta agência e o Estado e das estratégias do governo português para a resolução do conflito timorense, concluiu-se que a agência noticiosa portuguesa foi um ator com que contribuiu de forma relevante para a questão timorense, a nível da PEP, quer agindo com independência e de acordo com os princípios orientadores da profissão, quer convivendo e relacionando-se com os interesses e estratégias das autoridades portuguesas e de outros intervenientes do processo, embora não seja possível falar numa instrumentalização propriamente dita.

Um dos grandes (e mais evidentes) contributos da Lusa prendeu-se com o seu papel na afirmação do tema ‘Timor Leste’ na agenda mediática (nacional e internacional) e, assim, na internacionalização e conseqüente ‘imposição’ deste assunto à opinião pública e às autoridades políticas portuguesas (e internacionais), graças ao destaque e prioridade que, progressivamente, concedeu a este assunto na sua cobertura noticiosa. Ao impedir que o tema caísse no esquecimento, a atuação da agência foi ao encontro da estratégia

portuguesa sobre o mesmo. Como realçaram os jornalistas da Lusa entrevistados, Paulo Nogueira e Jorge Wemans, a agência assumia, de facto, uma centralidade na difusão de informação acerca de Timor, sobretudo após a instalação de um correspondente especial neste território, o que reforçou a sua importância na informação da arena internacional.

A par deste papel, esta agência foi ainda relevante na sensibilização e mobilização da opinião pública portuguesa e internacional. A sua informação propulsionou uma onda de solidariedade, auxílio humanitário e diversos apelos, protestos e iniciativas simbólicas que, depois, foram amplamente noticiados por esta agência. Assim, a Lusa afirmou-se também como um veículo de pressões sobre os diferentes atores do processo, incluindo Portugal: ao dar voz e cobertura a estas convocações e reivindicações dirigidas a vários governos e entidades, o seu trabalho ganhou uma dimensão de performatividade política, e a nível de PE mais precisamente, instando a tomadas de posição e ações por parte dos envolvidos neste diferendo. Paralelamente a isto, podemos reconhecer ainda uma dimensão de *public diplomacy* no trabalho da Lusa, no sentido em que se verificou como vários atores (sobretudo não-estatais) recorriam a esta para influenciar a perceção e atuação de PE dos governos e da opinião pública em relação a Timor.

O reconhecimento da agência por parte dos diferentes atores como um palco privilegiado para veiculação das suas posições e mensagens acerca de Timor e como um canal de diálogo, em especial entre Portugal e a Indonésia, sobretudo face às dificuldades de utilização dos canais diplomáticos tradicionais (devido à interrupção das relações bilaterais desde 1975), é outra das evidências da dimensão de política externa da atuação da Lusa identificadas no presente trabalho. Em diversos momentos, esta organização foi procurada e tida em conta na definição de estratégias de diversas organizações e entidades para a divulgação das suas opiniões, apelos, declarações e/ou iniciativas, o que nos permite associar a atuação desta agência ao modelo conceptual de *media diplomacy*.

Além disso, a análise da produção jornalística da Lusa permitiu concluir que esta agência tendia a favorecer e a basear a sua cobertura na versão dos factos portuguesa acerca da invasão de Timor, desacreditando a narrativa indonésia. Tal é de especial importância no plano da PEP, se tivermos em conta que esta agência era muitas vezes a principal fonte de informação dos media portugueses e de outras agências internacionais, já que, como revelou Paulo Nogueira, a Lusa havia alcançado uma grande aceitação entre a comunidade jornalística internacional. Ademais, esta agência enquadrava frequentemente de forma pejorativa as personalidades e ações indonésias, sublinhando a responsabilidade de Jacarta e das milícias pró-integracionistas pela destruição de Timor,

ao mesmo tempo que destacava os esforços diplomáticos de Portugal e mantinha uma relação próxima com os timorenses (em especial com os independentistas).

Além de tudo isto, a cobertura do Lusa contribuiu ainda para a credibilização de vários argumentos das autoridades portuguesas, em especial no respeitante às denúncias da violação dos direitos humanos (cuja promoção do seu respeito era um dos objetivos da PEP) e à afirmação da singularidade da identidade cultural e religiosa de Timor (realçando, assim, a proximidade entre este território e Portugal e a sua consequente distinção face à Indonésia). Quanto a este último ponto acrescenta-se que a agência portuguesa funcionou como uma ponte de ligação entre Portugal e Timor.

Já do prisma da política externa portuguesa, com base na análise das notícias e nas entrevistas realizadas foi possível identificar como as autoridades portuguesas reconheceram a utilidade do trabalho da agência Lusa para cumprir diversos dos seus objetivos. Um deles prendia-se com a necessidade de veicular a posição portuguesa e de conquistar e mobilizar a opinião pública, pelo que se tornou indispensável o recurso aos media, entre os quais a Lusa. Outro papel reconhecido a esta agência que se conjuga com os objetivos da PEP diz respeito à sua importância enquanto fonte de informação, já que os seus jornalistas no terreno recolhiam informações, muitas em primeira mão, que eram muito importantes para as autoridades portuguesas do ponto de vista estratégico, sendo “quase uma extensão do serviço diplomático, embora operando com outros cânones” (Ana Gomes, em entrevista). Assim, de acordo com alguns entrevistados, é possível identificar no trabalho da Lusa uma espécie de função paradiplomática.

Por último, é importante referir que a própria agência tinha consciência das repercussões que a sua atividade poderia ter a nível de PEP, daí que os jornalistas entrevistados tenham ressaltado o cuidado tido para que a sua atividade não prejudicasse as posições diplomáticas de Portugal ou pudesse ser mal-interpretada por outros agentes, no sentido de uma legitimação da anexação de Timor. Tal preocupação foi especialmente evidente no relacionamento da Lusa com a sua congénere indonésia, a agência Antara, com a qual foi estabelecido um acordo apenas em 1998 e só depois de Portugal ter acordado também a abertura da secção de interesses com a Indonésia, verificando-se, assim, um paralelismo entre a atividade diplomática de Portugal e a atuação da agência.

Ressalve-se que a plena dimensão de todos estes papéis e contributos da Lusa no processo de Timor dependem, em grande parte, da repercussão do seu trabalho nos media nacionais e internacionais que utilizaram os seus serviços. Assim, para uma análise mais completa e precisa acerca do contributo desta agência em termos de PEP seria relevante

um estudo mais alargado, que incluísse a análise da relação da Lusa com esses órgãos de comunicação e a cobertura realizada pelos mesmos. Ademais, dada a capacidade de agendamento mediático da Lusa, poder-se-á ainda assumir, em certa medida, que as conclusões relativas ao seu trabalho acerca de Timor em termos de PEP são indiciadoras do contributo mais geral dos media portugueses. Tal não dispensa, contudo, a consideração mais aprofundada do conjunto do trabalho destes meios para entender as suas efetivas repercussões no âmbito da política externa.

Numa investigação futura, seria igualmente importante atentar na atuação da RTP (em especial a RTP1 e a RTP Internacional) no processo timorense, uma vez que esta estação televisiva foi também uma importante fonte de informação e ponte de ligação entre Portugal e Timor, para além de ter sido, em alguns momentos, um canal utilizado pelas autoridades portuguesas para se dirigirem e enviarem mensagens a este povo.

Ainda assim, com as limitações conhecidas, a investigação desenvolvida permitiu perceber como a agência Lusa e a sua cobertura noticiosa acerca do caso de Timor Leste desempenharam, de facto, um papel fundamental no âmbito da política externa portuguesa e contribuíram, em última instância, para a própria resolução deste processo, nos termos delineados por Portugal, sendo este estudo de caso um exemplo de como a relação da política externa com os media é ambígua, diversa e marcada por dinâmicas de influência e interdependência com repercussões relevantes sobre as questões de PE. Efetivamente, se por um lado, a Lusa procurou desempenhar a sua atividade com independência e de acordo com os cânones da profissão, afigurando-se como um ator relevante e participativo no processo timorense, por outro, esta agência não deixou de ser considerada no plano estratégico da PEP como um importante canal de veiculação das posições de Portugal, ponte e possibilitadora da mobilização da opinião pública e como uma fonte de informação primordial. A atuação das autoridades portuguesas junto dos media ao longo da década de 90 denotou como estas reconheciam a importância e a utilidade que a atividade dos media podia ter nas decisões e no rumo dos acontecimentos no campo da PE em relação a Timor. A investigação realizada, porém, não esgota, de modo algum, a discussão sobre a relação entre as agências noticiosas e a política externa, ficando assim diversos aspetos e ângulos desta relação por aprofundar. O presente trabalho pretendeu sobretudo cultivar as primeiras ideias e algumas hipóteses sobre a atuação da Lusa e as suas ligações à PEP, a partir do caso concreto de Timor Leste. Ainda assim, julgamos ter contribuído para o lançamento de um debate mais amplo acerca do complexo papel dos media neste plano político.

Fontes e Bibliografia

Fontes primárias

- a. Notícia sobre Timor Leste, agência Lusa, em 1991, 1992 (até maio de 1993) e 1999. Disponíveis no Centro de Documentação da agência Lusa.
- b. Contratos de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrados entre o Estado e a agência Lusa, em 1991 e 1998. Disponíveis no Centro de Documentação da agência Lusa.
- c. Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/86. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/275827/details/normal?q=Resolu%C3%A7%C3%A3o+do+Conselho+de+Ministros+84%2F86>
- d. Programas dos Governos Provisórios e Constitucionais entre 1974 e 2002. Disponíveis em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/governos-antiores>
- e. Código Deontológico do Jornalista, aprovado a 4 de maio de 1993 em assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas. Disponível em <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CodigoDeontologicoJornalista.pdf>
- f. Legislação portuguesa para a área da Comunicação Social. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Leis-area-ComunicacaoSocial.aspx>

Entrevistas

- g. Paulo Alves Nogueira, jornalista e correspondente da agência Lusa em Jacarta, em 1999. Realizada nas instalações da agência Lusa, a 4 de fevereiro de 2020, e por videochamada, a 17 de junho de 2020.
- h. Ana Gomes, diplomata e chefe da secção de interesses de Portugal em Jacarta, em 1999. Realizada por videochamada, a 27 de maio de 2020.

- i. Manuel Pedroso Marques, presidente do Conselho de Administração da agência Lusa entre 1996 e 2003. Realizada por chamada telefónica, a 18 de junho de 2020.
- j. Alberto Arons de Carvalho, secretário de Estado da Comunicação Social entre 1995 e 2002. Realizada por chamada telefónica, a 13 de julho de 2020.
- k. Jorge Wemans, diretor da informação da Lusa entre 1998 e 2000. Realizada por chamada telefónica, a 2 de julho de 2020.

Fontes secundárias

Adler, E., 1997. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, 3(3), pp.319–363. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/content/3/3/319> [Consultado a 2 de janeiro de 2020].

Adler, E., 2002. Constructivism and International Relations. In: W. Carlsnaes, T. Risse e B. Simmons, ed.2002. *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE Publications. pp.127-158.

Afonso, A., 2014. *Rotinas, jornalistas e fontes na era digital: O caso da agência Lusa*. Relatório de Estágio de Mestrado. Escola Superior de Comunicação Social.

Aguiar, P., 2009. Marx explica a Reuters: anotações para leituras da economia política sobre agências de notícias. In: União Latina de Economia Política de la Información, la Comunicación y la Cultura, *VII Congreso Internacional de la ULEPICC: Políticas de cultura y comunicación: creatividad, diversidad y bienestar en la Sociedad de la Información*. Madrid, Espanha, 7-9 outubro.

Aguiar, P., 2013. Agências de Notícias, Estado e Desenvolvimento: modelos adotados nos países BRICS. In: União Latina de Economia Política de la Información, la Comunicación y la Cultura, *VIII Congreso Internacional de la ULEPICC: Comunicación, políticas e industria: Procesos de digitalización y crisis, sus impactos y la regulación*. Quilmes, Argentina, 10-12 julho.

Albuquerque, C. e Teles, P., 2002. Timor-Leste e Direitos Humanos. *Janus*, [online] Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/2002/2002_2_11.html [Consultado a 19 de setembro de 2019].

Alden, C. e Aran, A., 2017. *Foreign Policy Analysis: New Approaches*. 2ªed. Abingdon: Routledge.

Allison, G., 1971. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Boston: Little Brown.

Almeida, M., 1999. O Epílogo do Império: Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa. *Novos Estudos*, 55, pp.7-26. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13823/1/Timor-Leste%20e%20a%20catarse%20pós-colonial%20portuguesa.pdf> [Consultado a 29 de abril de 2020].

Altschull, J. H., 1984. *Agents of power: The role of the news media in human affairs*. Nova Iorque: Longman Press.

Assembleia da República, 2020. *Legislação na área da Comunicação Social*. [online] Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Leis-area-ComunicacaoSocial.aspx> [Consultado a 31 de maio de 2020].

Aurélio, D. P., 2005. Nota do Orientador. In: R. Marques, ed.2005. *Timor-Leste: o Agendamento Mediático*. Porto: Porto Editora.

Batista, J. e Ribeiro, S., 2010. Lusa – an overview. In: O. Boyd-Barrett, ed.2010. *News Agencies in the Turbulent Era of the Internet*. Barcelona: Generalitat de Catalunya. pp.137-154.

Beach, D., 2012. *Analyzing Foreign Policy*. Basingstone: Palgrave Macmillan.

Bell, A., 1991. *The language of news media*. Oxford: Blackwell.

Bennett, L., 1990. Toward a Theory of Press-State Relations in the United States. *Journal of Communication*, 40(2), pp.103-25. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/comm1a/readings/bennett-press-state.pdf> [Consultado a 4 de novembro de 2019].

Berridge, G. R., 1995. *Diplomacy: Theory and Practice*. Londres: Palgrave Macmillan.

Boekle, H., Rittberger, V. e Wagner, W., 2001. Constructivist foreign policy. In: V. Rittberger, ed.2001. *German Foreign Policy Since Unification: Theories and Case Studies*. Manchester: Manchester University Press. pp.105-139.

Boorstin, D., 1992. *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*. Nova Iorque: Vintage Books.

Brandão, A., 2001. A consolidação da abertura (da pré-integração na CEE aos nossos dias). In: C., Pimenta, O., Figueiredo e A., Brandão, ed.2001. *A estratégia nacional de*

Portugal desde 1926 até 2000. Lisboa: IDICT - Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho. pp.123-155.

Brighi, E. e Hill, C., 2008. Implementation and behaviour. In: S. Smith, A. Hadfield e T. Dunne, ed.2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press. pp.117-36.

Burity, C., 2013. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. *Contemporânea*, 1(21), pp.166-179. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/download/3349/5110> [Consultado a 18 de novembro de 2018].

Cádima, F., 2010. Media e democracia em Portugal. *Verso e Reverso*, XXIX (55), 11-17. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277785758_Media_e_democracia_em_Portugal [Consultado a 28 de maio de 2020].

Camargo, J., 2008. *Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003. A mídia internacional e a imprensa brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

Cardoso, G. e Neto, P., 2004. Mass media driven mobilization and online protest: ICTs and the pro-East Timor movement in Portugal. In: W. Don, D. Rucht, B. Loader e P. Nixon, ed.2004. *Cyberprotest: New Media, Citizens and Social Movements*. Londres: Routledge. pp.1-21.

Cardoso, G., 2010. *A Energia dos Vizinhos: uma análise da política externa do governo Lula na nacionalização do gás boliviano e nas alterações do Tratado de Itaipu*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cardoso, A., Carvalho, A. e Figueiredo, J., 2012. *Direito da Comunicação Social*. Lisboa: Texto Editores.

Castro, R., 2013. *Agências de Notícias: O caso da Lusa*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Cater, D., 1959. *The Fourth Branch of Government*. Boston: Houghton Mifflin.

Checkel, J., 2008. Constructivism and Foreign Policy. In: S. Smith, A. Hadfield, e T. Dunne, ed.2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press. pp.71-82.

- Chomsky, N., 1998a. The Great Powers and Human Rights: the Case of East Timor. In: P. Leite, ed.1998. *The East Timor Problem and the Role of Europe*. Lisboa: International Platform of Jurists for East Timor. pp. 29-63.
- Chomsky, N., 1998b. East Timor and World Order. In: P. Leite, ed.1998. *The East Timor Problem and the Role of Europe*. Lisboa: International Platform of Jurists for East Timor. pp. 65-81.
- Clarke, M., 1979. Foreign Policy Implementation: Problems and Approaches. *British Journal of International Studies*, 5(2), 112-128. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20096858> [Consultado a 17 de dezembro de 2018].
- Coban, F., 2016. The Role of the Media in International Relations: From the CNN Effect to the Al –Jazeera Effect. *Journal of International Relations and Foreign Policy*, 4(2), pp.45-61. doi: <https://doi.org/10.15640/jirfp.v4n2a3> [Consultado a 17 de dezembro de 2018].
- Cohen, B. C., 1963. *The Press and foreign policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Conde, N., 2012. *O papel do Estado no sistema dos Media*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa.
- Constantinou, C. M., 2016. Everyday diplomacy: mission, spectacle and the remaking of diplomatic culture. In: J. Dittmer e F. McConnell, ed.2016. *Diplomatic Cultures and International Politics: Translations, Spaces and Alternatives*. Londres: Routledge. pp.23– 40.
- Cook, T. E., 1998. *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cravinho, J., 2010. A campanha portuguesa para o Conselho de Segurança. *Relações Internacionais*, 28, pp.5-37. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a01.pdf [Consultado a 2 de maio de 2020].
- Curran, J., 2002. *Media and Power*. Londres: Routledge.
- Dijk T., A., 1985. *Discourse and communication*. Berlim: De Gruyter.
- Dijk T., A., 1988a. *News as Discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

Dijk, T., A., 1988b. *News analysis: Case studies of international and national news in the press*. Hillsdale: Erlbaum.

Dijk, T., A., 1991. *Racism and the press*. Londres: Routledge.

Dijk, T. A., 2001. Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In: R. Wodak e M. Meyer, ed. 2001. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: SAGE. pp.95–120.

Diverio, T., Silva, L. e Netto, C., 2018. Debates teóricos das relações internacionais, política externa e a interação entre o nível internacional e o doméstico. *História: Debates e Tendências*, 16(1). pp.230-244. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306128864_Debates_teoricos_das_relacoes_internacionais_politica_externa_e_a_interacao_entre_o_nivel_internacional_e_o_domestico [Consultado a 14 de setembro de 2020].

Doyle, M., 2012. Liberalism and foereign Policy. In: S. Smith, A. Hadfield, e T. Dunne, ed. 2012. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press. pp.54-78.

Drid, T., 2018. The Study of News: A Discourse Analysis Perspective. *Journal El-Bahith in Human and Social Sciences*, 10(35), pp.701-708. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333929826_The_Study_of_News_A_Discourse_Analysis_Perspective [Consultado a 22 de Novembro de 2019].

Duque, J., Cristovão, A., Torres, E., Lopes, F., Cabral, F., Amaral, J., Fernandes, J., Damásio, M., Cabral, M. e Franco, M., 2011. *Relatório do Grupo de Trabalho para a Definição do Conceito de Serviço Público de Comunicação Social*. [pdf] Disponível em: http://static.publico.pt/docs/media/relatoriogtes_141111.pdf [Consultado a 19 de outubro de 2018].

Eijaz, A., 2012. Media Affecting Upon or Affected By Foreign Policy: The Case of Pakistan. *Journal of Alternative Perspectives in the Social Sciences*, 5(1), pp.74-95. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259756866_Media_Affecting_Upon_or_Affected_By_Foreign_Policy_The_Case_of_Pakistan [Consultado a 29 de outubro de 2018].

ERC, 2014. *Novos Media: sobre a redefinição da noção de órgão de comunicação social*. Lisboa: Conselho Regulador da ERC.

Fairclough, N., 1992. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.

- Fairclough, N., 1995. *Media Discourse*. Londres: Hodder Arnold Publication.
- Featherman, M., 2015. *Discourses of Ideology and Identity: Social Media and the Iranian Election Protests*. Nova Iorque: Routledge.
- Filho, M., 2016. *Representações de Portugal nas Agências Internacionais de Notícias*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa.
- Firoozabadi, J. e Ashkurazari, M., 2016. Neo-classical realism in International Relations. *Asian Social Science*, 12(6), pp.95-99. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5539/ass.v12n6p95> [Consultado a 18 de dezembro de 2019].
- Flockhart, T., 2012. Constructivism and Foreign Policy. In: S. Smith, A. Hadfield, e T. Dunne., ed.2012. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press. pp.79-94.
- Fonseca, C., 2008. *O Brasil na política externa portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- Foulon, M., 2015. Neoclassical Realism: Challengers and Bridging Identities. *International Studies Review*, 17(4), 635-661. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282163171_Neoclassical_Realism_Challenges_and_Bridging_Identities [Consultado a 18 de dezembro de 2019].
- Freire, R. e Brito, R., 2010. Ensaio Bibliográfico. estudos sobre política externa portuguesa após 2000. *Relações Internacionais*, 28, pp.157-179. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n28/n28a12.pdf> [Consultado a 27 de janeiro de 2020].
- Freire, R. e Vinha, L., 2011. Política Externa: modelos, actores e dinâmicas. In: Freire, R., ed.2011. *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp.13-53.
- Galito, M., 2019. *Ensaio sobre a política externa portuguesa*. CEsA/CSG Documentos de Trabalho; nº 176-2019. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Gaspar, C., 2001. O Contexto Internacional da Crise Timorense. *Janus*, [online] Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001_1_1_11.html [Consultado a 19 de setembro de 2019].
- Gaspar, C., 2003. A Guerra Fria Acabou Duas Vezes. *Nação e Defesa*, 105 (2), pp.141-176. Disponível em:

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1398/1/NeD105_CarlosGaspar.pdf

[Consultado a 27 de abril de 2020].

Gaspar, C., 2016. *O pós-Guerra Fria*. Lisboa: Tinta da China.

Gilboa, E., 2001. Diplomacy in the media age: Three models of uses and effect. *Diplomacy and Statecraft*, 12(2), pp.1-28. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592290108406201> [Consultado a 14 de dezembro de 2018].

Gilboa, E., 2002. Global Communication and Foreign Policy. *Journal of Communication*, 52(4), pp.731-748. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/articleabstract/52/4/731/4110043?redirectedFrom=fulltext> [Consultado a 26 dezembro de 2018].

Gitlin, T., 1980. *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press.

Gomes, A., 1995a. Timor-Leste e o imperativo de uma política dos direitos humanos. *Política Internacional*, 10, pp.1-10. Disponível em: http://www.ipris.org/files/10/07_Timor_Leste_e_o_imperativo.pdf [Consultado a 29 de abril de 2020].

Gomes, J., 1995b. As Lutas de Libertação Nacional e o Direito Internacional Humanitário. o Caso de Timor-Leste. *Política Internacional*, 1(10), pp.29-65. Disponível em: http://www.ipris.org/files/10/04_As%20lutas_de_libertacao_nacional.pdf [Consultado a 20 de setembro de 2019].

Gomes, J., 2010. A internacionalização da questão de Timor-Leste. *Relações Internacionais*, 25, pp.67-89. Disponível em: www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n25/n25a07.pdf [Consultado a 30 de abril de 2020].

Gorjão, P., 2002. O fim de um ciclo: as políticas externas da Austrália e de Portugal em relação a Timor-Leste. *Análise Social*, XXXVII(164), pp.911-936. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223312800R0wEP5tk8Qt78BG3.pdf> [Consultado a 18 de setembro de 2019].

Gorjão, P., 2005. Mudança de regime e política externa: Portugal, a Indonésia e o destino de Timor-Leste. *Análise Social*, XL(174), pp.7-35. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0003-25732005000200001 [Consultado a 18 de setembro de 2019].

Gunn, G., 1997. *East Timor and the United Nations: the Case for Intervention*. Lawrenceville: The Red Sea Press.

Gusmão, X., 1994. *Timor-Leste – Um Povo, Uma Pátria*. Lisboa: Edições Colibri.

Hallin, D. C., 1989. *The Uncensored War: The Media and Vietnam*. Berkeley: University of California Press.

Hallin, D. C. e Mancini, P., 2004. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hanretty, C., 2011. *Public Broadcasting and Political Interference*. Abingdon: Routledge.

Hawkins, V., 2002. The Other Side of the CNN Factor: the media and conflict. *Journalism Studies*, 3(2), pp.225-240. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14616700220129991> [Consultado a 7 de setembro de 2019].

Herman, E. S. e Chomsky, N., 1988. *Manufacturing Consent: A Propaganda Model*. Nova Iorque: Pantheon Books.

Hermenegildo, R., 2009. A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor-Leste. *Revista Militar*, (2491/2192), pp.1-17. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/504> [Consultado a 18 de setembro de 2019].

Hill, C., 2016. *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. 2ª ed. Londres: Palgrave.

Ho Lee, S. e Wang, Q., 2016. A Comparative Investigation Into Press–State Relations: Comparing Source Structures in Three News Agencies Coverage of the North Korean Missile Crisis. *International Journal of Communication*, 10, pp.1907–1928. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3239> [Consultado a 29 de outubro de 2019].

Horta, J. R., 1994. *Timor-Leste: Amanhã em Díli*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Howlett, M., 1991. Policy Instruments, Policy Styles, and Policy Implementation: National Approaches to Theories of instrument choice. *Policy Studies Journal*, 19(3), pp.1-21. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307638315_Policy_Instruments_Policy_Style

[s and Policy Implementation National Approaches to Theories of Instrument Choice](#) [Consultado a 17 de dezembro de 2018].

Hudson, V. e Vore, C., 1995. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. *Mershon International Studies Review*, 39(2), pp.209-238. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/222751> [Consultado a 10 de janeiro de 2019].

Hudson, V., 2014. *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. Lanham: Rowman & Littlefield.

Joaquim, E., 2011. *Hawks e Doves: O Realismo e o Liberalismo, e a Política Externa Norte-Americana da Administração Carter*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Jorge, C., 2013. *A Agência Lusa como fonte na imprensa escrita generalista portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Krieger, H., 1997. *East Timor and the International Community: Basic Documents*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kubálková, V., 2001. *Foreign Policy in a Constructed World*. Londres: Routledge.

Kuus, M., 2014. *Geopolitics and Expertise: Knowledge and Authority in European Diplomacy*. Chichester: Wiley-Blackwell.

Lameiras, M., 2016. *Regulação dos Media em Democracia: Experiências e Modelos no Caso Português*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho.

Leitão, A., 2015. As relações entre Portugal e Timor-Leste: da descolonização aos desafios no pós-intervencionismo. In: R. Freire., ed.2015. *Consolidação da paz e a sua sustentabilidade as Missões da ONU em Timor-Leste e a Contribuição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp.69-95.

Leite, P., 1998. *The East Timor Problem and the Role of Europe*. Lisboa: International Platform of Jurists for East Timor.

Liedtke, P., 2015. Políticas de comunicação em Portugal: ações regulatórias instigantes para o Brasil. In: Intercom, *XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro, Brasil, 4-7 setembro.

Lippmann, W., 1922. *Public Opinion*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company.

Lindblom, C. E., 1959. The science of muddling through. *Public Administration Review*, 19(2), pp.79–88. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/973677> [Consultado a 17 de dezembro de 2018].

Lusa, 2018. *Lusa, Agência de Notícias de Portugal*. [online] Disponível em: <https://www.lusa.pt/about-lusa/estrat%C3%A9gia>. [Consultado a 29 de outubro de 2018].

Lusa, 2020. *Condecoração de Timor-Leste atribuída à Lusa*. [online] Disponível em: <https://www.lusa.pt/about-lusa/Condecoração-de-Timor-Leste-atribuída-à-Lusa> [Consultado a 16 de maio de 2020].

Malek, A., e Wiegand K. 1997. News Media and Foreign Relations: An Integrated Review. In: A. Malek, ed.1997. *News Media and Foreign Relations: A Multifaceted Perspective*. Nova Jérсия: Ablex Publishing Corporation. pp.3-28.

Marcos, D., 2010. Ensaio bibliográfico. Do Ultimato à transição rara a democracia. *Relações Internacionais*, 13, pp.139-155. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n28/n28a11.pdf> [Consultado a 1 de fevereiro de 2020].

Marques, R., 2005. *Timor-Leste: o Agendamento Mediático*. Porto: Porto Editora.

Martin, I., 2000. *A Consulta Popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste – Primeiras Reflexões*. *Política Internacional*, (21), pp.1-9. Disponível em: http://www.ipris.org/files/21/D_21_A_consulta_popular_e_a_Missa_o_das.pdf [Consultado a 20 de setembro de 2019].

Mendes, J., 2012. *Portugal e as Nações Unidas: O papel do Conselho de Segurança na Política Externa Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Mendes, J., 2015. Um novo papel internacional para Portugal? A participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Relações Internacionais*, 47, pp.85-100. Disponível em: www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n47/n47a05.pdf [Consultado a 9 de julho de 2020].

Mendes, P., 2018. Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: o caso português. *Análise Social*, 227(2), pp.458-487. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n227a09.pdf> [Consultado a 14 agosto de 2019].

- Mendes, P., 2019. As teorias principais das Relações Internacionais Uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais*, (61), pp.95-122. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n61/n61a08.pdf> [Consultado a 14 de setembro de 2020].
- Mesquita, M., 1994. Os meios de comunicação social. O universo dos media entre 1974 e 1986. In: A. Reis, ed.1994. *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.360-396.
- Meyer, M., 2001. Between theory, method, and politics: positioning of the approaches to CDA. In: R. Wodak e M. Meyer, ed.2001. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: SAGE. pp.14-31.
- Mintz, A. e DeRouen J., 2010. *Understanding Foreign Policy Decision Making*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Monteiro, C., 2010. Covering the Lost Empire: the Portuguese media and East Timor. *Journalism Studies*. 3(2), pp.277–287. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616700220130034> [Consultado a 5 de junho de 2020].
- Morin, J. F. e Paquin, J., 2018. *Foreign Policy Analysis: A Toolbox*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Nimmo, D. e Combs, J., 1980. *Subliminal Politics: Myths and Mythmakers in America*. Nova Iorque: Prentice-Hall.
- Moreira, A., 2007. A Diplomacia Portuguesa. *Negócios Estrangeiros*, 10, pp.19-25. Disponível em: https://idi.mne.pt/images/Revista_NE/PDF/19-2007_02_n_10.pdf [Consultado a 27 de abril de 2020].
- Mowlana, H., 1997. *Global Information and World Communication: New Frontiers in International Communication: New Frontiers in International Relations*. Londres: SAGE Publications.
- Mowle, T., 2003. Worldviews in Foreign Policy: Realism, Liberalism, and External Conflict. *Political Psychology*, 24(3). pp.561-592. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3792326> [Consultado em 12 de setembro de 2020].
- Neves, F., 2002. Timor-Leste: processo diplomático. *Política Internacional*. 3(21), pp.1-8. Disponível em:

http://www.ipris.org/files/21/E_21_Timor_Leste_processo_diplomático.pdf

[Consultado a 19 de setembro de 2019].

Novais, R., 2007. National Influences In Foreign News British and Portuguese Press Coverage of the Dili Massacre in East Timor. *SAGE Publications*, 69(6), pp.553–573.

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1748048507082842>

[Consultado a 7 de junho de 2020].

Nunes, N. e Lima, M.P., 2008. Movimentos sociais por Timor. *Travessias*, pp.165-189.

Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/NunoPomboNunes.pdf> [Consultado a 15 agosto de 2019].

Nye, J., 1990. Soft Power. *Foreign Policy*, (80), pp.153-171. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/1148580> [Consultado a 27 de outubro de 2019]

Nye, J., 2004. Soft Power and American Foreign Policy. *Political Science Quarterly*, 119(2), pp.255-270. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20202345> [Consultado a 27 de outubro de 2019].

[Consultado a 27 de outubro de 2019].

Nye, J. e Owens, W. A., 1996. America's information edge. *Foreign Affairs*, (75), pp.20–

36. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20047486?seq=1> [Consultado a 28 de outubro de 2019].

O’Heffernan, P., 1993. Mass media and U.S. foreign policy: A mutual exploitation model of media influence in U.S. foreign policy. In: R. Spitzer, ed.1993. *Media and public policy*. Westport: Praeger. pp.187-211.

Oliveira, J., 1992. A integração europeia e os meios de comunicação social. *Análise Social*, XXVII(118-119), pp.995-1024. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/41010947> [Consultado a 31 de maio de 2020].

Oliveira, R., 2014. O soft power das novas mídias nas relações internacionais. *Cadernos Adenauer*, XV(4), pp.45-67. Disponível em:

https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=744527ca-f94f-c3c2-d83d-76170f8ab98f&groupId=265553 [Consultado a 28 de outubro de 2019].

Onuf, N., 1998. Constructivism: A User's Manual. In. V. Kubáľková., ed.1998. *International Relations in a Constructed World*. ed.2015. Abingdon: Routledge. pp.58-78.

- Praça, A., 2013. *As Agências de Notícias e a forma como influenciam o Jornalismo Online Português*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto.
- Paulino, V., 2014. *Timor-Leste nos estudos interdisciplinares*. Díli: UPDC-PPGP, UNTL.
- Pereira, L., 1997. Os Desafios de Timor. *Janus*, [online] Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/popups1997/1997_3_9_graf_a.html [Consultado a 2 de maio de 2020].
- Pereira, P., 2018. Portuguese Foreign Policy. In: B. Belli e F. Nasser, ed.2018. *The Road Ahead: The 21st-Century World Order in the Eyes of Policy Planners*. Brasília: Alexandre de Gusmão Foundation. pp.269-283.
- Pinheiro, J. D., 1988. Os grandes eixos da Política Externa de Portugal de hoje. *Nação e Defesa*, pp.16-36. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62688268.pdf> [Consultado a 28 de outubro de 2019].
- Pinto, A. C., 2015. *Em Busca da Democracia 1960-2000*. Lisboa: Fundacion Mapfre/Editora Objectiva.
- Pinto, M., 2012. Portugal: a participação em missões de paz como factor de credibilização externa. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 3(1), pp.66-78. Disponível em: https://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n1/pt/pt_vol3_n1_art3.pdf [Consultado a 18 de setembro de 2020].
- Pinto, A. 2016. *O Papel da Sociedade Civil Portuguesa no processo de Libertação de Timor-Leste: dinâmicas e impactos do envolvimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Pires, M., L., 1991. *Descolonização de Timor: Missão Impossível?*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Połońska, E. e Beckett, C., 2019. *Public Service Broadcasting and Media Systems in Troubled European Democracies*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Pureza, J. M., 2001. Quem salvou Timor Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário. *Oficina do CES*, 164, pp.1-33. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11040/1/Quem%20Salvou%20Timor%20Leste.pdf> [Consultado a 8 de setembro de 2019].

Ramos, F. D., 2010. *A Diplomacia Portuguesa no Processo de Autodeterminação de Timor-Leste (Evoluções entre 1974-1999)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Rebello, J., 2017. O que é que o Estado quer da Agência Lusa?. In: Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da Assembleia da República, *Modelo de agência noticiosa e informativa de interesse público – o caso da Agência Lusa*. Lisboa, Portugal, 28 março.

Reis, A. e Nunes, J., 1994. Breve síntese sobre a evolução dos media no período 87-94. In A. Reis., ed.1994. *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rezola, M., 2019. Romper com o passado: a Revolução nos Média (Portugal, 1974-1975). *Media&Jornalismo*, 19(35), pp.249-262. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_35_17 [Consultado em 31 de maio de 2020].

Ripsman, N., 2011. Neoclassical Realism. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*, pp.1-21. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/383708960/Ripsman-N-2011-Neoclassical-Realism-Oxford-Research-Encyclopedia-of-Int-Studies> [Consultado a 16 de dezembro de 2019].

Roberts, P., 2018. East Timor: hostage to the Cold War?. In: City University of Macau, *East-Timor Studies International Series Symposium: Transitions, Development and Belt & Road Initiative*. Macau, China, 30 outubro.

Robinson, P., 1999. The CNN Effect: Can the News Media Drive Foreign Policy?. *Review of International Studies*, 25(2), pp.301-309. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20097596> [Consultado a 30 de outubro de 2018].

Robinson, P., 2001. Theorizing the Influence of Media on World Politics: Models of Media Influence on Foreign Policy. *European Journal of Communication*, 16(4), pp.523-544. Disponível em: <http://ejc.sagepub.com/content/16/4/523> [Consultado a 29 de outubro de 2018].

Rose, G., 1998. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, 51, pp.144-172. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100007814 [Consultado a 17 de dezembro de 2019].

Rosenau, J., 1966. Pre-theories and Theories of Foreign Policy. In: R. Farrell, ed.1966. *Approaches to Comparative and International Politics*. Evanston: Northwestern University Press. pp. 27-92.

RTP, 2012. Agência Lusa recebe Insígnia da Ordem de Timor-Leste. *RTP*. [online] 18 de maio. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/agencia-lusa-recebe-insignia-da-ordem-de-timor-leste_n554785 [Consultado a 16 de maio de 2020].

Rynning, S. e Ringsome, J., 2008. Why are Revisionist States Revisionist? Reviving Classical Realism as an Approach to Understanding International Change. *International Politics*, (45), pp.19-39. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.ip.8800217> [Consultado a 23 de maio de 2019].

Sá, T., M., 2008. *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa.

Scheiner, C., 2000. The United States: from complicity to ambiguity. In: P. Hainsworth e S. McCloskey, ed.2000. *The East Timor Question: The struggle for independence from Indonesia*. Londres: I.B. Taurus. pp.117-132.

Schudson, M., 2002. The News Media as Political Institutions. *Annual Review of Political Science*. (5), pp.249-269. doi: [10.1146/annurev.polisci.5.111201.115816](https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.5.111201.115816) [Consultado a 19 de dezembro de 2019].

Schweller, R., L., 1994. Bandwagoning for Profit. Bringing the Revisionist State Back In. *Internacional Security*, 19(1), pp.72-107. Disponível em: <http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b7/Attachments/17/Bandwagoning%20for%20Pofits.pdf> [Consultado a 25 de maio de 2019].

Semedo, J., 2015. *Política Externa, Inserção Internacional e Desenvolvimento. O caso de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora.

Sevin, E., 2017. *Public Diplomacy and the Implementation of Foreign Policy in the US, Sweden and Turkey*. Cham: Palgrave Macmillan.

Silva, S., 2002. Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas. *BOCC*, [online] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf> [Consultado a 2 de junho de 2020].

Silva, A. S., 2007. A hetero-regulação dos Meios de Comunicação Social. *Comunicação e Sociedade*, 11, pp.15-27. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/1189> [Consultado a 31 de maio de 2020].

Smith, S., Clarke, M., 1985. *Foreign Policy Implementation*. Londres: Unwin Hyman.

Smith, S., 2001. Foreign policy is what states Make of It: Social Construction and Internacional Relations Theory. In: V. Kubáľková, ed.2001. *Foreign Policy in a Constructed World*. Londres: Routledge. pp. 38-55.

Snyder, R., Bruck, H. e Sapin, B., 1954. *Foreign Policy Decision-Making as na Approach to the Study of International Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Soares, M., 2002. As transições do séc.XX. *Janus*, [online] Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/2002/2002_3_1_4.html [Consultado a 4 de maio de 2020].

Sousa, H., 2001. Políticas da Comunicação em Portugal: Actores, decisões e não decisões. In: Universidade de Málaga e Sociedade Portuguesa de Comunicação (SOPCOM), *I Congresso Ibérico de Comunicação: Políticas de Comunicação*. Málaga, Espanha, 7 – 9 Maio.

Sprout, H. e Sprout, M., 1956. *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Sprout, H. e Sprout, M., 1965. *The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Taliaferro, J., Lobell, S. e Ripsman, N., 2009. *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tapsell, R. e Eidenfalk, J., 2013. Australian Reporting from East Timor 1975-1999: Journalists as Agents of Change. *Australian Journal of Politics and History*, 59(4), pp.576-592. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ajph.12034> [Consultado a 9 de setembro de 2019].

Teixeira, N., S., 1999. Portugal no mundo – século XX. *Janus*, [online] Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_46.html [Consultado a 4 de maio de 2020].

Teixeira, N., S., 2004. O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, 1, pp.5-12. Disponível em: www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r1/RI01_Artg02_NST.pdf [Consultado a 29 de janeiro de 2020].

Teixeira, N., S., 2010. Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, 28, pp.51-60. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n28/n28a04.pdf> [Consultado a 27 de janeiro de 2020].

Teixeira, N., S., 2015. Portugal no mundo. In A.C. Pinto, ed.2015. *Em Busca da Democracia 1960-2000*. Lisboa: Fundacion Mapfre/Editora Objectiva.

Telo, A. J., 2007. De Marcelo Caetano ao Portugal democrático. As relações internacionais da transição. *Espacio, Tiempo Y Forma*, pp.247-285. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwj3wLzAocDpAhUpzIUkHdPdBiwQFjABegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Frevistas.uned.es%2Findex.php%2FETFV%2Farticle%2Fdownload%2F3160%2F3019&usq=AOvVaw1q1VZe-sY47cuLqaBrKJp6> [Consultado a 30 de janeiro de 2020].

Xie, Q., 2018. Critical Discourse Analysis of News Discourse. *Theory and Practice in Language Studies*, 8(4), pp.399-403. Disponível em: <https://www.academypublication.com/ojs/index.php/tpls/article/view/tpls0804399403> [Consultado a 22 de Novembro de 2019].

Wendt. A. e Fearon, J., 2002. Rationalism v. Constructivism: A Skeptical View. In: W. Carlsnaes, T. Risse e B. Simmons, ed.2002. *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE Publications.

Więclawski, J., 2017. Neoclassical realism and the crisis of the realist paradigm in contemporary international relations. *Myśl Ekonomiczna i Polityczna*, 2(57), pp.192-219. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320272062_NEOCLASSICAL_REALISM_AND_THE_CRISIS_OF_THE_REALIST_PARADIGM_IN_CONTEMPORARY_INTERNATIONAL_RELATIONS?enrichId=rgreq-2aa2ed4811b38684a8b32f36a2a43e2e-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMjMDI3MjA2MjBtBUzo1NDcxMjUxMTA4NjE4MjRAMTUwNzQ1NjE5OTI1MQ%3D%3D&el=1_x_3&esc=publicationCoverPdf [Consultado a 18 de dezembro de 2019].

Wodak, R., 2001. What CDS is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: R. Wodak e M. Meyer, ed.2001. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: SAGE. pp.1-13.

Wodak, R., 2013. *Critical Discourse Analysis. Volume I: Concepts, History, Theory*. Londres: SAGE.

Wolfsfeld, G., 1997. *The media and Political Conflit*. Cambridge: Cambridge University Press.

Yüskel, Y., 2013. An Analysis of the Media and Government Relationship. *Selçuk İletişim*, 8(1), pp.57-70. Disponível em: <http://josc.selcuk.edu.tr/article/view/1075000007> [Consultado a 11 de dezembro de 2018].

Anexos

ANEXO A – Estratégia de Análise Crítica do Discurso

COMPONENTE TEXTUAL		COMPONENTE CONTEXTUAL	
ANÁLISE LINGUÍSTICA	ANÁLISE INTERTEXTUAL	PRÁTICA DISCURSIVA (PRODUÇÃO DO DISCURSO)	PRÁTICAS SOCIAIS (CONTEXTO SOCIAL)
<p>Relativamente à análise linguística, conforme proposto por van Dijk e Fairclough, nas peças jornalísticas da agência Lusa, analisar-se-á as seguintes categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SEMÂNTICA (análise do conteúdo, que lida com os significados das palavras, das frases e do discurso em geral): <ul style="list-style-type: none"> → Macroestrutura/estrutura semântica ou temática: tópicos/temas – macroproposições; → Microestrutura ou semântica local: análise das proposições, sequências de proposições estruturas e das relações estabelecidas entre si: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Proposições complexas e simples; 	<p>Como proposto por Fairclough, no concernente à intertextualidade, importará:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Identificar os vários discursos e vozes que se entrelaçam no discurso noticioso analisado, avaliando a alternância entre discurso direto (citações) e indireto, entre a escrita do repórter e a voz de outros/das fontes; → Avaliar quais as vozes mais proeminentes e, por outro lado, quais as mais ausentes/negligenciadas (isto é, perceber quem tem realmente espaço e voz e quem é desconsiderado na 	<p>No caso concreto do discurso noticioso, o processo de produção discursiva diz essencialmente respeito às diversas atividades e rotinas do jornalista, desde o <i>newsgathering</i> até ao <i>newswriting</i>, passando, inclusive, pela natureza institucional do <i>newsmaking</i>. Tal abrange as interações do jornalista com as suas fontes e outros membros sociais e o <i>text-processing</i> até à versão final do discurso noticioso, não esquecendo os processos editoriais.</p>	<p>No respeitante às práticas sociais, atender-se-á nos diferentes contextos que enquadram a produção do discurso noticioso sob análise. De acordo com a perspectiva de Fairclough, tais contextos a analisar são:</p> <ul style="list-style-type: none"> → o contexto imediate do evento comunicativo; → o contexto institucional da organização em estudo (no caso da

<p>✓ O que está implícito/explicito; ausente/presente; omissões; pressuposições;</p> <p>✓ Nominalizações;</p> <p>✓ Estruturas de frase ativa e passiva;</p> <p>✓ Polarização;</p> <p>✓ Coerência local (conectores; conjunções, advérbios; relações de conteúdo, de causa/efeito; de especificação);</p> <p>✓ Vocabulário selecionado;</p> <p>→ organização da informação, de acordo com o princípio da relevância.</p> <p>• SINTAXE (análise da forma)</p> <p>→ Macroestrutura (forma global do discurso): superestruturas e categorias (título, lead, <i>background</i>, etc.)</p> <p>→ Microestrutura: sintaxe das frases, relações formais entre as cláusulas, etc.</p>	<p>cobertura noticiosa dos eventos);</p> <p>→ E, por último, atentar no <i>framing</i>/enquadramento desses discursos/vozes, através da análise de elementos como os verbos, advérbios e adjetivos utilizados.</p> <p>Tudo isto trata-se de escolhas submetidas a um controlo social e por detrás das quais podemos encontrar significados.</p>	<p>Tendo isto em conta, e apostando na fusão entre as perspetivas de van Dijk e Fairclough, nesta etapa atentar-se-á mais especificamente:</p> <p>→ nas fontes de informação: Que textos-fonte predominavam (entrevistas, relatórios, <i>press releases</i>, conferências de imprensa, etc.)? De que forma é que decorria a interação entre os jornalistas e as fontes? Que tipo de fontes eram mais consultadas, em termos de entidades e individualidades? Eram fontes especialistas, oficiais, de autoritárias? De que país?, etc.);</p> <p>→ nos valores noticiosos</p>	<p>presente investigação, o contexto institucional da agência Lusa, atentando, em especial, nas suas obrigações de serviço público, na sua relação com o Estado português, no seu regime de propriedade e no seu enquadramento no mercado dos media português);</p> <p>→ o contexto social, cultural, político e cultural mais amplo (que na presente investigação diz respeito à conjuntura de Portugal e do sistema</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<ul style="list-style-type: none"> • PRAGMÁTICA (respeitante aos atos discursivos) • ESTILO (escolhas feitas de acordo com o contexto da comunicação): estilo temático e lexical (por exemplo, discurso formal ou informal; marcas estilísticas da produção noticiosa, como o uso de determinados padrões de frase e esquemas de descrição; entoação, ênfase, etc.) • RETÓRICA (análise das estratégias retóricas e persuasivas do discurso, que visam tornar a transmissão da informação mais eficaz): por exemplo, enfatizar a natureza factual dos eventos, nomeadamente através da descrição direta, do relato de testemunhas oculares e/ou da utilização de fontes e citações (de autoridade, profissionais, de especialistas); a apresentação de números; providenciar informação com uma dimensão emocional; a utilização de figuras de 		<p>envolvidos na seleção dos factos e da informação para a produção do discurso noticioso (isto é, o que é que pesava na escolha da informação e dos eventos para a produção de notícias acerca da questão de Timor Leste);</p> <p>→ nos constrangimentos sentidos na produção do discurso noticioso (económicos, políticos, institucionais, de tempo, local; pressões sentidas, etc.);</p> <p>→ na dimensão cognitiva (foco de van Dijk), averiguando se existiam ideias partilhadas ou entendimentos comuns sobre a</p>	<p>internacional no período temporal selecionado).</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------

<p>estilo; o recurso à repetição; entre outras estratégias.</p>		<p>questão em estudo (processo de independência de Timor Leste); → nas rotinas da produção noticiosa acerca da temática sob investigação (por exemplo, o envio de correspondentes; existência de rubricas, etc.).</p>	
-----------------------------------------------------------------	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>APRECIACÃO GLOBAL: analisados os aspetos supramencionados, procurar-se-á fazer uma interpretação mais global acerca da dimensão textual dos artigos noticiosos analisados, atentando nas seguintes questões colocadas por Fairclough (1995):</p> <p>“1. Como que é que o mundo (eventos, relacionamentos etc.) é representado?</p> <p>2. Que identidades são estabelecidas para os envolvidos na história (repórteres, audiências, 'terceiros' referidos ou entrevistados)?</p> <p>3. Que relacionamentos são estabelecidos entre os envolvidos (por exemplo, relações repórter-público, público-especialista ou relacionamento político-público)?” (p.5).</p>	<p>Dado o hiato temporal entre a presente investigação e a efetiva produção dos discursos jornalísticos sob análise, deparamo-nos com a dificuldade de analisar a dimensão contextual com precisão e segundo os exatos critérios explicitados pelos autores considerados. Desta forma, propõe-se antes uma análise mais generalizada e impressiva dos processos de produção e do contexto social da cobertura jornalística da agência Lusa, apoiando-nos sobretudo na documentação existente, nas entrevistas realizadas e recorrendo ainda às teorias das Relações Internacionais selecionadas (concretamente, o Realismo Neoclássico, o Construtivismo e a <i>Foreign Policy Analysis</i>) e aos critérios propostos por Hallin e Mancini, que permitirão fazer um retrato quer do contexto internacional e nacional, quer do sistema mediático português e da Lusa no período temporal sob investigação.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O último passo será relacionar as análises textual e contextual dos discursos noticiosos analisados, de modo a desenhar uma interpretação mais global e compreensiva, averiguando se a organização noticiosa analisada (agência Lusa) interveio de alguma forma e/ou contribuiu efetivamente para as estratégias e objetivos da política externa portuguesa no processo de independência de Timor Leste.

ANEXO B – Evolução do número de peças noticiosas produzidas pela agência Lusa acerca de Timor Leste, entre janeiro de 1987 e dezembro de 1999

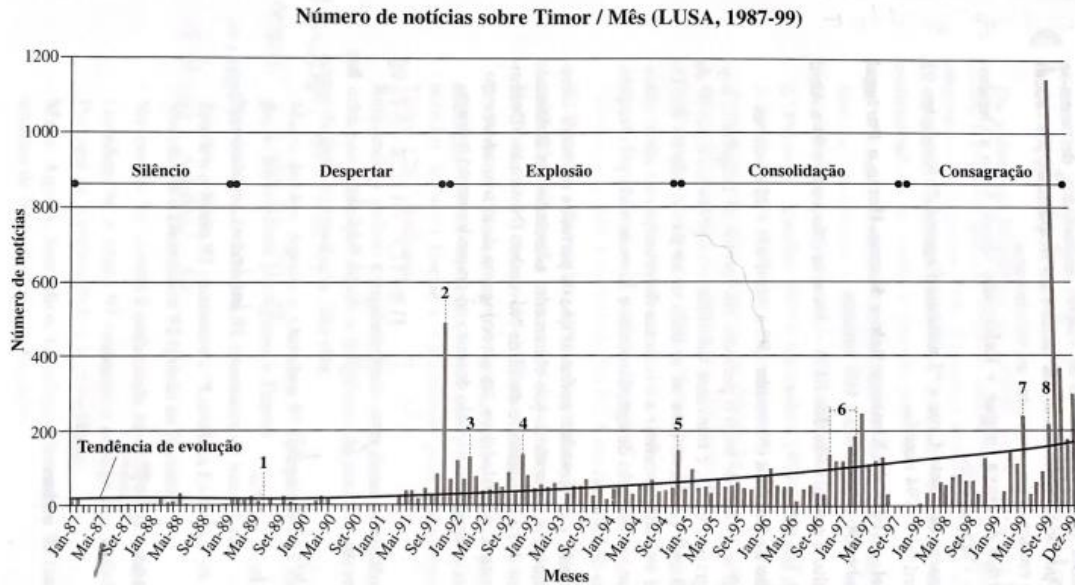


Gráfico n.º 1 – Frequência mensal de notícias sobre Timor produzidas pela agência LUSA, entre Janeiro de 1987 e Dezembro de 1999, com indicação dos acontecimentos associados aos picos mais significativos (1. Visita do Papa a Díli; 2. Massacre de Santa Cruz; 3. "Lusitânia Expresso"; 4. Prisão de Xanana Gusmão; 5. Assalto à embaixada dos EUA em Jacarta; 6. Atribuição dos Nobel da Paz a Ximenes Belo e Ramos-Horta e visita destes a Portugal; 7. Acordos de Nova Iorque para a realização do Referendo; 8. Referendo), bem como a linha de tendência de evolução do número de notícias. Base: Notícias sobre Timor publicadas pela LUSA (1987-99) (n = 6635)

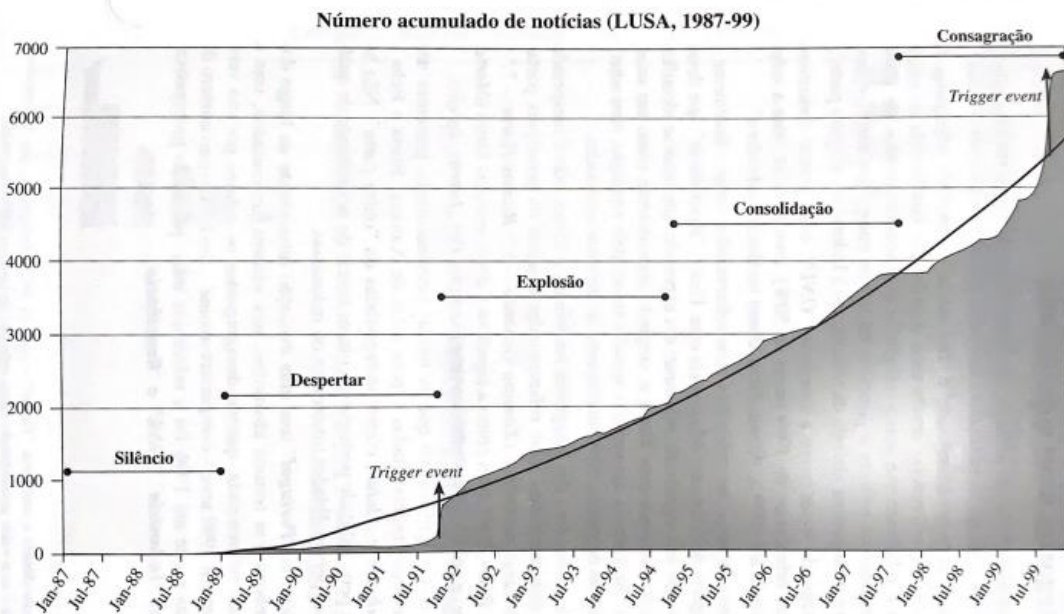


Gráfico n.º 2 – Frequência acumulada mensal de notícias sobre Timor, entre Janeiro de 1987 e Dezembro de 1999, produzidas pela agência LUSA e disponibilizadas no seu Centro de Documentação/Arquivo. Indicação das fases e dos "acontecimentos de desencadeamento" (trigger events). Base: Notícias sobre Timor publicadas pela LUSA (1987-99) (n = 6635)

Fonte: Marques, 2005, pp.70-71

ANEXO C – Análise da linguagem da produção noticiosa da agência Lusa, por ator e ano

<p><i>Timor Leste</i></p>	<p>1991</p>	<p>DENOMINAÇÃO DE TIMOR LESTE: “colónia portuguesa anexada em 1976 por Jacarta”; “antiga colónia portuguesa, actualmente ocupada pelas forças de Jacarta”; “antiga colónia portuguesa anexada em 1975 pela Indonésia”; “território ocupado pela Indonésia”; “ex-colónia ocupada pela Indonésia”; “território, anexado unilateralmente pela Indonésia em 1975”; “território ainda administrado por Portugal”; “território ainda sob administração portuguesa, mas ocupado pela Indonésia em 1975”; “Díli, capital do território anexado por aquele país asiático, em 1976”; “ocupação, em 1976, da colónia portuguesa pelo exército da Indonésia”; “As Nações Unidas e a generalidade das instâncias internacionais continuam a considerar Timor-Leste como um território sob administração portuguesa”; “antiga colónia portuguesa, invadida em 1975 e anexada um ano depois”; “território de que Portugal é potência administrante”; etc.</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO INTERNA EM TIMOR LESTE: “extermínio”; “genocídio”; “drama”; “invasão militar e uma anexação forçada por parte da Indonésia”; “repressão militar”; “terror”; “Timor é alvo de uma ofensiva armada indonésia”; entre outros. Além do mais, na cobertura da Lusa de 1991 era frequentemente mencionada e destacada a comparação entre Timor Leste e o Koweit, embora seja sempre apresentada pela voz das fontes consultadas por esta agência. Ainda assim, esta comparação tem importantes efeitos de sentido, pois enfatiza a atuação e postura diferentes da comunidade internacional nestes dois casos, chamando-a, assim, à responsabilidade. Isto é, ao relembrar a gravidade da situação entre o Iraque e o Koweit, associando-a à brutalidade dos episódios em Timor Leste, é</p>
---------------------------	--------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

deixada implícita a ideia de que, à semelhança do que aconteceu com o Koweit, Timor necessita da atenção e de uma intervenção internacional.

DESCRIÇÃO DO MASSACRE DE SANTA CRUZ: “matança dos timorenses”; “massacre perpetrado pelas tropas indonésias em Díli”; “sangrentos acontecimentos”; “violência brutal dos militares indonésios nos incidentes de Santa Cruz”; “trágico acontecimento”, entre outras²⁴⁵. Importa apontar que este episódio marcante no processo timorense era, de uma forma geral, denominado por grande parte das fontes ouvidas pela Lusa e noticiado por esta agência como um massacre, enquanto o lado indonésio tendia a referir-se a ele como um incidente. Além do mais, a agência sublinhou por diversas vezes a contradição entre o número de mortos no massacre de Santa Cruz anunciados pelas autoridades indonésias e os números avançados por outras organizações independentes e pelas fontes timorenses. Ao reiterar frequentemente tal contradição, a Lusa lançava suspeitas sobre a veracidade e a honestidade das referidas autoridades. Exemplo disso mesmo são os seguintes excertos: *“Responsáveis indonésios afirmaram que o número de mortos foi de 19, mas outras fontes, incluindo testemunhas, disseram que mais de 115 podem ter morrido no tiroteio junto ao cemitério de Santa Cruz em Díli”* (Lusa, 21 de nov de 1991, *“Grupos indonésios pró-governamentais manifestam-se frente à embaixada da Austrália em Jacarta”*); *“O governo indonésio (...) anunciou que perderam a vida 50 pessoas quando tropas indonésias abriram fogo contra manifestantes no cemitério de Santa Cruz (...). Contudo, segundo testemunhas oculares, jornalistas estrangeiros e organismos de defesa dos direitos humanos, o massacre terá causado mais de cem mortes e muitas dezenas de feridos”* (Lusa, 10 de fev de 1992,

²⁴⁵ Ressalte-se que este tipo de caracterização e denominação do episódio em Díli manteve-se na cobertura jornalística realizada por esta agência ao longo de 1992 e 1999.

	<p><i>“Washington defende continuação do auxílio militar à Indonésia, apesar de Timor-Leste”</i>).</p>
1992/3	<p>DENOMINAÇÃO DE TIMOR LESTE: “antiga colónia portuguesa”; “antiga colónia portuguesa anexada pela Indonésia em 1975”; “território português anexado pela Indonésia, desde 7 de Dezembro de 1975”; “colónia portuguesa anexada pela Indonésia, em Dezembro de 1975”; “território sob administração portuguesa invadido e anexado em 1975 pela Indonésia”; “território português”; “capital [Díli] da colónia portuguesa anexada pela Indonésia, em 1975”;</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO INTERNA DE TIMOR LESTE: “invasão por tropas indonésias em 1975 e anexação no ano seguinte”; “conflito sangrento”; “invasão de Timor-Leste”; “problema da ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia”; “genocídio”; “governação da ilegalmente anexada província de Timor-Leste”; “ao longo dos últimos 17 anos, Díli foi sendo «colonizada» por Jacarta”.</p>
1999	<p>DENOMINAÇÃO DE TIMOR LESTE: “antiga colónia portuguesa”; “ex-colónia portuguesa invadida e anexada por Jacarta há mais de 20 anos”; “antiga colónia portuguesa anexada pela Indonésia em 1976/invadida em 1975 pelas tropas de Jacarta”; “território que [a Indonésia] anexou em 1975”; “ex-colónia portuguesa que [a Indonésia] invadiu em 1975”; “território invadido pela Indonésia em 1975”; “território anexado pela Indonésia em 1975”; “antiga colónia portuguesa invadida pela Indonésia em 1975”; “meia-ilha ocupada pela Indonésia há 23 anos”; “território ocupado em 1975 pela Indonésia e cuja anexação nunca foi reconhecida internacionalmente”; “território sob administração portuguesa anexado pela Indonésia em 1975”; “território que [a Indonésia] invadiu e mantém ocupado desde</p>

1975”; “território português, invadido em 1975 e anexado em 1976”; “território ocupado militarmente por Jacarta desde 1975”; “território ocupado por Jacarta desde 1975”.

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO INTERNA DE TIMOR

LESTE: “23 anos de ocupação”; “ocupação militar”; “ocupação indonésia do território sob administração portuguesa”; “invasão de Timor-Leste por tropas indonésias”; “sangrenta invasão em 1975”; “clima de terror estabelecido no território timorense”; “quase meio século de anexação”; “ciclo de terror que alastra por todo o território”; “clima de violência existente no território”; “tragédia de timorenses que vivem aterrorizados e privados de condições condignas ao nível de necessidades básicas, como a habitação, alimentação, assistência médica e trabalho”; “A calamidade que se abateu sobre Timor caracteriza-se pela violência e o terror”; “caminhos de terror”; “a onda de terror instalada no território faz parte dum plano arquitetado pela Indonésia”; “campanha de terror”; “onda de violência”; “caos programado que se vive na capital timorense; “relatos que chegam de terror e violência”; “onda de violência em proporções indescritíveis”, “genocídio e horror no território”; “holocausto”; “trágicos acontecimentos em Timor-Leste”; “Díli era uma cidade dominada pelo medo e terror das milícias pró-integracionistas”; “massacres da população”; “massacres da população”; “Timor-Leste é agora a crise internacional”; “crise”; “iminência de uma catástrofe e do genocídio”; “semana de terror em Timor-Leste”; “drama”; “terror”; “violência indiscriminada em Timor-Leste; “devastação e violência contínuas”; “tragédia que se abateu sobre o povo timorense”; “24 anos de tragédia”; “destruição deixada pela Indonésia”; “onda de devastação”; “pesadelo”; “a dor provocada pela recordação dos quase 24 anos da ocupação militar do território pela Indonésia”

A tudo isto acrescenta-se ainda o facto de, no final de 1999, sobretudo a partir de setembro, surgirem associados a Timor vocábulos como ‘esperança’ e ‘vitória’ (ligado à independência) e a ideia de “renascer/ressuscitar das cinzas”, os quais apontam para o futuro deste território livre da prisão indonésia, associando à independência um tom positivo, ao contrário da ocupação indonésia, sistematicamente retratada de forma pejorativa. Um excerto que denota a associação de Timor à ideia de renascimento é, por exemplo, o seguinte: *“Luz eléctrica e água em grande parte dos edifícios que estão de pé, vários pontos de comércio espalhados pela cidade e até umas bombas de gasolina “recuperadas” e a preços controlados. É Díli a renascer das cinzas”* (Lusa, 1 de dez de 1999, *“Díli - todos os dias uma pequena surpresa”*). Já quanto aos conceitos de ‘esperança’ e ‘vitória’ veja-se, a título exemplificativo, as seguintes passagens e títulos de notícias: *“O sol poente em que se dissolveu hoje a silhueta futurista do HMAS Jervis Bay encerrou o primeiro dia da esperança renovada de um país à espera de nascer”* (Lusa, 20 de set de 1999, *“O dia em que a INTERFET partiu de Darwin”*); Lusa, 7 de out de 1999, *“Timor-Leste: A fé o derradeiro pilar que sustenta a esperança”*; *“(…) a esperança é a última a morrer”* (Lusa, 20 de out de 1999, *“Díli ressuscita, um mês depois da chegada da INTERFET”*); Lusa, 19 de out de 1999, *“Timor-Leste: Muita cinza, muito fumo e muita esperança”*; *“vitória esmagadora dos partidários da independência”* (Lusa, 20 de set de 1999, *“Parlamento indonésio aceita força internacional”*); *“(…) esmagadora vitória à independência”* (Lusa, 20 de set de 1999, *“Processo de independência deve ser acelerado - Mário Carrascalão”*), etc.

Sumário da análise:

Tendo em conta a análise da componente textual, de acordo com os níveis enunciados por van Dijk, e respondendo às questões colocadas por Fairclough, compreende-se como na cobertura da

agência Lusa, Timor era retratado como uma “vítima” nas mãos indonésias e cujo quotidiano era marcado pela repressão, violência, caos e terror exercidos sobre o seu povo pelo país ocupante. Neste sentido, através da dimensão linguística da produção noticiosa da Lusa, verifica-se que este território mantém um relacionamento hostil com a Indonésia, sendo reiterado de forma sistemática o facto de que a presença indonésia em Timor se trata de uma invasão/ocupação militar ilegal, contra a vontade dos timorenses e, como tal, uma violação do seu direito à autodeterminação. Contrariamente a isto, Timor Leste também era repetidamente designado através de vocábulos e expressões que apontavam para o seu passado histórico e vínculo colonial a Portugal, recordando que este país continuava a ser a potência administrante reconhecida internacionalmente e enfatizando, assim, a legitimidade de as autoridades portuguesas lutarem ao lado do povo timorense.

Já para descrever e relatar o ambiente vivido nesta meia-ilha no sudeste asiático, os jornalistas da Lusa utilizavam termos e expressões que pintavam um retrato muito dramático, sangrento e violento da situação em Timor, enfatizando a brutalidade e desumanidade do “agressor” Indonésia (Cf., por exemplo, Lusa, 4 de jul de 1999, “*Timor-Leste: Os «caminhos de terror» que levam a Raimate*” – reportagem de Paulo Alves Nogueira que retrata a situação em Timor Leste de forma muito dramática e catastrófica ao invocar vocábulos como: “cenário perfeitamente dantesco”, “tragédia de timorenses que vivem aterrorizados e privados de condições condígnas”, “calamidade”, “caminhos de terror”, “a campanha de terror”, etc.).

Do ponto de vista cognitivo (como propunha a abordagem de van Dijk), verifica-se, assim, a existência de ideias e entendimentos comuns que atravessavam as peças jornalísticas da Lusa, já que toda a produção noticiosa é construída sobre a mesma narrativa (a versão dos factos da PEP).

<i>Portugal</i>	1991	DENOMINAÇÃO E ENQUADRAMENTO DE PORTUGAL: “potência administrante”; “Portugal é reconhecido como potência administrante do território pelas Nações Unidas, cujo conselho de segurança já exigiu a retirada das tropas indonésias, que ocuparam Timor-Leste em 1976”; etc.
	1992/3	DENOMINAÇÃO E ENQUADRAMENTO DE PORTUGAL: “potência administrante de Timor”; “potência administradora do território”; ”A Indonésia declarou unilateralmente Timor-Leste a sua 27ª província em 1976, embora as Nações Unidas continuem a considerar Portugal a potência administrante do território”; “A organização das Nações Unidas continua a reconhecer Timor Leste sob a administração de Portugal”; “A anexação da antiga colónia portuguesa em 1975 nunca foi aceite pelas Nações Unidas que considera Portugal como a potência administrante do território”; “Timor-Leste foi anexado unilateralmente pela Indonésia em dezembro de 1976. As Nações Unidas consideram Portugal a potência administrativa daquele território”; “A Indonésia invadiu e anexou Timor-Leste em 1975, declarando unilateralmente o território como sua vigésima sétima província. As Nações Unidas e Portugal nunca reconheceram essa anexação”; “A ONU nunca reconheceu a anexação de Timor-Leste pela Indonésia e considera Portugal como a potência administrante do território”; “As Nações Unidas consideram que Portugal continua a ter a responsabilidade administrativa em relação a Timor-Leste”; etc.
	1999	DENOMINAÇÃO E ENQUADRAMENTO DE PORTUGAL: “a ex-potência colonizadora”; “antiga potência colonial de Timor-Leste”; “potência administrante de Timor-Leste”; “anterior colonizador”; “Portugal cortou relações diplomáticas com a indonésia em 7 de dezembro de 1975, horas depois da invasão de

Timor-Leste por tropas indonésias. A integração de Timor-Leste na república unitária da Indonésia, como a 27ª província do país, foi formalizada pelas autoridades de Jacarta em 17 de julho de 1976, num acto que nunca foi reconhecido pela ONU, que continua a considerar Portugal como a potência administrante do território”; “A ONU não reconheceu a integração de Timor-Leste na Indonésia, em 1976, e considera Portugal a potência administrante do território”;

**Sumário
da análise:**

Ao analisar os elementos semânticos, sintáticos, retóricos e de estilo utilizados para a identificação e caracterização das ações deste país e cruzando-os com a componente contextual, como proposto por van Dijk e Fairclough, foi possível verificar como a Lusa tendeu a ressaltar a responsabilidade de Portugal em relação a Timor Leste, um assunto por encerrar e perante o qual devia tomar uma ação e cumprir o seu papel, ao sublinhar de forma sistemática (em diversas peças noticiosas) que este país era ainda a potência administrante aceite e reconhecida pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional. Ao mesmo tempo, eram evidenciados os anteriores vínculos coloniais e, por conseguinte, a ligação que persistia entre Portugal e Timor (que também era frequentemente denominado como “(ex-)colónia/território português”), enfatizando, assim, a legitimidade de Portugal para lutar ao lado do povo timorense pela autodeterminação.

Desta forma, e procurando dar resposta às questões apresentadas por Fairclough, compreende-se como a relação entre Portugal e Timor era representada, na globalidade, como amigável e solidária, ainda que em 1991 tenham sido destacadas algumas críticas relativamente à atuação e ao alheamento do ex-colonizador em relação a Timor. Pelo contrário, a relação entre Portugal e a Indonésia é retratada como difícil e conflituosa, já que é frequentemente recordado (a título de contextualização) que

		<p>Portugal cortou relações diplomáticas com a Indonésia, depois de esta ter ocupado militarmente Timor.</p> <p>No entanto, excetuando-se estas ideias, através da análise da dimensão textual da cobertura da agência Lusa, verificou-se que a forma como Portugal era denominado e enquadrado não indicava grandes juízos de valor ou segundas interpretações, dado que os vocábulos que o identificam eram, na generalidade, neutros, imparciais e objetivos.</p>
<i>Indonésia</i>	1991	<p>DENOMINAÇÃO DA INDONÉSIA: “tropas invasoras”; “A Indonésia, que invadiu e anexou Timor-Leste em 1975”; “potência ocupante no território”; “tropas de ocupação indonésias”; “tropas indonésias ocupantes do território de Timor-Leste”; etc.</p> <p>CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA AÇÃO DA INDONÉSIA EM TIMOR LESTE: “A Indonésia invadiu militarmente o território de Timor-Leste por terra, mar e ar a 7 de dezembro de 1975, ocupando-o deste então, através da repressão”; “repressão militar”; “a Indonésia não cessa de provocar novas vítimas e infligir sofrimentos entre os timorenses”; “continuam a chegar notícias dos massacres infligidos pelos indonésios à população timorense”; etc.</p>
	1992/3	<p>DENOMINAÇÃO DA INDONÉSIA: “invasor indonésio”; “forças militares indonésias ocupantes do território maubere”; “poder ditatorial”; “potência ocupante/invasora”; “os ocupantes indonésios”; “potência de ocupação”; “ocupantes”; etc.</p> <p>CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA AÇÃO DA INDONÉSIA EM TIMOR: “repressão”; “ocupação”; “invasão”; “ao longo dos últimos 17 anos, Díli foi sendo «colonizada» por Jacarta”; “A Indonésia anexou unilateralmente Timor-Leste em 1976”; etc.</p>

1999

DENOMINAÇÃO DA INDONÉSIA: “país ocupante”; “Jacarta/Indonésia, que invadiu Timor-Leste em 1975”; “tropas indonésias que invadiram a antiga colónia portuguesa, em 1975”; “invasor”; etc.

CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA AÇÃO DA INDONÉSIA EM TIMOR: “o Exército indonésio, que invadiu a antiga colónia portuguesa em 1975”; “ocupação militar”; “ocupação indonésia do território sob administração portuguesa”; “invasão de Timor-Leste por tropas indonésias/pela Indonésia”; “A Indonésia invadiu Timor-Leste em 1975 e no ano seguinte declarou o território como a sua 27ª província”; “ “A Indonésia invadiu Timor-Leste em 7 de Dezembro de 1975 e no ano seguinte declarou o território como a 27ª província do país”; “sangrenta invasão em 1975”; “jugo de Jacarta”; “a onda de terror instalada no território faz parte dum plano arquitectado pela Indonésia”; “campanha de terror”; “onda de violência”; “a violência com que a polícia indonésia e milícias teimam em confrontar o território”; “prisão indonésia”; “os militares de Jacarta impuseram a lei da repressão no território”; “soldados que mantiveram o regime repressivo que vigorou no território desde a invasão indonésia de 1975”; “violência desencadeada pelo exército indonésio.”; “repressão dos militares indonésios”; “violência”, “assassinatos” e “genocídio”; a isto acrescentam-se verbos como “assassinar” e “matar” para descrever a ação deste país em Timor Leste.

RESPONSABILIZAÇÃO DA INDONÉSIA PELA SITUAÇÃO EM TIMOR: “Calcula-se que cerca de 200 000 pessoas foram mortas pelo exército ou morreram devido a doenças ou fome causadas pela ocupação indonésia”; “na repetição do genocídio que se seguiu à invasão indonésia de 1975”; “A capital timorense está em chamas e o testemunho horrorizado da

	<p>população dá conta dos desmandos das milícias, sob os olhos impávidos dos militares javaneses”; “destruição deixada pela Indonésia”; etc.</p>
<p>Sumário da análise:</p>	<p>De acordo com a análise das categorias textuais pela lente da ACD, segundo proposto por van Dijk e Fairclough, foi possível constatar como na generalidade da cobertura noticiosa da agência Lusa era construída uma imagem depreciativa da Indonésia, ao identificá-la como o “país ocupante” ou o “invasor” de Timor Leste, retratando-a, assim, como a vilã, agressora, ocupante e a violadora dos direitos e da vontade desta população, reiterando a ilegalidade da sua atuação e presença neste território. Além do mais, na transversalidade das peças jornalísticas verificou-se um constante destaque da responsabilidade das forças indonésias pelos episódios de violência, mortes e pela destruição em Timor, sendo ainda salientada, a partir de 1999, a cumplicidade entre os militares indonésios e estes grupos pró-integração na realização dos ataques e no fornecimento de armamento, mesmo perante as tentativas da Indonésia de desmentir tais ligações. A título de exemplo, as seguintes passagens demonstram tal responsabilização da Indonésia: <i>“Pelo menos 200.000 pessoas, ou seja um terço da população de Timor-Leste, encontrou a morte na repressão das forças indonésias desde 1975, segundo fontes internacionais e religiosas”</i> (Lusa, 14 de abr de 1999, <i>“Ataque contra um posto militar, anunciou exército”</i>); <i>“E a liberdade de exercer o direito de voto é, de resto, a grande dúvida que subsiste, já que, como reconhece a UNAMET, nas últimas semanas as milícias integracionistas instalaram no território um clima de terror com o intuito de levar a população a não comparecer nos locais de votação”</i> (Lusa, 29 de ago de 1999, <i>“Timor-Leste entrou no mais esperado dos dias”</i>); Lusa, 7 de set de 1999, <i>“O mesmo desespero no 1ª dia de lei marcial - síntese”</i> – <i>“Mas, tão depressa a violência é resultado de um plano de generais indonésios ligados ao antigo</i></p>

ditador Suharto, como vem de timorenses pró-integracionistas que se amotinaram nas unidades de polícia e exército de Jacarta, segundo o «Washington Post» de hoje”. Cf. também Lusa, 22 de out de 1999, “Díli em delírio para ver Xanana” (exemplo de uma notícia claramente desfavorável à Indonésia, que ajuda a construir a imagem desta como opressora, ao mesmo tempo que ressalta a valentia e a coragem do povo timorense).

PERSONALIDADES:

José Ramos Horta	<p>“Prémio Nobel da Paz de 1996” ou “porta-voz internacional da resistência timorense, co-laureado com o prémio Nobel da Paz de 1996”. Exemplo do retrato heroico deste timorense: <i>“Perdeu o cargo de ministro que tinha quando deixou Timor-Leste, mas regressa como uma figura reconhecida mundialmente. Quando aterrar em Díli quarta-feira, José Ramos-Horta concretiza um sonho por que lutou 24 anos: voltar ao seu país em liberdade. E na mala leva a maior consagração de qualquer carreira e um dos mais invejadas distinções políticas do Mundo: o galardão de Nobel da Paz, que repartiu em 1996 com outro timorense que o estará a aguardar no aeroporto de Díli, o bispo católico D. Ximenes Belo”</i>; (Lusa, 30 de nov de 1999, <i>“Timor-Leste: O regresso do «diplomata»”</i>).</p>
Xanana Gusmão	<p>“lendário comandante da guerrilha maubere”; “guerrilheiro”; “José Alexandre Gusmão, de 45 anos, chefiou desde 1978 a luta armada contra a Indonésia disposto a morrer por uma causa: evitar o genocídio do seu povo”; “guerrilheiro, resistente, prisioneiro, herói e já apelidado de presidente”; “dirigente/líder histórico da resistência”; “líder do povo de Timor-Leste”; “símbolo da resistência de Timor-Leste”; “considerado por muitos observadores como o «Nelson Mandela de Timor», etc.</p>
Mário Carrascalão	<p>“O responsável pelo território timorense ocupado pela Indonésia em 1975”; “o governador timorense ao serviço da Indonésia”; “governador de Timor</p>

	<p>Leste nomeado pela Indonésia”; “O governador da colônia portuguesa, anexada pela Indonésia em 1976”; “Mário Carrascalão, nomeado governador pelas autoridades de Jacarta”; “o representante político máximo da potência ocupante no território”; “dirigente pró-indonésio”; “governador de Timor-Leste indicado por Jacarta”; “representante da potência ocupante da antiga colônia portuguesa”; “o governador colocado pelos indonésios em Dili”; “Governador indonésio de Timor-Leste”; “O governador pró-indonésio de Timor-Leste”; “conselheiro do presidente indonésio Habibie”, etc.</p>
Suharto	<p>“regime de repressão de Suharto”; “ditador”; “antigo ditador da Indonésia”; “ex-ditador Suharto”.</p>
Milícias pró-integracionistas	<p>DENOMINAÇÃO DAS MILÍCIAS PRÓ-INTEGRACIONISTAS E DE ALGUNS DOS SEUS MEMBROS: “protagonistas da violência”, “grupos de civis timorenses, treinados e armados pelo exército indonésio, [que] têm vindo nos últimos meses a conduzir campanhas de terror contra populações em várias zonas de Timor-Leste”; entre outros.</p> <p>João Tavares: “um dos líderes das milícias que provocaram uma onda de violência e destruição em Timor-Leste, combatendo a independência do território”.</p> <p>Eurico Guterres: “comandante da milícia Aitarak, que lançou uma campanha de terror em Timor-Leste”; “considerado por muitos timorenses como a «voz do terror»”; “o líder das milícias Aitarak (...) responsável pela matança e destruição em Timor-Leste”.</p> <p>CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA ATUAÇÃO DAS MILÍCIAS EM TIMOR: “terão morrido cerca de 50 pessoas às mãos das milícias pró-indonésias”; “os militares de Jacarta impuseram a lei da repressão no território”; “a repressão generalizada que vem sendo exercida por milícias pró-indonésias”; “milícias armadas pró-indonésias que instalaram o terror e intimidaram os independentistas”; “campanha de terror lançada em Timor-Leste por milícias integracionistas”; “violência</p>

incontrolada das milícias e militares”; “a violência protagonizada por milícias pró-integracionistas provocou nos últimos dias inúmeras mortes”; “as milícias pró-integração realizaram uma série de acções no território, lançando o pânico entre a população e provocando muitas dezenas de mortos, numa onda de terror com a aparente complacência das forças militares indonésias”; entre outras. Além do mais, a Lusa descreve frequentemente a atuação das milícias pró-indonésias recorrendo a verbos como “aterrorizar”, “assassinar” e “matar”, a que se acrescentam ainda vocábulos e conceitos com um forte pendor negativo associados a estes grupos, tais como “assassinatos”, “morte”, “terror”, “violência”, “destruição” e “repressão”, “matança”, “chacina”, “genocídio”, “horror”, entre outros.

EXEMPLOS DE ALGUNS EXCERTOS QUE APONTAM PARA A COOPERAÇÃO ENTRE AS MILÍCIAS E A INDONÉSIA:

“a violência com que a polícia indonésia e milícias teimam em confrontar o território”; “repressão generalizada que vem sendo exercida por milícias pró-Indonésia com a aparente conivência dos militares de Jacarta”; “o apoio do exército indonésio aos grupos paramilitares contrários à independência do território”; “dirigentes das milícias, organizadas e enquadradas pelo exército indonésio”; “a cumplicidade do exército indonésio com as milícias integracionistas que instalaram o caos em Timor-Leste, matando, perseguindo e deportando a população”; “clima de violência e perseguição instaurado no território pelas milícias integracionistas e pelos militares indonésios”; “violência semeada na capital timorense pelo exército indonésio e por milícias pró-integração”; “as milícias pró-indonésias apoiadas pelo exército da Indonésia já arrasaram a maior parte das cidades de Timor-Leste e assassinaram milhares de timorenses provocando um desastre humanitário”; “destruição causada pela violência incontrolada das milícias e militares”; “onda de violência instalada pelas milícias integracionistas e pelos militares indonésios”; “fúria destruidora das milícias e de alguns militares indonésios”; “último acto desesperado dos militares indonésios, ao instigarem as milícias integracionistas a espalhar o

	terror e a destruição pelo território no início de Setembro”; “milícias pró-Jacarta, apoiadas por soldados indonésios, mataram, queimaram e pilharam, expulsando milhares de pessoas das suas casas, incendiando aldeias inteiras e destruindo as instalações básicas do território e as infra-estruturas”; “clima de terror contra a população alimentado pelos milicianos apoiados pelo regime indonésio”; “(...) para restaurar a ordem no território, onde milícias pró-indonésias, com a cumplicidade dos militares e da polícia de Jacarta, têm semeado o terror”; “clima de violência e perseguição instaurado no território pelas milícias integracionistas e pelos militares indonésios”; etc.
Abílio Osório	“governador timorense nomeado por Jacarta”
Lopes da Cruz, assessor de Suharto	“o timorense apoiante da integração de Timor-Leste na Indonésia”;
Sumário da análise:	<p>Através da análise textual pela lente da Análise Crítica do Discurso, conforme teorizada por van Dijk e Fairclough, foi também possível constatar que diversas das personalidades intervenientes no processo timorense eram identificadas e enquadradas nas peças noticiosas da Lusa através de expressões e vocábulos com efeitos de sentido relevantes para a interpretação do texto jornalístico.</p> <p>Tal foi nomeadamente visível no caso das personalidades timorenses, em especial Xanana Gusmão e Ramos Horta, que eram retratados nas peças desta agência, sobretudo em 1999, de forma positiva e como uma espécie de heróis, numa linguagem favorável à causa timorense. De facto, as referências a Xanana Gusmão como um líder lendário e histórico que luta contra o invasor indonésio ajudam a construir a sua imagem heroica, de um homem corajoso e disposto a morrer para garantir a autodeterminação do seu território. No mesmo sentido, José Ramos Horta era indicado como o “Prémio Nobel da Paz de 1996” ou “porta-voz internacional da resistência timorense, co-laureado com o Prémio Nobel da Paz de 1996”, expressões as quais conferiam legitimidade, credibilidade e força às suas declarações e</p>

ações, a que se acrescentam ainda outras frases que destacavam os esforços feitos por este diplomata em prol da causa timorense (ex. “*nunca mais desistiu de lutar pelo direito do seu povo a escolher o destino democraticamente*”; cf., por exemplo, Lusa, 30 de nov de 1999, “*Timor-Leste: O regresso do «diplomata»*”).

Pelo contrário, várias entidades indonésias e apoiantes de Jacarta eram apresentados, muitas vezes, ao leitor da agência Lusa de forma pejorativa. Exemplo disso mesmo, são as referências a Suharto, apresentado como ditador e líder de um regime de repressão, e ao caráter ditatorial do seu regime que enfatizavam ainda mais a imagem da Indonésia como opressora e a natureza violenta e autoritária da atuação das forças indonésias em Timor. Já no caso de Mário Carrascalão, sobretudo em 1991, as expressões utilizadas para identificar este governador de Timor punham em evidência as suas ligações e cumplicidade com a Indonésia, realçando que este responsável estava ao serviço e fora recrutado por Jacarta, retirando-lhe, assim, alguma credibilidade e legitimidade na representação e defesa dos interesses timorense – a forma de orientar (desfavoravelmente) a interpretação dos leitores.

No entanto, na cobertura da agência Lusa, foi em relação às milícias pró-integração que se verificou o recurso mais frequente a vocábulos e expressões que construía uma imagem negativa e negativa destas forças. De facto, os jornalistas da Lusa tenderam a associar a estes grupos conceitos como, por exemplo, “terror”, “violência” e “caos”, colocando em evidência a responsabilidade destas milícias pela situação e condições precárias em que viviam os timorenses. Além do mais, na transversalidade das peças jornalística da Lusa eram regularmente denunciadas as ligações e a cumplicidade entre o exército indonésio e as milícias pró-integracionistas, o que contribuía para a construção de uma imagem altamente pejorativa destes atores e que orientava, à partida, uma certa interpretação dos factos. De salientar, ainda, que uma ideia frequentemente associada às forças militares indonésias e às milícias pró-integração era a de terrorismo, uma expressão com forte carga simbólica e importantes efeitos de sentido.

Contrariamente a tudo isto, as entidades portuguesas e Ali Alatas, MNE indonésio, eram, na generalidade, apresentados de forma neutral, sendo os seus nomes apenas acompanhados com a identificação dos seus cargos e funções políticas, sem que fosse possível denotar segundas interpretações ou juízos de valor.

Neste sentido, foi possível concluir como existiam esquemas cognitivos partilhados entre jornalistas da Lusa, que transpareciam nas peças jornalísticas por estes escritas acerca da situação timorense e dos seus diferentes intervenientes.

Fonte: Arquivo noticioso acerca da situação em Timor Leste da agência Lusa, nos anos 1991, 1992 (até maio de 1993) e 1999.

ANEXO D – Categorias mais referenciadas na cobertura noticiosa da agência Lusa acerca de Timor Leste, com especial destaque para os protagonistas timorenses mais mencionados, entre janeiro de 1987 e dezembro de 1999.

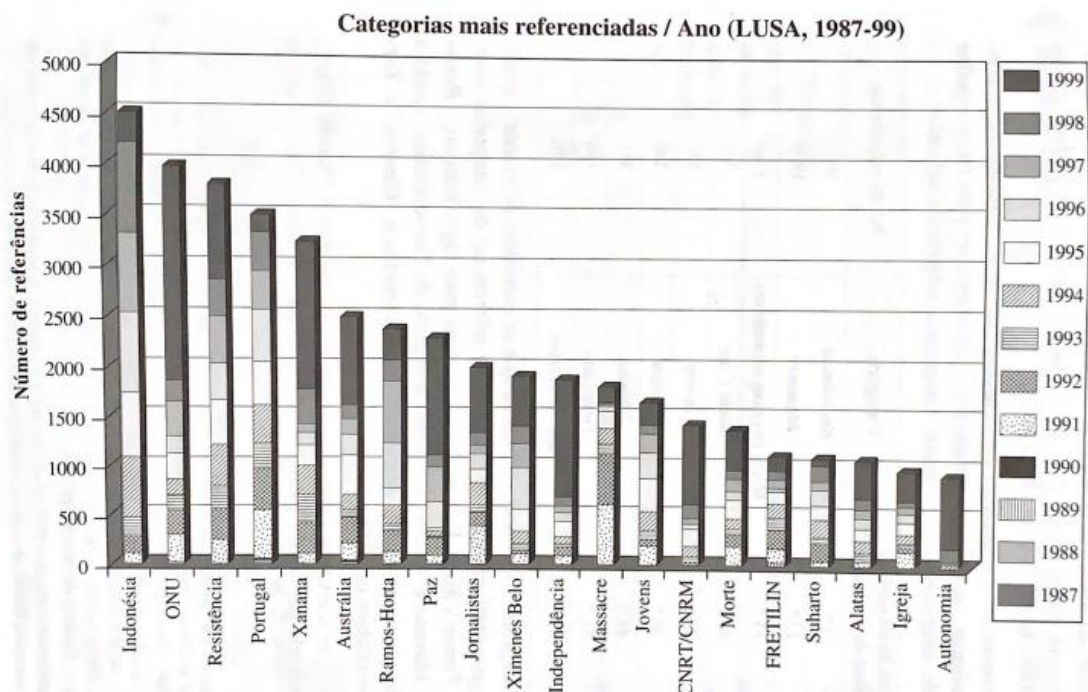


Gráfico n.º 3 – Categorias mais referenciadas, com valores globais e parciais por ano. Base: Notícias sobre Timor publicadas pela LUSA (1987-99) (n = 6635).

Posição no ranking global de categorias	Categoria	N.º de referências
5. ^a	<i>Xanana Gusmão</i>	3247
7. ^a	<i>Ramos-Horta</i>	2380
10. ^a	<i>Ximenes Belo</i>	1909
35. ^a	<i>Abílio Araújo</i>	425
37. ^a	<i>João Carrascalão</i>	348
44. ^a	<i>Mário Carrascalão</i> ¹²	283

Fonte: Marques, 2005, p.73 e p.81, respetivamente.